



ESCRITOS SOBRE O AMAPÁ E SUAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Gutemberg de Vilhena Silva (org.)

**ESCRITOS SOBRE
O AMAPÁ E SUAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

GUTEMBERG DE VILHENA SILVA
ORG.

Conselho editorial

DRA. ADRIANY FERREIRA DE MENDONÇA | UFRJ
DR. ALEXANDRE G. DA CRUZ ALVES JR | UNIFAP
DRA. ANA TEREZA REIS DA SILVA | UNB
DR. BRUNO A. A. NUNES | UCSF
DR. CARLOS DIMAS MARTINS RIBEIRO | UFF
DRA. CRISTIANE MARIA AMORIM COSTA | UERJ
DR. DANIEL A. DE AZEVEDO | UNB
DRA. DANIELLE L. FERREIRA | UCSF
DR. DAVID MELO VAN DEN BRULE | UFCG
DR. DIRCEU CADENA DE MELO FILHO | UFC
DR. ÉDER MERINO | UNB
DR. FABER PAGANOTO | CPII
DR. FABIO ALVES GOMES DE OLIVEIRA | UFF
DR. FERNANDO SANTORO | UFRJ
DR. FERNANDO SOBRINHO | UNB
DRA. GLÓRIA MARIA VARGAS | UNB
DR. GUTEMBERG DA SILVA VILHENA | UNIFAP
DR. HENRIQUE FORTUNA CAIRUS | UFRJ
DR. IGOR ROBAINA | UFES
DR. ILVAN MEDEIROS LUSTOSA JR. | IFB
DRA. INÁ ELIAS DE CASTRO | UFRJ
DRA. JULIANA NUNES RODRIGUES | UFF
DR. JUSCELINO EUDÂMINAS BEZERRA | UNB
DR. LEANDRO RIENTE DA SILVA TARTAGLIA | CPII
MA. LETÍCIA PARENTE RIBEIRO | UFRJ
DRA. LILIA SUSANA PADILLA Y SOTELO | UNAM
DR. MARCELO ALONSO MORAIS | PUC-RJ
DRA. MARIA CLARA DIAS | UFRJ
DRA. MICHELLY FERREIRA MONTEIRO ELIAS | UNB
DR. PABLO IBAÑEZ | UFRRJ
DRA. PATRÍCIA GOMES DA SILVEIRA | CPII
DR. PAULO CÉSAR DA COSTA GOMES | UFRJ
DRA. POTIRA HERMUCHE | UNB
DR. RAFAEL DA SILVA NUNES | PUC-RJ
DR. RAFAEL FRANCA | UNB
DR. RAFAEL HADDOCK-LOBO | UFRJ
DR. RAFAEL WINTER RIBEIRO | UFRJ
DRA. REJANE RODRIGUES | PUC-RJ
DRA. RENATA RAMALHO OLIVEIRA | WUSTL
DR. RICARDO NOGUEIRA | UFAM
DR. ROBERTO GOULART MENEZES | UNB
DRA. SUSANA DE CASTRO | UFRJ
DR. VICTOR DIAS MAIA SOARES | EBEP-RJ

ESCRITOS SOBRE O AMAPÁ E SUAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GUTEMBERG DE VILHENA SILVA
ORG.

COPYRIGHT DESTA EDIÇÃO ©2023 BY EDITORA TERRA ESCRITA.

FOI FEITO O DEPÓSITO LEGAL CONFORME LEI 10.994 DE
14/12/2004.

PROIBIDA A REPRODUÇÃO PARCIAL OU TOTAL DESTA OBRA SEM
AUTORIZAÇÃO DA EDITORA.

EDITOR: JEFFERSON LOPES F. JR.

REVISOR: JONAS SILVA

DIAGRAMAÇÃO: JULIA BRAGHETTO MOREIRA

CAPA: JULIA BRAGHETTO MOREIRA / FOTOS: JASON LEUNG;
GODISABLE JACOB; RODRIGO ALFAIA

DIREITOS DESTA EDIÇÃO RESERVADOS À

EDITORA TERRA ESCRITA

RUA SÃO BRÁZ, 93

RIO DE JANEIRO – RJ – CEP: 20.770-150

CONTATO@TERRAESCRITA.COM

WWW.TERRAESCRITA.COM

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

S586E SILVA, GUTEMBERG DE VILHENA

ESCRITOS SOBRE O AMAPÁ E SUAS RELAÇÕES

INTERNACIONAIS / GUTEMBERG DE VILHENA SILVA (ORG.) –

RIO DE JANEIRO: TERRA ESCRITA, 2023.

224 P. ; 21 CM.

ISBN 978-65-84833-03-6 VERSÃO IMPRESSA

INCLUI BIBLIOGRAFIA.

1. GEOGRAFIA. 2. GEOGRAFIA POLÍTICA. 3. BRASIL. 4.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

I. TÍTULO. II. AUTOR.

CDD 327.81

IMPRESSO NO BRASIL

PRINTED IN BRAZIL

ESCRITOS SOBRE O AMAPÁ E SUAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
PREFÁCIO	9
A PONTE BINACIONAL COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL	13
TERRITORIALIDADES DO TRÁFICO DE MULHERES BRASILEIRAS NA REGIÃO DAS GUIANAS: ROTAS IMPORTANTES E A INTERFACE COM A ATIVIDADE GARIMPEIRA	41
AGÊNCIAS FRONTEIRIÇAS E OS INDÍGENAS URBANOS EM CONTEXTO URBANO NA CIDADE DE OIAPOQUE, AMAPÁ	61
A SUSTENTABILIDADE DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAPÁ A PARTIR DOS INDICADORES DO PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS BRASIL	87
O VETOR TECNO-ECOLÓGICO E A PLATAFORMA FRONTECAP	113
A ESTRUTURA DA MOBILIDADE URBANA PELO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO NA CIDADE DE MACAPÁ, AMAPÁ	139
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMO DOS PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE NO AMAPÁ: ESTUDO DE CASO EM COMUNIDADES EXTRATIVISTAS NO MAZAGÃO	161
OS PALIKUR E O MUSEU SACACA	193

AGRADECIMENTOS

Este livro é resultado de um grande esforço intelectual de mestrandos e seus orientadores e orientadoras da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). A todos eles, nossos especiais agradecimentos. À UNIFAP que, por meio do edital 01/2022 - DPG/PROPESPG/UNIFAP, concedeu o recurso financeiro necessário para a publicação desta obra. O intuito deste edital foi o de financiar a publicação de livros da UNIFAP com foco nas pesquisas dos pós-graduandos para o fortalecimento dos programas de pós-graduação. Aos programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGMDR/UNIFAP) e Estudos de Fronteira (PPGEF/UNIFAP), que se fazem presentes nos textos deste livro.

PREFÁCIO

O livro *Escritos sobre o Amapá e suas relações internacionais* é um grande desafio para se repensar o Estado do Amapá. Nos capítulos construídos e selecionados para a formação desta obra, corrobora-se um debate exposto por Porto (2020¹ e 2022²) quando o autor defende a existência de “Amapás”, em suas diversas escalas, espacialidades, temporalidades, institucionalidades, interagibilidades e acionalidades.

Quando esta obra começou a ser elaborada, em 2022, a empresa que explorou o manganês no Amapá, a Indústria e Comércio de Mineração (Icomi) completaria oitenta anos; o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, vinte anos. Quando o livro que prefacio neste momento é publicado, isso ocorre no mesmo ano em que o Estado do Amapá comemora seus oitenta anos como ente federativo e a sua região metropolitana, seus vinte anos.

Embora a temporalidade de oito décadas de existência deste ente federativo, foram identificadas mais de 6.000 obras oriundas das diversas dissertações e teses defendidas sobre o Amapá, sendo que 1.000 delas foram defendidas nos vinte programas de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) até 2022. E nesta obra, expõe-se uma pequeníssima amostra, que é composta por oito capítulos, mas que trazem uma riqueza de argumentos e reflexões sobre os temas tratados.

O primeiro, intitulado “A Ponte Binacional como uma política pública de integração regional”, ao discutir a integração transfronteiriça pela conexão física proporcionada pela ponte sobre o rio Oiapoque, expõe o fluxo de pessoas e veículos, bem como a evolução dos valores das mercadorias das exportações brasileiras à Guiana Francesa.

Em seguida, no capítulo “Territorialidades do tráfico de mulheres brasileiras na região das Guianas: rotas importantes e

1 PORTO, Jadson L. R. **Desenvolvimento geográfico desigual da faixa de fronteira da Amazônia setentrional brasileira: reformas da condição fronteira amapaense (1943-2013)**. Maringá: Uniedusul, 2020.

2 _____. Repensando o Estado do Amapá (Brasil): entre (re)formatações e (re)configurações espaciais. **Confins** (Paris), v. 55, p. 71-91, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/confins.45717>>.

a interface com a atividade garimpeira”, traz à reflexão um tema muito sério sobre o tráfico de pessoas em uma fronteira porosa, com ênfase no tráfico de mulheres para a exploração sexual e sugere duas subregionalizações na região das Guianas, a fim de entender o comportamento do fenômeno em sua espacialidade.

Posteriormente, o texto “Agências fronteiriças: os indígenas urbanos e em contexto urbano na cidade de Oiapoque, Amapá” se propõe a analisar os indígenas “urbanos” e “em contexto urbano”, no município de Oiapoque. Parte do pressuposto das obtenções de direitos enquanto cidadãos, até a construção de estratégias de luta e de vida que transpõem a aldeia, na criação de oportunidades de expansão dos direitos da população indígena individual e coletiva.

O capítulo “A sustentabilidade dos municípios do Estado do Amapá a partir dos indicadores do Programa Cidades Sustentáveis – Brasil” analisa o grau de sustentabilidade dos municípios do Estado do Amapá por meio do cálculo de um Índice de Sustentabilidade Municipal, a partir dos indicadores e eixos do Programa Cidades Sustentáveis.

O texto “O vetor tecno-ecológico e a Plataforma FRONTECAP” apresenta um viés exploratório e apresenta um panorama da produção de CTI aplicada ao meio ambiente no Estado entre o período de 2000 a 2020, a Plataforma FRONTECAP.

O capítulo intitulado “A estrutura da mobilidade urbana pelo transporte público coletivo na cidade de Macapá, Amapá”, se propõe a destacar os principais nexos de circulação, abrigos e, ao final, lança uma proposta para melhorar a mobilidade urbana da cidade, com uma reconfiguração de sua estrutura para trânsito dos transportes coletivos.

No texto “Política de garantia de preço mínimo dos produtos da sociobiodiversidade no Amapá: estudo de caso em comunidades extrativistas no Mazagão”, resgata-se a necessidade de se avaliar a implementação de políticas públicas. No caso abordado, a atividade produtiva do açaí, as dimensões dos desafios que esta atividade encontra e as execuções de políticas públicas a elas destinadas apresentam dois destaques: o reconhecimento da diversidade sociocultural da região e suas especificidades ao se desenhar meios e estratégias de acesso do público beneficiário à política; e o enfrentamento de problemas históricos como o da infraestrutura e serviços públicos precários e insuficientes para atender a demanda.

Por fim, sob o título “Os Palikur e o Museu Sacaca”, o derradeiro capítulo, mas não menos importante, descreve a participação dos povos indígenas em espaços museológicos, tendo por estudo de caso a contribuição de indígenas da etnia Palikur à organização e Exposição a Céu Aberto no Museu Sacaca (Macapá, Amapá).

Por mais que muito se tenha pesquisado, ainda não foi o suficiente. A pauta para investigações é vasta e diversificada. Na certeza de que os conteúdos expostos em cada capítulo incitarão novas e pertinentes perguntas, exigindo outras pesquisas, outros “Amapás” serão desvendados, expostos, explicados..., aguardaremos as análises e reflexões dos leitores.

Macapá, 12 de janeiro de 2023

Jadson Porto

Professor Titular da Universidade Federal do Amapá

Membro efetivo da Academia Amapaense de Letras

Membro efetivo da Academia de Letras José de Alencar

A PONTE BINACIONAL COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

Sabrina Rodrigues de Almeida¹

Daize Fernanda Wagner²

INTRODUÇÃO

Os estudos relacionados às fronteiras e às relações transfronteiriças do Brasil com os seus Estados vizinhos vêm se consolidando nos últimos anos dentro das academias brasileiras. Isso decorre também do fato de se passar a enxergar essas regiões como estratégicas para questões de integração e cooperação. Essa temática possui uma forte base teórica, porém, há a necessidade de atualizar as discussões constantemente a partir das mudanças que ocorrem nas fronteiras, dado o fato de serem dinâmicas.

A fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa passou a ser um objeto de estudo mais frequente a partir da assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação entre o Brasil e a França. Além disso, ganhou destaque a divulgação de um projeto para construir uma Ponte Binacional sob o Rio Oiapoque, com o objetivo de ligar fisicamente os territórios e servir como um instrumento para a integração transfronteiriça entre ambos os países.

Este estudo tem o objetivo de reunir informações sobre estas relações transfronteiriças, com dados dos fluxos a partir da abertura da

¹ Mestra no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira (PPGEF) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Bacharel em Relações Internacionais pela UNIFAP. E-mail: sabrinardgs33@gmail.com.

² Professora no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira (PPGEF) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: daizefernandawagner@gmail.com.

Ponte para assim responder a seguinte questão: em que medida a Ponte Binacional tem promovido de fato uma integração transfronteiriça entre o Amapá e a Guiana Francesa? Dessa forma, propõe-se avaliar esta construção como uma política pública de integração regional.

As políticas públicas são um conjunto de decisões e ações que buscam implementar decisões tomadas (RUA, 1997) e agem no limite dos interesses do Estado (BONETTI, 2012). A avaliação é uma de suas etapas, sendo um procedimento sistemático de levantamento e análise de dados que possibilita identificar os seus resultados (FREY, 2000).

A Ponte, nesse caso, faz parte de um processo no qual a América do Sul priorizou políticas voltadas para o investimento em suas infraestruturas, por ser um fator de aproximação, mas também pela carência que possui nesse aspecto, causando dificuldades no estabelecimento de um nível mais avançado no comércio regional (SANT'ANNA, 2015).

Com os objetivos específicos de traçar um histórico das relações bilaterais entre Brasil e França, a partir da assinatura do Acordo-Quadro, e de analisar o processo de construção da Ponte, foram analisados os estudos já realizados, bem como os documentos relativos à temática, incluindo as questões licitatórias para iniciar a obra.

Para identificar a forma como os órgãos de fiscalização e controle atuam na Ponte e avaliar os seus fluxos de pessoas, veículos leves e mercadorias foram realizadas coletas de dados com a Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Receita Federal Brasileira (RFB) por meio da plataforma Fala.BR, canal oficial do Governo do Brasil para solicitar acesso à informação junto às instituições.

Também foi realizada uma entrevista com um ator que representa o Estado nessas relações transfronteiriças, João Capiberibe, que era o governador do Estado do Amapá no momento em que a Ponte começa a ser pensada, tendo uma participação essencial para que o estado comesse a se voltar para o Platô das Guianas³.

Para obter os dados referentes às exportações e importações entre Amapá e Guiana Francesa, foi utilizada a plataforma Comex Stat do

³ Localiza-se na região nordeste da América do Sul, no extremo norte do Brasil, e também está presente nos territórios da Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, Suriname e Venezuela (ASSUNÇÃO, 2020).

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), sendo analisados os dados do período de 2012 a julho de 2022. Já em relação ao fluxo de pessoas e veículos leves, utilizou-se os dados disponibilizados pela Polícia de Fronteira da França (PAF) contidos nos relatórios feitos por pesquisadores franceses do Observatório Homem-Meio Ambiente (OHM Oyapock), bem como os dados disponibilizados pela PF por meio do Sistema de Tráfego Internacional (STI).

Este artigo está sistematizado em quatro sessões, iniciando por esta, introdutória. Posteriormente, é abordado um breve contexto histórico das relações bilaterais na sessão “A fronteira entre o Brasil e a França”, percorrendo sobre a aproximação entre ambos, levando ao interesse em construir a Ponte, a partir da assinatura do Acordo-Quadro.

A terceira sessão, “O processo de construção e a abertura da Ponte”, disserta sobre o desenvolvimento do objeto técnico desde o início, bem como os processos licitatórios envolvidos e os atrasos que ocorreram para a conclusão da obra. Ainda nessa sessão, fala-se sobre a abertura, desde a cerimônia de abertura simbólica, em março de 2017, as adaptações relacionadas ao uso da Ponte ao longo dos anos e o impacto da pandemia no seu funcionamento.

Por fim, na sessão “Fluxos de pessoas e mercadorias através da Ponte”, são apresentados os dados de fluxos de pessoas e veículos leves desde 2017, e os de exportação e importação, comparando os números no período anterior à abertura da Ponte com os dados atuais, para ter uma dimensão do impacto que a Ponte causou nesses fluxos.

A FRONTEIRA ENTRE O BRASIL E A FRANÇA

Por possuir uma grande extensão territorial, o Brasil faz fronteira com dez países, sendo que cada região fronteira se apresenta de forma peculiar e com uma dinâmica própria. Isto se dá pelo fato de que as interações cotidianas que ali ocorrem (no âmbito social, econômico, político e cultural) lhes causam alterações constantes e muitas vezes complexas. Por isso, pesquisadores que as têm como objeto de estudo precisam ter um olhar atento e contínuo sobre essas regiões.

Além disso, os fluxos de pessoas, bens e capitais, bem como seus elementos espaciais, o contato com legislações de países

diferentes e o fato de vários níveis de governo e de interesses estarem ali envolvidos tornam as políticas públicas para as zonas de fronteira algo problemático (BRASIL, 2005). Por isso, para serem elaboradas e implementadas, é necessário estar atento a todos esses fatores que tornam a região fronteira algo único.

Geograficamente estratégicas para os Estados, as fronteiras possuem potencial de exercerem um papel fortemente relevante para os processos de cooperação e integração regional. A cooperação ocorre quando um país compreende que as políticas do outro podem o auxiliar a alcançar seus objetivos (KEOHANE; NYE, 1977) e, assim, criam acordos para regularizar este tipo de relação.

No caso do Brasil e da França, houve a assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa em 1996, no qual o Amapá foi o responsável por incluir um artigo (art. 6º) para garantir a possibilidade de cooperação entre o estado federado e a Guiana Francesa (FONSECA, 2008), visto que possuem uma fronteira em comum, entre o Oiapoque-AP e a Guiana Francesa (Figura 1).

Já o outro campo fértil que a região de fronteira representa para os Estados, a integração regional, pode ser classificada como formal ou informal (LOMBAERDE; LANGENHOVE, 2005). A primeira é aquela que ocorre a partir da institucionalização dos países e a segunda acontece sem a interferência estatal e por isso pode ser promovida por atividades ilegais, como o comércio de drogas ilícitas (MACHADO; NOVAES; MONTEIRO, 2009).

Na América do Sul, o processo de integração regional no seu aspecto formal foi uma resposta ao interesse em superar a condição de subdesenvolvimento dos países e foi tratado historicamente a partir de um viés mais economicista (ANDREATTA, 2016). Em 2000, cria-se a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), com o objetivo de promover a integração regional por intermédio de obras de infraestruturas que possam interligar fisicamente os países e assim facilitar o transporte e a circulação de bens e pessoas entre eles (COUTO, 2008).

As pontes binacionais são um forte exemplo dessas obras de infraestruturas que a IIRSA busca estabelecer, pensadas a partir dessa necessidade de articular as demandas locais e binacionais,

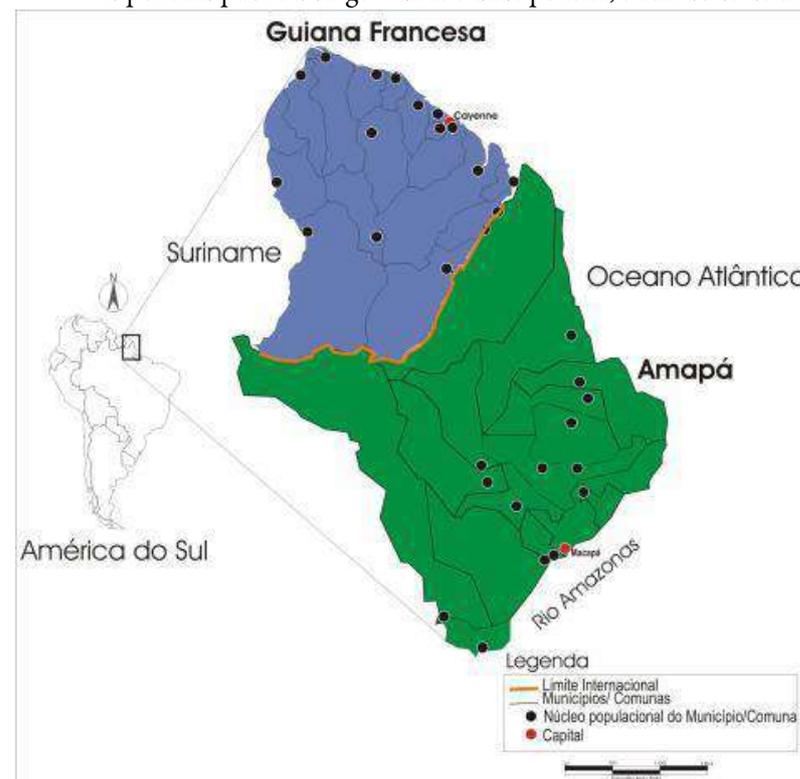
para suprir uma das maiores carências da região, a infraestrutura (SANTOS, 2017).

Como parte de um projeto da IIRSA, a Ponte Binacional sob o Rio Oiapoque, que já havia sido anunciada, começa a sair do papel. Inicia-se, assim, uma nova fase na relação entre o Brasil e a França, voltada para a cooperação, na qual os laços são estreitados e há um forte interesse em buscar uma integração transfronteiriça entre o Amapá e a Guiana Francesa. Nesse sentido, a Ponte serviria como um instrumento que possibilitaria não só uma ligação física entre os dois territórios, mas também seria uma política pública de integração regional.

Figura 1 – Mapa de Localização do Amapá e Guiana Francesa.

Fonte: Silva e Rückert (2009).

As políticas públicas surgem da atividade política, tratando-se de um



conjunto de ações e decisões pensadas para implementar algo que surgiu a partir de uma demanda. Este processo ocorre quando uma situação sai de um estado de coisa, algo que não está presente na agenda governamental e por isso não é uma prioridade, e se torna um problema político. A partir disso, começam a se formular ações voltadas para tal situação (RUA, 1997).

A integração regional é inserida na agenda dos países da América do Sul a partir do momento em que a compreendem como uma oportunidade de superar a condição de subdesenvolvidos, como foi dito anteriormente. Essa integração está presente na Constituição Brasileira como algo que o país deve buscar com o objetivo de formar uma comunidade latino-americana de nações (BRASIL, 1988). Dessa forma, deve ser conduzida como uma política pública que está ligada diretamente à política externa brasileira (SANTOS, 2017).

Todavia, as políticas públicas nas zonas de fronteira têm diversas variáveis que tornam o processo de sua formulação e implementação mais difíceis. Uma delas é o fato de haver diversos atores envolvidos (RUA, 1997). No caso da Ponte Binacional, por exemplo, para além dos Estados e os governos, representando os atores públicos, estavam envolvidos também atores privados (empresas interessadas na possibilidade de utilizar a Ponte para facilitar as exportações), trabalhadores (comerciantes e catraieiros⁴, utilizando sindicatos para os representar) e agentes internacionais.

Por haver essa variedade de atores, os interesses em questão também eram diversos e a opinião no momento da formulação estava dividida. Apesar de os comerciantes e donos de hotéis em Oiapoque acreditarem que poderiam se beneficiar de uma circulação maior de pessoas na cidade, os catraieiros, que eram os principais responsáveis por atravessarem as pessoas de um lado para o outro, afirmavam que a Ponte poderia reduzir drasticamente o seu número de passageiros e, assim, afetaria de forma negativa a sua renda mensal.

Antes da assinatura do Acordo-Quadro, a percepção dos atores públicos acerca das fronteiras era voltada apenas para o âmbito da defesa e de segurança dos territórios. Todavia, quando o Brasil e a França enxergam na sua fronteira e no estreitamento dos seus laços uma oportunidade que poderia trazer vantagens econômicas para ambos, através de um processo de integração e cooperação, é firmado

⁴ Pilotos das catraias, pequenas embarcações motorizadas bastante utilizadas no Rio Oiapoque (MARTINS; SUPERTI; PINTO, 2015).

o acordo e começa a ser elaborado o projeto da Ponte. Vale ressaltar, porém, que para a população da Guiana Francesa havia o receio de que com a Ponte haveria um número maior de imigrantes brasileiros no território francês (GRANGER, 2012). Mas os empresários franceses enxergavam a Ponte como uma alternativa ao trânsito comercial feito através do Porto Dégrad-des-Cannes, um dos mais caros do mundo (PRÉVOST, 2015). Com a construção, poderia ser feita uma ligação ao Porto de Santana, no Estado do Amapá, que além de oferecer um custo reduzido, possui um calado maior que o porto de Caiena, com 3,7 metros de calado, enquanto o porto amapaense possui 11 metros (SILVA, 2013), sendo um privilégio estratégico para as importações e exportações francesas.

Já para o Amapá, a sua construção traria a perspectiva de sair do seu isolamento físico (ASSUNÇÃO, 2020) e seria uma chance para o estado aproveitar a sua localização estratégica, pela sua abertura ao Atlântico e por poder ter uma relação privilegiada tanto com a Europa quanto com o Caribe. Seria uma possibilidade de criar uma rota turística internacional e comercial (SILVA; TRINDADE JR, 2013).

Apesar, então, do receio de certos atores, o que prevaleceu foram os interesses do Estado e dos empresários, que representavam a elite, e a Ponte tem seu processo de construção iniciado.

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E A ABERTURA DA PONTE

Em abril de 2002 foi assinado o Decreto nº 4.373, referente ao Projeto de Construção da Ponte, afirmando o ânimo em promover as relações transfronteiriças entre o Brasil e a França, além do desejo de fortalecer uma parceria bilateral na qual haveria o desenvolvimento sustentável em ambas as margens da fronteira (BRASIL, 2022).

Por meio deste decreto, cria-se uma comissão bilateral para reunir dados e fornecer estudos necessários para que fosse iniciada a obra, indicando o melhor local e aspectos do âmbito técnico, ambiental, econômico e financeiro para a construção da Ponte.

Cinco anos depois é assinado o Decreto nº 6.250, de 6 de novembro de 2007, que ratifica a construção e define que

cada país seria o responsável pelo gerenciamento da obra de sua responsabilidade (vias de acesso entre Oiapoque e Saint-Georges e postos de fiscalização), além de determinar que o Brasil garantiria o gerenciamento da execução da obra e de suas instalações (BRASIL, 2007).

Fica estabelecida a realização de um estudo de impacto ambiental, com os procedimentos estando de acordo com a legislação de cada uma das partes, no âmbito do direito ambiental e do direito fundiário, e define-se previamente as características da infraestrutura (BRASIL, 2007).

A empresa responsável pela elaboração do projeto básico foi definida através do Edital nº 287/2006-00-DNIT, que após a avaliação da comissão responsável declarou a Maia Melo Engenharia Ltda como vencedora (BRASIL, 2006). A mesma empresa é selecionada para executar as questões mais voltadas ao contexto ambiental: a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA), o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e o Plano Básico Ambiental (BRASIL, 2007).

Para a sua execução, é escolhido o Consórcio Egesa/CMT, que vence a Concorrência Internacional nº 654/2008-00, anunciada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) em novembro de 2008 (BRASIL, 2008).

A previsão era iniciar a obra em 2009, porém, isso só ocorreu em 2010 devido às escavações arqueológicas que encontraram vestígios que remontam períodos históricos coloniais. Os presidentes do Brasil e da França, que no momento eram Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Nicolas Sarkozy (2007-2012), respectivamente, tinham a pretensão de ter a Ponte pronta até o final de 2010, para poder inaugurá-la antes do fim do mandato de Lula, algo que não foi possível (NASCIMENTO, 2014).

Este atraso foi uma das questões mais emblemáticas para a obra, recebendo críticas da população local e da mídia. Após investigações, o Institut National de Recherches Archéologiques Préventives (INRAP) e o Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA) identificaram que tais vestígios coloniais se tratavam de peças de cerâmica com depósitos funerários pertencentes às aldeias indígenas dos séculos XI e XII (SANTOS; NUNES; VERLY, 2017).

Segundo uma publicação do IEPA, em 2012, o DNIT não havia informado o consórcio responsável pela construção sobre tais vestígios, gerando dificuldades e atrasos no andamento da obra.

O volume 3 do Projeto Básico feito pela empresa Maia Melo, referente ao relatório de resumo de avaliação ambiental, faz um diagnóstico ambiental. Todavia, em relação aos sítios arqueológicos, apresentou apenas uma informação bem sucinta, se baseando num blog virtual chamado “Navegador Brasileiro Weblog”, para concluir que todos os sítios estavam localizados longe do município de Oiapoque e do local no qual a Ponte seria construída. Possivelmente, assim agiu para justificar a ausência de um estudo mais aprofundado (BRASIL, 2008).

Apesar disso, segundo Silva, Costa e Custódio (2019), dentre os estudos realizados, houve um preliminar voltado para as questões arqueológicas que fez parte do processo inicial do licenciamento da obra. Foi constatado que o local tinha um alto potencial de ter sítios arqueológicos e o órgão executor foi informado, em janeiro de 2008, sobre essa situação, porém, mesmo ciente do risco, não houve a contratação do trabalho de resgate necessário para elaborar o programa arqueológico do local (SILVA; COSTA; CUSTÓDIO, 2019).

Estima-se que um terço do sítio arqueológico tenha sido danificado. O Ministério Público Federal moveu uma audiência conciliatória em face ao DNIT e a partir disso deram início às tratativas das medidas compensatórias dos danos causados (ALVES, 2016).

A avaliação feita por Santos, Nunes e Verly (2017) identificou ainda outros fatores que tornaram o processo mais longo do que o esperado, como o atraso na liberação das licenças ambientais e a revisão do projeto de fundação. Todas essas adversidades causaram uma grande repercussão na mídia brasileira e francesa. Segundo o estudo de Thébaux (2015), no período marcado pelos atrasos (de 2008 a 2011), a mídia francesa teve um discurso mais crítico, questionando as possíveis consequências da utilização da Ponte e a história do seu projeto.

Neste estudo, 50% das pessoas entrevistadas, de Saint-Georges, Oiapoque e Vila Vitória, descreveram a Ponte de forma negativa, tendo a visão dela de algo inútil, percepção essa que se intensificou com os atrasos (THÉBAUX, 2015).

Após um investimento de R\$ 61 milhões (SANTIAGO, 2015) e diversos entraves, a obra é concluída em 1 de junho de 2011 (BOURCIER, 2015). Apesar disso, o Brasil ainda não havia finalizado sua área de operação, defendendo que um dos motivos era a ausência da construção de um marco jurídico que regulasse a circulação de pessoas, veículos e bens (MARTINS; CAVLAK, 2020).

Passaram-se seis anos até que aprovassem não só um acordo nesse sentido, como também outros necessários para que a Ponte começasse a funcionar. São eles:

I) O Acordo entre o Brasil e a França para o Estabelecimento de Regime de Circulação Transfronteiriça entre Brasil e Guiana, firmado por intermédio de uma troca de notas entre o Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Desenvolvimento Internacional, Laurent Fabius (BRASIL, 2014).

II) Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa referente ao Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e de Cargas (Decreto n. 8.964, de 18 de janeiro de 2017);

III) Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para o Estabelecimento de Regime Especial Transfronteiriço de Bens de Subsistência entre as localidades de Oiapoque (Brasil) e St. Georges de l'Oyapock (França) (Decreto n. 8.960, de 16 de janeiro de 2017); e

IV) Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa Relativo à Cooperação Transfronteiriça em Matéria de Socorro de Emergência (Decreto n. 8.959, de 16 de janeiro de 2017).

Cada um desses acordos é essencial para que a Ponte de fato possibilite uma integração entre o Amapá e a Guiana Francesa. Capiberibe (2021) afirma que há a necessidade de cumprimento destes acordos firmados para haver uma cooperação transfronteiriça, bem como um desejo de alavancar esta cooperação por parte dos atores públicos. Porém, isso deve ser pensado além do âmbito local, pois a Ponte deve se tornar mais presente e urgente na agenda brasileira (CAPIBERIBE, 2021).

No dia 20 de março de 2017, dois meses após a promulgação destes acordos, a Ponte Binacional é aberta de forma parcial, já que apenas veículos particulares para o turismo poderiam utilizar, e teve uma cerimônia de abertura simbólica dois dias antes. Nesta cerimônia, houve a presença de diversas autoridades brasileiras e francesas, porém os Chefes de Estado não estavam presentes, o que, simbolicamente, mostrou que a dimensão nacional da infraestrutura estava afetada (THÉBAUX, 2015).

Para os brasileiros que fossem atravessar com seus carros de passeio, o pagamento do seguro era obrigatório e variava de acordo com o veículo, entre 250 a 450 euros. Além disso, os brasileiros também deveriam possuir o visto e a carteira internacional de motorista (BRASIL, 2017d) para atravessarem. Por outro lado, não havia estas exigências para os franceses.

No momento em que a Ponte é aberta, táxis, ônibus e caminhões ainda não podiam atravessar, principalmente estes últimos, que estão relacionados ao comércio, já que esse tipo de transporte necessitava de acordos que o regulassem (ASSUNÇÃO, 2020). O governo brasileiro previa regular a travessia de cargas até metade do ano de 2017 (BRASIL, 2017d).

Após a abertura parcial, Capiberibe fez um pronunciamento no Senado Federal lembrando a trajetória percorrida até a abertura da Ponte e reforça a importância desta relação bilateral:

[...] a cooperação entre países é melindrosa, é delicada, exige tempo, exige perseverança, mas é fundamental, numa região como a nossa, para o desenvolvimento. O Oiapoque, lá no extremo norte do Brasil, com a cooperação com a Guiana, com a França, é hoje o Município com maior expectativa de desenvolvimento econômico (BRASIL, 2017e).

O senador também reforçou que a abertura aconteceu vinte anos após o encontro do Presidente Fernando Henrique Cardoso com o Presidente Jacques Chirac, em Saint-Georges (BRASIL, 2017e). Foi um processo longo de formulação e implementação até finalizar a obra, porém, mesmo parcialmente aberta, como já foi dito, ainda havia questões pendentes para a sua abertura total.

Com o passar do tempo, alguns ajustes foram sendo feitos, como o horário de funcionamento. Inicialmente, a Ponte funcionava das 08h às 12h e das 14h às 18h, de segunda à sexta (FIGUEIREDO, 2019), o

que em 2019 foi estendido para todos os dias, das 08h às 18h (RABELO; FRANK, 2019). A ampliação do horário tinha uma boa expectativa, principalmente para o comércio e áreas ligadas ao lazer, visto que o fluxo de pessoas que atravessariam tenderia a aumentar.

Vale ressaltar, porém, que ainda há problemáticas envolvidas neste horário de funcionamento, algo que Capiberibe (2021) avaliou como uma limitação à circulação de pessoas, já que após às 18h a Ponte se encontra fechada, não sendo possível, por exemplo, atravessar à noite para ir aos bares e restaurantes de Oiapoque, que atraem muitos franceses.

Outra questão a ser superada é a assimetria para a travessia de brasileiros e franceses. Apenas os brasileiros precisam de visto e de seguro dos veículos para atravessar. Após diálogos feitos entre Brasil e França nas reuniões da Comissão Mista, atualmente é possível fazer um seguro de prazo inferior a um mês de validade e pagar um valor referente a isso, consequentemente sendo, então, menor (ANDRO et al., 2019). Porém, a questão do visto ainda não teve andamento, pois só podem ser emitidos no Consulado Francês em Brasília, causando uma dificuldade maior para os brasileiros que desejavam ir à Guiana Francesa.

O Ministro Conselheiro da Embaixada da França, Gilles Pecassou, informou que a retirada da expedição do visto na capital amapaense se tratava de um problema interno e não era algo sobre a relação bilateral entre Brasil e França. Afirmou ainda que se a expedição permanece em Brasília, os custos seriam reduzidos (BRASIL, 2018). Porém, por mais que haja uma redução no custo das taxas, os amapaenses precisam arcar com as despesas necessárias para ir à Brasília retirar o visto para, só então, poder atravessar a Ponte. Assim, o que se observa é que os brasileiros que conseguem atravessar a fronteira pela Ponte são aqueles com maiores condições financeiras, aqueles que podem arcar com todos os custos exigidos.

Em relação ao uso da Ponte para a circulação de mercadorias, em 1º de março de 2019, foi publicado no Diário Oficial da União, o Ato Declaratório Executivo SRRF02 nº 5, que declara o Ponto de Fronteira de Oiapoque, na cabeceira da Ponte Binacional, como alfandegado (BRASIL, 2019).

A partir do dia 9 de maio, foi autorizado o transbordo de mercadorias, mas ainda em caráter experimental por três meses

(FIGUEIREDO, 2019). A primeira exportação ocorreu em 3 de julho de 2019, e até o dia 13 do mesmo mês, 22 carretas de empresas brasileiras utilizaram a Ponte para transportar mercadorias vindas de São Paulo que seriam utilizadas na construção da usina de biomassa na Guiana Francesa (VIDIGAL, 2019), um marco nas relações transfronteiriças franco-brasileiras.

Após estes avanços, a perspectiva era de que a Ponte estaria caminhando para cumprir as expectativas do momento de seu planejamento. Porém, com a pandemia da Covid-19, as fronteiras do Brasil foram fechadas, por meio da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para diminuir os riscos de contaminação e propagação do coronavírus.

No dia 25 de janeiro de 2021, foi criada ainda a Portaria nº 652, que dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada de estrangeiros no Brasil, que permite o fluxo de cargas e a passagem de pessoas em casos especiais, como brasileiros e estrangeiros caso tenham sido autorizados pelo governo brasileiro visando o interesse público ou questões humanitárias (BRASIL, 2021).

A vida como um todo foi afetada e na fronteira não foi diferente. O fluxo de pessoas foi bastante limitado e até mesmo o trabalho dos órgãos que atuam no controle e fiscalização na Ponte foi prejudicado.

As atividades administrativas da PF que lá ocorriam foram suspensas de forma presencial e seu posto foi desativado (BRASIL, 2021). Já para a PRF, o fechamento da fronteira não causou grande impacto em suas atividades operacionais, realizadas pela sua Unidade Operacional - UOP03, que está localizada na área rural do município, pois o fluxo de veículos estava baixo (BRASIL, 2021).

Com relação à RFB, a pandemia ocasionou o afastamento dos servidores que estavam no grupo de risco de contaminação maior do vírus. Dessa maneira, o trabalho de forma remota passou a ser utilizado, implementando uma nova rotina de trabalho no órgão (BRASIL, 2021).

Apesar da limitação para o fluxo de pessoas, o fluxo de cargas estava autorizado através da Ponte. A RFB afirmou que, com a oficialização das atividades de alfândega no posto da Receita em Oiapoque, o fluxo de mercadorias aumentou. A Ponte possibilita a exportação no modal rodoviário, modal este mais rápido que o marítimo, para o qual está estimado o prazo entre 60 a 90 dias para a chegada das cargas ao destino (BRASIL, 2021).

A finalização das obras de pavimentação da BR-156, que possui um trecho de 112km sem asfalto (PALMERIM; OLIVEIRA, 2020) e em péssimas condições, poderia proporcionar um fluxo ainda mais intenso de mercadorias, já que possibilitaria uma maior rapidez ao processo. A rodovia serve como nóculo central no Amapá, ligando o município de Oiapoque à Macapá, capital do Estado, e ao Porto de Santana, e ainda é a única ligação física para entrada dos franceses no Brasil (SILVA, 2010).

Em julho de 2021, as obras na BR-156 foram retomadas, com a previsão de asfaltar mais 10km, segundo o DNIT (PACHECO; BORRALHO, 2021). Não se sabe, porém, quando a estrada estará totalmente pavimentada e poderá facilitar essa integração e o escoamento de mercadorias.

Enfatiza-se, mais uma vez, que desde que a Ponte começou a ser pensada, para proporcionar uma integração regional entre o Amapá e a Guiana, muitos atores, em diferentes escalas, estavam envolvidos, visto que é um projeto binacional que afeta diretamente a vida cotidiana da população que habita na região de fronteira.

Um longo período foi percorrido desde o momento em que a Ponte foi anunciada até a sua abertura, mas é necessário observar como esse fluxo de pessoas e mercadorias tem se dado. Dessa maneira, é possível analisar sua implementação e avaliar a necessidade de novos ajustes para otimizar ainda mais seu funcionamento.

FLUXOS DE PESSOAS E MERCADORIAS ATRAVÉS DA PONTE

A avaliação e o monitoramento dos dados dos fluxos de pessoas e mercadorias são essenciais para servir de base para as políticas públicas já existentes na região, bem como as que poderão ser criadas no futuro, de acordo com a necessidade observada pelos atores sociais e estatais. Essa avaliação auxilia a compreender o desempenho da Ponte como uma política pública de integração regional.

Há uma diferença no aspecto burocrático e normativo para a travessia de veículos leves e de pessoas: os brasileiros necessitam de seguro e visto, enquanto os franceses podem atravessar sem esses custos e

barreiras. Esta diferença causa um efeito que pode ser observado quando se analisa os dados dos fluxos desde a abertura parcial da Ponte, em 2017.

O relatório organizado por Cornou (2018) com dados de março de 2017 a julho de 2018 disponibilizados pela PAF de Saint-Georges, demonstra esta diferença do número de veículos que passaram pela Ponte: de 36.320 veículos, 36.011 eram franceses e apenas 285 eram brasileiros (69 eram de outra nacionalidade), ou seja, 99% eram franceses e 1% brasileiros.

Já em relação ao número de pessoas que atravessaram pela Ponte, no mesmo período, isso se modifica: das 76.899 pessoas, 58% eram franceses (44.564 pessoas) e 40% eram brasileiros (30.847 pessoas), sendo 2% pessoas de outra nacionalidade (1.488 pessoas), um quadro bem diferente se comparado ao fluxo de veículos (CORNOU, 2018).

Os dados mais recentes, antes do fechamento da Ponte por conta da pandemia, mostram que o número de brasileiros, aos poucos, está se igualando ao número de franceses que utilizaram a Ponte.

É necessário, porém, chamar a atenção para uma questão: apesar de haver quase um equilíbrio no número de franceses e brasileiros, há ainda uma boa parte da população que não utiliza a Ponte, dando preferência às catraias, por não possuírem veículos e/ou evitarem o controle dos órgãos na aduana (ANDRO et al., 2019).

Já em relação à porcentagem de veículos franceses e brasileiros que a utilizaram até o ano de 2019, não houve nenhuma alteração em relação aos dados apresentados por Cornou (2018): 99% são veículos franceses e 1% são brasileiros.

Gráfico 1 – Distribuição de franceses e brasileiros na Ponte por ano (2017-2019).

Fonte: Andro et al. (2019).

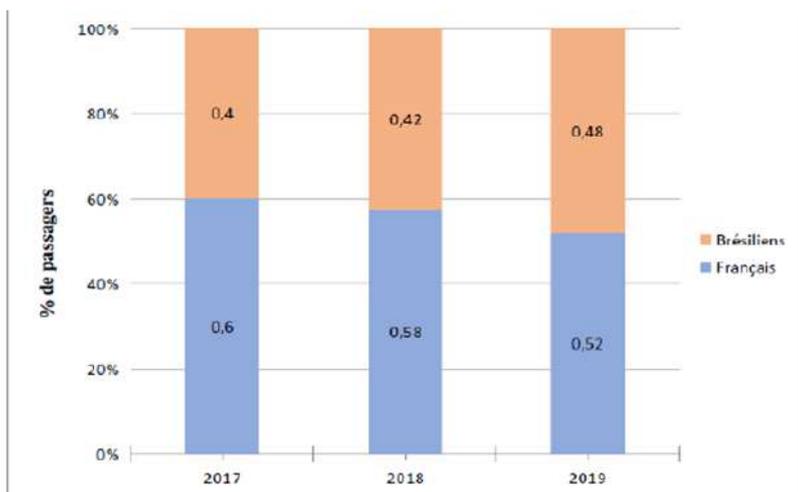
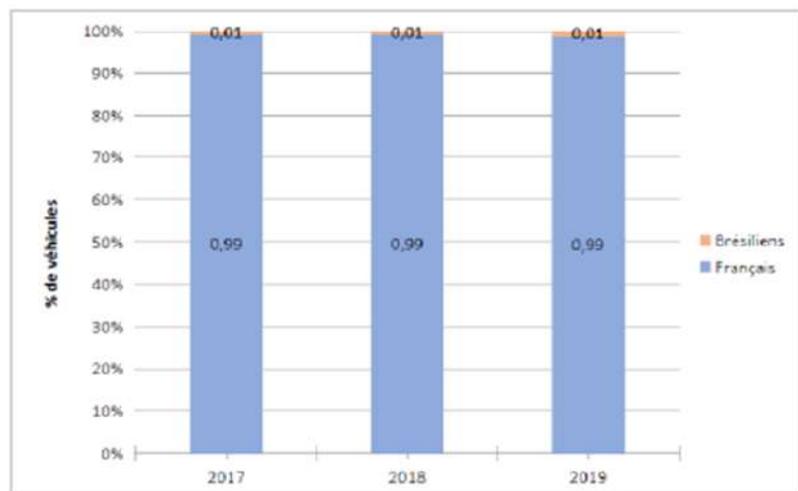


Gráfico 2 – Distribuição de veículos franceses e brasileiros na Ponte por ano (2017-2019).

Fonte: Andro et al. (2019).

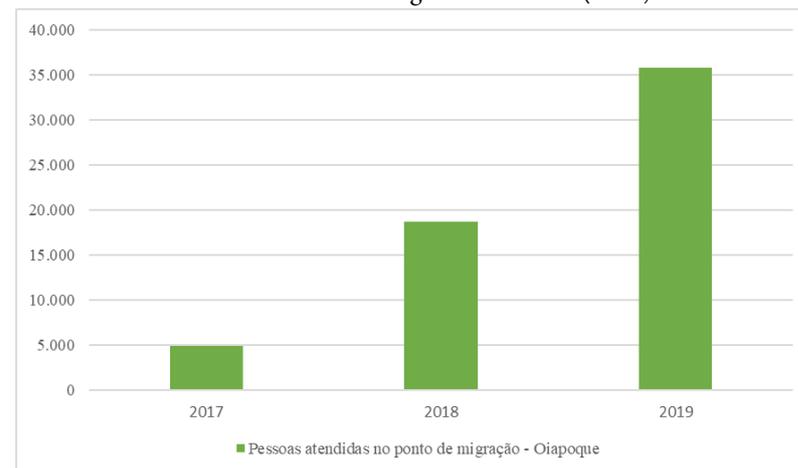


As porcentagens mudam bruscamente se comparadas às pessoas que atravessaram pela Ponte, porém, isto pode ter uma justificativa: as barreiras burocráticas encontradas pelos brasileiros fazem não só com que muitos prefiram não a utilizar, como também os motiva a adquirirem ou alugarem um veículo francês, para então não serem necessários os gastos com seguro (ANDRO et al., 2019), podendo, assim, utilizar a Ponte de forma mais acessível no que se refere ao aspecto financeiro.

Quando se observam os números disponibilizados pela PF, percebe-se o crescimento do fluxo de pessoas com o passar dos anos, de 2017 a 2019 (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Número de pessoas atendidas pela Polícia Federal no Ponto de Migração Terrestre em Oiapoque.

Fonte: Sistema de Tráfego Internacional (2021).



Em 2017, 4.937 pessoas foram atendidas no ponto. Em 2019 houve um total de 35.803 pessoas atendidas, um aumento de aproximadamente 725%. Além disso, por meio dos dados disponibilizados, foi possível observar que do total de atendimentos ao longo desses três anos, 92% se trataram de visitantes por motivo de turismo (SISTEMA DE TRÁFEGO INTERNACIONAL, 2021).

Não houve a possibilidade de encontrar dados mais recentes, por conta do fechamento das fronteiras durante a pandemia. Apenas em 18 de dezembro de 2021 voltou a ser autorizada a entrada e saída

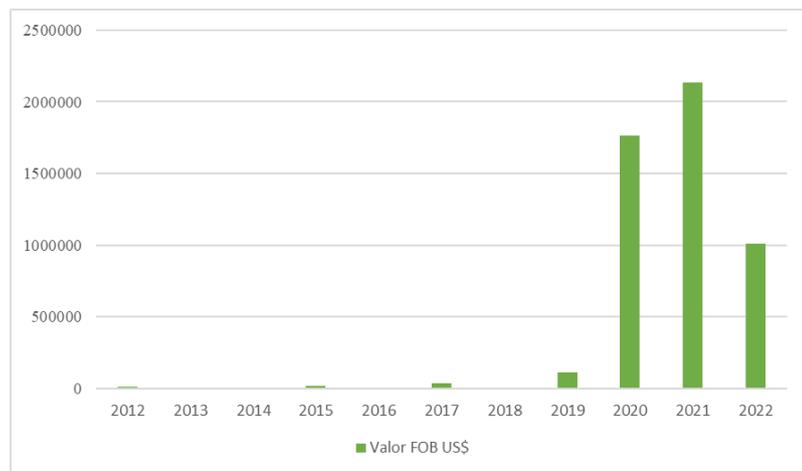
de pessoas pela Ponte (GUIANA FRANCESA LIBERA ENTRADA DE VIAJANTES PELA PONTE BINACIONAL NA FRONTEIRA COM O BRASIL, 2021).

Há uma diferença nos dados disponibilizados pela PAF e pela PF do número de pessoas que utilizaram a Ponte, sendo que os da PAF são maiores e num espaço de tempo menor. Isso pode se dar por haver pessoas que atravessam para um lado sem retornar, ou até mesmo por retornarem utilizando as catraias, não entrando nas estatísticas.

Já o fluxo de cargas continuou ocorrendo durante a pandemia, e por isso foi possível obter os dados referentes ao fluxo de mercadorias até o ano de 2022, a partir da Plataforma Comex Stat – Exportação e Importação Geral do MDIC.

Gráfico 4 – Exportações do Amapá para a Guiana Francesa de 2012 a 2022.

Fonte: Comex Stat (2022).



Observa-se que antes da oficialização da alfândega, em 2019, as exportações apresentavam um fluxo bem inferior se comparado ao período após a oficialização, sendo feitas apenas pelo modal marítimo. No Comex Stat não foram encontrados dados referentes aos anos de 2013, 2014 e 2016.

De 2018 para 2019, o aumento do valor de exportações em FOB⁵ US\$ foi de mais de 1700%, enquanto que de 2019 para 2020 o aumento foi de aproximadamente 1500%, levando em consideração o impacto negativo da pandemia de Covid-19, que causou um retrocesso econômico desestruturando a economia internacional (MOTA, 2021).

Em 2021, o valor das exportações superou todos os anos anteriores, com US\$ 2.137.500. Já em 2022, até o mês de julho, o valor já se encontrava bem próximo ao ano de 2020. É notável, então, as vantagens que a oficialização da alfândega trouxe para as exportações do Brasil para a Guiana Francesa.

No Comex Stat, porém, o único dado referente às importações para o Amapá tendo como origem a Guiana Francesa foi de junho de 2022, no valor de US\$ 513. Para a análise nesse estudo, então, utilizou-se a França como origem das importações para o estado.

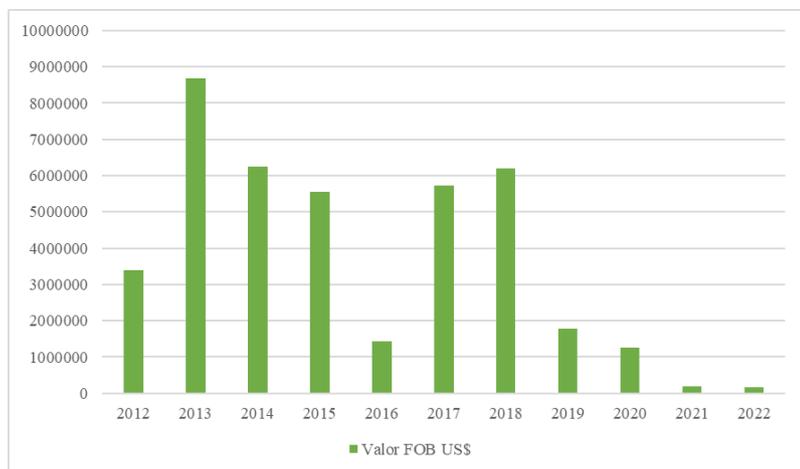
Observa-se que após a queda das importações a partir de 2013, o seu fluxo só começou a crescer a partir do ano em que a Ponte foi aberta parcialmente, em 2017. Porém, após aumentar até 2018, o fluxo volta a diminuir consideravelmente, mesmo após a oficialização da alfândega, quadro oposto ao das exportações.

O relatório de Andro et al. (2019) aponta que alguns dos produtos que o Brasil mais importou de Saint-Georges foram os da categoria pérolas cultivadas e metais preciosos, o que pode ser justificado pelo comércio de ouro na região fronteira. Porém, esses dados não são detectados pelo Comex Stat, possivelmente por não passarem pelo controle da aduana em seu processo de importação. Assim, é necessário ressaltar que os dados do Comex Stat não retratam de forma exata a realidade do comércio transfronteiriço, porque, como já foi dito, há uma circulação de mercadorias que ocorre através das catraias, justamente para não passarem pelo controle que ocorre na Ponte.

⁵ FOB é um termo internacional de comércio (Incoterms) que significa Free On Board, na qual as responsabilidades são do importador em relação aos custos e riscos (CONDE; CORRÊA, 2020).

Gráfico 5 – Importações da França para o Amapá de 2012 a 2022.

Fonte: Comex Stat (2022).



Ainda segundo Andro et al. (2019), em 2017, ano de abertura parcial da Ponte, houve um aumento muito significativo na importação de mercadorias associadas aos veículos terrestres, que pode ser justificado pela possibilidade de muitos brasileiros terem adquirido veículos franceses, sendo então segurados na França. Assim, infere-se que precisariam de peças francesas para seus carros e, por isso, esta categoria pode crescer com o aumento do fluxo de veículos na Ponte (ANDRO et al., 2019).

Não só os dados referentes às mercadorias, como também os de pessoas e veículos leves, precisam de um acompanhamento constante após a retomada do fluxo com a abertura das fronteiras para que se tenha uma dimensão maior das transformações que a Ponte tem trazido para a região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o anúncio da construção da Ponte, a região fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa passou por diversas mudanças, muitas delas no sentido administrativo. Buscou-se as interações formais, o firmamento de acordos bilaterais e a presença maior do

Estado na fronteira em relação ao controle e fiscalização da circulação de pessoas e mercadorias.

A partir da Ponte, houve a expectativa de trazer mudanças para a forma como as relações acontecem na região, para como os fluxos de pessoas e mercadorias se dão, além de um desenvolvimento socioeconômico. Muitos foram os entraves até a sua abertura parcial e durante o processo, havia a propagação de opiniões negativas por parte da população local e até da mídia local e francesa, gerando descrença no potencial de integração que a Ponte poderia ter.

Após a abertura e com o início dos fluxos de pessoas e veículos, percebe-se que, mesmo com as barreiras existentes para os brasileiros atravessarem, o percentual de brasileiros e franceses que a utilizaram até o ano de 2019 foi quase idêntico.

Por outro lado, os dados referentes aos veículos leves possuem um enorme contraste, com 99% deles sendo franceses. Porém, como foi visto, isso possivelmente se deve ao fato de os brasileiros buscarem adquirir ou alugar carros franceses para circularem pela região fronteira sem a necessidade de pagar o seguro que é requerido dos veículos brasileiros.

Também foi bastante notório o crescimento do número de pessoas que atravessaram a Ponte de 2017 a 2019. Será necessário continuar acompanhando esses dados para avaliar como se deu o fluxo após a abertura da fronteira, no final de 2021.

Durante esse período pandêmico, os fluxos de mercadorias que o Amapá exportou para a Guiana Francesa aumentaram significativamente desde o momento em que o Ponto de Fronteira de Oiapoque foi alfandegado e empresários brasileiros realizaram a regulação junto a RFB para poder exportar.

Se de fato a Ponte pode ser entendida como um instrumento, uma política pública de integração transfronteiriça e representa um avanço no sentido da busca por uma relação franco-brasileira tendo como base a cooperação, isso depende do aspecto em que é analisada.

No sentido econômico, apesar das dificuldades impostas pela pandemia e da necessidade de firmar ainda um acordo que permita a circulação de caminhões brasileiros no território francês, já que só o transbordo é permitido, a Ponte trouxe vantagens, pelo menos para as exportações realizadas do Amapá para a Guiana. A circulação de pessoas,

porém, não vem ocorrendo da maneira como foi pensada no início.

Havia uma visão dos guianenses de que a partir da abertura da Ponte, muitos brasileiros iriam atravessar para buscar uma qualidade de vida melhor e, assim, os empregos se tornariam escassos para os guianenses (CAPIBERIBE, 2021). Entretanto, os brasileiros que utilizam a Ponte são aqueles que podem custear o pagamento do seguro, fora os gastos necessários em relação à estadia e alimentação no território francês, por exemplo, visto que o Euro é muito mais valorizado que o Real.

Além disso, é necessário levar em conta que uma boa porcentagem da população fronteiriça não possui veículo e este fato por si só serve como motivo para que busquem utilizar as catraias para a travessia. Dessa forma, a Ponte fica como uma opção melhor para os turistas, franceses que vêm do continente europeu e que buscam conhecer o lado brasileiro, ou seja, seu uso está muito mais voltado para uma elite, tanto brasileira quanto francesa. Isso se confirma com os dados da PF, já que mais de 90% das pessoas que passaram pelo seu ponto de migração são visitantes interessados no turismo.

Nos significados que carrega, a Ponte de fato é um monumento histórico dentro do projeto de cooperação, rompendo o isolamento terrestre de certa forma e mostrando a necessidade de um diálogo constante entre os atores envolvidos. Todavia, a realidade evidencia que ainda há aspectos que precisam melhorar para que ela sirva efetivamente da maneira como foi pensada.

Além da necessidade de avançar na construção dos acordos que ainda estão pendentes em relação ao uso da Ponte, é preciso que os atores sociais continuem dialogando dentro dos meios que possuem, como nas reuniões das Comissões Mistas, incluindo a população que ali habita, para que a Ponte e as políticas públicas existentes e as que serão elaboradas no futuro possam estar de acordo com a realidade local.

Os dados e as análises por parte da comunidade acadêmica e dos atores envolvidos precisam constantemente se atualizar, monitorando as mudanças na região, principalmente com os fluxos de pessoas e veículos retomados após a pandemia. O acompanhamento deve ser feito a longo prazo para que seja possível observar uma dimensão maior sobre o impacto da Ponte nas relações de integração entre o Amapá e a Guiana Francesa.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Jéssica. MPF-AP aciona Justiça para resgate de sítios arqueológicos em rodovias. 18 out. 2016. **G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2016/10/mpf-ap-aciona-justica-para-resgate-de-sitios-arqueologicos-em-rodovias.html>>. Acesso em: 16 abr. 2021.
- ANDREATTA, Alexandre. **Cooperação transfronteiriça e integração regional: o Consórcio Intermunicipal da Fronteira (CIF)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina). Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2016.
- ANDRO, Thais et al. **Mise en place d'un Observatoire International des Transports de l'Oyapock**. 2019. Rapport de stage (École d'Ingénieur Polytechnique). Université de Tours, Caïena, 2019.
- ASSUNÇÃO, Linara Oeiras. **Questões sobre a construção da Ponte Binacional Brasil-França no Município de Oiapoque-Ap: o pensar e o agir**. In: XIMENES, Julia Maurmann; NASPOLINI, Samyra Haydée dal Farra; COELHO, Saulo de Oliveira Pinto. (Orgs.) **Direitos sociais e políticas públicas I** [Recurso eletrônico on-line]. Florianópolis: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, 2020.
- BONETTI, Lindomar Wessler. **As políticas Públicas no contexto do capitalismo globalizado: da razão moderna à insurgência de processos e agentes sociais novos**. *Pracs - Teoria Social Para A Prática Científica: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Amapá*, v. 5, n. [], p.18-28, dez. 2012.
- BOURCIER, Nicolas. **L'Oyapock, un pont trop loin**. 18 mai. 2015. **Le Monde**. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/ameriques/article/2015/10/03/l-oyapock-un-pont-trop-loin_4781877_3222.html>. Acesso em: 25 mai. 2021.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 191-A, p. 1, 5 out. 1988.
- _____. Decreto nº 4.373, de 12 de setembro de 2002 - Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre o Projeto de Construção de uma Ponte sobre o Rio Oiapoque, celebrado em Brasília, em 5 de abril de 2001. **Diário Oficial da União, Brasília**, DF, ano 2002, n. 178, 13 set. 2002. Seção 1, p. 1.
- _____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.
- _____. Resultado de Julgamentos - Tomada de Preços nº 287/2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 2006, n. 231, 4 dez. 2006. Seção 3, p. 153.
- _____. Decreto nº 6.250, de 06 de novembro de 2007 - Promulga o Acordo entre o

Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, relativo à Construção de uma Ponte Rodoviária sobre o Rio Oiapoque ligando a Guiana Francesa e o Estado do Amapá, celebrado em Paris, em 15 de julho de 2005, e sua Emenda de 21 de outubro de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 2007, n. 214, 7 nov. 2007. Seção 1, p. 9.

_____. **Edital n.º 654/2008-00**. Concorrência para Construção da Ponte sobre o Rio Oiapoque, Ligando o Brasil (Oiapoque) e a Guiana Francesa (Saint Georges), incluindo a Elaboração do Projeto Executivo. Brasil: DNIT, p. 105, 28 nov. 2008.

_____. **Acordo por Troca de Notas**, entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa para o Estabelecimento de Regime de Circulação Transfronteiriça entre Brasil e Guiana, celebrado em 28.04.2014.

_____. Decreto n.º 8.959, de 16 de janeiro de 2017 - Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa Relativo à Cooperação Transfronteiriça em Matéria de Socorro de Emergência, firmado em Paris, em 11 de dezembro de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 2017, n. 12, 17 jan. 2017a. Seção 1, p. 4.

_____. Decreto n.º 8.960, de 16 de janeiro de 2017 - Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para o Estabelecimento de Regime Especial Transfronteiriço de Bens de Subsistência entre as localidades de Oiapoque (Brasil) e St. Georges de l'Oyapock (França), firmado em Brasília, em 30 de julho de 2014. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 2017, n. 12, 17 jan. 2017b. Seção 1, p. 5.

_____. Decreto n.º 8.964, de 18 de janeiro de 2017 - Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa referente ao Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e de Cargas, firmado em Paris, em 19 de março de 2014. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 2017, n. 14, 19 jan. 2017c. Seção 1, p. 14.

_____. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Ponte Binacional Franco-Brasileira é aberta ao tráfego neste sábado (18). 18 mar. 2017d. **DNIT Notícias**. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/noticias/ponte-binacional-franco-brasileira-e-aberta-ao-trafego-neste-sabado>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

_____. Senador (2011-2019: João Alberto Rodrigues Capiberibe). **Discurso por ocasião de abertura da ponte**. Brasília, 21 mar. 2017e. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/429639>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

_____. Assembleia Legislativa do Estado do Amapá. Em Saint-Georges, deputada Cristina solicita que a retirada de visto seja feita em Macapá. 25 jan. 2018. **Agência de Notícias – ALAP**. Disponível em: <http://www.al.ap.gov.br/pagina.php?pg=exibir_noticia&idnoticia=8255>. Acesso em: 23 jun. 2021.

_____. Ato Declaratório Executivo SRRF02 N.º 5, de 27 de fevereiro de 2019 - Declara alfandegado, por prazo indeterminado, o Ponto de Fronteira de Oiapoque, localizado no município de Oiapoque, no estado do Amapá. **Diário Oficial da União, Brasília, DF**,

ano 2019, 1 mar. 2019. Seção 1, p. 13.

_____. Portaria ME n.º 284, de 27 de julho de 2020 - Aprova o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 2020, n. 142-B, 27 jul. 2020a. Seção 1, p. 1.

_____. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Controle sanitário da infraestrutura. 21 set. 2020b. **Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA**. Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/fiscalizacao>>. Acesso em: 03 jul. 2021.

_____. Portaria n.º 652, de 25 de janeiro de 2021 - Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 2021, n. 17, 26 jan. 2021. Seção 1, p. 10.

_____. Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Acesso à Informação concedida a Sabrina Rodrigues de Almeida através da **Plataforma Fala.BR** em 07.06.2021.

_____. Departamento de Polícia Federal. Acesso à Informação concedida a Sabrina Rodrigues de Almeida através da **Plataforma Fala.BR** em 11.06.2021.

_____. Ministério da Economia. Acesso à Informação concedida a Sabrina Rodrigues de Almeida através da **Plataforma Fala.BR** em 17.06.2021.

CAPIBERIBE, João Alberto Rodrigues. Entrevista concedida a Sabrina Rodrigues de Almeida. Macapá, 5 jul. 2021.

COMEX STAT. **Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços**. Exportação e Importação Geral. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>. Acesso em: 02 ago. 2022.

CONDE, Joice Fonda Volpi; CORRÊA, Nelson Luis de Souza. Termos Internacionais de Comércio (Incoterms): utilização dos termos EXW nas exportações e DDP nas importações em operações no Brasil. **Revista Tecnológica da Fatec Americana**, v. 8, n. 01, p. 21-28, 2020.

CORNOU, Alice. **Etude préfiguratrice Observatoire International des Transports de l'Oyapock**, Rapport Final. Caiena: Labex DRIHM/DEAL/LEEISA, 2018.

COUTO, Leandro Freitas. A Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana – IIRSA como instrumento da política exterior do Brasil para a América do Sul. **OIKOS** (Rio de Janeiro), v. 5, n. 1, 2008.

FIGUEIREDO, Fabiana. Transbordo de mercadorias pela ponte que liga Brasil e França é autorizado por três meses. 18 mai. 2019. **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2019/05/18/transbordo-de-mercadorias-pela-ponte-que-liga-brasil-e-franca-e-autorizado-por-tres-meses.ghtml>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

FONSECA, Jean Cláudio Santos. **A dinâmica territorial da fronteira Amapá-Guiana Francesa sob a influência da integração**: 1995 a 2007. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21,

p. 212-259, 2000.

GRANGER, Stéphane. O contestado franco-brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia. **Revista Cantareira**, n. 17, 2012.

GUIANA FRANCESA LIBERA ENTRADA DE VIAJANTES PELA PONTE BINACIONAL NA FRONTEIRA COM O BRASIL, NO AP. 18 dez. 2021. **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/12/18/guiana-francesa-libera-entrada-de-viajantes-pela-ponte-binacional-na-fronteira-com-o-brasil-no-ap.ghtml>>. Acesso em: 04 ago. 2022.

ce: world politics in transition. Boston: Little, Brown and Company, 1977.

LOMBAERDE, Philippe; LANGENHOVE, Luc Van. Indicators of regional integration: conceptual and methodological aspects. **Assessment and Measurement**, p. 9-41, 2005.

MACHADO, Lia Osório; NOVAES, André Reyes; MONTEIRO, Licio do Rego. Building walls, breaking barriers: territory, integration and the rule of law in frontier zones. **Journal of Borderlands Studies**, v. 24, n. 3, p. 97-114, 2009.

MARTINS, Carmentilla das Cagas; SUPERTI, Eliane; PINTO, Manoel de Jesus de Souza. Migração e mobilidade de brasileiros através e além da fronteira Brasil-Guiana Francesa: novas sociabilidades. **Revista TOMO**, n. 27, p. 361-396, 2015.

_____; CAVLAK, Iuri. O dilema da participação local na cooperação transfronteiriça Brasil-França (1990-2015). **Diálogos**, v. 24, n. 2, 2020.

MOTA, José Aroudo. Impacto da Covid-19 nas exportações das principais commodities brasileiras. **Radar**, n. 65, p. 29-32, abr. 2021.

MOURA, Edenilson Dutra de. Território, fronteira e conectividade: um olhar para a fronteira franco-brasileira. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, v. 22, n. 3, p. 143-161, 2020.

NASCIMENTO, Cristiane Valéria dos Santos. **Concepções sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e o seu Uso nas Políticas Ambientais Implementadas no Amapá (1995-2010)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2014.

PACHECO, Núbia; BORRALHO, Danillo. Pavimentação da BR-156 deve melhorar tráfego de pessoas e escoamento de produtos no Amapá. 24 nov. 2021. **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/11/24/pavimentacao-da-br-156-deve-melhorar-trafego-de-pessoas-e-escoamento-de-produtos-no-amapa.ghtml>>. Acesso em: 04 ago. 2022.

PALMERIM, Rosana dos Santos; OLIVEIRA, David Barbosa de. Impactos das Políticas Públicas de Integração Infraestrutural no Setor de Transportes (Catraieiros) e setor de Hospedagem (Hotel) da Cidade de Oiapoque no Amapá. **Conhecer**: debate entre o público e o privado, v. 10, n. 25, p. 202-228, 2020.

PRÉVOST, Benoît. **Le pont sur le fleuve Oyapock**: entre unité/disparité territoriale et

coopération transfrontalière. 2015. Dissertação (Master professionnel). École des hautes études en sciences de l'information et de la communication. Université Paris-Sorbonne, Paris, 2015.

RABELO, Jéssica; FRANK, Nixon. Ponte que liga AP e Guiana Francesa passa a funcionar todos os dias da semana e feriados. 03 ago. 2019. **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2019/08/03/ponte-que-liga-ap-e-guiana-francesa-devera-funcionar-todos-os-dias-da-semana-e-feriados.ghtml>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas**: conceitos básicos. Manuscrito, elaborado para o Programa de Apoio a la Gerencia Social en Brasil. Banco Interamericano de Desarrollo: INDES, 1997.

SANT'ANNA, Sérgio Luiz Pinheiro. A integração regional como estratégia de política de Estado do Brasil na geopolítica internacional. **Ciência & Luta de Classes**, v. 2, n. 2, 2015.

SANTIAGO, Abinoan. Pronta há 3 anos, ponte entre Brasil e Guiana ainda não foi inaugurada. 13 jan. 2015. **G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/01/pronta-ha-3-anos-ponte-entre-brasil-e-guiana-ainda-nao-foi-inaugurada.html>>. Acesso em: 22 mai. 2021.

SANTOS, Iviane Cunha; NUNES, Fábio Pessoa da Silva; VERLY, Rogério Calazans. **Avaliação de projeto de pontes baseada em dados experimentais**. Ed. LNEC. Série III. n.º 4, p. 17-28, jul. 2017.

SANTOS, Thauan. Integração regional como política pública: reavaliando riscos e incertezas. In: ENCONTRO ABRI, 6., 2017, Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2017.

SILVA, Ana Cristina Rocha; COSTA, Célia Souza; CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. Achado arqueológico na Ponte Binacional: reflexões sobre as fragilidades da proteção do patrimônio ambiental cultural. **PRACS**: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 12, n. 2, p. 43-56, 2019.

SILVA, Ana Regina Ferreira; TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro. Pensando a diferenciação socioespacial na Amazônia: a sub-região fronteira internacional dos estados do Pará e Amapá. In: PORTO, Jadson L. R.; NASCIMENTO, Durbens M. (Orgs.) **Dinâmicas periférico-estratégicas da fronteira da Amazônia Setentrional**: das políticas públicas e redes institucionais à integração espacial. Rio de Janeiro: Publit, 2013. p. 31-65.

SILVA, Gutemberg de Vilhena.; RÜCKERT, Aldomar. **A fronteira Brasil-França**. Mudança de usos político-territoriais na fronteira entre Amapá (BR) e Guiana Francesa (FR). *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, n. 7, 2009.

SILVA, Gutemberg de Vilhena. Interações Espaciais Amapá (BR) - Guiana Francesa (FR): Uso Político do Território e Cooperação Transfronteiriça. In: PORTO, Jadson Luís Rebelo; NASCIMENTO, Durbens Martins. **Interações fronteiriças no platô das Guianas**: novas construções, novas territorialidades. Macapá: Editora, 2010. p. 73-103.

_____. **A cooperação transfronteiriça entre Brasil e França:** ensaios e expectativas neste século XXI. 2013. Tese (Doutorado em Ciências – Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SISTEMA DE TRÁFEGO INTERNACIONAL (STI). **Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra.** 2021.

THÉBAUX, Priscilla. **Le pont de l'Oyapock:** quels discours et quelles représentations des médias et des riverains? 2015.

VIDIGAL, Victor. Primeira exportação pela Ponte Binacional acontece após oito anos de conclusão da obra no AP. 13 jul. 2019. **G1.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2019/07/13/primeira-exportacao-pela-ponte-binacional-acontece-apos-oito-anos-de-conclusao-da-obra-no-ap.gh.html>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

TERRITORIALIDADES DO TRÁFICO DE MULHERES BRASILEIRAS NA REGIÃO DAS GUIANAS: ROTAS IMPORTANTES E A INTERFACE COM A ATIVIDADE GARIMPEIRA

*Brenda Farias da Silva*⁶

*Gutemberg de Vilhena Silva*⁷

INTRODUÇÃO

O tráfico de pessoas é um problema mundial que ainda precisa de muitos estudos e levantamentos para que suas múltiplas faces e territorialidades sejam devidamente compreendidas e combatidas. No decorrer das últimas duas décadas o tráfico de seres humanos ingressou nas agendas internacionais e foi tema proeminente em fóruns mundiais como o que ocorreu em Viena, em 2008. Além disso, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou departamentos para fiscalizar e coagir o tráfico de pessoas, elaborando relatórios periódicos com a finalidade de difundir e conscientizar sobre a real situação do problema no mundo. Mesmo assim, estudos abrangendo as rotas e territorialidades do tráfico

⁶ Doutoranda em Ciência Política pela University of Waikato. Mestre em Estudos de Fronteira pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: brenda.fariasds@gmail.com.

⁷ Docente na Graduação e Pós-Graduação *stricto sensu* na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e colaborador no doutorado em Planejamento e Políticas Públicas (PPGPP) na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutor em Geografia com Pós-Doutorado pela Universidade Sorbonne, Paris 3, e pela Universidade de São Paulo (USP). Coordenador do grupo de pesquisa Políticas Territoriais e Desenvolvimento. E-mail: gutemberg@unifap.br.

humano ainda são extremamente escassos. Alguns importantes estudos foram realizados através de relatórios globais (Global Report on Trafficking in Persons, em 2009, 2012, 2014, 2016) e regionais, com destaque para a *Pesquisa Tri-nacional sobre Tráfico de Mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname: uma Intervenção em Rede* (HAZEU, 2008) e a pesquisa *ENAFRON: Diagnóstico sobre o Tráfico de Pessoas nas Áreas de Fronteira* (SNJ, 2013). Além das produções acadêmicas, igualmente importantes são os estudos de Oliveira (2011; 2012; 2013).

Este texto analisa as rotas do tráfico de brasileiras para fins de exploração sexual na região das Guianas e sua forte vinculação às áreas de garimpo de ouro, local de maior concentração das mulheres traficadas e pilar da economia no interior das Guianas. Os dados foram levantados a partir de relatórios do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC) (2012; 2014; 2016), de revisão de literatura, com destaque para os trabalhos de Rafael Oliveira (2011; 2012; 2013), e de dados coletados durante trabalho de campo realizado no final de 2017. Em nossas análises, regionalizamos as Guianas em duas sub-regiões: sub-região A (Brasil, Guiana Francesa e Suriname) e sub-região B (Brasil, Venezuela, República da Guiana e Suriname) (Figura1). Tal “fatiamento” regional se justifica por três fatores centrais: a grande diversidade regional; os principais pontos de apoio e deslocamento das mulheres; e algumas centralidades importantes que funcionam como grandes nódulos de intersecção para a conformação das rotas e territorialidades das mulheres.

O texto faz, inicialmente, considerações abrangentes sobre as territorialidades do tráfico humano, refletindo sobre o arranjo jurídico e propondo uma cartografia do problema em suas múltiplas dimensões. Em seguida, avalia em profundidade o problema na região das Guianas e sua alta relação com os garimpos auríferos. Esta seção se desdobra em duas subseções que completam o texto focando nas rotas e territorialidades que marcam cada sub-região analisada e, por fim, a situação-chave assumida pelo Suriname como centralidade entre as duas sub-regiões.

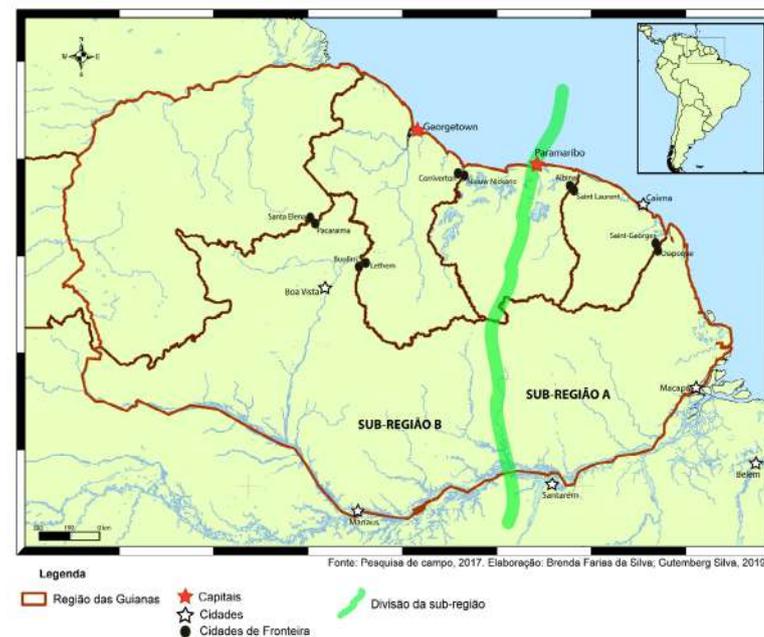


Figura1 – Sub-regiões de análise na região das Guianas.

Fonte: Farias da Silva (2019).

TERRITORIALIDADES DO TRÁFICO HUMANO EM UMA PERSPECTIVA GLOBAL: DISPOSITIVOS JURÍDICOS E CARTOGRAFIAS DO PROBLEMA

O tráfico internacional de pessoas percorre boa parte da história da humanidade. Contudo, somente no final do século XIX passou a ter arranjo jurídico. Ainda assim, foi apenas em 2003, com o Protocolo de Palermo, que se criou o primeiro instrumento global e juridicamente vinculado sobre o assunto (UNODC, 2012). Os dois pilares daquela medida jurídica foram: facilitar a cooperação internacional na investigação e na repressão do tráfico humano; e proteger e assistir vítimas, respeitando os direitos estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Os dados analisados apontam que houve um crescimento significativo no número oficial de vítimas de tráfico humano

nos últimos anos, triplicando entre 2009 e 2016 (Gráfico 1). A razão para esse aumento pode envolver diversos fatores, dentre os quais destacamos os seguintes: a) durante o período dos levantamentos, muitos países passaram a modificar a legislação para melhor identificar casos de tráfico humano; b) a participação dos países também foi crescendo a cada biênio, fornecendo dados complementares – um exemplo é a participação do Suriname a partir do biênio 2012-2014; c) o crescimento de conflitos armados no norte do continente africano e no Oriente Médio – neste caso com destaque para a Guerra na Síria; d) além de crises sociais e políticas em diversos países, a exemplo de Irã, Iêmen, Líbia, Líbano, dentre outros na região do Oriente Médio e Norte da África, que acabaram por se tornar conflitos principalmente a partir da Primavera Árabe, uma onda de protestos e revoltas populares contra governos do mundo árabe eclodiram em 2011.

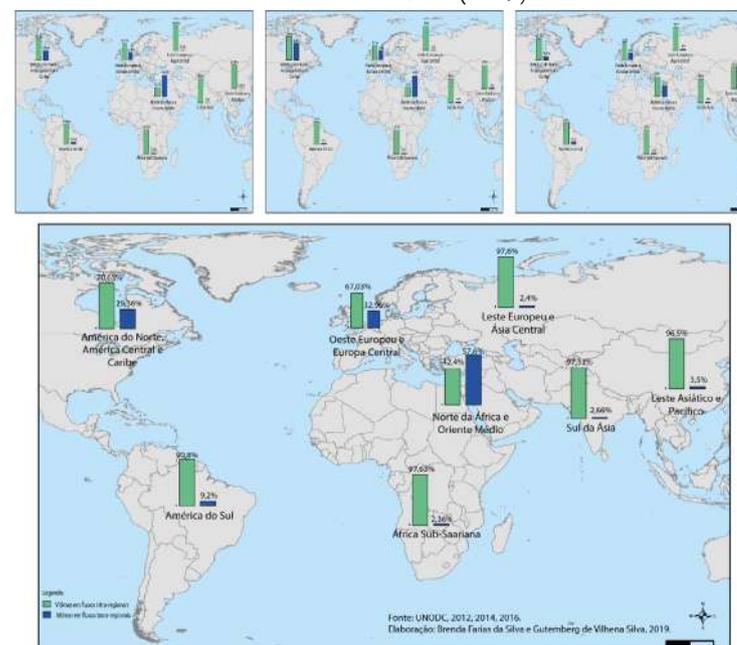
Ao analisar os dados disponíveis sobre a espacialidade do tráfico humano no mundo, foi possível identificar três escalas geográficas básicas: o tráfico interno, quando o problema se restringe à escala nacional, e o intra e trans regional⁸, ambos em escala internacional. As informações mais recentes da UNODC trazem algumas revelações importantes sobre o tráfico de seres humanos. As principais rotas de tráfico ocorrem de países pobres para aqueles economicamente mais estáveis de cada região. Com exceção do Oriente Médio, o tráfico de pessoas na dimensão intrarregional é muito mais intenso do que na transregional (Figura 4). Outro destaque importante é que 51% das vítimas nas Américas foram traficadas para exploração sexual.

8 Na dimensão transregional, as vítimas são traficadas em regiões diferentes do globo, entre diferentes continentes. Já na dimensão intrarregional, o tráfico ocorre entre países dentro de uma mesma região, geralmente entre países com fronteiras em comum – o caso da região das Guianas, por exemplo.



Gráfico 1 – Evolução do número de vítimas no mundo entre 2009 e 2016
fonte: adaptado de UNODC (2009;2012;2014,2016).

Figura 4 – Média da porcentagem de vítimas traficadas nos fluxos intrarregionais e transregionais (2012; 2014; 2016)
Fonte: Farias da Silva (2019).



As vítimas são traficadas por diversas rotas em variadas escalas geográficas. Em escala planetária, a maior parte do tráfico humano ocorreu na dimensão intrarregional, mas mesmo assim surgiram seis novos fluxos transregionais ao compararmos os dados recentes (Figura 5): quatro com destino ao Leste Asiático e Pacífico; um partindo da Ásia Central e Leste Europeu para Europa Central e Oeste Europeu; e um partindo da América do Norte, América Central e Caribe para a América do Sul.

Alguns desses fluxos surgiram por conta do aumento de refugiados em decorrência de diversos conflitos armados, em sua maioria no Oriente Médio, como os já mencionados. Há diferenças regionais significativas nas formas de exploração detectadas. Países da África e da Ásia, em geral, interceptam mais casos de tráfico para trabalho forçado, enquanto a exploração sexual é mais frequente na Europa e nas Américas (Gráfico 2). Além disso, o tráfico para remoção de órgãos foi averiguado em oito países no norte do continente africano e no Oriente Médio.

Figura 5 – Evolução dos fluxos transregionais de tráfico de pessoas (2012; 2014; 2016)

Fonte: Farias da Silva (2019).

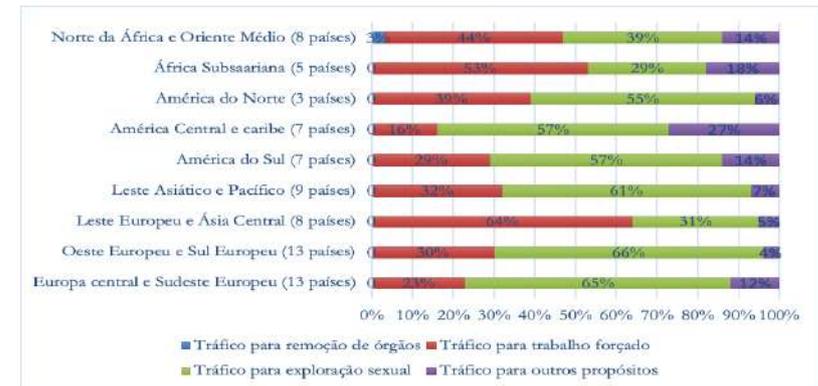
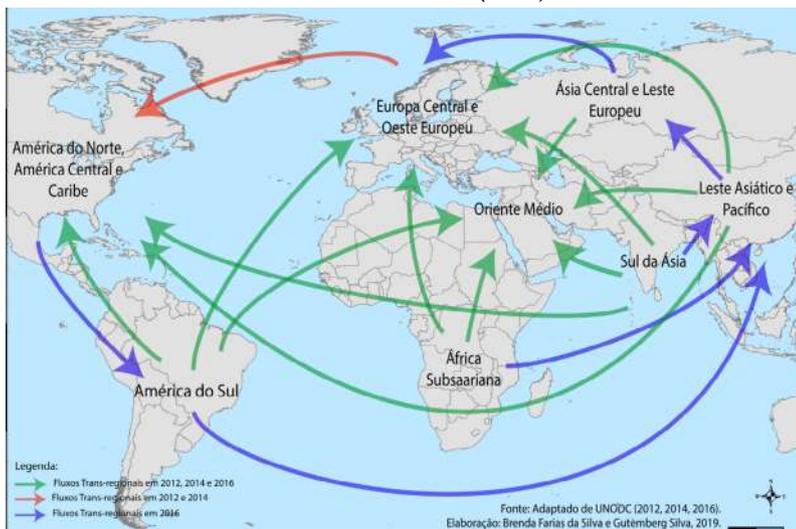


Gráfico 2 – Formas de tráfico humano por região (2012 e 2014)

Fonte: adaptado de UNODC (2016).

Fica evidente, ao longo dos relatórios publicados pelo UNODC, que os fluxos são intrincados e múltiplos. Cada parte do planeta tem suas especificidades. Em nosso caso, é importante compreender o papel dos garimpos na estrutura do tráfico de pessoas na Amazônia internacional. Nela, garimpos (legais e ilegais) movimentam grande parte dos fluxos e das redes migratórias (OLIVEIRA, 2012) e isto interferiu diretamente nas territorialidades humanas para prostituição. No Suriname e na República da Guiana, por exemplo, a presença de brasileiros nos garimpos ultrapassou em número os trabalhadores nativos, o que acabou por gerar uma série de problemas socioeconômicos (MENKE; PÉREZ, 2012), atraindo também a atenção para as redes de tráfico de pessoas, principalmente para fins de exploração sexual, objeto da próxima seção.

TERRITORIALIDADES DO TRÁFICO DE MULHERES BRASILEIRAS NA REGIÃO DAS GUIANAS

A região das Guianas (Figura 1), um complexo regional na Amazônia, se caracteriza nas suas áreas interioranas por uma economia fortemente ancorada na exploração de ouro, algumas delas podem ser vistas na Figura 6 e mais adiante toda a sua configuração no mapa da Figura 7. As variadas reservas de ouro foram fator determinante para o surgimento de diversos garimpos que trouxeram consigo inúmeros

problemas sociais, tais como a comercialização de armas e drogas ilícitas e o tráfico humano, principalmente para fins de exploração sexual.

Por conta da complexidade no acesso às regiões de garimpo nas Guianas, as rotas e territorialidades do tráfico de mulheres se assemelham aos nódulos construídos pelos garimpeiros para abastecimento, deslocamento e trânsito. Aqui há de se considerar que algumas cidades são utilizadas como ponto de apoio: Albina no Suriname, Parika, Charity e Bartica, na República da Guiana; e Las Claritas e El Dorado, ao longo da rodovia Troncal 10, na Venezuela, são as principais referências. Há ainda a criação de vilas/vilarejos pelos próprios garimpeiros para servir de apoio: Benzdorp, no Suriname, e Mahdia, na República da Guiana, são alguns exemplos (Figura 7). Ao contrário da Guiana Francesa, Suriname, Venezuela e Brasil, as estruturas de apoio aos garimpos não estão localizadas nas fronteiras da República da Guiana, ainda que haja movimentação de garimpeiros brasileiros e guianenses na cidade de Lethem. Acrescente-se ainda que as formas de aliciamento não são lineares, mas é possível mencionar duas elementares: em algumas, há predominância de aliciamento por parte de membros da família ou amigos; em outras, predomina o aliciamento por parte de “agências” com propostas de emprego.

O Brasil faz fronteira com todos os países da região das Guianas e todas elas têm uma movimentação intensa, com exceção da fronteira com o Suriname, onde não há registro de atividades ao menos pela via terrestre. Nesse sentido, o Quadro 1 apresenta uma síntese das origens, trânsito e modalidades de tráfico nas Guianas a partir do Brasil, destacando o protagonismo da exploração sexual no caso das mulheres.

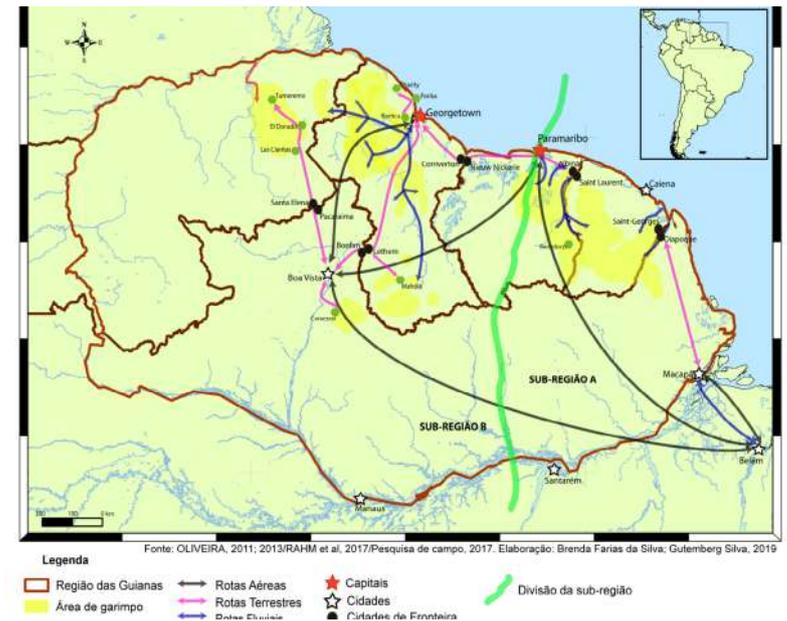


Figura 6 – Garimpos na região das Guianas

Fonte: Farias da Silva (2019). Legenda: a) Garimpo ilegal na Venezuela, na região da rodovia Troncal 10; b) Garimpo legal na República da Guiana; c) Garimpo ilegal na República da Guiana; d) Garimpo ilegal no Suriname; e) Garimpo ilegal na Guiana Francesa; f) Garimpo ilegal no Estado de Roraima; g) Garimpo ilegal no Estado do Amapá.

Figura 7 – Áreas de exploração de ouro e movimentação dos garimpeiros na região das Guianas

Fonte: Farias da Silva (2019)



Quadro 1 – Logística do tráfico de pessoas originárias do Brasil para a região das Guianas

GRUPO	LOCAL DE ORIGEM	TRÂNSITO	LOCAL DE DESTINO	MODALIDADE DO TRÁFICO HUMANO
	Abaetetuba, Barcarena e Belém (PA)	Suriname	Suriname e Europa (Hungria, República Tcheca e Holanda)	EXPLORAÇÃO SEXUAL
	Bragança (PA), Macapá (AP)	Oiapoque (AP)	Guiana Francesa	
	Costa do Maranhão, Arquipélago do Marajó (PA)	Porto de Santana (AP), Oiapoque (AP)	Guiana Francesa e Suriname	
	Maranhão	Oiapoque	Saint-Georges (GF) e Oiapoque (AP)	
	Manaus (AM) e Boa Vista (RR)	BR-174, Bonfim (RR) e Lethem (República da Guiana)	República da Guiana (Georgetown) e Venezuela (Caracas e Santa Elena de Uaiirém)	
	Manaus (AM) e Roraima	xx	Pacaraima, Venezuela, Suriname, Holanda e Espanha	
	Roraima	xx	Venezuela	
	Curralinho (PA)	Guiana Francesa	França	EXPLORAÇÃO LABORAL
	Municípios do Norte do Pará	xx	Vitória do Jari e Laranjal do Jari	

Fonte: adaptado de SNJ (2013).

É necessário, ainda, destacar a situação de vulnerabilidade das vítimas em seus locais de origem (subemprego, taxas de analfabetismo etc.). São cobrados valores para todas as despesas, desde o transporte até a alimentação durante a viagem, e a pessoa traficada, ao chegar ao seu local de destino, é submetida a regimes de trabalho análogos à escravidão para sanar a dívida.

As redes de comunicação via rádio permitiram um “intercâmbio” dos trabalhadores entre os garimpos da região das Guianas (Oliveira, 2013). A comunicação através das centrais de rádio nos garimpos exerce um papel importante no aliciamento de mulheres: as centrais de rádio comunicam a necessidade de novas brasileiras nos cabarés⁹ dos garimpos, transmitindo a informação para outras centrais em cidades brasileiras – em sua maioria, no norte do país –, fazendo com que a informação chegue até os aliciadores (que muitas vezes contam com a ajuda de garotas que já exercem essas atividades), os quais, por sua vez, ficam responsáveis por conseguir novas brasileiras dispostas a trabalhar como profissionais do sexo nos garimpos. Após o uso do espaço de fluxos para o contato inicial por meio dos complexos sistemas de telecomunicações dos garimpos, as redes físicas multimodais (rodovias, ferrovias, aeroportos) são ativadas para deslocamento das mulheres, seja na sub-região A seja na sub-região B.

ROTAS E TERRITORIALIDADES DO TRÁFICO DE BRASILEIRAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL NAS SUB-REGIÕES A E B

ROTAS E TERRITORIALIDADES DO TRÁFICO DE BRASILEIRAS PARA EXPLORAÇÃO SEXUAL NA SUB-REGIÃO A

No Estado do Amapá, trabalhadores são recrutados em regiões de vulnerabilidade para trabalharem em situações análogas à escravidão em propriedades em Laranjal do Jari, Vitória do Jari e na capital, Macapá. Um levantamento feito pela ENAFRON apontou

⁹ Termo utilizado por brasileiros na região para se referir aos prostíbulos. No Suriname, os prostíbulos são conhecidos por clubes noturnos, nos demais países da região das Guianas não há um termo específico.

que no Amapá, geralmente, as mulheres traficadas para fins de exploração sexual têm, com frequência, o primeiro contato feito com traficantes de drogas (SNJ, 2013). Essas mulheres passam a contrair dívidas e acabam sendo aliciadas para tentar sanar o que devem no Suriname ou na Guiana Francesa – onde há o argumento, por parte dos aliciadores, de que elas ganharão em euro¹⁰, moeda da União Europeia. Como forma de pagamento do traslado até o destino final, essas mulheres geralmente se veem obrigadas a transportar algum tipo de substância ilícita (em geral cocaína, maconha ou crack). Quando saem do Brasil, elas já sabem que irão trabalhar como profissionais do sexo, mas acreditam que podem melhorar de vida ao receberem em euro ou mesmo em ouro, o que com grande frequência não ocorre.

Segundo a Polícia Civil do Estado do Amapá, há uma rede de recrutamento de trabalhadores de garimpos clandestinos na Guiana Francesa, revelando a existência de “agências” de intercâmbio para o aliciamento desses trabalhadores (SNJ, 2013). Ainda que o Estado do Pará não tenha uma fronteira porosa na região das Guianas, existem muitas áreas de vulnerabilidade identificadas pelo levantamento do ENAFRON que acabam por envolver o Estado do Amapá, formando uma rota entre os dois estados.

Outra rota identificada é entre Bragança (PA) – Macapá (AP) – Suriname, ou ainda Bragança (PA) – Macapá (AP) – Oiapoque – Guiana Francesa. Há também rotas fluviais, envolvendo a saída pela costa do Maranhão até o porto de Santana (AP), de lá seguindo por via terrestre para Oiapoque e demais localidades na Guiana Francesa e no Suriname. A rota fluvial também surge no arquipélago do Marajó (PA), por onde as pessoas são transportadas em embarcações clandestinas até o porto de Santana (AP) e seguem tanto por via terrestre para o Oiapoque, quanto por via marítima em embarcações maiores até o Suriname (SNJ, 2013).

Segundo dados fornecidos pela Polícia Civil e pelo Ministério Público, ambos do Pará, há uma rota triangular entre Abaetetuba, Barcarena e Belém em que as vítimas são levadas em trânsito ou destino para o Suriname e depois em direção à Europa, tendo como principais destinos a Hungria e, posteriormente, a República Tcheca e a Holanda. Mulheres do Estado do Pará e Amapá também são traficadas para o Suriname. Na fronteira entre Guiana Francesa e Suriname (cidades

10 A Guiana Francesa faz parte da União Europeia.

de Saint-Laurent Du Maroni e Albina, respectivamente) não foram detectados casos de tráfico de mulheres, não por sua inexistência, mas sim pelas dificuldades de coleta de dados ali, até porque Albina é uma cidade pivô entre o litoral e as áreas interioranas dos garimpos.

ROTAS E TERRITORIALIDADES DO TRÁFICO DE BRASILEIRAS PARA EXPLORAÇÃO SEXUAL NA SUB-REGIÃO B

Roraima tem um papel fixo nas rotas de tráfico humano na sub-região B. Um dos fatores determinantes do trânsito de pessoas nas fronteiras internacionais do estado é a ligação por meio de rodovias e fronteiras porosas com a Venezuela e República da Guiana, único caso em todas as Guianas. Desde 2005 há registros de tráfico de pessoas no estado e de que entre aquele ano e 2011 foram instaurados dezesseis procedimentos investigativos por tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual (SNJ, 2013). O levantamento observou que há um alto fluxo de tráfico humano para fins de exploração sexual para a Venezuela, especialmente para as zonas de garimpo.

A Procuradoria da República do Brasil possui dados sobre pessoas que aliciam mulheres na cidade de Rorainópolis (RR) que seriam traficadas para trabalhar em casas noturnas em Georgetown (República da Guiana) e Santa Elena de Uairén (Venezuela). Muitas dessas mulheres estão cientes de que trabalharão como profissionais do sexo, contudo, ao chegarem a seu destino, elas acabam sofrendo ameaças e violência para permanecerem de maneira forçada nos locais de trabalho (SNJ, 2013).

Em outra rota, um levantamento realizado por Oliveira (2012) mostrou que na Venezuela o tráfico humano pela rodovia Troncal 10 é o mais relevante. Há diversos clubes noturnos que são conhecidos como locais de atuação da rede de tráfico de mulheres naquela rodovia. A mesma movimentação ocorre no sentido Roraima – República da Guiana: mulheres de todas as regiões do estado e de outros estados do norte do Brasil são levadas para áreas de garimpo para lá trabalharem como profissionais do sexo.

SURINAME: PAÍS DE ORIGEM, TRÂNSITO E DESTINO DO TRÁFICO DE MULHERES PARA EXPLORAÇÃO SEXUAL

A dinâmica apresentada entre as duas sub-regiões demonstra o importante papel que o Suriname exerce na convergência da movimentação de mulheres traficadas. A sub-região A apresenta uma dinâmica ligada especialmente à cidade de Macapá (AP), por onde passam, necessariamente, as vítimas de tráfico humano com destino à Guiana Francesa, Suriname e países europeus. Na sub-região B, a cidade de Boa Vista (RR) desempenha o mesmo papel de centralidade, convergindo os fluxos de mulheres que se destinam à Venezuela, República da Guiana, Suriname e países europeus.

De acordo com o relatório do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (DEEUA) (2018), o Suriname é um país de origem, trânsito e destino para mulheres e crianças submetidas ao tráfico para fins de exploração sexual e homens para trabalho escravo. O relatório registra ainda que a maioria dos casos ocorre no interior do país, geralmente nas áreas de garimpo. Mulheres e crianças de Suriname, Brasil, República Dominicana, República da Guiana e Venezuela são as vítimas mais frequentes de tráfico para fins de exploração sexual no país.

O relatório da Organização Internacional de Migração (OIM) (2010) revela que os clubes noturnos no Suriname recrutam mulheres estrangeiras – em sua maioria, da República Dominicana, do Brasil e da República da Guiana – para trabalharem como profissionais do sexo. O país é geralmente descrito para essas mulheres como uma porta de entrada para a Holanda, mas o é também para os garimpos.

Não é possível identificar quantas mulheres que trabalham como profissionais do sexo em clubes no Suriname são vítimas de tráfico humano, conforme as definições do Protocolo de Palermo. Contudo, as autoridades suspeitam que o comércio sexual no país e o tráfico de seres humanos estejam ligados e operem conjuntamente (OIM, 2010).

Há também uma pesquisa realizada pela Universidade Anton de Kom que expõe a forte vinculação dos garimpos com o comércio sexual¹¹

¹¹ Pesquisa publicada no livro *Sun, Sex and Gold: Tourism and Sex Work in the Caribbean* (KAMPADOO, 1999), que busca explicar a conexão entre economia global e trabalho sexual, utilizando o ponto de vista de mulheres, homens e crianças sexualmente explorados.

por conta da ausência de mulheres nessas áreas, o que acaba criando um mercado rentável. Os pesquisadores registraram profissionais do sexo surinamesas, guianenses e brasileiras e as formas de trabalho identificadas foram: dançarinas e profissionais do sexo em clubes noturnos; fornecedoras de sexo aos garimpeiros; trabalhadoras em acampamentos de mulheres; vendedoras de serviços sexuais como uma segunda fonte de renda; e trabalhadoras do sexo em comunidades de *marrons*¹². Vítimas de tráfico humano foram identificadas como profissionais do sexo atuando nos garimpos e também como fonte de renda secundária (OIM, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas as redes de crime organizado transnacional se ampliaram, especializando-se no contrabando e no tráfico de pessoas – este último para trabalho escravo, exploração sexual e remoção de órgãos, principalmente. Em uma escala global, a maioria das vítimas é proveniente de países mais pobres ou de áreas de conflito. Os diferentes fluxos migratórios (espontâneos ou forçados), muitas vezes impulsionados pela facilidade de se movimentar através de fronteiras, também desempenham um importante papel no tráfico de seres humanos. O fato de os garimpos ilegais na região das Guianas serem permeados de problemas envolvendo redes de tráfico de pessoas demonstra que há uma grande fragilidade institucional nas políticas de prevenção e no combate ao tráfico humano.

Nesse sentido, a evolução dos instrumentos institucionais de abrangência internacional é de suma importância. A partir do reconhecimento das organizações internacionais da existência do tráfico de pessoas é possível gerar engajamento por parte das nações para, em conjunto, pensarem em soluções. O Protocolo de Palermo é uma das principais ferramentas para a prevenção e o combate à prática, trazendo protagonismo para o tema em fóruns de debate.

Considerando a interface que se apresenta na região das Guianas em relação aos garimpos e ao tráfico humano para fins de exploração sexual, parte do problema reside na ineficiência da fiscalização sobre as áreas de garimpo. Essa realidade é vista tanto na sub-região A quanto na

¹² *Marrons* ou *bush negroes* é a denominação para os descendentes de escravos fugitivos e/ou libertos que vivem em comunidades no Suriname (CAVLAK, 2016).

sub-região B. O Suriname desempenha o papel de ponto de convergência entre os demais países das Guianas: nesse país está o maior número de garimpeiros brasileiros e a maior população de brasileiros residentes na região, além de ter uma maior flexibilidade na legislação no que tange a exploração de ouro, a prostituição e a migração.

Cada sub-região analisada tem um ponto de convergência da dinâmica entre as vítimas de tráfico de pessoas: na sub-região A, a cidade de Macapá desempenha um papel fundamental, tanto por ser um ponto de origem, quanto de trânsito; Boa Vista, na sub-região B, representa o principal ponto de convergência. Apesar dos desafios encontrados para o levantamento de campo, foi possível compreender que as rotas do tráfico humano para fins de exploração sexual feminina na região estão diretamente ligadas à atividade garimpeira, assim como os fluxos ocorrem de acordo com a demanda das áreas de garimpo.

REFERÊNCIAS

ABS - ALGEMEEN BUREAU VOOR DE STATISTIEK IN SURINAME. (Suriname). **Censuskantoor**. 2012. Disponível em: <<http://www.statistics-suriname.org/index.php/censuskantoor/abs-census-uitslag-2012>>. Acesso em: 07 set. 2018.

AUSSERER, Caroline. “**Controle em nome da proteção**”: análise crítica dos discursos sobre o tráfico internacional de pessoas. 2007. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp047988.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2018.

BOS - BUREAU OF STATISTICS. (Guyana). **Population & Housing Census**. 2012. Disponível em: <<http://www.statisticsguyana.gov.gy/census.html>>. Acesso em: 07 set. 2018.

CAVLAK, Iuri. **Breve história do Suriname**. Rio de Janeiro: Autografia, 2016.

CORREA, Paulo Gustavo Pellegrino. Suriname: um país de costas para a América do Sul. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 19, n. 1, p. 163-176, 2015. Disponível em: <http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXIX_1/agb_xix1_versao_internet/Revista_AGB_dez2015-13.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

DEVRIES, Petra. “White slaves” in a colonial nation: the dutch campaign against the traffic in women in the early twentieth century. **Social & Legal Studies**, v. 14, n. 1, p. 39-60, 2005. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0964663905049525>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

DEEUA – Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (Estados Unidos

da América). **Trafficking in Persons Report**. 2018. Disponível em: <<https://www.state.gov/reports/2018-trafficking-in-persons-report/#:~:text=The%202018%20Trafficking%20in%20Persons%20Report%20is%20an%20essential%20State,in%20the%20United%20States%20and>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

DERKS, Annuska. From white slaves to trafficking survivors: notes on the trafficking debate. **The Center for Migration and Development Working Paper Series**. Princeton, 2000. Conference on Migration and Development, May 4-6, 2000. Disponível em: <<https://walnet.org/csis/papers/CMD-0002M.PDF>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

DOEZEMA, Jo. Loose women or lost women? The re-emergence of the myth of “white slavery” in contemporary discourses of “trafficking in women”. **Gender Issues**, v. 18, n. 1, p. 23-50, 2000. Disponível em: <<https://walnet.org/csis/papers/doezema-loose.html#myth>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

FARIAS DA SILVA, Brenda. **Tráfico Humano: Um panorama do fluxo de pessoas para fins de exploração sexual na Região das Guianas**. Orientador: Gutemberg de Vilhena Silva. 2019. 108 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Fronteira) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, AP, 2019. Disponível em: <<http://repositorio.unifap.br/handle/123456789/365>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

HAZEU, Marcel. (Coord.) **Pesquisa tri-nacional sobre tráfico de mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname: uma intervenção em rede**. Belém: Sodireitos, 2008.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Brasil, 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. (Venezuela). **XIV Censo Nacional de Población y Vivienda**. 2014. Disponível em: <<http://www.ine.gov.ve/documentos/Demografia/CensodePoblacionyVivienda/pdf/bolivar.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2018.

INSEE - INSTITUT NATIONAL DE LA STATISTIQUE ET DES ÉTUDES ÉCONOMIQUES. (França). **Recensement de la population en Guyane**. 2018. Disponível em: <<https://www.insee.fr/fr/statistiques/3679865#tableau-figure1>>. Acesso em: 07 set. 2018.

KAMPADOO, Kamala. **Sun, sex and gold: tourism and sex work in the Caribbean**. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 1999.

LEE, Maggy. **Trafficking and global crime control**. [S. l.]: SAGE Publications, 2010.

LONG, Lynellyn D. Anthropological perspectives on the trafficking of women for sexual exploitation. **International Migration**, Oxford, v. 42, n. 1, p. 5-31, 2004. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.0020-7985.2004.00272.x>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MARTINS, Carmentilla das Chagas; SUPERTI, Eliane; PINTO, Manoel de Jesus de Souza. Migração e mobilidade de brasileiros através e além da fronteira Brasil-Guiana Francesa: novas sociabilidades. **Tomo**, Sergipe, n. 27, p. 361-396, 2015. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/4652/3885>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

MENKE, Jack; PÉREZ, Orlando J. **Surinamese strategic culture**. Florida: Florida International University, 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/1552963/Surinamese_Strategic_Culture>. Acesso em: 23 jan. 2019.

MRE - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. **Estimativas populacionais das comunidades brasileiras**. Brasil, 2016. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/Estimativas%20RCN%202015%20-%20Atualizado.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

OIM - Organização Internacional de Migração. **Exploratory Assessment of Trafficking in Persons in The Caribbean Region**. Second Edition, 2010. Disponível em: <http://publications.iom.int/system/files/pdf/exploratory_assessment2.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2017.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. As redes de brasileiras para o trabalho sexual nos garimpos da Guiana, Suriname e Venezuela. In: RIBEIRO, Miguel Angelo Campos; OLIVEIRA, Rafael da Silva (orgs.). **Território, sexo e prazer: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira**. Rio de Janeiro: Gramma, 2011, p. 185-207.

_____. Las redes de prostitución y tráfico de mujeres en la frontera Brasil-Venezuela por las carreteras BR-174 y Troncal 10. **Espacio Abierto**, Venezuela, v. 21, n. 2, p. 325-343, 2012. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/html/122/12222378006/>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

_____. **Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas: itinerários e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpeiros no Suriname**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <doi:10.11606/T.8.2014.tde-12022014-130153>. Acesso em: 25 fev. 2019.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção contra o Crime Organizado Transnacional**. 2003. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/convencao-da-onu-contra-crime-organizado-transnacional-comemora-10-anos/>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

SILVA, Gutemberg de Vilhena. A região das Guianas e o papel do OBFON na compreensão regional. **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 7, n. 1, p. 6-23, 2016. Disponível em: <<http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/146/142>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

_____. Litiges transfrontaliers sur le plateau des Guyanes, enjeux géopolitiques à l'interface des mondes amazoniens et caribéens. **L'espace Politique**, 2017.

Disponível em: <<https://journals.openedition.org/espacepolitique/4242>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

_____.; DI MICELI, Clícia Vieira; SILVA, Brenda Farias da. Iconografia das fronteiras das Guianas. **Revista Confins**, n. 39, 2019. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/17689>>. Acesso em: 23 abr. 2019.

SNJ - Secretaria Nacional de Justiça. **Pesquisa ENAFRON: diagnóstico sobre tráfico de pessoas nas áreas de fronteira**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos-pesquisas/pesquisa_enafron_202x266mm_1710_19h00_web.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

THÉRY, Hervé; DE MELLO, Neli Aparecida; HATO, Julio; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas do Trabalho Escravo no Brasil**. São Paulo: Amigos da Terra, 2009. Disponível em: <<https://www.amazonia.org.br/wp-content/uploads/2012/05/Atlas-do-Trabalho-Escravo.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

UÇARER, Emek M. Trafficking in women: alternate migration of modern slave trade? In: MEYER, Mary K.; PRÜGL, Elisabeth. (Orgs.) **Gender politics in global governance**. Maryland/USA: Rowman & Littlefield Publishing Group, 1999.

UNODC - UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Global Report on Trafficking in Persons**. 2009. Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/Global_Report_on_TIP.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. **Global Report on Trafficking in Persons**. 2012. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/Trafficking_in_Persons_2012_web.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2014.

_____. **Global Report on Trafficking in Persons**. 2014. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil//Topics_TIP/Publicacoes/2014_Global_Report_on_Trafficking_in_Persons.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. **Global Report on Trafficking in Persons**. 2016. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2016_Global_Report_on_Trafficking_in_Persons.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.

AGÊNCIAS FRONTEIRIÇAS E OS INDÍGENAS URBANOS EM CONTEXTO URBANO NA CIDADE DE OIAPOQUE, AMAPÁ

Venâncio Guedes Pereira¹

Carmenilla das Chagas Martins²

INTRODUÇÃO

Oiapoque é um município do Estado do Amapá com população estimada em 28.534 pessoas no ano de 2021³. A sede municipal tem denominação homônima, está localizada na fronteira com a Guiana Francesa, coletividade territorial do ultramar francês. O canal do rio Oiapoque, que margeia a cidade, forma o limite internacional entre as soberanias territoriais de França e Brasil. Conforme Brasil (2009), o município faz parte da sub-região Oiapoque-Tumucumaque da faixa de fronteira nacional, na qual vivem atualmente os povos indígenas Palikur, Galibi-Marworno, Karipuna e Galibi Kalinã⁴. De acordo com a Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (SEPI) (AMAPÁ, 2022), o número de autodeclarados indígenas em Oiapoque é de 5.802 pessoas⁵.

1 Professor substituto na Universidade do Estado do Amapá. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGH-UFRGS). E-mail: venancioguedes@gmail.com

2 Professora e pesquisadora na Universidade Federal do Amapá. Com atuação nos cursos de graduação em História Licenciatura e nos mestrados profissionais em Ensino de História e Estudos de Fronteira. E-mail carmentilla@unifap.br.

3 Disponível: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/oiapoque/panorama>>. Acesso: 18 jun. 2022.

4 Os Galibi Kalinã, ao contrário das outras três populações indígenas do Oiapoque, não fazem parte da literatura de períodos anteriores ao século XX no Brasil. Na verdade, os Kalinã migraram da Guiana Francesa para o Brasil na década de 1950, estabelecendo-se aqui desde então (VIDAL, 2016).

5 Há 3.043 indígenas no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e 1.220 na região de Pedra Branca do Amapari. Portanto, Oiapoque é o município amapaense com o maior número de indígenas. Disponível em: <<http://www.sepi.ap.gov.br/interno.php?dm=961>>. Acesso: 18 jun. 2022.

Os quatro grupos étnicos de Oiapoque habitam as Terras Indígenas (TIUaçá, TIJuminá e TIGalibi) demarcadas e homologadas⁶ no lado brasileiro da fronteira. Cumpre ressaltar que essa população tem na mobilidade condição existencial e por isso também habitam na Guiana Francesa. Quanto a esse movimento entre os dois lados da fronteira guiano-amapaense, interessa a reflexão de Cardoso Júnior (2011) na caracterização e descrição históricas dos espaços. O autor afirma que povos nômades fazem trajetos cuja localidade se define por pontos, não de chegada ou partida, mas pontos submetidos ao próprio trajeto, de modo que a territorialidade desses indígenas não é em função de um aparelho de Estado.

Os indígenas são presença constante na cidade de Oiapoque, em parte isso se deve ao fato de seus territórios serem próximos à zona urbana, fato que engendra uma conectividade espacial e uma convivência sócio-histórica com não indígenas. Há um outro aspecto que merece destaque: desde a década de 1970 foi iniciada a construção de um eixo rodoviário interligando o norte e o sul do Amapá, a BR-156. Essa rodovia ainda não está completamente pavimentada, existe um trecho de aproximadamente 112 km que faria a integração entre a ponte binacional sobre o rio Oiapoque ainda sem asfalto. Sendo esse perímetro considerado o mais complexo justamente por cruzar TIs e, portanto, implicar em definição de medidas relacionadas a compensações e mitigações, as quais levem em consideração a tradição das comunidades indígenas que ali residem (TORRES, 2016).

Dessa forma, o presente artigo se propõe a analisar os indígenas “urbanos” e “em contexto urbano” em Oiapoque. Toma-se como premissa que esses indivíduos consideram a cidade como espaço de oportunidades e possibilidades individuais e coletivas, ainda que estas estejam qualificadas por múltiplos desafios relativos à reprodução de seu modo de viver. Para tanto, utilizaremos o conceito de agência como chave de leitura de suas estratégias para realizar projetos de vida em meio a condições socioeconômicas assimétricas. A reflexão também contempla a identificação de algumas significações culturais referentes às territorialidades móveis encontradas na região da fronteira guiano-amapaense (MARTINS, 2014 e PEREIRA; MARTINS, 2019).

A CIDADE COMO POSSIBILIDADE(S) E SEUS DESAFIOS: BREVE LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO SOBRE INDÍGENAS URBANOS NO BRASIL

Ao falar sobre o “fenômeno” da urbanização entre comunidades indígenas no Brasil, Nunes (2010) levanta questões relativas a um “silêncio antropológico”, onde apenas nas últimas décadas foram publicados os primeiros trabalhos dessa natureza no país, pelas mãos de antropólogos. Por conseguinte, é importante propor discussões complementares às bibliografias que versam sobre o tema, como os dados sobre as especificidades histórico-jurídicas por se tratarem de noções que diferem os indígenas dos não indígenas no Brasil, a dizer os direitos étnicos, como no exemplo do direito sobre às terras (demarcação, homologação, proteção etc.).

Manoela Carneiro da Cunha (2012), em sua obra *Índios no Brasil: História, Direitos e Cidadania*, discute os aspectos históricos acerca das demandas indígenas e do trato com o Estado para a obtenção dos direitos étnicos vigentes, com o recorte ainda do período colonial até os assegurados pela Constituição de 1988. É importante observar que todos os processos descritos pela autora se desenvolveram a partir de lutas dos indígenas em negociações e perspectivas com o Estado, que ao homologar as leis tinha constante interesse econômico e político para com os indígenas. De acordo com a autora, a atual política indigenista, identificada por ela como “emancipadora”, tem raízes no século XIX, com a Lei de Terras, de 1850, que iniciou um conjunto de medidas governamentais que passaram a avaliar a tutela do indígena somada ao valor de suas terras. Nesse caso, destaca-se o caráter assimilador das medidas, que, ao passo em que tutelava o nativo, controlava seus domínios.

A primeira lei que tornou a terra um direito indispensável para o indígena foi a Carta Régia, de 1609, e assim se seguiu pelos anos posteriores, mas com a premissa da terra como devoluta ao Estado. Nesse contexto, ressaltamos que mesmo o reconhecimento à terra sendo um direito histórico, a partir de 1934, na legislação brasileira, o Estado lança mão de subsídios legais para burlar tais determinações

⁶ Disponível em: <<http://www.sepi.ap.gov.br/interno.php?dm=962>>. Acesso em: 18 jun. 2022.

e para isso utiliza-se de um expediente tradicional: “nega-se sua identidade aos índios. E, se não há índios, tampouco há direitos” (CUNHA, 2012, p. 127). A Constituição de 1988 e o Estatuto do Índio (Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973), são os fatores mais atuais desse processo, que por muito pensou a integração indígena com os olhos da assimilação social⁷, tornando o índio um cidadão, e quanto menos indígena se é, menos direitos étnicos se tem.

Nesse contexto, a cidade é o local onde o indígena tenderia a uma maior “assimilação” social e cultural. Do ponto de vista da obtenção e do gozo de direitos étnicos, a cidade significa, aos olhos do Estado, a “emancipação” do indígena, que abriria mão dos seus direitos ao sair de suas terras e passaria a viver na cidade uma realidade comum a qualquer outro cidadão, enquanto o Estado se isenta de garantir esses direitos. Como consequência disso, a busca por alternativas econômicas longe das aldeias e a migração ou mobilidade para a cidade passam a figurar como possibilidades práticas cotidianas, resultando em consequências sociais ainda pouco exploradas pela historiografia e pelos estudos étnicos no Brasil.

Nesse sentido, é imperativo observar como a presença indígena em locais e/ou contextos que não compreendam o espaço rural ou as aldeias ainda corresponde ao que Nunes (2010) define como um “imaginário nacional”, que tende a associar o indígena a espaços “não urbanizados”, desconsiderando qualquer padrão normativo que destoa dessa constante. Porém, as discussões atuais sobre a presença indígena nas cidades vislumbram possibilidades de ações indígenas ativas, pois “ao pensar um caso de inserção indígena na cidade – e isso deve ser feito empiricamente – há de se levar em conta sua sociocosmologia e, dentro desta ‘estrutura’ geral, sua noção específica de territorialidade” (NUNES, 2010, p. 11).

O “imaginário nacional” citado pelo autor não se resume a uma visão “popular” somente, mas também compreende estigmas da própria academia quando da forma em que se construiu teorias e objetos de pesquisa em torno de indígenas que não vivenciaram processos históricos de dominação no país, o que Oliveira (2003) chama de

⁷ No artigo 1º da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, é clara a alusão das determinações federais visando a integração dos indígenas “de forma progressiva e harmoniosa à comunhão nacional”. No discurso, materializa-se o que Cunha (2012) define como “assimilação pelo Estado”, onde os direitos, ao invés de oferecerem o subsídio básico para a vida indígena nos padrões escolhidos e definidos pelas tradições particulares de cada etnia, tendiam a homogeneizá-los em padrões tecidos pelo e para o controle do Estado, inclusive de suas terras.

“o paradigma dos índios ‘aculturados’, ‘misturados’ ou ‘integrados’”. O paralelo observado pelo autor corresponde aos diferentes focos dados aos estudos etnográficos e historiográficos realizados sobre os povos da Amazônia, geralmente considerados “puros”, e sobre os povos indígenas da região Nordeste do país, lidos, via de regra, como “misturados”. Nesse sentido, é salutar afirmar que o autor considera que o diálogo “etno-histórico” deve vislumbrar possibilidades de investigação e estabelecer novas diretrizes científicas, tal como valer-se do potencial que os novos objetos de análise, como os “índios misturados”, podem oferecer, especialmente no tocante a discussões conceituais problemáticas, como a de “aculturação”, que para o autor “é um conceito cuja realidade científica deve ser negada, tornando-se necessário buscar outros instrumentos mais adequados para falar sobre a mudança sociocultural” (OLIVEIRA, 2003, p. 42).

“Aculturação” é também característica trivialmente atribuída a indígenas considerados “destribalizados” e “desaldeados”, e essa compreensão corresponde às reflexões de Oliveira (2003), demonstrando a emergência de estudos acerca de indígenas que buscam na cidade uma diversidade de benefícios, produtos, serviços e contextos que não encontrariam nas aldeias, ou que veem na cidade uma alternativa de luta por direitos étnicos e/ou pela manutenção de direitos não respeitados, como a proteção de suas terras.

Para se referir a esses indígenas, as categorias “citadino” e “urbano” são comumente utilizadas na literatura sem que haja uma definição de cada uma, sendo a presença na cidade o fator comum (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1968; BAINES, 2001). Para essa pesquisa, no entanto, utilizaremos as categorias “urbano” e “em contexto urbano” (PEREIRA, 2020) para discutir o trânsito cotidiano de indígenas entre as aldeias e a cidade e suas motivações para manterem-se nela. Para efeito de análise conjuntural, faremos um breve levantamento bibliográfico⁸ sobre todas as macrorregiões do país, a fim de compreendermos alguns contextos de inserção dos indígenas em cidades.

Na região Norte do país, em estudo sobre os Ticuna do Alto Solimões, que vão para as cidades de Benjamin Constant e São Paulo de Olivença, Paladino (2006) descreve um sentimento

⁸ Na bibliografia utilizada, respeitamos os conceitos de “urbano”, “citadinos”, “destribalizados” etc. utilizados pelos autores.

ambíguo entre os entrevistados: o trabalho duro na roça e a vida diferente na cidade. Na roça, o jovem indígena ajuda em casa com a mão de obra em plantações e, apesar de não ter perspectivas de trabalho, haja vista a realidade precária das escolas da região, se alimentam bem e de forma diversificada. Na cidade, encontra-se mais oportunidades, mas a nova sociabilidade imposta causa-lhes problemas de relacionamento. O não domínio da língua portuguesa e a não habituação às rotinas da escola desmotivam, fazendo com que alguns voltem para casa. Porém, para muitos, esse convívio lhes garantirá, após a formatura do colegial, a possibilidade de um casamento (inclusive com não indígenas) e bons empregos.

Sobre as questões de abusos e problemáticas sociais ocorridas na cidade e em aldeias próximas a elas, o autor destaca o evento “Jovens Ticuna em situação de risco social”, ocorrido em 2014, na aldeia de Umariçu (II), localizada a 5 km do centro da cidade de Tabatinga, organizado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em parceria com a Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). No evento, funcionários do órgão indigenista e autoridades das aldeias debateram sobre problemáticas como o alcoolismo, o suicídio e o consumo de drogas nas aldeias. Na oportunidade, constatou-se que tais questões de saúde coletiva não são atuais, mas fazem parte do cotidiano de Ticunas aldeados e não aldeados há várias gerações, sobretudo pelo motivo da miserabilidade imposta desde o início do século XX, no período dos “patrões seringalistas”, em que os Ticuna passaram a ser pagos por seus trabalhos com bebidas alcoólicas. Atualmente, mesmo que em outros contextos, os jovens Ticuna vivenciam situações sociais que eles atribuem ao desemprego, à saudade de casa, à falta de dinheiro e ao vício em álcool. Acerca disso, Paladino (2006) explica:

Com respeito aos jovens que os escutavam, alguns notaram que havia uma discrepância entre os discursos dos adultos e as práticas concretas, acontecendo que certos costumes e comportamentos que são atribuídos somente aos jovens dos tempos atuais, na sua perspectiva seriam comuns a adultos e a idosos (como o consumo de bebida alcoólica, o gosto e o prazer pela frequência a “festas”, entre outros) (PALADINO, 2006, p. 219).

Saré-Ximenes (2007), em entrevistas com indígenas das etnias Juruna, Sateré-Mawé, Gavião, Munduruku, Karipuna, Cambeba,

Amanayé, Tembé, Galibi e Apalai, para estudo sobre populações indígenas na cidade de Belém (PA), diferencia o indígena “urbano” do indígena “cidadino”, destacando que o último não se estabelece definitivamente na cidade. Na verdade, por diversos motivos que não lhe competem a vontade, sua estadia é temporária, mas suas motivações são, em geral, as mesmas dos indígenas urbanos. Organizar-se em torno da educação e da política parlamentar são as formas mais recorrentes de reavivamento de direitos precarizados nas aldeias e, quem sabe, de conquistar novos:

Para eles, a cidade é vista como lugar que abriga as boas escolas, as universidades. Isto é, o lugar onde é possível qualificar-se para oferecer mais habilidades para a sobrevivência na aldeia e fora dela. E o que se observa são lideranças indígenas buscando na educação e candidaturas políticas uma tentativa de defender as reivindicações da sua etnia e de outras populações indígenas (SARÉ-XIMENES, 2007, p. 9).

A respeito da precariedade e da marginalidade vivenciadas por indígenas na cidade, Palitot (2008) aponta para questões relativas às etnias Tabajára, Potyguara, Tupinambá, Kabelaça e Kariri, da cidade de Cretús (CE), no Nordeste do Brasil. Próxima à divisa com o Piauí e com pouco mais de setenta mil habitantes, Cretús notabilizou-se por ser um ponto de passagem de rotas migratórias para o centro-sul do país, concentrando famílias de não indígenas e indígenas que iam em direção aos maiores centros urbanos do Brasil. Nesse contexto, bairros indígenas foram formados no município a partir da ocupação de terrenos ociosos nas periferias, originando a construção de casas populares (aldeias) com a ajuda de pastorais indigenistas da região.

Após os movimentos de ocupação das terras ociosas, principalmente na década de 1990, bairros como Vila Vitória, Terra Prometida e Nova Terra foram construídos. Vila Vitória, por exemplo, recebeu apoio da Pastoral Raízes Indígenas e do Conselho dos Povos Indígenas de Cretús e Região – CINCRAR, recebendo salas de aula e as sedes dos referidos órgãos. As relações entre os bairros também são primordiais, pois estes não dispõem de infraestrutura sendo, inclusive, importantes para a formação de novos bairros. Sobre isso, em 2003, os Tabajára:

Movidos pelas más condições de vida na Vila Vitória, periferia de

Crateús, e pelo abandono do assentamento pelos colonos, decidiram ocupar o Nazário e reivindicar a sua demarcação como terra indígena pela FUNAI. Em novembro de 2004 os Tabajára ocuparam definitivamente o Nazário, carregando seus pertences no lombo de animais e abrindo um olho d'água para o abastecimento das 15 famílias que se estabeleceram na nova aldeia (PALITOT, 2008, p. 5).

Como o exemplo dos Tabajára de Cretéus, a ocupação desses espaços ociosos e a transformação deles em espaços com características por vezes díspares das encontradas na cidade, onde os indígenas reproduzem a infraestrutura do campo, é comum que os não indígenas e o Estado atribuam a esses espaços a característica de periferia ou de favelas, principalmente quando se encontram em grandes cidades ou metrópoles. Um exemplo bastante emblemático dessa realidade é o da população Pankararu, de origem nordestina, que reside na cidade de São Paulo.

A partir dos estudos de Nakashima (2009) sobre a inserção de alunos indígenas em uma escola pública da capital São Paulo, constatou-se uma precarização estrutural nas condições de manutenção da vida e da dignidade humana nas cidades, que se acentua quando tratamos de grandes metrópoles. No caso dos Pankararu observados, as levas migratórias para o sudeste ocorreram a partir da década de 1950, da aldeia Brejo dos Padres (PE), quando da oportunidade de trabalhar na construção civil e na companhia de luz do Estado de São Paulo.

O panorama de conflitos agrários já existentes em Pernambuco fora acirrado a partir da construção da Usina Hidroelétrica de Itaparica (inaugurada em 1988), em que cerca de cinco mil famílias rurais foram desalojadas e passaram a buscar as terras indígenas (não demarcadas), resultando em divisões de terras inférteis em lotes por indígenas e não indígenas desalojados, conflitos armados e subsídios insuficientes do governo, como no abastecimento de água e de alimentos por caminhão pipa e cestas básicas, respectivamente (NAKASHIMA, 2009).

Em São Paulo, os Pankararu se localizam em diversos bairros, com destaque para o bairro Real Parque, que fica em uma região privilegiada da cidade, próximo ao bairro do Morumbi. Mesmo em uma zona de boa infraestrutura ao redor, os indígenas se organizam de forma precária em favelas, contrastando com os prédios da vizinhança. No tocante às condições de vida e de moradia entre os indígenas do bairro, vale ressaltar que:

Em especial no bairro Real Parque, a maior parte dos Pankararu reside em condições precárias, em barracos pequenos de alvenaria e sem recurso de saneamento básico. As condições de subsistência também são difíceis, pois a maior parte deles não possui carteira de trabalho assinada e sobrevive de “bico”. Após diversas negociações em busca de melhores condições de habitação, os Pankararu do Real Parque conseguiram se instalar em prédios do conjunto Cingapura, nos quais moram atualmente 24 famílias (12 em cada prédio) (NAKASHIMA, 2009, p. 65).

Os projetos integradores ocorridos entre as décadas de 1960 e 1980, período da Ditadura Militar no Brasil, também impulsionaram grandes levas migratórias de famílias indígenas para as regiões sul e sudeste do país. O exemplo dos Pankararu migrantes para São Paulo, impactados em suas terras quando da construção da Usina Hidroelétrica de Itaparica em Pernambuco, é também observado entre os Xokleng e os Kaingang da TI Ibirama, em Santa Catarina, região Sul do Brasil. A TI Ibirama, localizada entre os municípios de Doutor Pedrinho, Itaiópolis, José Boiteux e Vitor Meireles sofrera de desastres ambientais e espaciais desde o projeto da Barragem Norte. Consequentemente, grandes levas migratórias passaram a buscar as cidades, enquanto que uma outra parte trabalhou na construção da própria barragem, projetada em 1961 pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamentos (DNOS).

Além das perdas instantâneas, como a destruição das terras cultiváveis por conta do lago concentrado pela barragem, ao longo do tempo observaram-se questões consideradas novas, como a prostituição de mulheres indígenas (ocasionando proliferações de doenças sexualmente transmissíveis) e os impasses entre as lideranças que continuaram nos entornos da TI e aqueles que migraram para a zona urbana de Blumenau. Uma vez na cidade de Blumenau, o perfil dos Kaingang e dos Xokleng é bastante marcante. Henriques (2000) destaca a incidência de mulheres, na faixa etária de 15 a 35 anos, em busca de trabalho como domésticas nas casas de família e a dificuldade dos homens em encontrar pretendentes para o casamento devido à baixa escolaridade e à não obtenção de residência própria.

A cidade é, para os indígenas de Blumenau, a possibilidade de aquisição de produtos que são básicos no meio urbano, mas nas aldeias são complementares à vida rural, sendo necessário o abastecimento

pelos parentes da cidade. Nessa realidade mais competitiva, mesmo mais expostos ao crime e aos vícios, o retorno definitivo às aldeias não se faz real, pois espera-se sempre o cumprimento do Protocolo de Intenção, assinado pelas construtoras em 1991, que previa a entrega de casas populares aos indígenas como ressarcimento do governo (HENRIQUES, 2000).

Assim como em diversos estados brasileiros, especialmente as grandes urbes do país, a mesma cidade que oportuniza os estudos e o trabalho é a cidade que exclui socialmente o indígena, onde para se morar dignamente é preciso se submeter a alugueis muito caros ou casar-se com não indígena para ter a opção de viver de favor na família do cônjuge. Ao interpretar a mudança de paisagem que o indígena traz até mesmo na periferia, a autora ressalta que o tom do convívio com o não indígena é geralmente muito desarmonioso. Sobre isso, cumpre ressaltar que:

A estética precária de algumas casas passa a ser comparada à dos “brancos”, gerando, por parte dos indígenas, insatisfação e até mesmo vergonha de suas moradas. Na falta de alguns móveis domésticos, tais como mesa, cadeira, cama etc., embora tragam muitos utensílios da TI, velhos parentes migrantes doam para os recém-chegados algumas peças [...] Os indígenas são considerados um “problema” à sociedade blumenauense, na medida em que possuem outras regras de conduta, outros valores, outras normas de convívio social diferentes daquelas compartilhadas entre os membros da sociedade regional (HENRIQUE, 2000, p. 62-63).

Os padrões de consumo, tal como o cotidiano vivido na cidade, são fatores de interferência nas aldeias, assim como as práticas étnicas nas aldeias ordenam a vida fora delas. Por ser cidadão e por estar, em muitos momentos, no trânsito entre o rural e o urbano, o indígena leva da cidade alguns modelos e parâmetros que são incorporados por seus parentes étnicos na TI. A autora chama essa relação de “confronto entre sistemas de valores”, a partir da possibilidade de se obter ou ser inserido no “outro”. Para barganhar essa aceitação, os indígenas se submetem aos estigmas identitários⁹ atribuídos pelos não indígenas a fim de um

⁹ Um dos estigmas identitários mais populares entre os Kaingang e os Xokleng, em Blumenau, é a alcunha “bugre”, que, de acordo com Henriques (2000), apesar de não ter observado reações por parte dos indígenas, lhes causava desconforto, demonstrado em momentos mais íntimos durante as entrevistas para a pesquisa.

acesso ao meio urbano, o meio civilizado (HENRIQUES, 2000). Nesse sentido, é importante ressaltar o quanto a convivência entre indígenas e não indígenas podem causar diferenças estruturais que parecem imperceptíveis aos olhos de quem não considera o meio urbano como potencial para a circulação de povos indígenas.

Ao analisar a presença dos Kamba na cidade de Corumbá (MS), Silva (2005) aponta para as questões mais estruturais acerca das migrações internacionais na América do Sul, ocasionadas pelo fenômeno da globalização, que “pretendeu uma homogeneização mundial e eliminação das diferenças, mas, na verdade, criou-as. Contraditoriamente, a globalização tem promovido uma explosão de diferenças e, mais do que isso, o exacerbamento das desigualdades” (SILVA, 2005, p. 264). Chamados de “índios sem-terra” ou “bolivianos” em Mato Grosso do Sul, os Kamba convivem, assim como os Xokleng e os Kaingang, com estigmas sociais como a falta de uma “identidade” nacional, o que acaba resultando também na falta de terra homologada, uma vez que a FUNAI não os reconhece como indígenas. Migrar de um país a outro para trabalhar e não ter terra para se estabelecer é uma marca da globalização na vida indígena há décadas.

Não ser reconhecido pelo Estado tem efeitos tão nocivos quanto a negativa por parte da própria população. Como no exemplo dos Kamba, de Corumbá, os Karajá, de Goiânia, têm sua identidade negada pela população, uma vez que, na relação entre indígenas e não indígenas, sua identidade é atrelada ao “não urbano”, ao espaço natural. Sendo assim, qualquer padrão fora da padronização expressada por não indígenas é excludente do reconhecimento étnico. De acordo com Nunes (2010), pensar o “índio urbano” um selvagem “fora da selva”, quase camuflado pelos prédios da cidade, é contraditório à sua própria essência. Longe de suas aldeias, as identidades entram em conflito, pois comumente são atribuídas à identidade étnica outras identidades, como do “boia-fria”, “paraíbas” ou os já citados “bugres” e “bolivianos”.

Em estudos sobre as migrações sazonais de indígenas do Mato Grosso do Sul para a colheita da maçã na região Sul do Brasil, Motta (2020) relata as intensas relações conflituosas pavimentadas nessas relações de trabalho. No recorte analisado, a autora ressalta a grande expansão da Revolução Verde na horticultura brasileira entre os anos de 1990 e 2000, que demandou importante mão de obra humana para a colheita de maçãs, haja vista a impossibilidade de substituição do

trabalho braçal pelo mecânico. Nesse contexto, além da contratação de trabalhadores comuns, também optou-se pela contratação de indígenas, que via de regra encontram-se em situação de vulnerabilidade social¹⁰ e conflitos por terra na região Centro-Oeste do Brasil.

Dois fatores são muito relevantes para a discussão sobre as migrações e o trabalho indígena no agronegócio: o primeiro fator é o questionamento da autora quanto a (im)possibilidade de reprodução social dos indígenas mediante seu trabalho. Para a autora, a conjuntura formalizada em torno da precariedade do trabalho, das condições desfavoráveis e do fato de pertencer à indústria da terra fazem desse modelo de contratação um exemplo de trabalho extremamente desfavorável aos indígenas. Em exemplo retratado pela autora, mesmo com a Norma Regulatória (NR-31) instituindo a obrigatoriedade do contratante de buscar e prover o retorno do contratado para casa.

Durante a pesquisa de campo, alguns trabalhadores indígenas mencionaram o fato de que o cacique teve que buscar os trabalhadores que desistiram do emprego e que não tiveram condições materiais para retornar ao local de origem. Em outros depoimentos, mencionaram indígenas do Mato Grosso do Sul que estavam à beira das rodovias tentando alguma carona de volta para casa, depois de desistir do trabalho (MOTTA, 2020, p. 112).

O segundo fator importante, levantado pela autora, é a atribuição de identidades ao indígena a partir do trabalho. Nesse sentido, “cada etnia assume diferentes posicionamentos diante do fato de estarem somando a identidade de assalariado rural” (MOTTA, 2020, p. 107). Mesmo que para a autora, mediante a precarização, o trabalho realizado na colheita da maçã no Sul do país não permita que os indígenas se reproduzam socialmente, podemos também perceber que mesmo nesses espaços há agência por meio das escolhas e das estratégias de manutenção da vida. A identidade é um fator amplamente utilizado para negociações e estratégias de

¹⁰ Outros fatores que justificam a escolha pelos indígenas são ressaltados por Motta (2020), como o barateamento da mão de obra, o modelo de trabalho legalizado, mas que subordina o indígena a estruturas de desconforto, como a volta para casa condicionada ao término do trabalho, além de sua larga experiência em outras produções agrícolas e extrativistas, como a de cana-de-açúcar no Centro-Oeste do país.

sobrevivência entre os indígenas, seja para garantir direitos étnicos diferenciados ou para inserir-se no mercado competitivo capitalista em busca de dinheiro para levar para a aldeia. Cumpre ressaltar que esse fenômeno é retratado em diferentes momentos da história do Brasil.

No rio Oiapoque, que hoje separa os territórios do Brasil e da Guiana Francesa, não havia definição legal clara até o Laudo Suíço de Berna, de 1900, que deu parecer favorável ao Brasil e, por conta disso, diversos projetos de colonização e catequização jesuítica por parte de Portugal e França tiveram nos indígenas da região o foco estratégico de controle das terras. Para Nascimento e Silva (2019), no século XVIII, aceitar as trocas, a catequese e o ensino das línguas europeias, por exemplo, ou contribuir como pilotos e guias pelas matas e rios para os colonos dos dois impérios, foram estratégias tecidas pelos indígenas, utilizando-se da necessidade de sobrevivência e de agência, materializadas a partir do uso da identidade. Em definição dos autores.

Na região em estudo percebeu-se nas relações entre jesuítas e indígenas que os últimos, mesmo em situação assimétrica, souberam na medida do possível ressignificar e reelaborar identidades e ações. Na fronteira amazônica entre Portugal e França, os contatos, as redes de interação, as negociações e tensões se fizeram presentes (NASCIMENTO; SILVA, 2019, p. 364).

A partir do que os autores interpretaram, propomos uma análise acerca da presença de indígenas em contexto urbano na cidade de Oiapoque utilizando-se de agências, mesmo em espaços e contextos desfavoráveis, como os já mencionados pela bibliografia levantada. Em muitos fatores, os indígenas que optam por sair das aldeias e traçar seus horizontes na cidade carregam consigo estigmas históricos de incapacidade e impertinência, sem que lhe seja visualizado o protagonismo em suas próprias trajetórias. Nesse sentido, os indígenas em contexto urbano do Oiapoque se destacam por sua agência como forma de sobrevivência e direito de escolha, mesmo em espaços desfavoráveis social e politicamente.

OS INDÍGENAS URBANOS E EM CONTEXTO URBANO NA CIDADE DE OIAPOQUE

Para pensarmos nas duas categorias centrais do artigo, utilizaremos de entrevistas realizadas na cidade de Oiapoque no ano de 2019, quando em campo para coleta de dados. Os dados levantados foram primordiais para conseguirmos compreender as camadas sociais que determinam a cidade como espaço de poder e conflitos, uma fronteira invisível, e como os indígenas se mobilizam em causas, atitudes e ações coletivas e individuais para manterem-se dignamente, mesmo em locais onde suas especificidades culturais não são vistas como determinantes para usufruto de direitos étnicos diferenciados, como já citado por Cunha (2012).

No caso dos indígenas entrevistados na cidade de Oiapoque, as fronteiras percebidas se estabelecem no que Martins (2014) chama de “local do conflito”, ou seja, uma fronteira do encontro, da descoberta e do desencontro. Lugar onde o proprietário de terra ou o “civilizado” encontra o camponês, o índio, e há desencontros históricos, o conflito. Essa fronteira só deixa de existir quando “o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna a parte antagônica do nós” (MARTINS, 2014, p. 134). Os conflitos, mesmo que invisíveis para quem não os vivencia, são claros quando percebemos que os espaços na cidade são marcados por poderes, rompimentos, identidades etc., dimensões em que quem detém o capital, via de regra, detém a posse e dita as regras desses espaços. Para viver nesses contextos, os indígenas lançam mão de estratégias de vida, objetivos partilhados entre familiares, amigos e criam forças contrárias ao status quo já estabelecido. Não é uma luta contra um sistema, são negociações diárias de (re)existência (NASCIMENTO; SILVA, 2019).

Nesse sentido, é fundamental compreendermos a categoria de agência. Para Ortner (2007), “agência” é gerada por ações sociais advindas/criadas em relações de poder, desigualdades e competições e, além disso, pelo fato de serem construídas culturalmente, são universais, características de qualquer modelo social. As agências apresentam duas dimensões fundamentais: o das intenções ou projetos, que são orientadas

pelas necessidades, ações, gostos etc. – porém não se exclui as questões imponderáveis, onde as consequências sociais são não intencionais; e a segunda dimensão, a do poder, que opera a partir de relações sociais de dominação e resistência, onde, mesmo na assimetria de poder, os dominados exercem influência no outro por meio do seu poder de resistir e cumprir seus projetos. Para a autora, intencionalidade e poder não são fatores excludentes ou isolados, senão também operam nos mesmos contextos. Para exemplificar como as relações de poder e os projetos das agências podem ser fenômenos de um mesmo recorte, utilizamos das entrevistas coletadas entre indígenas “urbanos” e “em contexto urbano” do Oiapoque, demonstrando que em fronteiras conflituosas as agências orientadas pela cultura se tornam mais claras (ORTNER, 2007).

Nilso Labonté Orlando, 25 anos, pertencente à etnia Palikur, nascido na aldeia Kumenê, é atualmente funcionário do projeto multilinguístico do Superfácil¹¹ no município de Oiapoque, onde trabalha como intérprete auxiliando indígenas a comunicarem-se com os funcionários do órgão. Em sua entrevista, Nilso falou sobre suas motivações em residir de forma fixa na cidade. Outra característica peculiar em sua entrevista é a defesa da escolarização na cidade, mas a ideia de voltar à aldeia para compartilhar os aprendizados com os parentes. Nilso deixou claro que mesmo morando em casa própria na zona urbana desde 2009, gostaria de estar na aldeia, especialmente porque a cidade, apesar de ter emprego para si e para seu pai (com quem compartilha sua casa na cidade), é um lugar muito perigoso, com “muitas bebedeiras” em bares¹². Apesar de expressar incômodos com a cidade, Nilso a observa como fundamental para a qualidade dos estudos, ideia que, mesmo demonstrando-se conflituosas, passa por gerações na família:

Eu fiz o ensino médio. Completei meu ensino médio, aí do ensino médio consegui um emprego aqui [...] Tô pretendendo ficar aqui mesmo pra ele [meu filho] estudar, que na aldeia ele pode estudar até a 6ª série, 8ª série. Quero que ele estude aqui pra aprender mais e falar português (NILSO, Oiapoque, julho de 2019).

¹¹ Órgão governamental do Estado do Amapá, responsável por atendimentos e orientações a respeito de questões burocráticas das cidades, como cadastros, pagamento de dívidas, taxas e impostos, solicitações etc.

¹² Nilso, assim como boa parte dos Palikur do Oiapoque, é frequentador da Igreja Assembleia de Deus, fato que o impede de ingerir álcool. Senhor Nilo, seu pai, era inclusive o atual pastor da igreja do bairro Infraero no período das entrevistas de campo.

Com a mesma premissa de conclusão dos estudos básicos, Edson Quaresma Aniká, 32 anos, indígena Karipuna em contexto urbano, mora na aldeia Manga e mantém uma rotina de mobilidade entre sua casa na aldeia e a casa de sua mãe, no bairro do Planalto, zona urbana do Oiapoque. Em seus relatos, Edson falou sobre os custos para a manutenção do trânsito entre a aldeia e a cidade, o que lhe obriga a viver sozinho na casa de sua mãe de segunda a sexta-feira, enquanto passa os finais de semana com sua esposa e filhos na aldeia do Manga. Após terminar seus estudos na cidade, Edson concluiu sua formação em técnico em contabilidade pelo Instituto Federal do Amapá e iniciou no projeto multilinguístico do Superfácil. Ao ser perguntado se gostaria de viver com sua família na cidade e continuar seus estudos, ele respondeu:

Com certeza, eu pretendo fazer uma faculdade agora, se Deus permitir, eu quero fazer uma faculdade e fazer uma formação, ter uma graduação. Eu pretendo fazer assim letras [...] aqui na cidade a preocupação é muito, até porque eu já pensei e conversei com a minha esposa lá, que eu queria trazer eles todos para cá e morarmos juntos, para não ter que ficar indo e voltando para a aldeia, mas a minha preocupação maior aqui na cidade é com a violência. Porque tem muitas pessoas perigosas aqui que entram e saem, que chegam aqui e a gente não conhece nem de onde vem [...] Apesar de termos uma escola aqui da qualidade que temos, que é mais avançado a tecnologia, mas por um lado é bom e por um lado é ruim (EDSON, Oiapoque, julho de 2019).

Como observado no fragmento, Edson vê a cidade como o local onde há perspectivas educacionais para os filhos, pois foi onde ele concluiu a educação formal e conquistou seu atual emprego, posto esse que sustenta sua família na aldeia. O contraponto fica por conta dos perigos na zona urbana, que, em comparação à sua casa no Manga, não oferece segurança para sua família, especialmente seus filhos, ainda pequenos.

Outro exemplo é o de Yuri Aniká dos Santos, 32 anos, Karipuna, funcionário da Cooperativa de Transporte Autônomo, formada por indígenas para oferecer fretes acessíveis das aldeias à cidade. Em sua entrevista, falou-me sobre a casa própria que seus

pais tinham na zona urbana, onde passou a morar desde os quatro anos de idade, tendo terminado seus estudos básicos e iniciado duas faculdades em Macapá entre os anos de 2006 e 2011, não concluídas por conta de problemas de saúde e de “indisciplina”, pois não conseguia viver sozinho na capital. Hoje, formado em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP Campus Binacional), disse que tem preferência pela aldeia, onde mora com sua esposa (paraense, formada em Pedagogia) e um filho de quatro meses. Sua escolha se dá pela proximidade com os familiares, pelo baixo custo de energia elétrica e alimentos, e pela segurança para seu filho, argumento também citado por Edson. Porém, seu trabalho lhe obriga a estar constantemente na cidade e quando perguntado sobre a dúvida entre viver em sua casa atual ou na cidade pela educação do filho, respondeu:

Mas a mãe quer uma educação pro filho dela, como ela é pedagoga, já vê... Não, porque na aldeia, a escola lá é boa, mas a educação... Ela quer que o filho sempre evolua, né. Por exemplo, quer preparar o filho pro mundo, da melhor maneira possível. Então ela quer que ele estude desde pequeno, já quer que a criança fique numa creche, entendeu. Acostume já (YURI, Oiapoque, julho de 2019).

Na oportunidade, Yuri disse que estavam prestes a se mudar definitivamente para a cidade, pois a esposa necessitava estar em maior contato com seus familiares. A moradia escolhida seria uma casa alugada no bairro FM, próximo à radio, paga com os recursos advindos dos empregos de professores que ambos têm atualmente na prefeitura. Pelo fato de os cargos serem instáveis, o plano familiar seria passar em concurso público em Macapá, também para manter a esposa mais próxima dos parentes do núcleo familiar dela.

Em relação a Nilso, Edson e Yuri, mesmo que atualmente nenhum deles estejam estudando, todos passaram a viver na cidade para a conclusão do ensino básico e, no caso de Yuri, cursar o ensino superior. Por conta do sustento dos filhos, encontravam-se apenas trabalhando em postos fixos, mas também responderam que pretendiam garantir a educação dos filhos, da mesma forma que eles obtiveram, na cidade. A experiência na zona urbana é justificada e partilhada entre os parentes étnicos, especialmente a família nuclear,

para assegurar a escolarização própria e dos dependentes. Em uma escala mais ampla, percebemos que essa prática também ajuda a garantir e a oportunizar que parentes fora do núcleo familiar ou amigos possam fazer o mesmo caminho, saindo das aldeias e passando a viver nas casas de quem tem moradia fixa ou partilhando de aluguéis, o que interpretamos como uma rede de ajuda mútua.

A categoria de redes de ajuda mútua é muito importante para entendermos o grande fluxo de indígenas na cidade de Oiapoque. Falamos em rede¹³ pois percebemos que em grande parte os indígenas se mantêm em grupos na cidade, dividindo casas, despesas, rendas, aluguéis etc. e, para que a saída prolongada ou sazonal da aldeia seja bem-sucedida, é salutar a presença de um parente étnico ou amigo indígena que já tenha casa própria ou que já pague aluguel de uma residência ou quitinete na cidade. Outra interpretação importante para a categoria analisada é a de “ajuda mútua”, pois entre os indígenas que declararam ter recebido ajuda ou ter ajudado foi comum escutar que eles compreendem tal prática como primordial para sua vida ou para quem eles estão ajudando naquele momento, demonstrando a ideia de viabilização mútua, ajudar para ser ajudado e vice-versa, em uma demonstração de agência orientada por projetos coletivos.

Sobre os projetos coletivos, indígenas que saem da sua aldeia para obter formação acadêmica/escolar ou para renda carregam consigo a responsabilidade de ajudar a manter os parentes que permanecem nas aldeias, ou até mesmo de servir como exemplo para eles, que no futuro podem lançar mão da mesma prática. Dessa forma, o parente que se encontra de alguma forma estabilizado na cidade, além de servir como referência para seu parente advindo da aldeia, também tem a incumbência de retornar qualificado ao lugar de origem, viabilizando o desenvolvimento e a manutenção da vida de seus parentes étnicos em suas terras indígenas.

Nesse exemplo de agência pela rede de ajuda, o indígena urbano ou em contexto urbano oferece subsídios de apoio e um referencial para seus parentes étnicos e isso também é observado do ponto de vista político, pois trata-se de uma pauta defendida pelos movimentos

¹³ A partir de Redcliff-Brown (1995 e 1973), entendemos o estabelecimento de redes como um “conjunto de relações concretas entre indivíduos e grupos sociais que constituiria a estrutura social ou sociedade. Tais relações são consideradas ora parcialmente, remetendo a redes menores (como as relações de parentesco), ora em sua totalidade, reportando a uma rede mais abrangente que articularia todas as demais, ou seja, a própria sociedade” (apud BARBOSA, 2007, p. 20).

indígenas, como relatou Priscila Barbosa, Karipuna de trinta anos, acadêmica de Direito da UNIFAP Campus Binacional e funcionária do CCPIO (Conselho de Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque), quando afirma que estar na cidade também significa resistir às problemáticas e aos perigos que o “mundo de vocês” oferece ao dela. Sobre isso:

Eu preferia estar na aldeia. Eu queria estar na aldeia, mas tem que sair de lá justamente porque é para garantir esses espaços que nós temos hoje. Porque se a gente ficar lá, somente ali naquele ambiente, futuramente nós não teremos mais. Porque é ataque e ataque nas questões dos direitos dos povos indígenas, principalmente de olho na terra, que é da terra que a gente tira o nosso sustento. Então, para preservar as futuras gerações eu venho para estudar e conhecer mais esse mundo do não indígena e lutar com essas armas dele, e tentar que não acabe o que a gente tem hoje. Garantir que os indígenas ainda tenham um pouco o que é de direito (PRISCILA, Oiapoque, julho de 2019).

Como se pode observar, a educação mais qualificada e as opções de renda (emprego, trabalho) são dimensões buscadas na cidade que andam de forma quase indissociáveis. Tratam-se de projetos individuais e coletivos, partilhados entre parentes nas redes de ajuda e nas necessidades de manutenção da vida nas próprias aldeias. Em relação à busca por trabalho e renda na cidade, Davi Gabriel, 26 anos, Galibi-Marworno e acadêmico do curso de Licenciatura Intercultural Indígena, já atua há anos na área da produção audiovisual, produzindo conteúdo próprio e para o consumo de contratantes. Davi já morou em Macapá para terminar os estudos básicos e cursou Licenciatura em Filosofia na Universidade Estadual do Amapá (UEAP), mas preferiu dedicar-se ao audiovisual para poder ter renda. Por questão de estrutura familiar e pelos custos para viver na capital, optou por voltar ao Oiapoque e produzir materiais que valorizassem a cultura de seu povo e a língua materna, o kheuol. Ao ser perguntado sobre suas pretensões profissionais, falou a respeito das dificuldades em desenvolver um trabalho sólido em sua área de atuação, especialmente pela falta de internet e infraestrutura no município, mas que essa demanda pôde ser parcialmente sanada a partir de seus estudos acadêmicos. Em relação à possibilidade de atuar nas aldeias, declara:

A formação que eu tô tendo hoje, ela vai me habilitar pra isso, mas como também eu percebo que é urgente uma formação muito mais ampla, que nos habilite não só pra atuar na educação escolar indígena, mas também tá atuando na própria universidade, no próprio curso Intercultural Indígena, atuando no campo de pesquisa, em diversos campos, diversas ciências pra além da educação básica, mas pensando muito nesse contexto de querer atingir de forma macro (DAVI, Oiapoque, julho de 2019).

Davi informou que não pretende atuar de imediato como professor, pois gostaria de alcançar dois objetivos pessoais: consolidar-se no campo da produção audiovisual e continuar seus estudos, fazendo um mestrado, inclusive fora do Amapá. Neste caso específico, não há um plano de vida para atuar profissionalmente na aldeia, mas continuar na cidade de Oiapoque (ou em outra cidade) para especializar-se e trabalhar em sua área de atuação atual, fatores que não conseguiria cumprir na aldeia. Nota-se que apesar de os entrevistados afirmarem que pretendem voltar a aldeia para exercer a profissão, essa não é uma regra. Na verdade, projetar o regresso pode estar estreitamente condicionado às poucas oportunidades de trabalho formal recebidas pelos indígenas no Oiapoque.

O uso do termo “formais” não só se refere às ocupações de carteira assinada, mas também compreende que os indígenas de Oiapoque obtêm boa parte de sua renda na cidade, mesmo morando nas aldeias. Machado (2017), em estudos sobre a produção e a venda de farinha de mandioca entre os Palikur, define o produto como “único excedente produtivo” da etnia. Assim como a caça, a pesca e a coleta são fundamentais na aldeia Kumenê, a produção e venda de farinha mantêm firmes os laços com compradores e amigos na cidade de forma fiel há anos. Sobre isso:

A vida econômica dos Palikur do rio Urukauá é estruturada essencialmente a partir da produção da farinha de mandioca. Esse produto é responsável em prover as necessidades da maior parte das famílias Palikur a partir de sua venda. Com a negociação da farinha, que é feita principalmente em Oiapoque, os Palikur voltam para a aldeia com os mantimentos necessários para suprir por alguns dias suas casas, tais como sal, sabão em pó e em barra, bolacha, café, açúcar, óleo de cozinha, arroz, feijão. Mas também

guardam uma parte da renda para outras urgências que podem aparecer, e assim poderem ir aos comércios da própria aldeia e comprar algum produto que estão precisando (MACHADO, 2017, p. 87).

A renda é um fator muito importante para o indígena na cidade, mas isso não deixa de representar um paradigma: se a cidade oferece melhores condições para os estudos e a profissionalização, ela também carrega estigmas muito difíceis de serem superados, como o “lugar” que o indígena pode ocupar, estando fora de uma aldeia. Nesse sentido, a fronteira conflituosa estabelece-se na cidade, obrigando o indígena a performar a partir de estratégias diversas, como já mencionado.

Para exemplificar, Eliene Gabriel, 26 anos, Galibi-Marworno e acadêmica de Licenciatura em Biologia da UNIFAP Campus Binacional, encontra-se atualmente desempregada. Em sua entrevista, afirmou que vive bem por conta de sua base familiar, já que mora com seus pais e pôde ser financiada por eles para estudar anteriormente em outros estados, como Pará e Maranhão. Quando perguntada sobre a busca por um emprego, respondeu que assim como ela, outros indígenas também encontram sérias dificuldades, sendo mais comum a atuação em postos específicos para indígenas. Acerca disso:

São poucos [os indígenas que conseguem emprego na cidade], exceto os que têm nível superior em alguma outra área que eles possam ocupar um cargo de confiança. Geralmente, eles trabalham na FUNAI ou na CASAI [Casa de Saúde Indígena], mas assim, se não tiver uma formação é muito difícil conseguir, por exemplo, de vendedor, de auxiliar de alguma coisa. É muito difícil na cidade em questão da discriminação (ELIENE, Oiapoque, julho de 2019,).

Ponto muito importante para a compreensão da escassez de postos empregatícios entre os indígenas urbanos e em contexto urbano no Oiapoque é o que Eliene frisou sobre quais postos geralmente são ocupados por eles. De acordo com ela, os postos mais comuns são os que estão direcionados ao público indígena, como cargos na FUNAI e na CASAI. Porém, esses postos não conseguem absorver

a totalidade de indígenas que necessitam de meios para obter renda na cidade, o que não modifica o panorama de dificuldades em se encontrar emprego, ao passo que voltar à aldeia para passar temporadas e/ou buscar subsídios básicos, visitar a família etc., também torna-se estratégico para manter-se na cidade e tentar alcançar seus objetivos por mais tempo no futuro próximo.

A cidade, como observada a partir das entrevistas, representa para os indígenas uma multiplicidade de fronteiras, tanto em oportunidades quanto em desafios cotidianos, mas não é difícil concluir que essas fronteiras, assim como díades nacionais, são transpostas a partir de “práticas de fortalecimento” e “práticas de atravessamento” (MEZZADRA, 2015). Tal fronteira é constantemente atravessada, não só por pessoas, mas por suas ideias, sentimentos, gostos, necessidades e pelas diversas formas de viverem suas liberdades, e, por tratar-se de lugares de oportunidades diversas, se configuram como espaços de poder e de estratégias cotidianas, orientadas pelas agências.

CONCLUSÃO

Os indígenas urbanos e em contexto urbano do Oiapoque, assim como tantos povos indígenas que vivem em cidades no país, vivenciam cotidianamente desafios que os levam a buscar mais do que proteção e/ou demarcação de suas terras. Os espaços urbanos do Brasil são vislumbrados para a obtenção dos direitos étnicos, mas também para o exercício de direitos como o acesso ao trabalho, à saúde e à educação de qualidade, além da possibilidade do consumo e das diversas formas de se conseguir renda. Mesmo que desafiadora, a cidade também é um lócus para se pensar permanência e dignidade de vida de povos indígenas e, a partir disso, projetar políticas públicas direcionadas a grupos étnicos.

Mesmo que invisível a olhos desatentos, os indígenas tecem na cidade as estratégias de luta e de vida que transpõem a aldeia e oportunizam que gerações possam utilizar dessa luta para alcançar outros tantos direitos. Individualmente ou coletivamente, em espaços de fronteiras conflituosas, lançar mão das agências de resistência, orientados por projetos e pelos códigos culturais do grupo étnico,

são práticas cada vez mais recorrentes em meio a tantas outras lutas protagonizadas pelos povos indígenas no Brasil.

REFERÊNCIAS

- AMAPÁ, 2022. Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas. Macapá, 2023. Disponível em: <http://www.sepi.ap.gov.br/interno.php?dm=961>. Acesso em: 18 jun. 2022.
- BAINES, Stephen Grant. As chamadas “aldeias urbanas” ou índios na cidade. **Brasil Indígena**, Fundação Nacional do Índio, v. 7, p. 15-17, dez. 2001.
- BARBOSA, Gabriel Coutinho. Os Aparai e Wayana e suas redes de intercâmbio. 2007. 228 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- BRASIL, 2009. Programa de Promoção de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira-PDFF. Ministério da Integração Nacional. Brasília: Secretaria de Programas Regionais. Brasília, 2009.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Urbanização e tribalismo: a integração dos índios Terêna numa sociedade de classes**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1968.
- CARDOSO JUNIOR, Hélio Rebello. O conceito de região e os problemas filosóficos: significado epistemológico da história regional e a constituição histórica do “espaço liso” e do “espaço estriado”. **TEL Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 2, n. 3, p. 7-21, 2011.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- HENRIQUES, Karyn N. R. Territórios indígenas em espaços urbanos: um estudo da migração dos indígenas da TI Ibirama para Blumenau. 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA - IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 03 jul. 2021.
- MACHADO, Tadeu Lopes. O poder da farinha de mandioca no mercado: simbolismos e representações. In: II Seminário Internacional América Latina: Políticas e Conflitos Contemporâneos, 2017, Belém-PA. Anais do SIALAT 2017. Belém-PA: NAEA, 2017. v. 12. p. 5141-5154.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2014.
- MEZZADRA, Sandro. Multiplicação das fronteiras e das práticas de mobilidade. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 23, p. 11-30, 2015.

MOTTA, Graziela da Silva. Migração e contatação de trabalhadores indígenas empregados pela economia do agronegócio. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 21, n. 52, p. 96-118, abr. 2020.

NAKASHIMA, Edson Yukio. Reatando as pontas da rama: a inserção de alunos da etnia indígena Pankararu em uma escola pública da cidade de São Paulo. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado; SILVA, Giovani José da. Sobre vivências negociadas: indígenas e jesuítas franceses no Oiapoque setecentista. **HABITUS**, v. 17, p. 357-378, 2019.

NUNES, Eduardo S. Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. **Espaço Ameríndio** (UFRGS), v. 4, n.1, p. 9-30, 2010.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Ensaio em antropologia histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

OLIVEIRA, João Pacheco de. A problemática dos “índios misturados” e os limites dos estudos americanistas: um encontro entre Antropologia e História. In: Identidade, fragmentação e identidade na América Latina. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003, p. 27-37.

ORTNER, Sherry B. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam P. et al. (Orgs.) **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Brasília: ABA/Nova Letra, 2007. p. 45-80.

PALADINO, Mariana. **Estudar e experimentar na cidade**: trajetórias sociais, escolarização e experiência urbana entre “jovens” indígenas Ticuna, Amazonas. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PALITOT, Estêvão Martins. Descobrir-se índio na cidade: as aldeias urbanas em Crateús/Ceará. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 2008, Porto Seguro. CD Virtual da 26ª RBA. Porto Seguro: Associação Brasileira de Antropologia, 2008.

PEREIRA, Venâncio Guedes; DAS CHAGAS MARTINS, Carmentilla. “Fronteiras e políticas que atravessam a identidade e a sociabilidade indígena”: uma análise acerca dos sentidos das migrações Palikur na fronteira Brasil-Guiana Francesa. **Tellus**, p. 139-158, 2019.

PEREIRA, Venâncio Guedes. Fronteiras entre a etnicidade e a nacionalidade: as vivências dos indígenas urbanos e em contexto urbano da cidade de Oiapoque. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudos de Fronteira). Universidade Federal do Amapá, Amapá, 2020.

SARÉ-XIMENES, Laura Arlene. A população indígena da cidade de Belém: algumas formas de sociabilidade. In: XII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), 2007. Belém: Editora UFPA, 2007. v. 1.

SILVA, Giovani José da. Identidade, etnicidade, globalização e populações indígenas em fronteiras: a presença Kamba em Corumbá (MS) (1945-1987). **História Revista** (UFG), Goiânia, v. 10, n. 2, p. 255-272, 2005.

TORRES, Rodolfo Fernandes da Silva. O projeto básico ambiental da rodovia BR-156/AP: trecho Calçoene – Oiapoque, no período de 2006 a 2012. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas). Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2016.

VIDAL, Luz Boelitz. Galibi Kalina: história, contato e aspectos contemporâneos. In: _____; LEVINHO, José Carlos; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Orgs.) **A presença do invisível**: vida cotidiana e ritual entre os povos indígenas do Oiapoque. Rio de Janeiro: IEPÉ/Museu do Índio, 2016. p. 107-122.

A SUSTENTABILIDADE DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAPÁ A PARTIR DOS INDICADORES DO PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS BRASIL^{1*2}

Renata Abdon de Sá Seixas³

José Francisco de Carvalho Ferreira⁴

Helenilza Ferreira Albuquerque Cunha⁵

INTRODUÇÃO

A industrialização desenfreada e suas graves consequências sobre o meio ambiente levaram a uma preocupação generalizada sobre a forma como a economia mundial vem se desenvolvendo. Nesse contexto, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou uma estratégia de comprometimento das nações em operacionalizar o desenvolvimento sustentável.

A Agenda 2030 foi elaborada em 2015, três anos após a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, na 70ª Sessão da Assembleia Geral das

1 Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa.

2 Texto originalmente publicado na edição 55 / 2022, da revista Confins. Link: <https://journals.openedition.org/confins/45795>

3 Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: renataaseixas@gmail.com.

4 Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: zfcofer@unifap.br.

5 Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: helenilzacunha@gmail.com.

Nações Unidas (MONTERO; LEITE; MELO, 2012 e PIMENTA; NARDELLI, 2015). A Agenda reúne 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas, além dos meios de implementação e monitoramento, direcionados à erradicação da pobreza e à promoção da prosperidade e do bem-estar da humanidade, concomitantemente à proteção do meio ambiente (ONU, 2015).

As ações de promoção do desenvolvimento sustentável fomentadas pela ONU motivaram a criação de diversos programas ao redor do mundo, como é o caso dos Compromissos de Aalborg, na Dinamarca, que inspiraram o desenvolvimento do Programa Cidades Sustentáveis (PCS) no Brasil (ONU, 2015; PCS, 2016a).

O PCS possui caráter voluntário, em que prefeitos interessados assinam uma Carta-Compromisso assumindo a responsabilidade de sensibilizar e mobilizar os municípios para que se desenvolvam de forma econômica, social e ambientalmente sustentável. Ademais, o programa dispõe de uma plataforma online que engloba 260 indicadores agrupados em doze eixos temáticos, que auxiliam gestores na formulação de um Plano de Metas Municipal, com o intuito de alcançar os ODS estabelecidos pela ONU (PCS, 2016a e 2016b).

O PCS tem operacionalizado a municipalização dos ODS por meio da sensibilização e engajamento dos gestores locais, aliados à utilização da plataforma disponibilizada pelo programa. O PCS tem estimulado, ainda, a legalização do Plano de Metas Municipal, fomentando a transparência na gestão pública (PCS, 2016b; REDE NOSSA SÃO PAULO, 2017).

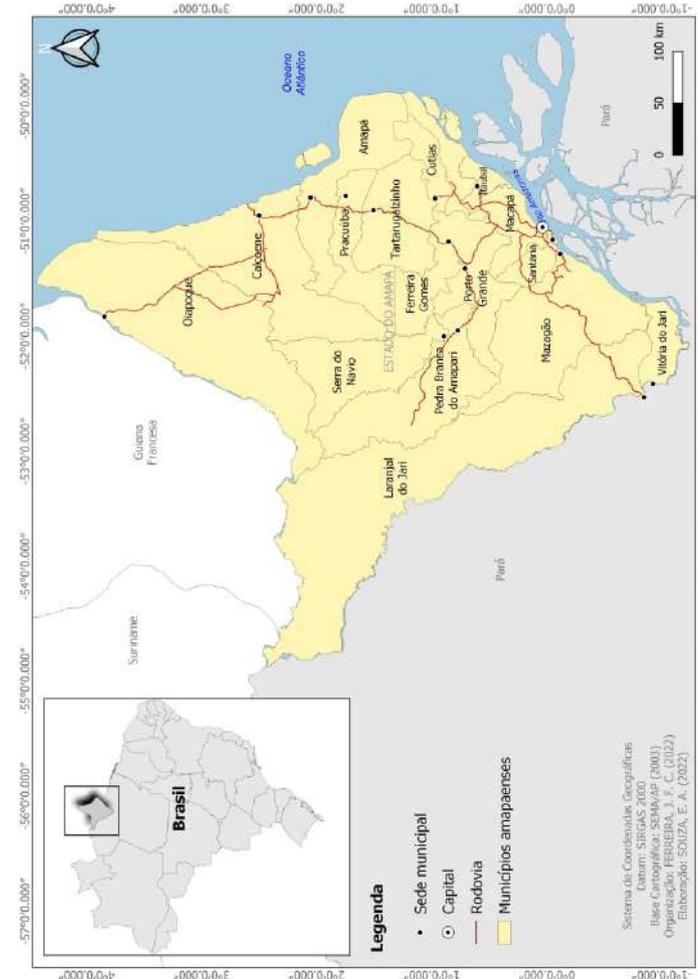
No Amapá, segundo o PCS (2021), nove são os municípios que aderiram ao programa⁶. Para estes, o PCS disponibiliza os dados referentes a cada um e a sua situação em relação aos ODS no chamado Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC) (PCS, 2021). A adesão de apenas uma parte dos municípios e as possibilidades de utilização dos indicadores do PCS para definir e elaborar políticas públicas mais ajustadas à realidade municipal justificam esta pesquisa, por se entender que os indicadores do PCS podem dar esse contributo.

⁶ Macapá, Santana, Vitória do Jari, Cutias, Pracuúba, Tartarugalzinho, Pedra Branca do Amapari, Itauba e Serra do Navio.

Assim sendo, este estudo analisa o grau de sustentabilidade dos municípios do estado do Amapá por meio do cálculo de um Índice de Sustentabilidade Municipal (ISM) a partir dos indicadores e eixos do PCS, evidenciando as potencialidades e fraquezas dos municípios, a fim de auxiliar os gestores públicos na tomada de decisões, além de estimular a sociedade ao acompanhamento da gestão pública.

MATERIAL E MÉTODOS

Figura 1 – Mapa de localização dos municípios do Estado do Amapá.



Fonte: SEMA/AP (2003).

ÁREA DE ESTUDO

O Estado do Amapá está localizado no extremo Norte do Brasil, na faixa de fronteira da Amazônia Oriental (Figura 1). A norte e noroeste, faz fronteira com a Guiana Francesa e o Suriname; a oeste e sudoeste, faz divisa com o Pará, e grande parte dessa extensão se dá ao longo do rio Jari; a costa sudeste forma uma fronteira junto à margem esquerda do Canal Norte do rio Amazonas; a leste e nordeste, apresenta 598 km de costa oceânica, correspondendo a 8,11% do litoral atlântico do Brasil (BRASIL, 2008).

COLETA DE DADOS

A coleta de dados teve por base a lista de indicadores sugeridos pelo PCS, contendo os parâmetros relacionados aos indicadores do programa, como o nome do indicador, eixo do PCS, ODS e respectiva meta relacionada àquele indicador, variáveis que o compõem e fórmulas de cálculo, além de informações técnicas e links como sugestão de pesquisa. Na ausência de links e referências, foram utilizados os bancos de dados disponíveis na internet, como os do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Atlas do Brasil, da Agência Nacional de Águas (ANA), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), entre outros. A coleta de dados considerou os anos entre 2010 e 2018.

Os eixos do PCS são: Ação local para a saúde; Bens naturais comuns; Consumo responsável e opções de estilo de vida; Cultura para a sustentabilidade; Do local para o global; Economia local, dinâmica, criativa e sustentável; Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida; Equidade, justiça social e cultura de paz; Gestão local para a sustentabilidade; Governança; Melhor mobilidade, menos tráfego; e Planejamento e desenho urbano.

Fatores como sobreposição, inexistência de padronização prévia de indicadores e variáveis, assim como a falta de dados disponíveis a nível municipal de diversos indicadores sugeridos pelo PCS, motivaram a inclusão de outros indicadores cuja representatividade se alinhe à daqueles excluídos ou faltosos.

Como em alguns casos a grande quantidade de indicadores qualitativos no mesmo eixo comprometeu a análise, então, foram criados indicadores quantitativos inéditos a partir de uma gama de dados qualitativos obtidos nas pesquisas de perfil dos municípios realizadas pelo IBGE.

Por fim, considerando que se buscou ao máximo fidelizar a análise à estrutura do PCS, foram mantidos todos os eixos originais do programa, ainda que durante a pesquisa algumas fragilidades tenham sido encontradas. Nesse sentido, são necessárias algumas ponderações acerca de determinados eixos.

O eixo “Consumo responsável e opções de estilo de vida” engloba originalmente quinze indicadores, porém, em virtude da grande quantidade de indicadores relacionados à coleta seletiva, cuja prática ainda não é efetiva no estado, e considerando as particularidades regionais de disponibilidade de dados, foi selecionado somente um indicador para a elaboração desse subíndice: “Acesso a serviço de coleta de lixo doméstico”. Sendo assim, o desempenho de cada município para esse indicador refletiu o desempenho do eixo como um todo. Esse cenário será reproduzido em todas as situações em que o eixo for composto por apenas um indicador.

No eixo “Governança”, originalmente com 31 indicadores, por se tratar de questões como acesso à informação, justiça, corrupção e temas relacionados, não foi possível encontrar os dados necessários nas plataformas online e, como não houve o retorno esperado dos municípios, o referido eixo foi composto pelo indicador “Presença de vereadoras na Câmara Municipal”.

Em relação ao eixo “Melhor mobilidade, menos tráfego”, o PCS sugere treze indicadores, porém, como os indicadores componentes desse eixo são diretamente relacionados a dados de transporte público municipal e temas correlatos, não foi possível encontrar informações necessárias, pois apenas dois municípios do Estado do Amapá possuem transporte público intramunicipal (Macapá e Santana). Assim, esse eixo foi composto por apenas um indicador adaptado, “Orçamento do município destinado ao transporte”, e como se trata de um indicador financeiro, dependente de prestação de contas, os resultados encontrados foram muito baixos ou inexistentes.

Foram, assim, considerados 74 indicadores, distribuídos pelos doze eixos do programa. Destes, 53 foram extraídos da lista original fornecida pelo PCS e 21 foram inseridos de outras fontes, criados ou adaptados para melhor representar a realidade dos municípios amapaenses.

MÉTODO DE CÁLCULO

Para calcular um Índice de Sustentabilidade, é necessário considerar os seguintes passos metodológicos: seleção, organização, normalização, ponderação e agregação dos indicadores (BÖHRINGER; JOCHEM, 2007 e GHALIB; QADIR; AHMAD, 2017).

É importante ressaltar que não há uma regra universal para a normalização, tampouco para a agregação dos indicadores, além de não haver um consenso na literatura acerca da atribuição de pesos aos indicadores, o que requer que os processos metodológicos sejam tratados de forma transparente para diminuir a subjetividade na análise dos resultados (BÖHRINGER; JOCHEM, 2007).

Quanto à seleção e organização dos indicadores, na literatura internacional há diversos critérios. Estes devem ser alinhados à definição de desenvolvimento sustentável adotada; mensuráveis; independentes entre si para não haver sobreposição; representativos, bem fundamentados e confiáveis; recentes e periodicamente atualizados; e disponíveis em fontes públicas, científicas ou institucionais, ou mesmo disponíveis a um custo plausível (BELL; MORSE, 2003; FERREIRA, 2021; GUY; KIBERT, 1998; MASCARENHAS et al., 2010; SPANGENBERG; PFAHL; DELLER, 2002).

A seleção dos indicadores teve por base os 260 indicadores do PCS, respeitando a metodologia de cálculo, considerando a disponibilidade de dados para todos os municípios e a sua representatividade perante a realidade do Estado do Amapá. As ausências foram colmatadas com indicadores próximos à realidade do objeto de pesquisa, sem desconsiderar a proximidade com os indicadores do PCS.

Para a normalização dos indicadores, foi adotado o mesmo método de cálculo utilizado por metodologias reconhecidas

internacionalmente, como o Índice de Desenvolvimento Humano e o Índice de Desenvolvimento de Cidades, que utilizam os valores máximos e mínimos para cada indicador (BÖHRINGER; JOCHEM, 2007 e SINGH et al., 2012). Nesse contexto, é possível padronizar indicadores de diferentes escalas em uma única escala que varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior a contribuição daquele indicador para a sustentabilidade, e quanto mais próximo de 0, menor a sua contribuição para a sustentabilidade (BÖHRINGER; JOCHEM, 2007 e CHOON et al., 2011). Para isso, é fundamental analisar a relação do indicador com a sustentabilidade, ou seja, se é uma relação positiva ou negativa. A partir dessa análise, deve-se optar por uma das fórmulas a seguir para a normalização.

$$X_N^{+X} = \frac{X - X_{min}^-}{X_{max}^+ - X_{min}^-} \quad (1) \quad \text{ou} \quad X_N^{-1-X} = \frac{X_{max}^- - X}{X_{max}^- - X_{min}^-} \quad (2)$$

Nas fórmulas de cálculo apresentadas, (1) corresponde ao indicador normalizado cuja relação com a sustentabilidade é positiva, e (2) ao indicador normalizado cuja relação com a sustentabilidade é negativa; e correspondem, respectivamente, ao menor e maior valor daquele indicador, segundo a referência adotada; e correspondem aos valores originais dos indicadores a serem normalizados, de acordo com a sua relação com a sustentabilidade (positiva ou negativa, respectivamente) (BÖHRINGER; JOCHEM, 2007).

Para a determinação dos valores máximos e mínimos de cada indicador, foram utilizadas referências internacionais e nacionais, cuja preferência levará em conta a melhor adequação às particularidades de cada indicador.

A atribuição de pesos aos indicadores foi descartada para que se possa analisar o desempenho dos municípios em cada eixo do PCS uniformemente, isto é, para que o ISM seja alcançado a partir de uma análise neutra.

Uma vez normalizados, e considerando que não tiveram diferentes pesos, os indicadores foram agregados em duas fases: a

primeira para o cálculo dos subíndices (para cada eixo do PCS); e a segunda correspondeu ao ISM, que é o resultado da agregação de todos os subíndices. Em ambas as fases foi utilizada a média aritmética simples, mesmo método de cálculo utilizado para o Índice de Desenvolvimento Humano, Índice de Sustentabilidade Ambiental, Índice de Progresso Social da Amazônia, entre outros (BÖHRINGER; JOCHEM, 2007 e CHOON et al., 2011).

RESULTADOS

Considerando os passos do método de cálculo, os indicadores, após a normalização e a primeira agregação, foram transformados em subíndices. Isso significa que, para cada município, foram gerados doze subíndices.

Sendo assim, cada eixo foi organizado de forma a gerar um ranking estadual com todos os municípios posicionados em ordem decrescente, segundo o respectivo desempenho em cada eixo. Dessa forma, permitiu-se identificar, para cada eixo, os municípios que se destacaram positiva e negativamente. Após essa fase, buscou-se apontar, em uma análise regressa, quais os indicadores que mais influenciaram no desempenho de tais municípios. Assim, foi possível verificar as suas potencialidades e fragilidades mais evidentes.

Após a análise por eixo, foi gerado um ranking final a partir do valor do ISM (resultado da agregação dos subíndices), no qual se pôde observar o grau da sustentabilidade dos municípios do Estado do Amapá. Os resultados são apresentados de forma parcial para cada eixo do PCS, ressaltando as potencialidades e fragilidades dos municípios (Tabela 1). Em seguida, essas informações são consolidadas e transformadas no ISM, que representa o grau de sustentabilidade dos municípios amapaenses (Tabela 2).

Tabela 1 – Resumo dos resultados para cada eixo do Programa Cidades Sustentáveis

EIXO	DESEMPENHO POSITIVO		DESEMPENHO NEGATIVO		SUBÍNDICE POREIXO
	Município	Subíndice	Município	Subíndice	
Ação Local para a Saúde	Serra do Navio	0,70	Mazagão	0,41	0,50
Bens Naturais Comuns	Serra do Navio	0,63	Cutias	0,23	0,40
Consumo Responsável	Macapá	0,96	Mazagão	0,38	0,73
Cultura para a Sustentabilidade	Macapá	0,55	Pracuúba	0,19	0,35
Do Local para o Global	Pracuúba	0,98	Macapá	0,87	0,93
Economia	Ferreira Gomes	0,44	Itaubal	0,26	0,36
Educação	Santana	0,52	Cutias Mazagão	0,41	0,47
Equidade, Justiça Social e Cultura	Pedra Branca	0,75	Ferreira Gomes	0,53	0,65
Gestão Local	Serra do Navio	0,34	Vitória do Jari	0,10	0,22
Governança	Itaubal	0,67	Porto Grande	0,18	0,36
	Pracuúba				
	Tartarugalzinho				
Mobilidade Urbana	Porto Grande	0,44	Todos, exceto Macapá, Santana e Laranjal do Jari	0,00	0,05
Planejamento e Desenho Urbano	Santana	0,72	Vitória do Jari	0,32	0,49

Fonte: elaborada pelos autores, 2021.

AÇÃO LOCAL PARA A SAÚDE

Nesse eixo os municípios apresentaram desempenho médio igual a 0,50. A pontuação máxima foi alcançada pelo município de Serra do Navio, com 0,70, e a pontuação mínima pelo município de Mazagão, que alcançou 0,41 (Tabela 1). Serra do Navio se destacou com os indicadores “Desnutrição infantil” (0,99) e “Unidades básicas de saúde” (1,00), além de ter alcançado a maior pontuação entre os municípios para o indicador “Pré-natal insuficiente” (0,66).

Em contrapartida, entre os oito indicadores analisados, Mazagão apresentou valores abaixo de 0,30 para mais da metade deles: “Orçamento municipal para a saúde” (0,07); “Unidades básicas de saúde” (0,21); “Pré-natal insuficiente” (0,27); “Gravidez na adolescência” (0,10); e “Cobertura de vacinas” (0,11), sendo este o menor valor apresentado entre os municípios para o indicador.

Macapá, capital do estado e principal município da Região Metropolitana, ainda que não tenha se destacado no ranking, apresentou os maiores valores entre os municípios para três dos oito indicadores: “Baixo peso ao nascer” (0,87), “Gravidez na adolescência” (0,47) e “Obesidade infantil” (1,00). Por outro lado, Santana, que também faz parte da Região Metropolitana, apresentou baixo desempenho nesse eixo, ficando em penúltimo lugar (0,44), com destaques negativos para os indicadores “Baixo peso ao nascer” (0,38) e “Orçamento municipal para a saúde *per capita*” (0,01), correspondendo aos menores valores observados entre os municípios.

BENS NATURAIS COMUNS

O desempenho médio obtido para esse eixo foi 0,40. A pontuação máxima foi alcançada pelo município de Serra do Navio, com 0,63, e a pontuação mínima, equivalente a 0,23, foi referente ao município de Cutias do Araguari (Tabela 1).

O município de Serra do Navio apresentou os indicadores “Área desmatada” e “Reservas e áreas protegidas”, ambos com valores iguais a 0,99, como seus destaques positivos. Ademais, considerando o seu

desempenho relativamente aos demais municípios, Serra do Navio se destacou duas vezes com o maior valor para “Cobertura vegetal nativa remanescente” (0,88) e “Índice de esgoto” (0,60).

Por outro lado, o município de Cutias teve o pior desempenho no referido eixo. Entre os sete indicadores do eixo, o município apresentou desempenho abaixo de 0,1 para três deles: “Cobertura vegetal nativa remanescente” (0,09), “Índice de esgoto” (0,01) e “Perda de água tratada” (0,09); e a pontuação mínima (0,0) para dois deles: “Reserva e áreas protegidas” e “Gastos com gestão ambiental”. Em relação ao último indicador citado, o município de Cutias apresentou a pontuação mínima por não ter publicado suas contas de 2017, inviabilizando a análise da distribuição dos seus recursos financeiros. Cutias apresentou a menor pontuação entre os municípios para cinco dos sete indicadores, resultando no menor desempenho geral do eixo em questão.

CONSUMO RESPONSÁVEL E OPÇÕES DE ESTILO DE VIDA

Para esse eixo, os municípios estudados apresentaram média de 0,73, sendo que o melhor desempenho foi alcançado pela capital do estado, Macapá, com a pontuação de 0,96, e o pior desempenho foi registrado para Mazagão, com 0,38 (Tabela 1).

CULTURA PARA A SUSTENTABILIDADE

Esse eixo apresentou baixo desempenho entre os municípios, apontando a média de 0,35. A pontuação máxima foi alcançada pelo município de Macapá, com 0,55, e a pontuação mínima pelo município de Pracuúba, com 0,19 (Tabela 1). Macapá se destacou com os indicadores “Políticas culturais e legislação municipal” (0,84), “Instâncias participativas” (1,00) e “Meios de comunicação” (0,88), sendo estes os maiores valores observados entre os municípios.

Por outro lado, entre os seis indicadores analisados, Pracuúba apresentou valores abaixo de 0,2 para metade deles: “Infraestrutura e RH do órgão gestor” (0,00), “Políticas culturais

e legislação municipal” (0,11) e “Instâncias participativas” (0,00), representando, também, os menores valores alcançados entre os municípios. É válido destacar que Serra do Navio, ainda que não tenha alcançado a pontuação máxima para esse eixo, ficou em segundo lugar (0,54) e se destacou com o indicador “Gastos com cultura” (1,00), ultrapassando todas as capitais do Brasil, com um investimento de 2,89% do seu orçamento para a Cultura (SISTEMA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FISCAIS DO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO – SICONFI, 2017).

DO LOCAL PARA O GLOBAL

Para esse eixo, os municípios apresentaram um desempenho elevado, com média de 0,93. A pontuação máxima foi alcançada pelo município de Pracuúba, com 0,98, e a pontuação mínima pelo município de Macapá, com 0,87 (Tabela 1).

Em geral, ambos os indicadores refletiram bons resultados. Macapá foi o município que apresentou o maior valor relativo para o indicador “Domicílios com acesso à energia elétrica” (1,00), enquanto Pedra Branca do Amapari apresentou o menor valor relativo (0,79). Já em relação ao indicador “Total de emissões de CO equivalente *per capita*”, Vitória do Jari apresentou o melhor desempenho relativo (0,97) e Macapá, o pior (0,74).

ECONOMIA LOCAL DINÂMICA, CRIATIVA E SUSTENTÁVEL

Os municípios apresentaram baixo desempenho para a economia, com média de 0,36. A pontuação máxima foi alcançada pelo município de Ferreira Gomes, com 0,44, e a pontuação mínima pelo município de Itaubal, com 0,26 (Tabela 1). O município de Ferreira Gomes (0,44) se destacou com o indicador “Participação da indústria no PIB [Produto Interno Bruto] municipal” (0,71), correspondendo ao maior valor entre os demais municípios para esse indicador.

O município de Itaubal, por sua vez, foi aquele que se destacou negativamente com pontuação de 0,26. Entre os nove indicadores componentes do eixo, Itaubal apresentou o pior desempenho para cinco deles: “Desemprego” (0,51), “Desemprego de jovens” (0,16), “Ocupação das pessoas com 18 anos de idade ou mais” (0,51), “Proporção de vulneráveis à pobreza” (0,16) e “Renda *per capita*” (0,06).

EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA

Para esse eixo, os municípios apresentaram desempenho médio de 0,47. A pontuação máxima foi alcançada pelo município de Santana, com 0,52, e a pontuação mínima pelo município de Cutias, com 0,41 (Tabela 1).

O município de Santana apresentou como suas potencialidades os indicadores: “Analfabetismo na população com 15 anos ou mais” (0,82), “Professores com licenciatura” (0,93), “Razão entre o número de alunos e professores na pré-escola” (0,89), “Razão entre o número de alunos e professores no ensino fundamental” (0,81) e “Razão entre o número de alunos e professores no ensino médio” (0,89). Serra do Navio obteve o segundo melhor desempenho no eixo (0,51), apresentando os maiores indicadores entre os municípios do estado para a Prova Brasil de Língua Portuguesa e Matemática (anos iniciais).

O município de Cutias, por outro lado, destacou-se negativamente, apresentando o pior desempenho para o eixo em relação aos demais municípios. Os indicadores que mais refletiram tal fragilidade foram: “Alunos com deficiência na rede regular de ensino” (0,08); “Índice de Desenvolvimento da Educação Básica” (IDEB) – anos iniciais (0,03); e “Gastos com educação” (0,00).

EQUIDADE, JUSTIÇA SOCIAL E CULTURA DE PAZ

Os municípios apresentaram desempenho médio igual a 0,65. A pontuação máxima foi alcançada pelo município de Pedra Branca do Amapari, com 0,75, e a pontuação mínima pelo município de Ferreira Gomes, com 0,53 (Tabela 1).

O município de Pedra Branca do Amapari teve ótimo desempenho nos indicadores “Famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais” (0,92), “Terras indígenas no município” (1,00), “Violência sexual sofrida por crianças e adolescentes” (1,00), “Homicídios de mulheres” (0,91) e “Mortes por armas de fogo” (0,90).

O município de Ferreira Gomes, por sua vez, apresentou o menor desempenho para o eixo em questão. Entretanto, é importante ressaltar que a sua pontuação, ainda que a menor entre os demais municípios, superou 0,50. A posição do município se deveu especialmente por seu desempenho relativo aos demais, isto é, Ferreira Gomes apresentou o menor desempenho entre os municípios para cinco dos dez indicadores analisados: “Terras indígenas no município” (0,00), “Violência sexual sofrida por crianças e adolescentes” (0,95), “Homicídios” (0,08), “Homicídios de mulheres” (0,53), e “Gastos com segurança” (0,00).

GESTÃO LOCAL PARA A SUSTENTABILIDADE

Nesse eixo, os municípios apresentaram desempenho baixo, cuja média alcançou 0,22. O município de Serra do Navio apresentou o maior desempenho, com 0,34, e Vitória do Jari o desempenho mais baixo, com 0,09 (Tabela 1).

Por conta do generalizado baixo desempenho dos municípios, nesse eixo, excepcionalmente, a análise considerou o comportamento dos indicadores entre os municípios em vez do desempenho relativo dos municípios propriamente.

Sendo assim, o indicador que mais chamou a atenção e influenciou o resultado desse eixo foi “Articulação interinstitucional”, que está diretamente relacionado à existência de consórcios públicos

entre os entes da federação para diversas áreas, como educação, saúde, turismo, saneamento básico e outros. Para esse indicador, todos os municípios tiveram a nota mínima (0,00), pois nenhum deles realiza esse tipo de parceria.

Outro indicador que também chamou a atenção pelos baixos resultados foi “Total de receitas arrecadadas”, que representa o nível de independência financeira do município, ou seja, refere-se ao percentual das receitas tributárias em relação às receitas totais do município. Nesse sentido, o maior valor observado para esse indicador foi 0,27, referente a Pedra Branca do Amapari, e vários municípios obtiveram o menor valor possível (0,00), como Cutias, Itaubal, Mazagão e Tartarugalzinho.

Por outro lado, mesmo apresentando baixo desempenho médio, destacam-se os indicadores “Orçamento distribuído para as diferentes áreas da administração”, que apresentou o maior valor igual a 0,75, referente ao município de Macapá, e “Recursos para gestão municipal”, cujo valor máximo foi alcançado pelo município de Oiapoque, com 0,73.

GOVERNANÇA

Os municípios apresentaram média de 0,36 (que representa o próprio subíndice do eixo), em que o melhor desempenho foi alcançado pelos municípios de Itaubal, Pracuúba e Tartarugalzinho, que alcançaram a pontuação de 0,67, e o pior desempenho foi registrado para o município de Porto Grande, com 0,18 (Tabela 1).

MELHOR MOBILIDADE, MENOS TRÁFEGO

Nesse eixo, os municípios apresentaram média de 0,05 (Tabela 1). Entre os dezesseis municípios, apenas quatro discriminaram sua prestação de contas para a função “Transporte”. Considerando isso, o melhor desempenho foi alcançado pelo município de Porto Grande (0,44), seguido por Macapá (0,22), Santana (0,14) e Laranjal do Jari (0,05). Todos os demais municípios obtiveram a nota 0,00 (Tabela 1).

PLANEJAMENTO E DESENHO URBANO

Os municípios apresentaram desempenho médio equivalente a 0,49. A pontuação máxima foi alcançada pelo município de Santana, com 0,72, e a pontuação mínima pelo município de Vitória do Jari, com 0,32 (Tabela 1).

O município de Santana apresentou como destaques positivos os indicadores “População residente em aglomerados subnormais” (0,82), “Iluminação pública” (0,84), “Pavimentação” (0,72) e “Planejamento urbano” (1,00).

O município de Vitória do Jari, por outro lado, apresentou o menor desempenho para esse eixo. As maiores fragilidades observadas se referiram especialmente aos indicadores “Arborização” (0,27), “Calçadas” (0,04), “População residente em aglomerados subnormais” (0,27) e “Planejamento urbano” (0,00). Os dois últimos também foram os menores valores observados entre os demais, acarretando o menor desempenho relativo para Vitória do Jari.

Por fim, considerando os resultados de cada eixo, foi calculado o ISM que representa o grau de sustentabilidade de cada município. O resultado desse índice é apresentado na Tabela 2, em forma de ranking, e espacializado na Figura 2.

Tabela 2 – Ranking estadual segundo o Índice de Sustentabilidade Municipal

Posição	Municípios	ISM
1º	Serra do Navio	0,56
2º	Macapá	0,52
3º	Santana	0,49
4º	Pracuúba	0,48
5º	Porto Grande	0,47
6º	Laranjal do Jari	0,47
7º	Oiapoque	0,47
8º	Ferreira Gomes	0,45
9º	Amapá	0,44
10º	Pedra Branca do Amapari	0,44
11º	Calçoene	0,44

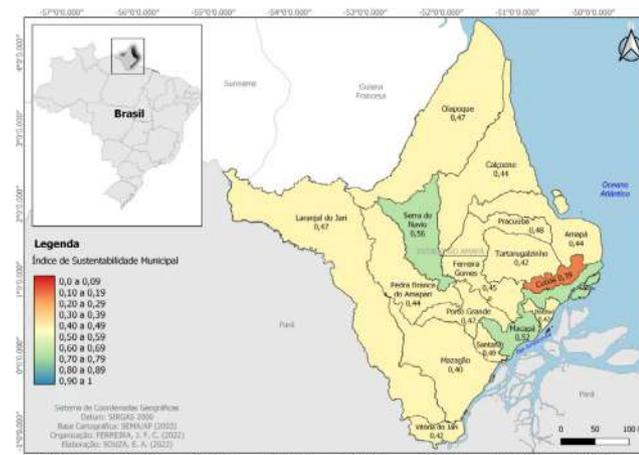
12º	Vitória do Jari	0,42
13º	Tartarugalzinho	0,42
14º	Itaubal	0,42
15º	Mazagão	0,40
16º	Cutias	0,39

Fonte: elaborada pelos autores, 2021.

O município de Serra do Navio alcançou o destaque de primeiro lugar, com o ISM equivalente a 0,56, seguido pela capital do estado e principal cidade da Região Metropolitana, Macapá, com o ISM igual a 0,52, o que mostra uma diferença de apenas 0,04 entre o primeiro e o segundo colocados no ranking estadual. O município de Santana, que também faz parte da Região Metropolitana, ficou em terceiro lugar, com ISM de 0,49.

Por outro lado, o município de Cutias ficou em último lugar, com ISM de 0,39, apenas 0,01 a menos que o Mazagão, que ocupou a penúltima posição no ranking estadual, apresentando ISM de 0,40. Já Itaubal, Tartarugalzinho e Vitória do Jari ficaram empatados na 14ª posição, com uma diferença de 0,03 para o último lugar.

Figura 2 – Mapa da distribuição do Índice de Sustentabilidade por Município



Fonte: MMA (2008); Santos et al. (2014); SICONFI (2017); IPS Amazônia (2018); PCS (2021).

A Figura 2, espacializando os resultados por município, assinala que treze dos dezesseis municípios do Amapá têm uma pontuação na classe 0,40 a 0,49, constituindo, portanto, mais de 80% dos municípios. Acima dos 0,50, somente se encontram os municípios de Serra do Navio e Macapá, respectivamente, com 0,56 e 0,52. Na classe mais baixa (entre 0,30 e 0,39) se encontra Cutias.

DISCUSSÃO

Os resultados do ISM demonstraram similaridade com estudos que utilizam indicadores relativos ao Amapá e seus municípios, como Santos et al. (2014), Tostes e Ferreira (2015 e 2017), Índice de Progresso Social (IPS) da Amazônia (2018), e Ferreira, Corrêa e Alcantara-Junior (2021), apesar de assinalarem valores ligeiramente mais baixos.

Caso se considere, por exemplo, o Índice de Progresso Social da Amazônia Brasileira (IPS AMAZÔNIA, 2018; SANTOS et al., 2014), este gera um *scorecard* para os municípios amazônicos considerando três dimensões: necessidades humanas básicas, fundamentos para o bem-estar e oportunidades; quatro componentes, em cada dimensão, num total de 43 indicadores, representado por um valor que varia de 0 a 100 (SANTOS et al., 2014). Em uma análise comparativa, esta pesquisa traz valores mais baixos, embora não seja de desconsiderar a diferença do número de indicadores utilizados (74 nesta pesquisa, 43 no IPS).

Além disso, foram observadas algumas diferenças nos resultados: o município do Estado do Amapá que ganhou destaque no IPS 2018 foi a capital, Macapá, enquanto nesta pesquisa foi Serra do Navio que se destacou. Por outro lado, embora tenha havido diferença na primeira posição do ranking, os resultados obtidos nesse estudo convergem com os publicados pelo IPS no que diz respeito às três primeiras posições, isto é, assim como ocorreu no IPS, esta pesquisa apontou os municípios de Serra do Navio, Macapá e Santana como aqueles que possuem o maior grau de sustentabilidade entre os municípios do estado (ou o melhor progresso social).

Os resultados semelhantes, positivos ou negativos, encontrados para Macapá e Santana em quase todos os eixos do PCS podem ser justificados pela histórica relação de complementaridade de funções e

pela forte influência que os municípios exercem um sobre o outro, como assinala Santos (2016). Juntos comportam aproximadamente 74% da população do estado, além de estimularem o desenvolvimento do estado e influenciarem a dinâmica econômica do interior do Amapá e da ilha do Marajó (Pará).

Esses municípios representam as duas principais portas de entrada do fluxo de pessoas, mercadorias e informações do estado, podendo ser citados o aeroporto, em Macapá, e o complexo portuário, em Santana. Além disso, as duas cidades vêm passando por um intenso processo de conurbação (SANTOS, 2016; TOSTES; SOUZA; FERREIRA, 2015).

A pesquisa realizada por Tostes e Ferreira (2015) corrobora com o exposto. Ao analisar a sustentabilidade de Macapá e Santana, ambos os municípios alcançaram resultados similares, apresentando grau mediano de sustentabilidade, ou seja, obtiveram desempenho na faixa de 50 pontos, considerando uma escala de 0 a 100. Além disso, ambos obtiveram seu melhor desempenho na dimensão sociocultural, que envolveu variáveis relacionadas à saúde, educação, habitação e cultura; e o pior desempenho foi observado na dimensão político-institucional, que considerou variáveis como gestão administrativa, financeira e urbana, entre outros.

No que diz respeito a Serra do Navio, esse foi outro município que se destacou positivamente nesse estudo. Entre os doze eixos estudados, destacaram-se “Ação local para a saúde”, “Bens naturais comuns” e “Gestão local”, além da primeira posição no ranking estadual, apontado como o município com o melhor grau de sustentabilidade do Estado do Amapá.

É importante ressaltar que existe uma relação histórica entre Serra do Navio e os municípios de Macapá e Santana, que pode justificar o seu desempenho junto às duas principais cidades do estado. Em 1953, com a instalação da Indústria Comércio de Minérios S.A. (Icomi) em Serra do Navio, se transformou a dinâmica no estado, provocando diversas alterações na sociedade e na economia (AMORIM; SANTOS, 2017).

A relação entre os referidos municípios se estende à logística implementada para escoar a produção mineral, uma vez que foram criadas a Company Town, em Serra do Navio, e a Vila Amazonas, em Santana. Houve ainda a adaptação do Porto de Santana para exportar a produção de manganês, associada à construção da estrada de ferro que

ligava a mina de Serra do Navio ao porto (AMORIM, 2015). Sendo assim, nota-se que houve uma mudança concomitante em Serra Navio e em Santana por conta da relação exploração-exportação do minério que ligava as cidades. Além do mais, Macapá é a principal porta de entrada do estado, portanto, com a implantação da Icomi, a capital também percebeu alterações por conta do intenso fluxo social e econômico que o empreendimento proporcionou.

Nesse sentido, embora alguns estudos apontem que os investimentos em infraestrutura realizados pela Icomi beneficiaram apenas os próprios interesses da companhia (LOBATO, 2018; NUNES, 2018), é possível relacionar o desempenho positivo de alguns indicadores aos investimentos realizados pela empresa. Ainda que a sua saída tenha ocorrido em 1997, é possível observar, 25 anos depois, o legado deixado por ela relativo à infraestrutura, como mostrou o eixo “Bens naturais comuns”, que considera, por exemplo, indicadores relacionados ao saneamento básico.

Por outro lado, ao se analisar os destaques negativos (Tabela 2), Cutias ocupou a última posição, seguido por Mazagão. Comparando os resultados de Cutias com o IPS, houve divergências, uma vez que para esta pesquisa Cutias possui baixo grau de sustentabilidade, enquanto ele ocupa a sétima posição para o IPS. Essa divergência pode estar relacionada à influência dos indicadores financeiros considerados nesse estudo, uma vez que Cutias, assim como outros quatro municípios (Itaubal, Mazagão, Tartarugalzinho e Vitória do Jari), não publicou suas despesas referentes ao ano de 2017, levando à pontuação mínima (zero) todos os indicadores financeiros considerados na análise.

Já em relação ao município de Mazagão, em ambas as pesquisas ele se encontra na base do ranking, posicionando-se em último lugar no IPS e em penúltimo neste estudo. A significativa divergência de resultados entre os municípios da Região Metropolitana chamou a atenção, enquanto Macapá e Santana seguem no topo do ranking, Mazagão se mantém na base. Esse fato pode ser explicado pelo histórico isolamento geográfico do município, uma vez que a sua conexão com Santana (e com o resto do estado) era por balsa. Somente em 2016 foi inaugurada a ponte sobre o rio Matapi e em 2017 aquela sobre o rio Vila Nova, permitindo maior integração e maiores possibilidades de desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PCS é um importante instrumento para aferir a sustentabilidade local, além de funcionar como subsídio às tomadas de decisão dos gestores públicos. Neste estudo foram analisados os dezesseis municípios do Estado do Amapá sob a perspectiva dos doze eixos do PCS. Foi considerado relevante o resultado apresentado pelo ranking estadual, no qual se destacaram positivamente os municípios de Serra do Navio, Macapá e Santana, e negativamente Cutias e Mazagão.

Ressalte-se a influência da Icomi nos resultados de Serra do Navio e a histórica relação de complementaridade entre Macapá e Santana. Ademais, foi notada divergência para o desempenho de Cutias, que pode estar relacionada com a falta de prestação de contas do município, levando-o a um baixo ISM. Já com relação ao município de Mazagão, foi o histórico isolamento do município, quebrado apenas nos anos 2016 e 2017 com a inauguração das pontes sobre os rios Matapi e Vila Nova, que o localizou na base do ranking.

REFERÊNCIAS

- AMAPÁ, Assembleia Legislativa. **Lei complementar nº 21, de 26 de fevereiro de 2003** (alterada pela Lei Complementar nº 96, de 17 de maio de 2016). Institui a Região Metropolitana do Município de Macapá, Estado do Amapá, e dá outras providências, 2003. Disponível em: <http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_consolidado.php?iddocumento=17537>.
- AMORIM, João Paulo de A. Centralidade urbana de Macapá-AP em sua sub-região e os circuitos da economia. In: **Anais XIV Simpósio Nacional de Geografia Urbana: Perspectivas e Abordagens da Geografia Urbana no século XXI**. Fortaleza, 2015.
- AMORIM, João Paulo de A.; SANTOS, Romário V. A centralidade urbana sub-regional do aglomerado urbano Macapá-Santana na Amazônia Setentrional Amapaense. **Caderno de Geografia**, v. 27, n. 49, p. 210-226, 2017.
- BELL, Simon; MORSE, Stephen. **Measuring sustainability: learning from doing**. Londres: Sterling Earthscan Publications Ltda., 2003.
- BÖHRINGER, Christoph; JOCHEM, Patrick E. Measuring the immeasurable: a survey of sustainability indices. **Ecological Economists**, v. 63, n. 1, p. 1-8, 2007.
- CHOON, Shay-Wei et al. A sustainable city index for Malaysia. **International Journal of**

Sustainable Development and World Ecology, v. 18, n. 1, p. 28-35, 2011.

FERREIRA, José Francisco de C. **Desenvolvimento sustentável: apontamentos sobre o conceito**. Maringá: Uniedusul, 2021.

FERREIRA, José Francisco de C.; CORRÊA, Jacklinne Matta; ALCANTARA-JUNIOR, José Ernaldo. de Sustainability assessment in the Brazilian Amazon: the municipalities of the state of Amapá. **Environment, Development and Sustainability**, n. 23, p. 15725-15738, 2021.

GHALIB, Ambreen; QADIR, Abdul; AHMAD, Sajid. Evaluation of developmental progress in some cities of Punjab, Pakistan, using urban sustainability indicators. **Sustainability**, v. 9, n. 8, p. 1473-1489, 2017.

GOES, Airton. Cidades da Amazônia têm baixa pontuação no índice de desenvolvimento sustentável. 2021. Disponível em: <<https://www.cidadessustentaveis.org.br/noticia/3138>>.

GUY, G. Bradley; KIBERT, Charles J. Developing indicators of sustainability – US experience. **Building Research and Information**, v. 26, n. 1, p. 39-45, 1998.

IPS Amazônia – Índice de Progresso Social na Amazônia Brasileira. **Scorecards – Estado do Amapá**. 2018. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/ipsx.tracersoft.com.br/documents/2018/publicacoes/AP_livro.pdf>.

LOBATO, Sidney. Educação e desenvolvimento: inflexões na política educacional amapaense (1944-2002). **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. 1-20, 2018.

MASCARENHAS, André et al. The role of common local indicators in regional sustainability assessment. **Ecological Indicators**, v. 10, n. 3, p. 646-656, 2010.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Atlas – Unidades de Conservação do Estado do Amapá**. Macapá: MMA/IBAMA-AP; GEA/SEMA, 2008.

MONTEIRO, Maurílio de A. A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral. **Novos cadernos NAEA**, v. 6, n. 2, p. 113-168, 2003.

MONTERO, Carlos E. P.; LEITE, José R. M.; MELO, Melissa E. (Orgs.) **Temas da Rio+20: desafios e perspectivas**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

NUNES, Elke D. R. **Mineração de manganês no Amapá: controle de trabalho e memória de trabalhadores na ICOMI, de 1960 a 1973**. 2018. Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

ONU – Organização das Nações Unidas. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>.

PCS – Programa Cidades Sustentáveis. Programa Cidades Sustentáveis, São Paulo. Nossa São Paulo, Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis, Instituto Ethos. 2016a.

Disponível em: <<https://acervonossasaopaulo.org.br/bitstream/handle/11539/1202/publicacao-programa-cidades-sustentaveis.pdf?sequence=1>>.

PCS – Programa Cidades Sustentáveis. Cidades signatárias. 2016b. Disponível em: <http://www.cidadessustentaveis.org.br/cidades_signatarias>.

PCS – Programa Cidades Sustentáveis. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades. 2021. Disponível em: <<https://idsc-br.sdgindex.org/>>.

PIMENTA, Mayana Flávia F; NARDELLI, Aurea Maria B. Desenvolvimento sustentável: os avanços na discussão sobre os temas ambientais lançados pela conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável, Rio+20 e os desafios para os próximos 20 anos. **Perspectiva**, v. 33, n. 3, p. 1257-1277, 2015.

PORTO, Jadson Luís R. A construção da condição urbano-metropolitana amapaense. **ACTA Geográfica**, v. 12, n. 29, p. 145-159, 2018.

REDE NOSSA SÃO PAULO. Cidades em que o Programa de Metas é obrigatório por lei. 2017. Disponível em: <<http://nossasaopaulo.org.br/programa-de-metas/cidades>>.

SANTOS, Daniel et al. **Índice de Progresso Social na Amazônia brasileira: IPS Amazônia 2014**. Belém: Imazon; Social Progress Imperative, 2014.

SANTOS, Romário V. (Re)estruturação e formação do aglomerado urbano de Macapá e Santana na Amazônia Setentrional Amapaense. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2016.

SICONFI – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. Despesas por função (Anexo I-E) dos municípios do estado do Amapá (2017). 2017. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf>.

SILVA, Raullyan B. L. **Diversidade, uso e manejo de quintais agroflorestais no distrito do carvão, Mazagão-AP, Brasil**. 2010. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental). Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

SINGH, Rajesh K. et al. An overview of sustainability assessment methodologies. **Ecological Indicators**, v. 15, n. 1, p. 281-299, 2012.

SPANGENBERG, Joachim H.; PFAHL, Stefanie; DELLER, Kerstin. Towards indicators for institutional sustainability: lessons from an analysis of Agenda 21. **Ecological Indicators**, v. 2, n. 1-2, p. 61-77, 2002.

TOSTES, José A. (Org.) **Planejamento urbano regional no Estado do Amapá**. Macapá: UNIFAP, 2018.

TOSTES, José A.; FERREIRA, José Francisco de C. Avaliação da sustentabilidade na Amazônia: a mesorregião norte do Amapá. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, 13, n. 1, p. 198-223, jan-abr/2017, Taubaté, SP, 2017.

TOSTES, José A.; FERREIRA, José Francisco de C. Indicadores de sustentabilidade para aferir impactos ambientais e urbanos em Macapá e Santana, cidades médias da Amazônia. **Revista Política e Planejamento Regional**, v. 2, n. 1, p. 91-110, 2015.

TOSTES, José A.; SOUZA, Ana Cláudia M.; FERREIRA, José Francisco de C. O desenvolvimento local integrado entre as cidades de Macapá e Santana (Estado do Amapá, Brasil). **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 8, n. 2, p. 149-167, 2015.

O VETOR TECNO-ECOLÓGICO E A PLATAFORMA FRONTECAP

Bruna Brito Bastos¹

Gutemberg de Vilhena Silva²

Rafael Pontes Lima³

INTRODUÇÃO

A compreensão de que as atividades humanas têm afetado o meio ambiente em escala global contribuiu para que a questão ambiental se tornasse um tema fundamental nas estratégias de desenvolvimento nacionais. Particularmente para a Amazônia brasileira, Becker (2008) explica que, na geopolítica do terceiro milênio, o importante é ter o poder de decisão sobre o uso dos territórios. Então, a prioridade das políticas locais deve ser consolidar o desenvolvimento com base em um vetor tecno-ecológico que aproveite conhecimentos científicos no uso da natureza e inclua demandas sociais por melhores condições de vida.

O uso e a ocupação do território do Amapá têm sido historicamente baseados em planos de governo que priorizam a exploração de recursos naturais (especialmente na mineração), ao mesmo tempo em que foram demarcadas áreas especiais de proteção ambiental. Contudo, como tais iniciativas são muito influenciadas por demandas externas, as instituições de pesquisa no estado têm

¹ Bacharel em Relações Internacionais. Mestra em Estudos de Fronteiras (PPGEF) na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: brunab.5@hotmail.com.

² Docente na Graduação e Pós-Graduação *stricto sensu* na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e colaborador no doutorado em Planejamento e Políticas Públicas (PPGPP) na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutor em Geografia com Pós-Doutorado pela Universidade Sorbonne, Paris 3, e pela Universidade de São Paulo (USP). Coordenador do grupo de pesquisa Políticas Territoriais e Desenvolvimento. E-mail: gutemberg@unifap.br.

³ Professor Adjunto do curso de Ciência da Computação, do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência Tecnológica (PROFNIT), e do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva da UNIFAP. Doutor em Educação Matemática pela UFMT/REAMEC. E-mail: rafaponteslima@gmail.com.

empenhado Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) para pensar um desenvolvimento que valorize os recursos e perspectivas locais (MARGARIT, 2019).

Ademais, os desafios das questões ambientais exigem planejamentos a longo prazo sobre ações territoriais e a ciência tem o papel fundamental de construir as bases do conhecimento que vão orientar essas ações. Em uma abordagem integrada para as condições de pesquisa sobre o uso sustentável do meio ambiente, os principais eixos de investigação se referem à biotecnologia, energias renováveis, gestão socioambiental e manejo ambiental (LUBCHENCO, 1998; UHL et al., 1997).

Todavia, o campo de pesquisa é construído por diferentes atores, instituições e publicações, sugerindo a necessidade de uma maneira sistematizada de conferir o desenvolvimento do campo de pesquisa alinhado ao vetor tecno-ecológico no Amapá. Com o objetivo de apresentar um panorama da produção de CTI aplicada ao meio ambiente no estado para o período de 2000 a 2020, a plataforma FRONTECAP surge como uma ferramenta de análise de dados para a área⁴.

De caráter descritivo e exploratório, com uso de métodos mistos concomitantes, a pesquisa selecionou artigos de livre acesso sobre aqueles quatro eixos selecionados. Neste sentido, a análise bibliométrica foi indispensável para tratar grandes quantidades de informações (NOYONS, 1999) e a metodologia Canvas auxiliou na definição de funcionalidades e na apresentação da plataforma, além da validação da ferramenta (OSTERWALDER; PIGNEUR, 2011).

Após esta introdução, apresenta-se uma abordagem dos conceitos utilizados na pesquisa, seguida pela metodologia aplicada e os principais resultados encontrados, encerrando-se com as considerações finais.

FRONTEIRA TECNO-ECOLÓGICA

Turner (1921) inaugurou uma nova interpretação sobre fronteiras, considerando-as espaços ainda não plenamente estruturados, que exigiriam adaptações para criar ordens inovadoras a partir do avanço de projetos modernizantes. Contemporaneamente, a fronteira tem sido

⁴ Acesso: <<https://linktr.ee/frontecap>>.

adotada como uma dimensão a ser integrada em estruturas nacionais, com características e potencialidades próprias que devem ser observadas em seu planejamento.

Em especial as fronteiras tecnológicas, para Szapiro (2017), são determinadas pelos projetos nacionais de desenvolvimento, que delineiam as agendas nacionais de pesquisa e elaboração de CTI e são vinculadas a um amplo contexto social, com suas próprias raízes históricas, culturais e políticas.

Na medida em que a construção do conhecimento conecta ciência à sociedade em meio à crise na lógica de exploração de recursos naturais, os países e suas instituições, voltadas direta ou indiretamente à produção de CTI, definem diferentes fronteiras tecnológicas, considerando suas necessidades, capacitações e estratégias, não necessariamente buscando alcançar desempenhos externamente delineados (FERREIRA, 2018; LIMA, 2009; SZAPIRO, 2017).

De forma geral, Szapiro (2017) explica que as fronteiras tecnológicas dependem do tipo de inserção geopolítica pretendida por cada país e suas estratégias de desenvolvimento, e o contexto atual adiciona a preocupação crescente por desenvolver tecnologias ambientalmente responsáveis. Na mesma lógica, Lubchenco (1998) avalia que as mudanças ambientais e sociais exigem um novo contrato social para a ciência, que comprometa as pesquisas a contribuírem ativamente na construção de uma biosfera mais sustentável: “ecologicamente correta, economicamente viável e socialmente justa” (LUBCHENCO, 1998, p. 495).

Pensando no cenário específico da Amazônia e em meio a diferentes pressões socioeconômicas, Becker (2008) conclui que o esforço para a conservação ambiental gera um vetor tecno-ecológico na dinâmica regional, que inclui demandas sociais dos amazônidas por melhores condições de vida. A prioridade das políticas públicas para a região, portanto, deveria ser a consolidação do desenvolvimento sustentável associado ao conhecimento tecnocientífico de forma estratégica.

Uma vez que a ciência se caracteriza pela tentativa de compreender racionalmente os fenômenos da natureza, é desenvolvida a partir de questionamentos e interesses ligados a

objetos e recortes das disciplinas e/ou assuntos sobre necessidades oriundas da sociedade, e é condicionada por contextos biológicos, econômicos, culturais e políticos que influenciam também as tecnologias associadas (FERREIRA, 2018; LIMA, 2009).

Nessa lógica, a ciência precisa questionar os limites do crescimento para internalizar a variável ambiental no processo de busca por maior eficiência e qualidade no desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços, e precisa ainda reconhecer que os problemas de uso de recursos são multifacetados e exigem um compromisso de longo prazo (UHL et al., 1997).

Segundo Uhl et al. (1997), as pesquisas científicas seriam capazes de produzir as informações que a sociedade precisa para desenvolver abordagens sólidas para o desenvolvimento sustentável. Assim, as principais áreas de pesquisa sobre o uso sustentável do meio ambiente consideradas para a presente análise se referem à biotecnologia, manejo ambiental, energias renováveis e gestão socioambiental.

Com os avanços tecnológicos, o uso de seres vivos e seus componentes na agricultura, alimentação, saúde, indústria e remediação ambiental tem expandido o campo da biotecnologia, essencialmente multi e interdisciplinar, ao envolver química e medicina, estabelecendo um crescente interesse do setor produtivo pela bioprospecção (definida como a busca sistemática por compostos orgânicos em microrganismos, plantas e animais que possam ter um potencial econômico) como parte do processo de desenvolvimento tecnológico (AMÂNCIO; CALDAS, 2010; ASTOLFI FILHO; SILVA; BIGI, 2015; SACCARO JUNIOR, 2011).

Portanto, a “bioprospecção biotecnológica” é considerada uma alternativa estratégica de produção sustentável na Amazônia, já que estimula a fixação populacional fora das metrópoles, aumenta a distribuição de renda com cadeias tecnológicas, estabelece o produtor rural como agente econômico, aumenta a produtividade e o valor nutricional de novas cultivares, e utiliza recursos naturais de forma não-predatória (AMÂNCIO; CALDAS, 2010; ASTOLFI FILHO; SILVA; BIGI, 2015; SACCARO JUNIOR, 2011).

A exploração histórica dos recursos naturais também indica que a quantidade alarmante de poluentes liberados para a atmosfera, os altos custos de extração e a iminente escassez dos recursos fósseis ou minerais

têm estimulado a busca por matrizes alternativas e autossuficientes, que possuem a capacidade de se renovarem constantemente (BIZAWU; AGUIAR, 2016; MATIELLO et al., 2018).

Dentro da lógica sustentável, as fontes renováveis (a exemplo do sol, da força da água e do calor da matéria orgânica) oferecem benefícios porque poluem pouco e são essenciais para a transição para uma economia mais socialmente inclusiva e ambientalmente eficiente, e no contexto amazônico devem considerar as diferentes características socioculturais e geográficas da região (BIZAWU; AGUIAR, 2016; MATIELLO et al., 2018).

Paralelamente, Rek e Marini (2019) conceituam a gestão socioambiental como o processo de coordenação de diversos agentes decisores, “visando à solução de conflitos socioambientais e a compatibilização das atividades humanas com a qualidade e preservação do patrimônio ambiental” (REK; MARINI, 2019, p. 145) por meio de políticas públicas ambientais de caráter regulador, desdobradas em itens legais nos mais diversos níveis.

De modo específico, Leandro et al. (2015) entendem que a dimensão socioambiental implica na necessidade de conservação dos patrimônios social e ambiental vinculada à especialização técnica que articula políticas públicas e gerenciamento eficiente, e que lidar com a crise socioambiental requer esforços de diversas áreas do conhecimento, com interação constante entre fins e meios.

Por fim, Chaves, Barroso e Lira (2009) entendem que as relações indivíduo-natureza são mediadas pela cultura, postulando que o manejo dos recursos naturais ocorre sob uma perspectiva coletiva, orientada por saberes baseados em práticas cooperativas. Desse modo, Mello Filho e Lima (2000) definem que o manejo ambiental tem por objetivo “recuperar, conservar e proteger unidades espaciais” (MELLO FILHO; LIMA, 2000, p.293) constituindo um conjunto de metodologias e práticas que dependem da coordenação entre agentes sociais e a ordem político-institucional.

Mello Filho e Lima (2000) também avaliam que o manejo apoiado por conhecimentos científicos é capaz de promover novas alternativas de desenvolvimento que visam elevar o nível da qualidade de vida humana, e deve considerar o ambiente como um sistema integrado. Assim, corroboram com a afirmação de Chaves, Barroso e Lira (2009)

de que a Amazônia só pode ser entendida pela percepção integral da totalidade complexa que envolve relações políticas e culturais, bem como as dimensões tecnológicas e ecológicas, em uma dinâmica particular de sustentabilidade que constrói a cultura integrada à natureza.

Uma vez que a produção tecno-científica não está desvinculada das demandas sociais, as fronteiras tecno-ecológicas implicam em pesquisas que vinculem a ciência a questões socioambientais de modo que aumentem a eficiência dos processos e reduzam o impacto antrópico. Logo, a aplicação do conhecimento sistematizado na construção de práticas sustentáveis é fundamental para orientar novas estratégias de desenvolvimento local.

METODOLOGIA

Consoante às explicações de Gil (2019), a presente pesquisa é de caráter exploratório, porque tem como finalidade proporcionar uma visão geral sobre determinado fato e desenvolver ideias tendo em vista a formulação de problemas mais precisos, e descritivo, porque descreve as características de um fenômeno para estabelecer associações entre variáveis.

A fim de construir um panorama sobre o desenvolvimento de CTI no Amapá aplicadas ao aproveitamento de recursos locais, a bibliometria foi utilizada como método de sistematização e análise do conhecimento, e o Canvas serviu para organizar e apresentar os resultados em uma plataforma interativa.

O estudo demandou, então, a combinação de características quantitativas e qualitativas, condizente com as técnicas de Métodos Mistos, como descrito por Creswell (2010), aplicadas em uma abordagem concomitante: as duas formas de dados são coletadas ao mesmo tempo e depois integradas na interpretação dos resultados gerais – no caso, a sistematização dos dados e o exame bibliográfico das principais pesquisas convergiram para explorar a relação entre os dados obtidos e o conteúdo produzido.

ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

Para a análise bibliométrica, a consulta ao Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DPG) filtrou todos os grupos reconhecidos no Amapá, possibilitando a coleta dos nomes dos participantes, instituições vinculadas e linhas de pesquisa, combinada com informações dos sites oficiais e de listagens de servidores cedidas pelas principais instituições de pesquisa do estado: a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), o Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no Amapá, a Universidade Estadual do Amapá (UEAP) e o Instituto Federal do Amapá (IFAP).

A partir dos nomes organizados no software Microsoft Excel, foi realizado o levantamento da produção científica a partir dos Currículos Lattes dos pesquisadores, sendo registradas apenas as publicações entre os anos 2000 e 2020 que tratassem dos eixos tecno-ecológicos definidos para o Amapá (referidos nos resultados como “biotec”, “energias”, “gestão” e “manejo”). Figura 2 – Mapa da distribuição do Índice de Sustentabilidade por Município

Visto que a literatura considera que os resultados de pesquisas científicas devem ser publicizados e largamente registrados em publicações periódicas (NOYONS, 1999), foram coletados somente os artigos de acesso aberto e observados seus títulos, resumos e palavras-chave para determinar a adequação aos temas. Ademais, foi utilizado o método bola-de-neve para identificar novos artigos a partir das referências daqueles já incluídos na amostra (WOHLIN, 2014).

Quanto aos indexadores/agregadores, os bancos de dados escolhidos foram o Web of Science (WoS), a Scopus, o Diretório de Revistas Eletrônicas de Acesso Aberto (Directory of Open Access Journals - DOAJ), o Sistema Regional de Informação Online para Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal (Latindex) e a Rede Ibero-americana de Inovação e Conhecimento Científico (Redib).

Embora as análises bibliométricas geralmente partam da direta extração de dados dos agregadores científicos, uma execução de testes com a aplicação de palavras-chave nesses portais gerou muitos resultados que não se adequavam aos objetivos delimitados e a palavra-chave

“Amapá/Amapa/Amap*” nem sempre se referia ao estado, demandando maior tempo de filtragem. Ademais, ainda que as três primeiras bases sejam referência na literatura bibliométrica por sua extensa cobertura e qualidade das buscas, elas têm o inglês como idioma preferencial, o que excluiria muitos artigos publicados apenas em português, então a inclusão dos indexadores regionais Latindex e Redib se justifica pela tradição e abrangência desses diretórios para a América Latina (OKUBO, 1997).

Em um segundo momento, as informações dos artigos foram tabuladas e padronizadas, inventariando-se os nomes de autores, filiações, títulos, palavras-chave, anos, idiomas e periódicos originais de publicação. Cada um desses elementos revela uma estrutura específica, mas sempre relacionada às estruturas baseadas em outros elementos, possibilitando diferentes observações e cruzamentos de dados (NOYONS, 1999).

Na análise das palavras-chave, foram examinados também os resumos e indicações geográficas dos artigos, levando à agregação de novas palavras-chave de conteúdo e à localização dos municípios amapaenses. A desagregação de dados em seus componentes fundamentais auxilia na compreensão e cruzamento dos dados a partir de diferentes critérios, contribuindo para a análise geral (NOYONS, 1999).

Por meio das planilhas, os artigos foram avaliados segundo técnicas estatísticas para mensuração dos dados, a fim de verificar o volume total e as conexões entre os resultados encontrados. Os indicadores bibliométricos geralmente se referem à contagem de trabalhos com atribuição por país, por instituição e por autor, além da frequência de temas, revistas e de coautoria (OKUBO, 1997).

Como análise quantitativa, a bibliometria oferece uma representação da performance de determinado campo científico e pode indicar tendências de produtividade (NOYONS, 1999). Assim, o volume e as relações entre aqueles elementos foram a base para análises estatísticas descritivas, de forma a caracterizar a produtividade dos estudos. Complementarmente, a leitura detalhada dos artigos selecionados fundamentou o exame dos temas mais relevantes, a fim de expor as contribuições mais importantes para cada eixo tecno-ecológico.

O último passo foi modelar a visualização dos dados para dar sentido às informações, e o desenvolvimento de ferramentas digitais têm favorecido a elaboração de visualizações mais compreensíveis e,

consequentemente, de interpretações mais acessíveis (NOYONS, 1999).

A opção por uma plataforma web se justifica pela viabilidade de construir um portfólio organizado de maneira interativa, com acessibilidade e rapidez. No âmbito bibliométrico, o mapeamento da ciência apresenta um panorama dos campos de pesquisa científica e tem potencial de apoio à política, já que fornece dados para a avaliação da estrutura de uma determinada área e o monitoramento de sua evolução (OKUBO, 1997).

Neste sentido, o Tableau (nas versões 2021.1/2/3 e 2022.1) foi escolhido como software para apresentação de resultados porque facilita a exploração de dados por meio de visualizações interativas, que permitem a aplicação de diversos filtros e a combinação de dados de acordo com os objetivos dos usuários (TABLEAU, 2022).

Entendendo que para ser usado como ferramenta de política o mapeamento deve representar o conhecimento científico, grandes quantidades de dados são traduzidas de modo que os elementos de descrição de conteúdo caracterizam as publicações e os principais elementos são indicados visualmente. Além disso, a autoria conjunta permite gerar mapas de redes que ilustram a estrutura dos vários campos envolvidos, e explicitam as parcerias entre pesquisadores e os vínculos entre países e/ou campos (NOYONS, 1999; OKUBO, 1997).

Para a elaboração da análise de redes foi utilizado o software Gephi 0.9.6 para análise e manipulação de redes e gráficos. Combinado ao Tableau, o programa permite a exploração e interpretação de redes complexas e dinâmicas, utilizando algoritmos que distribuem os elementos de acordo com a proximidade das relações e que auxiliam na observação de padrões (BASTIAN; HEYMANN; JACOMY, 2009).

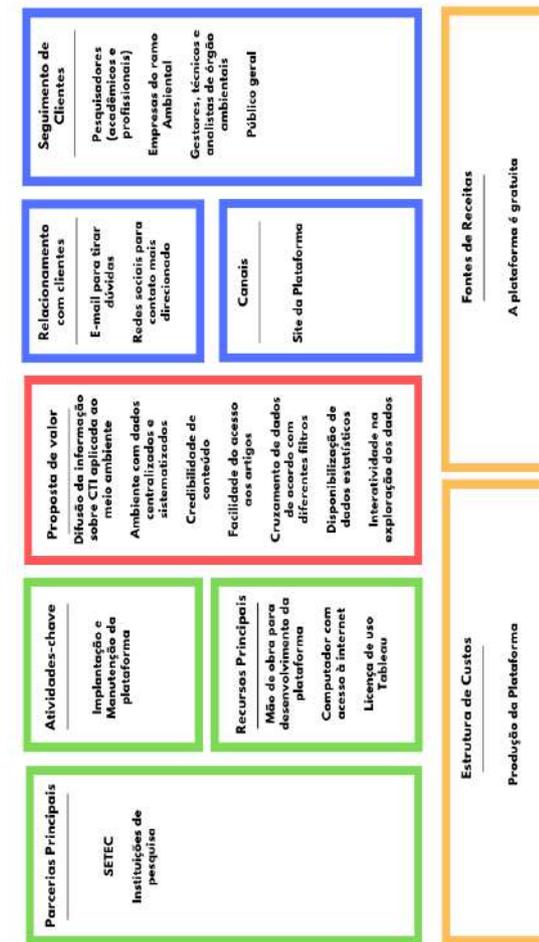
Para estabelecer conexões entre os diferentes elementos descritores, foram produzidos painéis, gráficos e tabelas nos formatos que melhor apresentavam as informações, organizados de modo que a plataforma FRONTECAP possa ser acessada pelo público interessado na fronteira tecno-ecológica do estado.

APLICAÇÃO DO MODELO CANVAS

A aplicação da metodologia do Modelo de Negócios Canvas foi fundamental para organizar o gerenciamento estratégico desde a formulação até a validação da plataforma digital. Conforme apresentado por Osterwalder e Pigneur (2011), esse modelo funciona como uma ferramenta visual que descreve a lógica de criação, entrega e captura de valor por parte de uma organização, composto por nove blocos interligados (Quadro 1) que respondem às perguntas o que (em vermelho), quanto (em amarelo), como (em verde) e para quem (em azul).

Por meio de discussões no Grupo POTEDES (Políticas, Territórios e Desenvolvimentos), o preenchimento da proposta permitiu um planejamento mais claro e integrado das funcionalidades e das atividades necessárias para sua execução (OSTERWALDER; PIGNEUR, 2011). Como exposto no Quadro 1, a plataforma FRONTECAP propõe oferecer, de forma gratuita, um ambiente com informações centralizadas e sistematizadas sobre CTI aplicadas ao meio ambiente, possibilitando o cruzamento de dados de acordo com diferentes filtros e a disponibilização de estatísticas de forma sintetizada para alcançar principalmente pesquisadores, gestores de políticas públicas e empresas.

Quadro 1 – Estrutura Canvas da Plataforma FRONTECAP

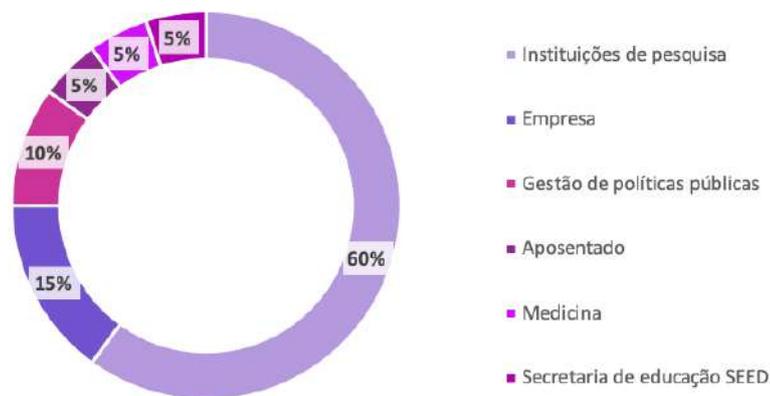


Fonte: elaboração própria.

Posteriormente, foi realizada a validação da plataforma por meio de um questionário elaborado na ferramenta Google Forms em três partes, com um total de catorze perguntas (dez fechadas e quatro abertas), com o objetivo de avaliar o nível de satisfação sobre a usabilidade do sistema. O formulário foi compartilhado com usuários em potencial, entre pesquisadores, gestores e colaboradores de empresas do ramo ambiental, e foram recebidas 22 respostas.

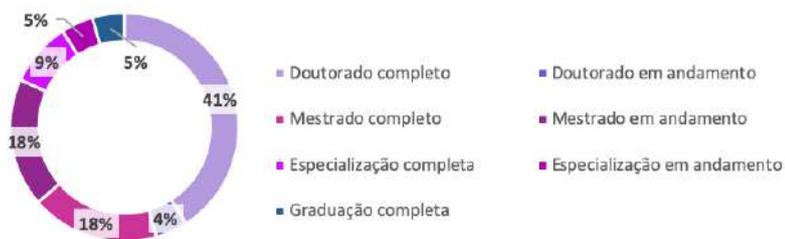
Na primeira parte, duas perguntas fechadas buscaram caracterizar o perfil dos respondentes: a maioria das pessoas indicou ser do setor de Instituições de Pesquisa (Gráfico 1) e apontou como nível de escolaridade Doutorado Completo (Gráfico 2).

Gráfico 1 – Resultados da consulta “Indique de qual setor você faz parte”



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 2 – Resultados da consulta “Indique seu nível de escolaridade”



Fonte: elaboração própria.

A segunda parte apresentou sete perguntas fechadas a serem respondidas em uma escala de “Concordo Totalmente” a “Discordo Totalmente” (Quadro 2). A avaliação geral foi positiva, com conceitos entre “Concordo” e “Concordo Totalmente” quanto à facilidade de compreensão das funcionalidades, à rapidez no acesso, à clareza na organização das informações e à relevância dos indicadores.

Quadro 2 - Resultados das perguntas fechadas

Perguntas	Concordo Totalmente	Concordo	Discordo	Discordo Totalmente
1. Foi fácil compreender as funcionalidades da plataforma?	13	9	0	0
2. O acesso à plataforma foi rápido?	12	10	0	0
3. A organização de informações na tela é clara?	12	10	0	0
4. As informações são fáceis de encontrar?	10	8	4	0
5. Os indicadores apresentados são relevantes?	11	11	0	0
6. A interface da plataforma é agradável?	13	8	1	0
7. O acesso à plataforma foi satisfatório?	12	8	2	0

Fonte: Elaboração própria.

Sobre a facilidade para encontrar informações, agradabilidade da interface e satisfação no acesso a maioria das respostas foi positiva, mas houve discordâncias, principalmente no primeiro parâmetro. Estes resultados indicam que apesar da compreensão e clareza sobre a interface, alguns usuários experimentaram dificuldades que prejudicaram a navegação, como será abordado a seguir.

Na terceira e última parte, quatro perguntas abertas estimularam a descrição das percepções sobre o acesso. Questionados se a plataforma poderia auxiliar nas atividades desempenhadas dentro do respectivo setor, as respostas foram majoritariamente positivas, citando como benefícios a compilação, sintetização e disponibilidade de informações atualizadas e periodizadas que podem apoiar pesquisas futuras e a elaboração de políticas públicas.

Todos concordaram que a plataforma pode impulsionar a divulgação científica sobre o Amapá, que para muitos se justifica pela possibilidade de facilitar o acesso de estudantes em geral a conteúdos sobre o estado (e até mesmo de pessoas de fora) e de sugerir parcerias para pesquisas dentro e fora do estado.

Quanto às dificuldades ou erros experimentados, apenas seis pessoas se depararam com obstáculos, indicando demora no carregamento de certas funções, e discordância na disposição de algumas visualizações. Para a última questão foram solicitadas sugestões de melhorias e as respostas recomendaram maior simplicidade e intuitividade das ferramentas, e visualizações mais claras para facilitar a busca.

Ao final, quinze pessoas declararam que a recomendação da FRONTECAP é “Muito Provável”, enquanto sete marcaram que é “Provável”. As contribuições são importantes para que sejam aplicadas melhorias a fim de tornar a FrontecAP uma ferramenta útil para pesquisas e consultas. Na sequência, são apresentados os resultados gerais do levantamento.

RESULTADOS

Para oferecer uma análise compreensiva do acúmulo de conhecimento e entender como a comunidade científica tem desenvolvido os temas, esta seção investiga o volume, crescimento e distribuição da literatura segundo os indicadores bibliométricos – essencialmente, para verificar o quê (eixos e subtemas), quando (ano da publicação), onde (municípios), como (periódicos e idiomas) e quem (autores e instituições).

VOLUME E TEMAS

O estudo totalizou 367 artigos e cada artigo está vinculado a um eixo principal.

A categoria “Manejo” totalizou 129 produções, e tem grandes perspectivas de contribuir para o desenvolvimento sustentável do estado por entender e administrar os limites dos recursos naturais, mas ainda é necessária melhor infraestrutura de pesquisa e o apoio de políticas que permitam a aplicação desses conhecimentos. No campo botânico, envolve agricultura, extrativismo, agroecologia e

melhoramento vegetal; já a ictiofauna se refere a peixes e camarões, frequentemente vinculados à prática de pesca e de aquicultura.

O tema de “Gestão”, por sua vez, somou 119 artigos, com ênfase em planejamentos de gestão do território e dos recursos naturais, muitas vezes se referindo a comunidades tradicionais de quilombolas, ribeirinhos e indígenas, que utilizam seu etnoconhecimento na (re)produção de seus territórios. As pesquisas reiteram a imprescindibilidade de combinar diferentes dimensões, como economia, cultura e meio ambiente para estruturar políticas públicas e estratégias de ordenamento que solucionem os conflitos de interesses sobre o desenvolvimento integrado do estado.

Já “Biotecnologia” englobou 113 estudos quanto ao potencial de desenvolvimento de produtos a partir da biodiversidade, principalmente de compostos bioativos – referindo-se aos compostos químicos presentes em estruturas biológicas que podem ter diferentes aplicações, com frequentes investigações sobre plantas medicinais (sobretudo utilizando extratos e óleos vegetais). No geral, as pesquisas de biotecnologia buscam conhecer melhor as potencialidades dos recursos vegetais amapaenses e utilizam tanto experimentos físico-químicos quanto consultas com populações que tradicionalmente aproveitam aquelas espécies.

Com a menor participação, os seis artigos para “Energias” trataram sobre as energias hidrocínética, solar e de biomassa, referindo-se a estudos para produções alternativas de energia, visando atender especialmente comunidades isoladas que não possuem acesso ao fornecimento regular de eletricidade. Contudo, como apontam os autores, a baixa demanda não atrai interesse o suficiente e as pesquisas não recebem o apoio adequado.

PERIODIZAÇÃO

O Gráfico 3 indica que, ao longo do período selecionado, o volume produzido tem sido majoritariamente crescente. De 2000 a 2007 o volume foi baixo e não foram registradas produções em 2001 e 2004, somando apenas dezenove artigos, dos quais 58% foram sobre manejo.

Considerando que a publicação de artigos é um processo que envolve meses de pesquisa e edição, além do tempo de revisão e aprovação pelas revistas, é relevante destacar o aumento ocorrido entre 2008 e 2012, coincidindo com o período pós-fundação da UEAP e do IFAP, e de criação dos primeiros programas de pós-graduação. O aumento repercutiu no total de 46 publicações, com maior distribuição entre os temas, mas ainda ocorreu a liderança temática de 39% sobre manejo e a introdução de estudos sobre energias.

É possível perceber ainda uma nova caracterização de 2013 a 2020, seguindo também a expansão das atividades científicas no estado e da criação de novos grupos de pesquisa, resultando em um volume que representa 82% do total, sendo que o pico da produção ocorreu em 2020, com 53 publicações. O período final registrou 302 artigos, mantendo a quantidade para energia, mas com um exponencial crescimento dos demais eixos e dominância temática de 35% sobre gestão.

LOCALIZAÇÃO

A distribuição da produção por município, apresentada na Figura 1, possibilita uma análise de tendências, que variam de acordo com as características para cada localização. Todos os municípios foram contemplados pelos artigos e 94 artigos indicaram mais de um município como local de pesquisa; contudo, foram excluídos desta visualização 24 artigos que indicaram pesquisar no estado, mas não definiram o município.

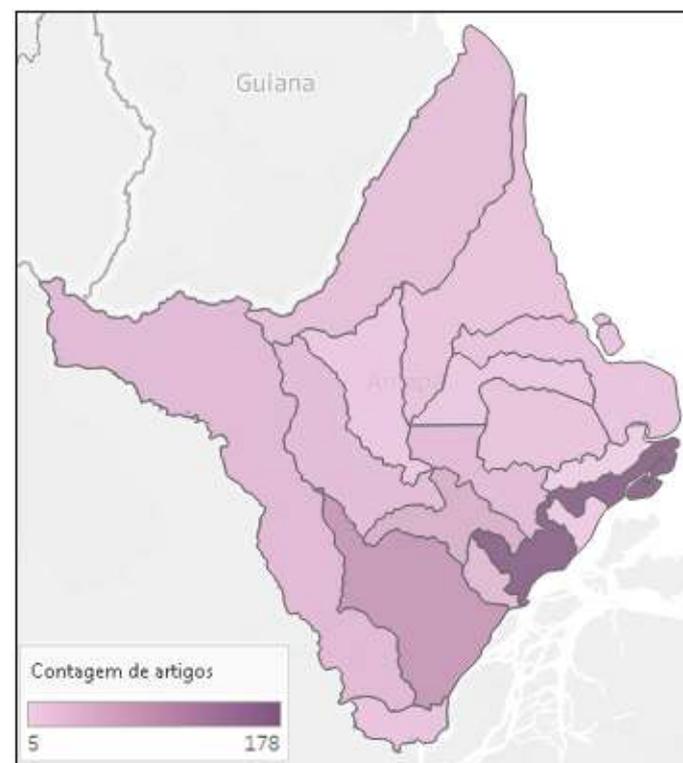
A capital Macapá concentra 178 artigos, contemplando todos os quatro eixos (59 em gestão, 59 em manejo, 56 em biotec e 4 em energias), o que reflete a abrangência de territórios com algum grau de proteção (como quilombos e as Áreas de Proteção Ambiental) e faixas de diferentes tipos florestais (utilizadas também como campos de experimentos da UEAP e da Embrapa), além da coexistência de espaços rurais e urbanos que implicam em planejamentos de gestão.

O segundo município mais referenciado foi Mazagão, com 88 artigos, também para todos os eixos (45 em manejo, 23 em gestão, 17 em biotec e 3 em energias), destacando-se que grande parte deste

território compreende as reservas dos rios Cajari e Iratapuru, parte da floresta estadual e um campo experimental da Embrapa, então a busca pelo desenvolvimento de atividades sustentáveis é enfatizada e o etnoconhecimento é valorizado.

Em terceiro lugar, Porto Grande registrou 52 artigos, para apenas três eixos (22 em manejo, 19 em biotec e 11 em gestão), com pesquisas sobre melhoramento vegetal na Colônia Agrícola do Matapi (da Embrapa), estudos biotecnológicos sobre espécies locais (como a faveira [*Vatairea guianensis* (Aublet)]) e estudos quanto ao manejo florestal e à pesca nas florestas estadual e nacional.

Figura 1 – Municípios coloridos de acordo com a quantidade total de artigos



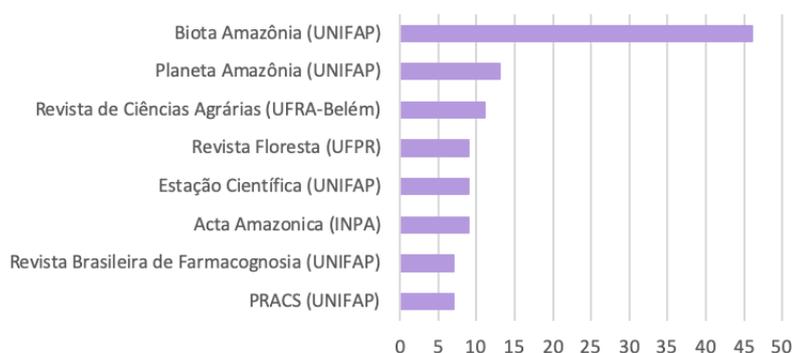
Fonte: Elaboração própria.

REVISTAS E IDIOMAS

O volume das produções encontra-se distribuído por 151 periódicos publicados em dezoito países. Uma porção de 74,2% das publicações é brasileira, dentre as quais 71 periódicos estavam vinculados a universidades estaduais/federais – além do Amapá, principalmente referentes aos estados de São Paulo e Mato Grosso. Outras sedes das publicações incluem Reino Unido (6 revistas), Índia (5), Suíça (5), França (4) e Portugal (4).

Destaca-se que 30,2% dos artigos se concentra nas oito revistas apresentadas no Gráfico 4; para as demais, o número de artigos publicados é seis ou menos, e 87 (57,6%) periódicos registraram apenas um artigo, indicando grande dispersão de fontes. A distribuição representa as múltiplas facetas relacionadas aos eixos propostos e mostra o grande e diversificado interesse em áreas de ciências naturais e sociais, incluindo desde estudos fitoquímicos até estudos etnográficos.

Gráfico 4 – Top 8 periódicos por quantidade total de artigos



Fonte: elaboração própria.

Desses periódicos principais, cinco são ligados à UNIFAP, mas destacam-se também outras instituições na Amazônia como a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA, no Pará) e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA, no Amazonas), bem como institutos de pesquisa em outras regiões: Fundação de Pesquisas Florestais

do Paraná, em convênio com a Universidade Federal do Paraná (UFPR).

O português foi o idioma principal (255 artigos), seguido pelo inglês (110 artigos), e com menor participação do espanhol e do francês (representados por um artigo cada). Para o eixo de biotecnologia, 42,5% dos artigos foram para revistas estrangeiras, mas 61% da produção estava em inglês, indicando que, muitas vezes, mesmo revistas brasileiras publicam em inglês para facilitar sua internacionalização, e que o tema de biotecnologia é muito voltado para divulgação no exterior. O eixo de manejo, por sua vez, também teve uma expressiva maioria dos artigos publicados em revistas brasileiras, registrando noventa artigos em português.

Por outro lado, o eixo de gestão foi produzido majoritariamente em português, com 95,3% das revistas sendo do Brasil e de Portugal, e foi o único que registrou idiomas diferentes dos dois principais, com três revistas francesas e uma costarriquenha. A predominância do português nesse tema reforça a importância de incluir indexadores regionais, uma vez que as análises localizadas muitas vezes não atingem graus elevados de internacionalização e têm um foco mais regional. Já o eixo de energias teve o português quase como idioma exclusivo, exceto por um artigo publicado em inglês, mas todos em revistas brasileiras.

AUTORES

Na elaboração dos artigos, foram envolvidos 813 autores, distribuídos em 132 instituições de nove países – 81,8% localizadas no Brasil e o restante na França (8), Portugal (3), EUA (3), Espanha (3), México (2), Alemanha (2), Argentina (1) e Reino Unido (1).

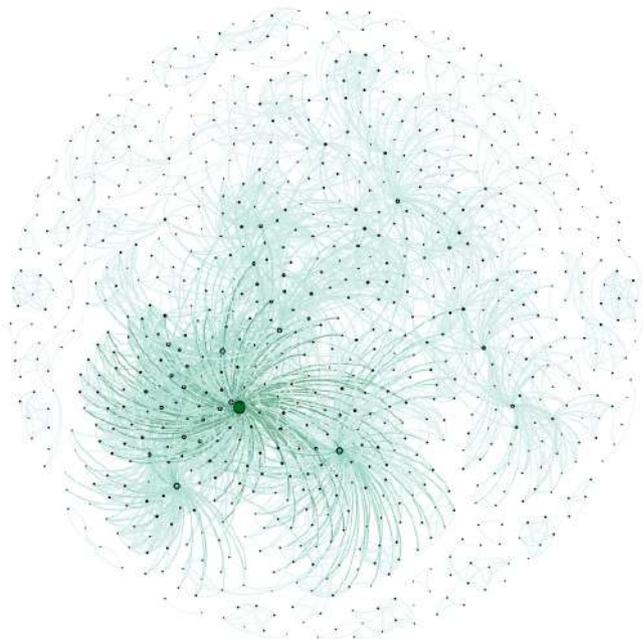
Visto que 93,4% dos artigos foram escritos em colaboração de dois autores ou mais, o mapeamento da coautoria com auxílio do Gephi contribui para descobrir correlações. Na rede do Gráfico 5, os autores são representados por nós (ou vértices, no formato de círculos) e as conexões são as arestas (ou links, representados pelas linhas). Quanto maiores os nós, mais conexões aquele autor tem, e quanto mais escuras as linhas, maior é a frequência entre aqueles dois autores.

Observando-se os links e proximidades é possível identificar vários grupos de autores, caracterizando as colaborações em conjunto

mais frequentes. Esses grupos muitas vezes têm autores que atuam como líderes ou como intermediários entre diferentes grupos e, nesse sentido, ressalta-se a centralidade de José Carlos Tavares Carvalho, da UNIFAP. Pesquisador da área de Ciências da Saúde, envolve-se principalmente em projetos relacionados a fármacos e outros temas de biotecnologia, estabelecendo conexões com autores de outros estados brasileiros (como São Paulo), e foi o autor que mais registrou parcerias internacionais, assinando artigos juntamente com pesquisadores de México, França e Espanha.

Vale notar que os temas das Ciências Exatas e Naturais são mais frequentemente produzidos em grupo porque envolvem experiências e materiais que só são possíveis de serem obtidos (ou são mais facilmente obtidos) no contexto de laboratórios – contando com vários integrantes, cada qual geralmente com contribuições específicas. As publicações de Ciências Humanas, em comparação, tendem a envolver menos autores em um único artigo e menores custos de realização.

Gráfico 5 – Rede de pesquisadores



Fonte: Elaboração própria.

INSTITUIÇÕES

Em termos de produtividade, considerando que cada uma das 131 instituições registradas foi vinculada aos artigos de acordo com a indicação na filiação dos respectivos autores, 72 instituições estiveram envolvidas em apenas uma publicação, mas a UNIFAP participou de 57,2% do total de artigos.

Com relação à procedência dos autores, considerando que podem ter registrado mais de um vínculo, 65 instituições foram representadas por apenas um autor, e a maior parte dos autores está vinculada a instituições brasileiras, mas foram identificados também participantes estrangeiros, como franceses. A UNIFAP registrou o maior número total de envolvidos (301), acompanhada pela UEAP (78) e pela UFPA (62). Especificamente para as instituições brasileiras, a região Norte lidera a distribuição no país, sendo os principais estados Amapá (31) e Pará (10).

Observando a relação das cinco principais instituições do estado com os eixos propostos, a liderança multitemática da UNIFAP se reflete em contribuições proporcionalmente altas para cada segmento, tendo o eixo de gestão em maior quantidade. Em seguida, a unidade da Embrapa Amapá contribuiu em 72 artigos, com ênfase nos trabalhos de manejo.

A UEAP e o IEPA tiveram dinâmicas parecidas: estiveram presentes em cerca de setenta produções, contribuindo largamente para o tema de manejo, mas com mais de dez artigos também para biotec e gestão. Por fim, o IFAP consta em dezesseis artigos, com volumes similares para os três temas principais (com destaque para gestão) e foi a única das cinco sem registro para energias.

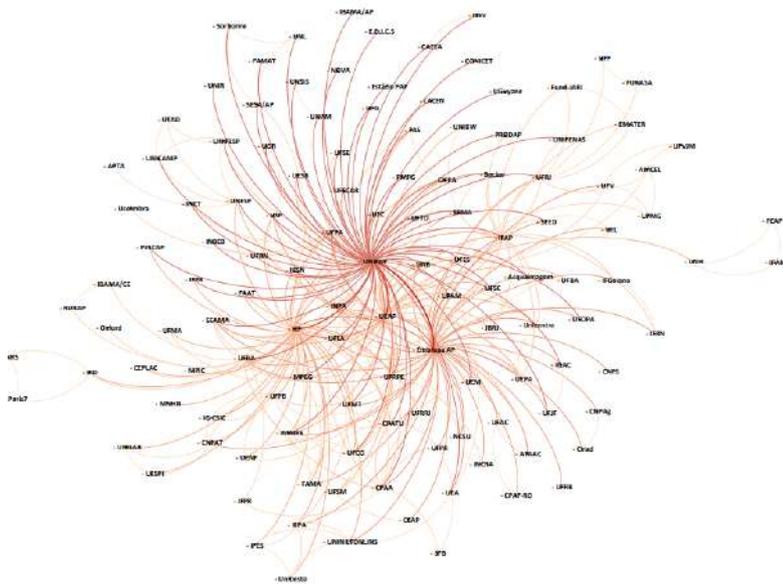
O Gráfico 6, produzido no Gephi para instituições, segue a mesma lógica do gráfico de autores. Nesse caso, os nós são as instituições (representadas por suas siglas), e as arestas indicam a quantidade de artigos compartilhados entre as instituições. É perceptível que, apesar do alto volume de instituições, as ligações mais frequentes ocorrem entre poucas unidades e em grande intensidade, com centralidade da UNIFAP.

Assim como no caso dos autores, é possível perceber para as instituições também grupos que indicam maior inter-relação. Como já pontuado, a UNIFAP e outras instituições do Amapá prevaleceram, mas ressalta-se a participação de instituições fora do estado – muitas das quais são paraenses, com destaque especial para a interação da UEAP com a

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), por meio do programa de pós-graduação na área de Ciências Florestais.

Por outro lado, as colaborações internacionais foram escassas e limitadas, e a UNIFAP foi a que mais estabeleceu parcerias, contando com dez instituições de seis países diferentes, incluindo México, França e Espanha – tratando principalmente de biotecnologia com plantas medicinais.

Gráfico 6 – Rede de instituições



Fonte: Elaboração própria.

CONCLUSÕES

O potencial do uso sustentável dos recursos naturais depende de uma visão estratégica sobre o desenvolvimento local que deve ser baseada no conhecimento e na identificação de aspectos ambientais, socioeconômicos e políticos para ajustar as demandas sociais às especificidades de cada local. Portanto, a pesquisa científica é essencial para orientar a produção do espaço e observar as múltiplas escalas e redes

dinâmicas relacionadas, integrando a valorização do meio ambiente a saberes tecno-científicos.

De acordo com a delimitação temática, a análise bibliométrica reuniu 367 artigos para o período entre 2000 e 2020 e permitiu identificar que o tema de Manejo Ambiental foi o mais volumoso, referindo-se principalmente a técnicas de manejo florestal para promover a caracterização dos ambientes amapaenses, e a aquicultura constituiu um tema em ascensão.

Em segundo lugar, a Gestão Socioambiental tratou especialmente de questões territoriais, que envolvem o planejamento da utilização e do aproveitamento de recursos e os conflitos relacionados à sobreposição de interesses de uso da terra. Já a Biotecnologia desponta particularmente com pesquisas sobre plantas medicinais (incluindo a produção de fármacos) e as Energias Renováveis são o tema mais recente, destacando a importância de desenvolver tecnologias alternativas e de abastecer comunidades isoladas da distribuição geral de energia.

De modo geral, verifica-se que a produção científica tem sido crescente ao longo dos anos, evidenciando-se períodos de aumentos que correspondem à expansão da infraestrutura de pesquisa no estado. Contudo, dentre as limitações metodológicas destaca-se que a seleção de apenas artigos indexados de livre acesso desconsiderou textos para eventos, livros, monografias e artigos em revistas de acesso pago, porque foi priorizado o formato que confere maior credibilidade ao conteúdo e fácil acesso mesmo por pessoas de fora da academia.

A partir do levantamento, a organização da plataforma digital por meio do método Canvas orientou a maneira mais eficiente de representar os principais resultados alinhados às demandas e expectativas dos usuários. A validação da plataforma mostrou que os principais benefícios desse instrumento são a compilação e sintetização de dados em um ambiente sistematizado, e a disponibilidade de informações que podem apoiar futuras pesquisas e a elaboração de políticas públicas, além de poder impulsionar a divulgação científica sobre o Amapá com indicadores relevantes.

Portanto, a plataforma não constitui um portfólio exaustivo, pretendendo apresentar apenas os principais artigos do campo de acordo com os parâmetros estabelecidos e, assim, pode indicar nomes e temas caso o usuário queira aprofundar suas pesquisas. Considerando que o

planejamento é a base para obter níveis adequados de organização e desenvolvimento, espera-se que os indicadores expostos possam servir como pontos de apoio para futuras investigações, para processos de tomadas de decisão e para inspirar novas soluções para o Amapá.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Mônica C.; CALDAS, Ruy de A. Biotecnologia no contexto da Convenção de Diversidade Biológica: análise da implementação do Art. 19 deste Acordo. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 22, p. 125-140, 2010.

ASTOLFI FILHO, Spartaco; SILVA, Carlos G. N.; BIGI, Maria de Fátima M. A. Bioprospecção e biotecnologia. **Parcerias Estratégicas**, v. 19, n. 38, p. 45-80, 2015.

BASTIAN, Mathieu; HEYMANN, Sebastien; JACOMY, Mathieu. Gephi: an open source software for exploring and manipulating networks. In: **International AAAI Conference on Weblogs and Social Media**, 2009.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BIZAWU, Kiwonghi; AGUIAR, Patrícia L. M. Energias renováveis e desenvolvimento sustentável: desafios e perspectivas para os países emergentes. **Conpedi Law Review**, v. 2, n. 4, p. 394-411, 2016.

CHAVES, Maria P. S. R.; BARROSO, Silvana C.; LIRA, Talita de M. Populações Tradicionais: manejo dos recursos naturais na Amazônia. **Revista PRAIA VERMELHA**, v. 19, n. 2, p. 111- 122, 2009.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2010.

FERREIRA, Valdinéia B. **E-science e políticas públicas para ciência, tecnologia e inovação no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2018.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2019.

LEANDRO, Luiz A. et al. O futuro da gestão socioambiental: uma análise crítica sobre a crise ambiental brasileira. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 4, n. 2, p. 144-162, 2015.

LIMA, Paulo G. **Política científica e tecnológica: países desenvolvidos, América Latina e Brasil**. Dourados: Editora da UFGD, 2009.

LUBCHENCO, Jane. Entering the century of the environment: a new social contract for science. **Science**, v. 279, n. 5350, p. 491-497, 1998.

MARGARIT, Eduardo. **Integração territorial competitiva do Amapá: o programa de aceleração do crescimento e os grandes projetos de desenvolvimento**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

MATIELLO, Sabrina et al. Energia e desenvolvimento: alternativas energéticas para áreas isoladas da Amazônia. **Revista Presença Geográfica**, v. 5, n. 1, p. 11-21, 2018.

MELLO FILHO, José A. de.; LIMA, Jorge P. C. Manejo ambiental: o aprofundamento dos conhecimentos específicos e a visão holística. **Floresta e Ambiente**, v. 7, n. 1, p. 292-307, 2000.

NOYONS, Everard C. M. **Bibliometric mapping as a science policy and research management tool**. 1999. Tese (Doutorado em Estudos Quantitativos em Ciência). Universidade de Leiden, 1999.

OKUBO, Yoshiko. **Bibliometric indicators and analysis of research systems: methods and examples**. Paris: OECD, 1997.

OSTERWALDER, Alexander; PIGNEUR, Yves. **Business model generation: inovação em modelos de negócios**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011.

REK, Marcos; MARINI, Marcos Jr. Gestão socioambiental na administração pública: uma análise de instrumentos legislativos aplicáveis ao âmbito institucional. **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional – Faccat**, v. 16, n. 1, p. 141-165, 2019.

SACCARO JUNIOR, Nilo L. **Desafios da bioprospecção no Brasil**. Texto para Discussão, n. 1569. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2011.

SZAPIRO, Marina. **Fronteiras tecnológicas e estratégias nacionais de desenvolvimento: análise de experiências internacionais**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2017.

TABLEAU. O que é o Tableau? 2022. Disponível em: <<https://www.tableau.com/pt-br/why-tableau/what-is-tableau>>.

TURNER, Frederick J. **The frontier in american history**. Nova York: Henry Holt and Company, 1921.

UHL, Christopher et al. Natural resource management in the Brazilian Amazon: an integrated research approach. **Bioscience**, v. 47, n. 3, p. 160-168, 1997.

WOHLIN, Claes. Guidelines for snowballing in systematic literature studies and a replication in software engineering. In: ASSOCIATION FOR COMPUTING MACHINERY. **Proceedings of the 18th international conference on evaluation and assessment in software engineering**. Nova York: ACM, 2014, p. 1-10.

A ESTRUTURA DA MOBILIDADE URBANA PELO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO NA CIDADE DE MACAPÁ, AMAPÁ

Thayana Galeão Quintas¹

Gutemberg de Vilhena Silva²

INTRODUÇÃO

O transporte público coletivo situa-se como um eixo importante para o planejamento, o desenvolvimento e a gestão de cidades. Historicamente, a mobilidade urbana se encontra profundamente associada à geografia dos transportes. O processo de reorganização do transporte público, que com certa regularidade ocorre, leva à reordenação e requalificação do espaço público urbano para tornar a mobilidade mais adequada para a população em geral.

A organização espacial das cidades, para além dos meios de transporte, está diretamente relacionada com a forma como a sociedade utiliza os espaços públicos. Conforme ocorreu a modernização dos sistemas de transporte, as cidades passaram a se expandir mais rapidamente, reduzindo as distâncias sem, contudo, democratizar os espaços que seriam atendidos pelo transporte público coletivo. As avenidas passaram a surgir conforme a demanda dos transportes de massa, inicialmente por meio dos bondes, movidos a tração animal e depois a energia elétrica, e, posteriormente, os ônibus e metrô

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: thaygaleao@gmail.com.

² Docente na Graduação e Pós-Graduação *stricto sensu* na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e colaborador no doutorado em Planejamento e Políticas Públicas (PPGPP) na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutor em Geografia com Pós-Doutorado pela Universidade Sorbonne, Paris 3, e pela Universidade de São Paulo (USP). Coordenador do grupo de pesquisa Políticas Territoriais e Desenvolvimento. E-mail: gutemberg@unifap.br.

(CACCIA, 2015), em que pese muitas áreas fragilizadas nas grandes e médias cidades não contarem com um adequado sistema de transportes em termos de quantidade, qualidade e atendimento de rotas adequadas para todos.

Além disso, ainda há no mundo a falta de priorização do transporte público, contrapondo com incentivos para aquisição de veículos individuais motorizados, falta de programas contínuos de financiamento de infraestrutura e para renovação de frota, violência crescente nos grandes centros urbanos, a questão do custeio da tarifa e as gratuidades sendo arcadas quase que integralmente pelos passageiros pagantes (NTU, 2004).

Para os grupos sociais pobres, que vivem nas periferias das cidades, a falta de mobilidade faz com que a marginalização geográfica aprofunde a exclusão social (URETA, 2008). A integração das políticas de gestão das cidades às diretrizes de mobilidade urbana se tornou fundamental para a determinação de ações que culminaram em um modelo adequado do complexo trânsito e transporte, além do uso do solo, com a previsão de implantação de espaços para equipamentos públicos próximos à moradia e às áreas de trabalho, bem como sistemas modais de transporte e serviços de forma a serem adequados com preço acessível à mobilidade das pessoas (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2007).

O transporte público coletivo via ônibus é o principal meio de transporte público viável (economicamente) para a maioria da população das cidades. Com a reestruturação da rede de transportes, os índices de qualidade de vida das cidades tendem a melhorar, trazendo uma acentuada economia de tempo de viagem para as pessoas e de custo operacional (e de tarifa) para o sistema (DE CARVALHO, 2013).

O objetivo deste trabalho é destacar os principais nexos de circulação, abrigos e, ao final, lançar uma proposta para melhorar a mobilidade urbana da cidade com uma reconfiguração de sua estrutura para trânsito dos transportes coletivos.

Como metodologia, realizaram-se leituras e análises de bibliografias e documental pertinentes às ideias e conceitos norteadores das discussões tanto sobre a produção e reprodução dos mapas quanto

sobre as rotas do transporte coletivo público, visando a quantidade de vezes que passam pelo mesmo local, para compor as áreas mais acessadas e influentes. Foi analisado também o plano diretor municipal, Lei nº 026/2004, de 20 de janeiro de 2014, e documentos dos órgãos competentes, como Companhia de Transportes e Trânsito de Macapá (CTMAC), Departamento de Trânsito (DETRAN), Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) e Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Amapá (SETAP).

Sobre a cartografia, a divisão oficial de Macapá em três zonas (norte, sudoeste e central) foi um balizador para reflexões comparativas nas análises de nosso texto (Mapa 1). Ela demonstra, além do zoneamento, a divisão quanto à densidade de moradores dos bairros, assim podemos classificar quais áreas poderiam ter maior desenvolvimento quanto à mobilidade urbana.

A ESPACIALIDADE DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO EM MACAPÁ

A QUESTÃO DO FLUXO VERSUS A FROTA

A frota de ônibus do município de Macapá em 2010 era composta por frota ativa de 159 veículos, sete anos depois, 172 veículos ativos. Em 2022 soma-se o total de 125 ônibus, ou seja, houve redução na quantidade de coletivos públicos, já a frota de veículos individuais cresceu de cerca de 68 mil, em 2010, para 130 mil veículos, em 2022 (IBGE, 2022).

O território atendido pelo transporte público divide-se em três zonas (Mapa 1), todas cobertas pelas cinco empresas de ônibus que operam na cidade:

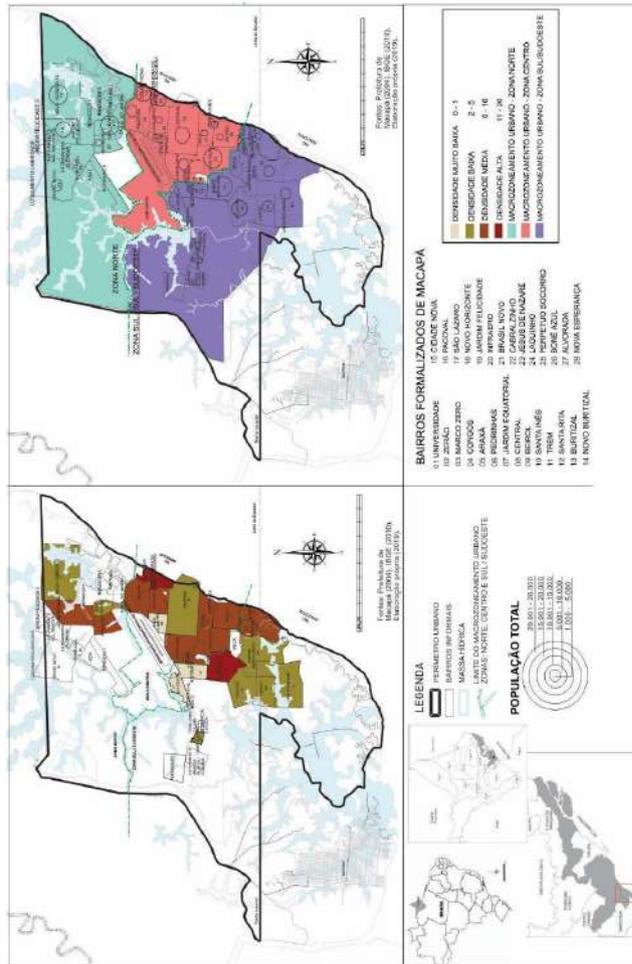
a **ZONA NORTE**, integrada principalmente pela empresa São Thur, é a mais nova área de extensão da cidade. possui novos bairros e apresenta maior polo populacional, pois representa 42% do total da demanda percorrida do sistema;

a **ZONA SUDOESTE**, com acesso médio, é a área mais antiga da cidade depois do centro. Em termos de habitação urbana, é integrada

por quatro empresas – Amazontur, União Macapá, Capital Morena e Expresso Marco Zero – e tem uma alta extensão de linhas na ordem do total de quilometragem percorrida no sistema; e

a **ZONA CENTRAL**, que é marcada pelo maior centro comercial do município, onde está localizado o polo econômico da capital, que conta com maior fluxo de pessoas e de linhas de ônibus.

Mapa 1 – Mapa do perímetro, bairros com sua densidade e divisão oficial do município urbano de Macapá



Fonte: Prefeitura de Macapá (2004); IBGE (2010).

Tabela 1 – Distribuição de linhas de ônibus por empresa e características operacionais em 2018

Nº	Linhas	Empresas	Descritivo da Linha	Percurso			Zonas Urbanas
				Dia útil	Carro	(Min)	
1	14	Amazontur	Canal Do Jandiá / São Camilo	44	6	110	Zonas Norte/ Centro
2	109		Infraero I / São Camilo	45	5	90	Zonas Norte/ Centro
3	116		Renacer / UNIFAP	66	11	120	Zonas Norte/ Zona Sul
4	139		Pedrinhas	70	10	120	Zonas Norte
5	20	União Macapá	Jardim I /	40	4	80	Zonas Norte
6	64		Universidade / Jardim	-	-	-	Zona Sul / Zona Norte
7	93		Açaí / Centro	-	-	-	Zona Norte / Centro
8	107		Jardim / Centro / Zerão	60	10	20	Zona Norte / Centro / Sul
9	108		Jardim / São Camilo	32	4	55	Zona Norte/ Centro
10	115		Curiaú - Ipê	-	-	-	Zona Norte
11	6	Capital Morena	Buritizal / Centro	102	6	60	Zona Sul / Centro
12	7		Buritizal / São Camilo	68	4	60	Zona Sul / Centro
13	87		Novo Buritizal / São Camilo/ Centro	34	2	60	Zona Sul / Centro
14	65	Sião Thur	Goiabal / Centro	11	1	100	Zona Norte / Centro
15	105		Fortaleza/ Centro	10	1	80	Zona Norte / Centro

16	106		Infraero II / Marabaixo	72	12	140	Zona Norte
17	117		Amazonas / Ilha Redonda	8	1	120	Zona Norte
18	118		Amazonas / São Camilo	8	1	80	Zona Norte / Centro
19	124		Amazonas / Zerão / Centro	31	5	130	Zona Norte / Sul / Centro
20	126		Marabaixo / Universidade	60	10	130	Zona Norte / Zona Sul
21	129		Infraero II / São Camilo	16	2	90	Zona Norte / Centro
22	130		Infraero II / Centro / Zerão	36	6	140	Zona Norte / Centro / Sul
23	133		Brasil Novo / Universidade	60	10	140	Zona Norte / Zona Sul
24	134		Brasil Novo / São Camilo	48	6	100	Zona Norte / Centro

Fonte: CTMAC (2018).

O tempo é um fator essencial na produtividade urbana. Influenciando desde um simples descanso até o mais complexo sistema produtivo de uma indústria, tudo se dá por um processo no tempo. Através do tempo o transporte flui, fazendo o deslocamento econômico de toda uma cidade, por exemplo. Sobre isso, notamos na Tabela 1 que o tempo de deslocamento via transporte público é longo. Inclusive vem aumentando quando comparamos as empresas e as áreas periféricas da cidade, perdemos mais tempo por causa do transporte. Essa consequência se dá pelo crescimento populacional concentrado nas cidades e pela falta de infraestrutura.

Ao compararmos as empresas e as linhas de maior frequência por semana (dia útil), além da quantidade de veículos, visualizamos a seguinte análise, onde todas têm o percurso entre zona norte, zona sul e centro: Amazontur (Renascer/UNIFAP e Pedrinhas) – duas horas, com onze veículos e setenta viagens; União (Jardim/Centro/Zerão) – vinte

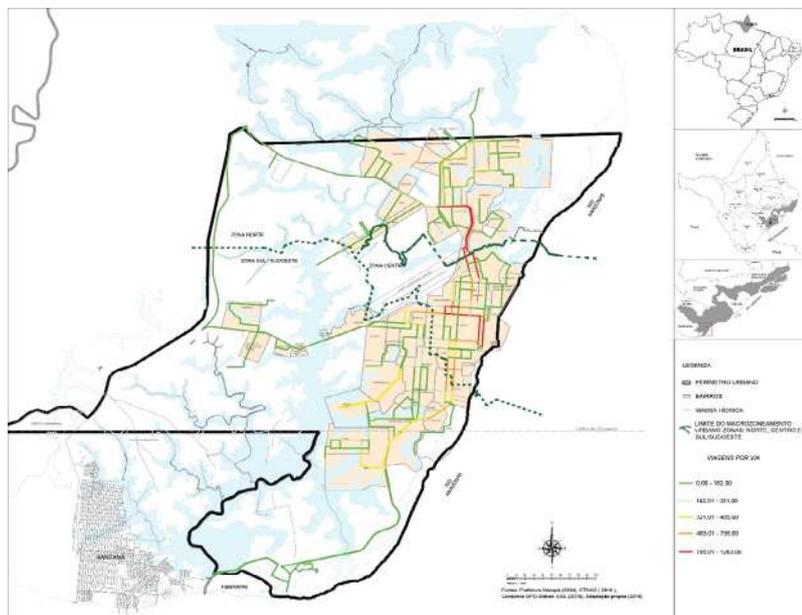
minutos, com dez veículos e sessenta viagens; Capital Morena (Buritizal/Centro) – uma hora, seis veículos e 102 viagens; São Thur (Infraero II/Marabaixo) (Brasil Novo/Universidade e Marabaixo/Universidade) – duas horas e vinte minutos, dez veículos nas linhas, 72 e sessenta viagens, respectivamente; Expresso União (Macapaba/Garden) – duas horas, catorze veículos e 84 viagens.

A empresa União, mesmo passando pelas três zonas e com quantidade de veículos e viagens semelhante às empresas Amazontur e São Thur, está à frente quanto à espera dos usuários; já a empresa Capital Morena, sua rota abrange apenas as zonas centro-sul, que permite uma redução na espera dos usuários.

Em relação às linhas de menor frequência, tem-se a empresa São Thur, com áreas mais afastadas do centro da cidade, ou seja, área “rural”, em disposição aos distritos e zonas de transição como Goiabal/Centro, Fortaleza/Centro, Amazonas/Ilha Redonda, Amazonas/São Camilo, Curiaú/Jardim/Centro, Vale Verde e Coração/Centro com apenas um veículo à disposição da rota, de tempo maior de uma hora cada, em média de oito a dez viagens por semana em dia útil. A maior parte desses trajetos se dão aos distritos do município de Macapá, assim, o ônibus permite pouco acesso dessas comunidades ao centro urbano.

Como pode ser observado, existe uma pequena disparidade entre as três zonas distributivas da cidade, com predominância da zona central e da zona norte, bem menor participação da zona sudoeste. Porém, todas as zonas de campo estão atendidas com o serviço do transporte coletivo. Analisando a quantidade de viagens/dia de cada linha foi possível observar os trechos com maior número de viagens por dia, conforme apresentado no Mapa 2.

Mapa 2 – Viagens por dia dos ônibus em Macapá (2018)



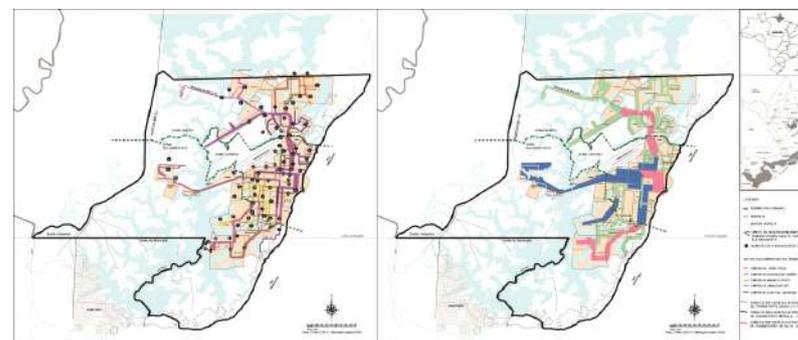
Fonte: Consórcio GPO Sistran – EGL (2018) (adaptado).

No Mapa 2, nota-se a ampla quantidade de viagens da zona norte para o centro, via BR-210 e rua Adilson José Pinto Pereira. Isso ocorre por ser o principal eixo de acesso entre centro e zona norte, gerando um gargalo que faz com que cerca de mil viagens (69% da oferta total de um dia útil) passem por esse trecho. O grande fluxo de pessoas para a zona norte da cidade começou a partir de 1960, após a inauguração da ponte Sérgio Arruda, localizada na rua Adilson José Pinto Pereira, que tende a ficar congestionada nos horários de pico. O crescimento populacional aliado ao crescimento de veículos automotores de porte médio não foi contido pela infraestrutura urbana, que deveria ter sido ampliada compondo apenas um acesso de zoneamento, enfatizando a falta de via exclusiva para transporte coletivo e de carga, além disso a logística de movimentação dos pedestres e ciclistas.

Na avenida FAB, o trecho entre o hospital público da Maternidade Mãe Luzia e a rua Tiradentes é o que tem maior frequência por dia, com 1.263 viagens (cerca de 87% da oferta de um dia útil). Essa ampla quantidade de viagens significa uma maior concentração

populacional em decorrência das atividades institucionais da área, visto que a economia do Amapá engloba o setor terciário (o mais representativo da economia amapaense), incluída a administração pública. É justamente no decorrer e no entorno da avenida FAB que ficam localizados seus prédios funcionais, além das atividades de comércio e serviços, com taxa média anual de crescimento localizado em primazia nas ruas Tiradentes, São José e Maricá, que também apresentam alta movimentação por serem os trechos de retorno da maioria das linhas que operam na cidade.

Mapa 3 – Cruzamento dos itinerários de todas as linhas de empresas: Amazontur, Expresso União, Expresso Marco Zero, Capital Morena, Sião Thur



Fonte: CTMAC (2018); elaboração própria (2022).

O Mapa 3 agrega todas as rotas das empresas que operam em Macapá. Observa-se que as rotas mais importantes são: na zona central, o perímetro da avenida FAB e as ruas Tiradentes/Rio Maracá/São José, bem como a avenida Antônio Coelho Carvalho; na zona norte, as ruas Adilson José Pinto Pereira e Tancredo Neves; na zona sul, a rodovia Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, avenida Inspetor Marcelino e a rua Claudomiro de Moraes; e, na zona oeste, a rodovia Duque de Caxias. O mesmo mapa contém as zonas de influência das linhas de ônibus sobre as vias e o entorno urbano. Nas áreas rosas, há os pontos de conexão das zonas, caracterizando as vias de integração da cidade (zonas centro, norte e sul).

Nelas estão as principais vias da cidade, as quais contam com as rodovias e a área central, de onde se originaram as primeiras rotas

do serviço de transporte coletivo da cidade. São áreas com grande número de pessoas, cujas linhas chegam a circular até 45 vezes por uma mesma via, na interseção entre a avenida FAB e a rua Tiradentes, ou seja, pela zona central.

As causas ainda advêm da localização de maior concentração de prédios públicos referentes ao trabalho e aos estudos dos moradores da cidade, visto que se destaca a economia em estrutura de produção centrada principalmente no setor de serviços, responsável pela geração da maior parte do produto interno bruto (PIB) do estado (70,0%). Dentro desse setor, os segmentos de maior destaque foram: administração pública, comércio e aluguéis, com participações de 30,9%, 14,6% e 11,8% do PIB estadual, respectivamente; a indústria, com 22,4% no segmento da construção civil; e, por fim, o setor agropecuário, com 7,7% na composição do PIB. Analisando a evolução na composição dos setores da economia entre 1985 e 1998 e o fluxo do transporte coletivo, vemos que este acompanha seu crescimento e localização concentrada no centro da cidade.

As áreas azuis correspondem aos espaços de média influência. Estendem-se principalmente pelas zonas central e sul no intercâmbio das vias principais, de maior fluxo, enquanto as áreas do entorno, as vias secundárias que adentram os bairros, correspondem às áreas vazias, com influência menor.

As áreas verdes são áreas de baixa influência, as quais se localizam em vias que adentram os bairros onde passam de uma a cinco linhas de circulação na mesma via. São áreas distantes do núcleo urbano macapaense ou que correspondem a bairros de subúrbio, próximos ao canal de drenagem de água do município, ou, ainda, em áreas de ressaca, próximas às residências das classes mais baixas.

ABRIGOS E TERMINAIS

MOBILIÁRIOS URBANOS DE APOIO AO SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO EM MACAPÁ

O abrigo de ônibus, ponto de acesso (embarque e desembarque) ao transporte, é um importante representante do ambiente urbano. Marca a memória de gerações de cidadãos com seu aspecto

simbólico-emocional intrínseco, visto que alguns abrigos podem resistir por décadas, tanto ao agressivo ambiente urbano, quanto às distintas gestões municipais. Os abrigos, também chamados de pontos de parada, têm como principal objetivo dar suporte ao sistema municipal de transporte urbano de passageiros, de forma a assegurar abrigo e conforto ao usuário, organizar o embarque e desembarque de passageiros e fornecer informações sobre o sistema de transporte (SPTRANS, 2007). Quanto aos abrigos, por mais que a normatização específica do mobiliário urbano permaneça inalterada há duas décadas no Brasil, observa-se que está obsoleta e abandonada pelas grandes cidades, sendo que a normatização mais utilizada e com definições práticas atualizadas é a que delimita as questões de acessibilidade (BELLINI, 2008).

Em Macapá, a execução, instalação e manutenção desses abrigos coletivos estão no escopo da CTMAC. A empresa municipal registrou 748 abrigos, dos quais há dez tipologias diferentes (Tabela 2 e Mapa 4). Analisando as características decorrentes dos abrigos, conjectura-se que sua tipologia segue a concepção que se encontrou dentro de interesses específicos de cada gestor municipal ao considerar a história em que foram construídos, seu local e material utilizado, o Mapa 4 demonstra a localidade dos diferentes tipos de pontos de ônibus.

Tabela 2 – Tipos de abrigos de ônibus, quantitativos e tipologias em Macapá (2019)

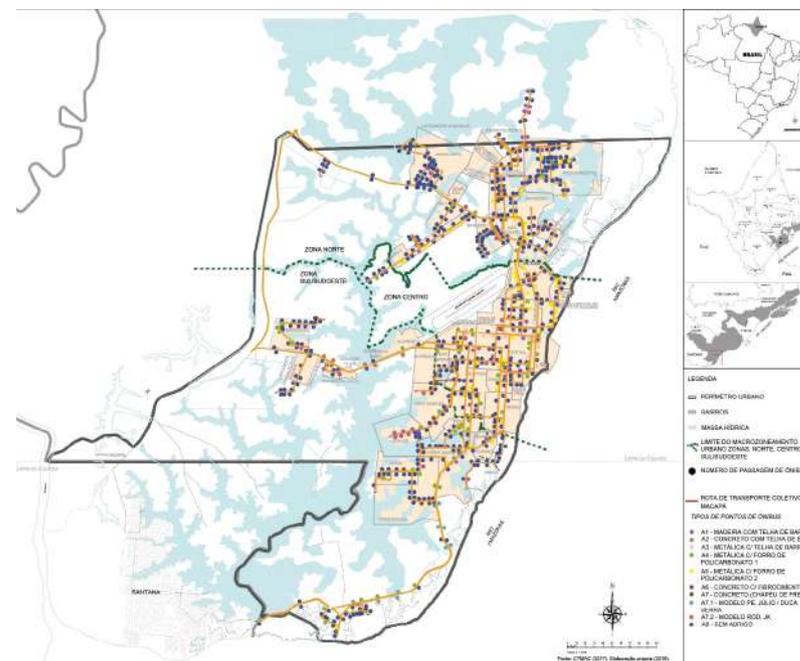
Tipo	Características	Quantidade	Período de Construção	Foto
1	Concreto c/ Fibrocimento	14	1950 - 1966	
2	Concreto (Modelo Rod. JK)	10	1970, plano da Fundação João Pinheiro	
3	Concreto (Modelo Pe. Julio / Rod. Duca Serra)	6	1970, plano da Fundação João Pinheiro	

4	Madeira c/ Telha de Barro	49	década de 1990	
5	Concreto / Telha de Barro	1	década de 1990	
6	Concreto (Chapéu de Freira)	18	2020	
7	Metálica c/ Telha de Barro	14	2020	
8	Metálica c/ Forro de Policarbonato 1	55	2020	
9	Metálica c/ Forro de Policarbonato 2	43	2020	
10	Sem abrigo	538		
Total		748		

Fonte: CTMAC (2018); elaboração própria (2019).

É notável a falta de abrigos em diversas áreas, inclusive pela zona central, de onde se originou a cidade é detentora das primeiras rotas de transportes coletivos. No Mapa 4 é possível observar que nas áreas periféricas e da zona norte, em grande parte rodovias de grande demanda de passageiros, há carência de infraestrutura, com tipo 10 em demasia.

Mapa 4 – Tipos de pontos de ônibus de Macapá (2019)



Fonte: CTMAC (2018); elaboração própria (2022).

A rigor, o mobiliário de abrigo é importante para a cidade devido ao clima e às suas condições meteorológicas médias em todo o ano, com tempo opressivo. Em geral, a temperatura varia de 24°C a 33°C a depender da estação, quente ou fresca. Além disso, há uma variação sazonal extrema da precipitação mensal de chuva, ou seja, chove ao longo do ano inteiro em Macapá.

Em análise das tipologias e suas localizações, destacamos as do tipo 10, sem infraestrutura e primariamente encontradas nas áreas periféricas da zona norte e zona rurais, com baixa frequência de transporte coletivo. O tipo 8 agrega as mais atuais formações e tem melhor distribuição quanto aos zoneamentos norte e sul. No entanto, seu material, como verificado na foto, não possui durabilidade tendo em vista as características locais e as intempéries sobre sua formação. Além disso, apresenta problemas em sua cobertura em razão dos baixos investimentos. Por fim, o tipo 4 é o mais predominante na zona central

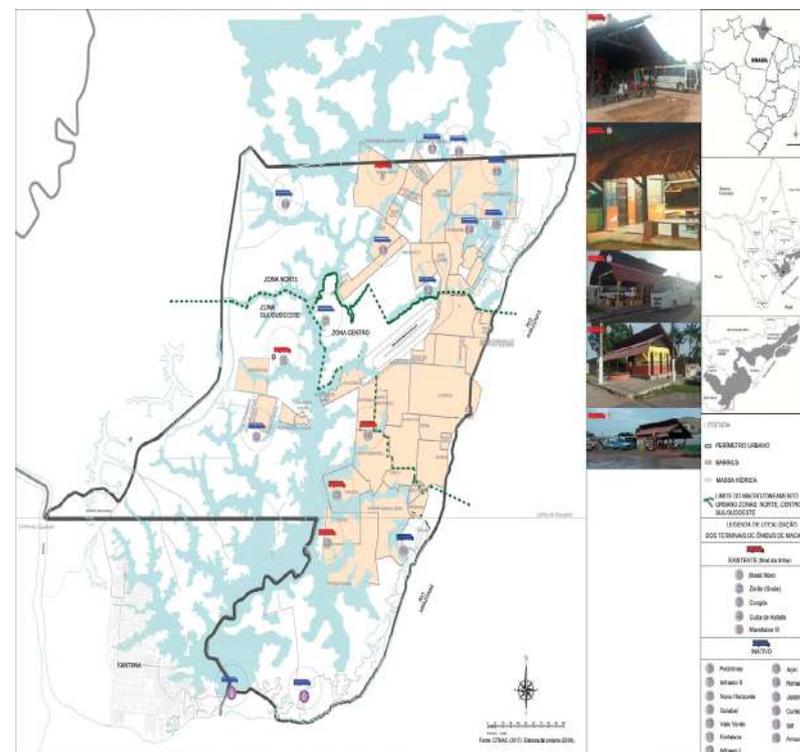
por fazer parte das primeiras tipologias de abrigos desenvolvidas, há tempos e sem manutenção. Percebe-se, então, uma carência de abrigos nas áreas periféricas, bem como uma falta de atenção à infraestrutura necessária em conjunto com a pouca visibilidade que sofre a camada da população que mais utiliza o transporte coletivo.

Nessa categoria de abrigos como apoio ao uso do transporte coletivo estão os terminais de ônibus, que na capital contabilizam apenas dezoito. Além da função de abrigar os passageiros nos transbordos, os terminais são equipamentos onde se faz, de um lado, a concentração de demanda e, de outro, sua distribuição pelas rotas e destinos principais. Do ponto de vista operacional, são planejados para proporcionar o máximo de fluidez na circulação de veículos e pessoas, evitando a formação de filas.

Sua funcionalidade é dar apoio aos sistemas de transporte coletivo e consiste em uma estação destinada ao embarque e desembarque de passageiros, onde são processadas as interações entre os mesmos e o serviço de transporte, podendo ser o ponto inicial ou final de uma viagem, ou intermediário, para a transferência a outro modal de transporte. O Mapa 5 representa a localização dos terminais e a representação de sua infraestrutura.

No Mapa 5 é possível observar que a zona sudoeste tem a maior infraestrutura de apoio ao transporte público, enquanto na zona norte há apenas um ponto de terminal com infraestrutura. As áreas verdes são áreas de baixa influência, distantes do núcleo urbano macapaense ou que correspondem a bairros de subúrbio. Há carências quanto à infraestrutura tanto de terminais como de abrigos e sua localização não está esclarecida no órgão competente, segundo os documentos aferidos pelo município e a visita *in loco*, onde as informações seriam obtidas com a população vizinha dos pontos dada a ausência ou carência da infraestrutura das instituições em questão. Já na zona central, zona vermelha no Mapa 3, região em que opera a maior quantidade de linhas e fluxo de ônibus, não há nenhum terminal.

Mapa 5 – Detalhamento e localização dos terminais de bairro de Macapá (2019)



Fonte: CTMAC (2018); elaboração própria (2022).

Os terminais são as instalações principais da rede de transporte coletivo, com grande afluência de passageiros e veículos, e também as de maior custo de implantação. Através de seu funcionamento, é possível aferir as condições operacionais de todo o sistema e é nele que se refletem com maior intensidade os problemas de operação das linhas existentes e dos corredores utilizados. Sua ausência nas áreas de maior fluxo de coletivos públicos condiciona, em análise um resultado, é que as políticas de transporte não apoiam o sistema como um todo, tanto em poucos terminais com pouca infra-estrutura, como em abrigos (maior número inexistente quanto a infraestrutura) e transporte (insuficiente), tornando-se insustentável e ineficiente.

Em nível de legislação, latente desde 2004, e considerando a falta de previsão de um planejamento adequado quanto à infraestrutura dos coletivos públicos, o mais provável é que haja uma piora progressiva nesse quadro, dado que a indústria automobilística continua recebendo fortes incentivos. Porém, uma perspectiva que vise mais bem-estar e ampliação das liberdades de deslocamento do maior número de pessoas requer iniciativas muito diferentes das que estão sendo feitas hoje.

Segundo Soares (2006), por sua estrutura os terminais se tornam elementos polarizadores do sistema de transporte e explicitam o caráter público do transporte rodoviário, permitindo a efetividade de suas operações e atendendo as expectativas dos usuários, tornando possível o crescimento do sistema. Sua importância se dá pelo seu próprio alcance socioeconômico e sua infraestrutura, e por isso devem ser compatíveis com os objetivos sociais e econômicos e devem proporcionar benefícios à população atingida, para que esta receba um serviço ágil e de qualidade.

CONCLUSÃO

Em relação ao deslocamento de bens e pessoas, a atual formatação urbana obriga que se pense com urgência um sistema de transporte mais harmonioso, ágil e eficiente, que ofereça conforto e segurança. Além de focar na mitigação dos impactos ambientais e visuais, o problema da poluição sonora e atmosférica também deve ser observado, assim como a importância de ressaltar modelos de minimização da exclusão social. Torna-se, portanto, um tema referente à atualidade e explicita a necessidade local de conhecer em todas as nuances os fluxos de pessoas e suas formas de acesso quanto à mobilidade com foco nos transportes coletivos.

Segundo a análise dos dados correspondentes a esta pesquisa, notou-se que a cidade de Macapá, por fazer parte de uma ocupação induzida, teve uma estrutura de transporte coletivo pouco planejada quanto à sua infraestrutura, o que remonta entender que a cidade partiu da área central/litorânea e aglutinou nesse espaço a maior parte das instituições e comércio em relação ao uso do solo comparado com as áreas de maior atração da população residente.

Constatou-se que a cidade, com a configuração de rede de vias predominantemente ortogonal, contém poucas opções quanto ao acesso das zonas, que engloba interseções mistas compostas por uma via de mão dupla, na direção Leste-Oeste, e uma via de sentido único, na direção Norte-Sul. Tal disposição não permite grande flexibilidade dos usuários na escolha de caminhos localizados em vias de ligação dos bairros mais afastados com o Centro, que são pontos “externos” em relação à região central, sendo as vias únicas que conectam a região norte da cidade com o centro e a região sul, gerando confronto. Averiguou-se, ainda, a partir da análise pretendida por este estudo, a identificação de pontos fundamentais de evolução quanto à mobilidade urbana em relação aos transportes coletivos públicos em Macapá.

Em relação ao volume de veículos que circulam pelas principais vias da área urbana, destaca-se a alta concentração no único acesso à zona norte-zona central da cidade, o que gera um gargalo na passagem da ponte Sérgio Arruda e nas áreas centrais de maior concentração de mercado e serviço. Concomitante à falta de políticas públicas que agreguem melhora e em detrimento da legalização prevista no plano diretor de Macapá, pelas visitas *in loco* de metodologia do artigo, averiguou-se:

- carência de dados relativos aos bairros informais no plano diretor e em relação ao itinerário dos transportes coletivos públicos;
- pouca ou quase nenhuma assistência aos deficientes físicos em todos os âmbitos;
- pouca ou quase nenhuma assistência relativa à informação do transporte público quanto a horário, rota e frota;
- pouca ou baixa manutenção dos veículos e abrigos/terminais;
- falta de diálogo entre a CTMAC e o SETAP na busca por caminhos compensatórios para as perdas alegadas pelo setor patronal (levando a discussão, inevitavelmente, para a justiça e contribuindo para a paralisação e melhora do sistema);
- falta de diálogo entre os órgãos de governo tanto para a integração de obras quanto para a infraestrutura dos abrigos e seu entorno.

Ao utilizar os dados relativos ao sistema de coletivo público, é preciso esclarecer que a simples comparação da frota não diz muito sobre

a eficiência do sistema de transporte coletivo, mas é um forte indício de que o trânsito da capital federal – e do país – está sobrecarregado, sendo que o número de automóveis ultrapassou, há muito, todas as previsões de planejamento para o século XXI. Ainda assim, o número de automóveis adquiridos como principal meio de deslocamento continua a crescer, como em todas as grandes cidades do Brasil. Com isso, se intensificam diversos problemas econômicos, ambientais e de saúde pública. Entre eles, os engarrafamentos são os mais visíveis.

Como o modelo de transporte no Brasil é centrado no automóvel, a principal demanda da população para sanar os engarrafamentos são medidas como a ampliação das estradas. Tendo em vista os resultados obtidos, observou-se que o sistema de transporte público de Macapá, devido ao seu comportamento característico de uma região em que a via trabalha com grande volume de tráfego, causa restrições em seu uso durante horários de pico.

Portanto, com o objetivo de torná-lo mais usual e acessível para toda a população, procurou-se idealizar um melhor arranjo do layout viário para atender à mobilidade, bem como às áreas periféricas da cidade, proporcionando maior conforto e fluidez no trânsito para essas regiões.

Tendo como finalidade transformar a mobilidade na interseção zona sul-zona norte da cidade de Macapá de forma eficiente e durável para que os usuários do coletivo possam usufruir de menor tempo de espera, com um trânsito confortável, seguro e dinâmico, o que influenciará diretamente a qualidade de vida desse público, é necessário expandir a rota de configuração das linhas que adentram os bairros amplos. Isso porque a passagem do ônibus comporta uma influência de entorno de cerca de 400m² de área da rota do ônibus, e quanto maior a área de bairro, maior a necessidade de circulação por suas vias, levando em conta, ainda, que o clima da cidade é dividido entre sol a pino e chuva, ou seja, intensa influência de intempéries. A proposta apresentada considera:

- desenvolvimento de opções de trecho de vias que interligam todas as zonas de Macapá sem propriamente passar pela zona centro;
- desenvolvimento do plano de mobilidade urbana, incluso o estudo para a confecção do mapa de hierarquização de vias concernentes à caracterização da cidade e suas áreas prioritárias;

- regularização fundiária no que tange à legalização dos lotes urbanos, cujas posses passam por uma redefinição do uso do solo em áreas de potencial, para interferência dos planos nodais de rota dos transportes coletivos públicos;
- integração dos meios relativos à mobilidade urbana existente, como calçadas, bicicletas, motos e veículos em consonância com os transportes coletivos públicos; e
- desenvolvimento maior de áreas de apoio ao sistema de transporte público, como abrigos e terminais, e melhoria na distribuição territorial devido ao fluxo de usuários.

Compreendeu-se, assim, que há uma carência de investimentos na pavimentação das vias de circulação, na estruturação dos abrigos de ônibus e terminais, na valoração da acessibilidade necessária para atender todos os públicos. Portanto, na tentativa de amenizar os problemas apresentados pelo sistema de transporte coletivo, sugere-se a adaptação das vias partindo da proposição de vias modelos arteriais estruturadas e vias de trânsito rápido, e a reorganização e o estabelecimento de novos itinerários para o transporte coletivo público, cujos polos de atuação seriam divididos em alimentadores, troncais e turísticos, capazes de atender à população comum com maior eficiência, reduzindo, com isso, o tempo de espera nas paradas e propiciando aos usuários uma mobilidade mais eficaz na medida em que as novas rotas passariam a circular por áreas mais diversas. Sendo assim, e partindo desse questionamento, analisa-se como o transporte coletivo em Macapá se encontra defasado, tanto pela apresentação de uma estrutura física precária exposta pelos ônibus do transporte coletivo local, como pela infraestrutura física responsável pelo bom funcionamento desse sistema de mobilidade.

REFERÊNCIAS

BELLINI, Fábio Augusto T. Abrigos de ônibus em São Paulo: análise da produção recente. 2008. Dissertação (Mestrado em Design e Arquitetura). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CACCIA, Lara S. Mobilidade urbana: políticas públicas e apropriação do espaço em cidades brasileiras. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

CONSÓRCIO GPO SISTRAN – EGL. Reestruturação e Modernização do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Macapá, Volume II. Estudos de Tráfego, Inventário Urbano, Cadastro e Pesquisas de Transporte e Simulação Funcional, Tomo B. Caracterização da Infraestrutura Urbana, Estudos de Tráfego e Pesquisas de Transporte RT. Revisão, 2018.

CTMAC – Companhia de Transportes e Trânsito de Macapá. **Tabela quantitativa dos ônibus**. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2LH59vy>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

DE CARVALHO, Carlos Henrique R. et al. **Nota técnica n. 2: tarifação e financiamento do transporte público urbano**. Brasília: IPEA, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Resultados do censo de frota de veículos**. 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/macapa/pesquisa/22/28120>>. Acesso em: 10 set. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2022.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. PlanMob – Construindo a cidade sustentável: caderno de referências para a elaboração de plano de mobilidade sustentável. Brasília, 2007.

NTU. 2004.

PREFEITURA DE MACAPÁ. Plano Diretor da Cidade de Macapá. 2004.

SOARES, Ubiratan P. Procedimento para a localização de terminais rodoviários interurbanos, interestaduais e internacionais de passageiros. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SPTRANS. Gerência de Unidade de Projetos PSR/PRO. Relatório técnico: pontos de paradas de ônibus no município de São Paulo. Relatório interno, descrevendo quantidades e condições dos pontos de parada. São Paulo, 2007.

URETA, Sebastian. To move or not move? Social exclusion, accessibility and daily mobility among the low-income population in Santiago, Chile. **Mobilities**, v.3, n. 2, p.269-289, 2008.

POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇO MÍNIMO DOS PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE NO AMAPÁ: ESTUDO DE CASO EM COMUNIDADES EXTRATIVISTAS NO MAZAGÃO³

Eliane Superti⁴

Uzian Pinto⁵

INTRODUÇÃO

A porção setentrional da Amazônia brasileira, onde se localiza o Estado do Amapá, está integrada a cadeias globais de valor (CGV) como fornecedora de produtos primários, condição típica da região. Commodities como minério e soja movimentam expressivos volumes de recursos, porém com produção fortemente mecanizada, poupadora de mão de obra, e expressiva concentração do capital. A CGV do açaí traz um diferencial quando comparada com as demais, pois tem grande potencial de dinamização socioeconômica. Isso porque o açaí é parte integrante da maioria dos sistemas laborais e

³ Uma versão ampliada e reorganizada deste artigo foi publicada na *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 18 n. 3, p.223-239, 2022.

⁴ Doutora em Ciências Sociais. Professora e pesquisadora da Universidade Federal da Paraíba, no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI/UFPB), e da Universidade Federal do Amapá, no Programa de Pós-Graduação de Estudos de Fronteira (PPGF/UNIFAP).

⁵ Mestre em Estudos de Fronteira pelo Programa de Pós-Graduação de Estudos de Fronteira (PPGF/UNIFAP).

dos regimes alimentares das famílias rurais amazônicas. Elas são as principais produtoras do fruto e conjuntamente com outros agentes locais da cadeia – atravessadores e intermediários – compõem arranjos comerciais que fazem circular recursos financeiros por setores sociais historicamente excluídos de participação no mercado.

A cadeia produtiva do açaí reúne grande diversidade de mercados locais, nacionais e globais, articulando famílias agroextrativistas, empreendedores informais, empresários artesanais e industriais em torno da comercialização do fruto e dos produtos derivados. Desde 2014, o crescimento do valor de comercialização vem sendo contínuo. Em 2017 e 2018, o açaí foi o produto, no subgrupo de alimentos de extração vegetal não madeireira, que alcançou maior valor de produção no Brasil. Ele representou 46,3% de toda a produção brasileira neste subgrupo no ano de 2018, registrando o volume de 222 mil toneladas e o valor de R\$592 milhões de reais (IBGE, 2019). O mercado regional é o principal consumidor, mas o maior crescimento da demanda ocorreu nos segmentos nacional e de exportação.

Os estados produtores são amazônicos. O Pará é o estado que lidera a produção do fruto, tem maior volume de comercialização para os mercados nacionais e internacionais e maior número de plantas industriais instaladas para o processamento do açaí (CONAB, 2019). Ele é seguido pelo Amazonas, Maranhão e Acre. O estado amapaense aparece como quinto produtor (IBGE, 2019), mas sua produção é estratégica no contexto regional, pois a extração do fruto no extremo norte acontece na entressafra do estado vizinho e maior produtor, o Pará. É, então, o Amapá que abastece uma parte importante do mercado regional, principalmente as indústrias de processamento, fora dos principais períodos de colheita paraense.

A atividade produtiva do açaí no território amapaense é majoritariamente extrativista e realizada por comunidades tradicionais (CARVALHO, 2010), as atividades empresariais de cultivo são tímidas no estado. Dentre essas comunidades estão quilombolas, ribeirinhos e povos indígenas. Como demonstram Superti e Silva (2015), às comunidades tradicionais amapaenses são, geralmente, constituídas por uma população rural de baixa renda e pouca escolaridade. Suas condições de infraestrutura e dificuldade de acesso denotam a carência de serviços públicos básicos, como água tratada, esgotamento sanitário, saúde e educação. A colheita do açaí

garante o alimento tradicional diário e é parte muito representativa da composição da renda familiar anual (MARTINOT et al., 2017). A extração é feita em açazais nativos das florestas de várzea com algumas iniciativas de manejo, crescentemente estimuladas por entes públicos e privados para ampliar a produção. Para algumas famílias, o trabalho com o açaí é a única forma de renda além dos auxílios financeiros pagos pelo Governo Federal, de acordo com Superti, Pegler e Araújo (2018), o que torna evidente a importância dessa cadeia na promoção da inclusão socioeconômica.

Apesar da relevância social da cadeia do açaí, do aspecto estratégico regionalmente e da ampliação da demanda local pela presença de empresas de processamento e exportação do fruto no estado, desde meados dos anos 2000 o mercado do açaí no Amapá não tem sido capaz de garantir às famílias extrativistas, durante toda a safra, o valor mínimo de remuneração estabelecido pelo Governo Federal através da Política de Garantia de Preços Mínimos de Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-BIO)⁶. A tabela a seguir apresenta a dinâmica dos preços pagos aos agroextrativistas de maio de 2018 a maio de 2019 nos cinco estados de maior produção.

Nos três primeiros estados apresentados na Tabela 1, Acre (AC), Amazonas (AM) e Amapá (AP), a variação de preços menor do que a estabelecida pela PGPM-BIO prevaleceu no período, mesmo considerando os quatro meses (setembro a dezembro de 2018) em que o Amazonas não teve registro de preços de comercialização. Já nos dois últimos, Maranhão (MA) e Pará (PA), os preços praticados estiveram com maior constância acima do mínimo. As dinâmicas locais do mercado, a sazonalidade da produção, os problemas de infraestrutura de escoamento e a existência de políticas públicas locais de incentivo à cadeia estão entre os principais fatores que ajudam a explicar esse quadro e suas oscilações.

⁶ Por meio da PGPM-BIO o Governo Federal define o preço mínimo do açaí para comercialização. A definição é feita a partir do levantamento dos custos necessários para a extração e o estudo de mercado. Quando o valor na comercialização fica abaixo do valor mínimo estipulado o Governo Federal garante a subvenção econômica direta ao extrativista.

Tabela 1 – Preço pago ao produtor de açaí de maio de 2018 a maio de 2019 – R\$/kg

UF	AC	AM	AP	MA	PA
maio/19	1,27	1,29	2,55	3,47	4,22
abr/19	1,27	1,45	2,82	3,5	4,08
mar/19	1,27	1,47	1,11	3,25	3,54
fev/19	1,26	1,83	1,21	3,33	3,04
jan/19	1,24	2,11	1,72	3,23	2,58
dez/18	1,25		2,36	3,13	2,19
nov/18	1,24		2,11	3,05	1,84
out/18	1,23		1,67	2,9	1,3
set/18	1,25		1,18	2,85	1,37
ago/18	1,25	1,69	0,74	2,86	1,5
jul/18	1,25	1,91	0,94	2,83	2,55
jun/18	1,29	1,38	1,26	2,83	3,09
maio/18	1,23	1,41	1,49	3	3,3
Preço Mín.	1,63				

Fonte: adaptado de CONAB (2019)

O preço mínimo estabelecido através da PGPM-BIO é importante para balizar e equalizar os preços praticados nos mercados e garantir renda mínima às famílias produtoras. A lei que ampara a política foi criada em 2008, tendo como pano de fundo as discussões ambientais e a pressão por mecanismos e estratégias de proteção aos povos e às comunidades tradicionais. Trata-se de uma subvenção econômica executada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) que complementa os valores pagos ao extrativista quando os preços de produtos abarcados pela PGPM-BIO são comercializados com valores inferiores àqueles estipulados pelo Governo Federal.

Considerando o perfil dos produtores de açaí no Amapá, o significado da cadeia para a inclusão econômica e a sazonalidade da produção que impacta significativamente no preço, principalmente nos meses de maior oferta, a PGPM-BIO tem papel importante na garantia da renda do extrativista. Conforme a Tabela 2, entre os estados subvencionados na região norte nos anos de 2018 e 2019, o Amapá é o que tem o maior número de extrativistas e maior quantidade subvencionada.

Embora o número total de extrativistas cobertos pela subvenção seja muito pequeno quando se considera o número de envolvidos na cadeia, estimado em 500.000 (BRASIL, 2019), ainda assim o volume de produtores amapaenses que acessaram a subvenção é maior do que nos estados do Amazonas (AM) e Acre (AC). No caso do Pará, o valor pago ao produtor na comercialização, segundo a CONAB (2019), é comumente acima do mínimo estabelecido pelo Governo Federal, o que justifica a baixa procura pela subvenção. E, ainda de acordo com a CONAB (2019), o acesso de produtores paraenses se vincula a questões específicas de algumas regiões de difícil acesso. Os produtores dos outros estados da região norte brasileira não receberam valores da política durante os anos citados, assim como o Maranhão, lembrando que esse último não compõe a região norte.

Tabela 2 – Execução do PGPM-BIO para o produto açaí em 2018 e 2019

UF	Atributo	ANO		TOTAL POR UF
		2018	2019	
AC	Quant. Subvencionada (kg)	4.830,00	13.093,81	17.923,81
	Nº de Extrativistas	1	8	9
AM	Quant. Subvencionada (kg)	51.469,00	73.039,53	124.508,53
	Nº de Extrativistas	12	25	37
AP	Quant. Subvencionada (kg)	178.704,67	281.859,03	460.663,70
	Nº de Extrativistas	51	119	170
PA	Quant. Subvencionada (kg)	0	390.744,95	390.744,95
	Nº de Extrativistas	0	157	157
TOTAL ANUAL	Quant. Subvencionada (kg)	235.003,67	758.737,32	
	Nº de Extrativistas	52	309	361

Fonte: SISBIO/CONAB (2020)

Quando avançamos a análise do contexto amapaense com relação ao acesso à política pública de garantia do preço mínimo para o açaí, percebemos que ele não ocorre igualmente entre os municípios produtores. Três são os principais municípios, Macapá (capital do estado), Santana e Mazagão, sendo que os dois últimos compõem a zona metropolitana da capital. Mazagão é o segundo maior produtor de açaí no estado, no entanto, nenhum extrativista se beneficiou da política de garantia de preço mínimo⁷ até o ano de 2019. Mesmo extrativistas que participam de cooperativas ou associações que, temos como hipótese, devem ter documentos necessários e acesso a alguma informação sobre a PGPM-BIO não receberam a subvenção.

Levando em conta que o mercado do açaí em Mazagão segue a mesma dinâmica de preços do estado, que o município é importante produtor de alimentos oriundos da agricultura familiar para o mercado

⁷ Importante lembrar que o acesso à política também pode acontecer por meio da venda coletiva através de associações ou cooperativas, desde que estas atendam todos os requisitos legais. Nesse caso, o valor recebido por meio da PGPM-BIO deve ser distribuído entre os extrativistas, que também precisam ter o cadastro junto à CONAB.

interno e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (LOMBA; FILOCREÃO; SILVA, 2020), cuja participação neste último exige de produtores e suas organizações coletivas documentos e burocracias próximas às da PGPM-BIO, duas questões se colocaram como norteadoras do debate proposto neste artigo: por quais motivos os agroextrativistas de açaí do município de Mazagão, vinculados a organizações coletivas formais e de importante áreas de extração, não se valeram da política de garantia de preços mínimos da biodiversidade para garantir a complementação de sua renda?; e quais são os principais gargalos de acesso para esses agroextrativistas?

A reflexão sobre essas questões conduz ao debate sobre políticas públicas no contexto de populações rurais amazônicas e de aspectos da organização da cadeia produtiva do açaí no Amapá. Para produzir a análise, a metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica, investigação documental, diário de campo sobre as visitas às comunidades, grupos focais e questionário aplicado a agroextrativistas de duas principais áreas de produção no município vinculados à Cooperativa de Extrativistas e Produtores de Mazagão (COOPMAZ) e à Associação de Mulheres Produtoras Agroextrativistas da Foz do Mazagão Velho (AMPAFOZ). A escolha de extrativistas vinculados a organizações coletivas formais foi feita com base na hipótese de que eles teriam melhores condições de acesso à política do ponto de vista do atendimento à documentação exigida e de informações sobre sua existência. Foram realizadas também entrevistas com presidentes da cooperativa e da associação, fiscal da secretaria estadual da fazenda e funcionário da superintendência regional da CONAB no Amapá.

A sistematização e os resultados da investigação estão apresentados nesse artigo e se estruturam em três partes, além desta introdução. Na primeira, apresentamos a política pública de garantia de preço mínimo dos produtos da biodiversidade e o contexto produtivo do município de Mazagão. Passamos, em seguida, para a discussão dos resultados da pesquisa de campo. Por fim, fechamos a análise apontando os desafios para ampliar a inclusão dos extrativistas na PGPM-BIO.

⁸ Gargalos são importantes obstáculos ou pontos de estrangulamento que impedem o acesso dos extrativistas à política de preço mínimo dos produtos da sociobiodiversidade.

A PGPM-BIO E O CONTEXTO PRODUTIVO DO AÇAÍ EM MAZAGÃO (AP)

A perspectiva aqui adotada para a discussão sobre política pública a compreende como o resultado da correlação de múltiplas forças sociais em luta pelo poder de definir custos e benefícios coletivos. Tais forças, para defenderem seus interesses e visão de mundo, se articulam, coligam, confrontam de forma desigual e valendo-se de diferentes instrumentos ao participarem das arenas de disputas que formam o Estado capitalista. Nesta lógica, em uma leitura sintética e nos limites deste artigo, o Estado, para além de sua materialidade institucional fortemente representada no aparato estatal, é, antes, uma rede de relações sociopolítica. Ou melhor, uma rede de relações multidimensionais de poder mais ou menos estruturadas e consolidadas que envolvem de maneira complexa diferentes atores sociais (POULANTZAS, 1990). A acomodação das diferentes forças se dá em arenas cuja existência e regras de participação estão pautadas em mecanismos e formas de dominação e alienação para garantir a manutenção do sistema.

A dinâmica do jogo de forças sociais – grupos de interesse sociais, econômicos e políticos, burocracia estatal, mídia, movimentos sociais, classes sociais, organizações internacionais e demais atores sociais – faz emergir ou consolida problemas públicos na agenda governamental. Além disso, pressionam pelo reconhecimento e viabilização de meios e estratégias para produzir uma diretriz intencional que promova o enfrentamento desses problemas, mobilizando mecanismos e recursos dos governos e outros organismos e organizações (SECCHI, 2010; BONETTI, 2012; SUPERTI, 2011). Estes dois elementos, problema público e diretriz intencional, formam o fenômeno que delimitamos como política pública e são forjados nas ações coletivas de caráter sociopolítico. As políticas públicas não estão, portanto, apartadas das lutas sociais, pelo contrário, elas estão na base do seu estabelecimento.

Contudo, é preciso reconhecer que a política pública tem, também, a capacidade de reestruturar os conflitos, redimensionar as forças em enfrentamento e as coalizões. Ou seja, de redefinir o jogo de forças do qual ela é resultado, principalmente quando se considera que sua construção não se dá de forma linear e por etapas rigorosamente racionais de organização. Portanto, o jogo político

tanto determina a política pública como é por ela determinado. O texto clássico de Theodore J. Lowi (1972), ao propor que “policies determine politics”, provocou uma guinada importante na relação causal definida pela ciência política tradicional, em que a política pública era apenas resultado da política. O que lançou luz para a relação de mútua determinação entre ambas.

Essa mútua determinação que nos aponta Lowi (1972) se dá por que no cerne da elaboração de políticas públicas está a luta pelo poder e pela distribuição de recursos, típicas da política (SOUZA, 2006). A política pública distribui custos e benefícios, utiliza recursos coletivos e é gerada a partir do jogo político na mesma medida em que é capaz de redefinir esse jogo atendendo interesses por vezes contraditórios e acomodados na ordem institucional.

No âmbito do Estado, o operacionalizador da política pública são os governos. O governo representa a agregação de propostas, projetos e concepções de mundo de uma parte da sociedade que, de forma relativamente articulada, propõe ao conjunto social um programa para o desempenho das funções do Estado em um determinado período (HOLFING, 2001). É o governo, então, que, ao exercer as funções de Estado, executa as políticas públicas. Por isso autores importantes (LYNN, 1980; PETERS, 1986; DYE, 1984; MEAD, 1995) apontaram que o debate sobre políticas públicas exigia a análise do “governo em ação”. A vertente ideológica ou o ideário político do governo influencia o fortalecimento ou o enfraquecimento das forças sociais nas arenas e seu escopo democrático ou autoritário o torna mais ou menos sensível às demandas sociais. Sendo, inclusive, capaz de estabelecer novos espaços ou arenas para as correlações de força e acomodação das disputas.

A formulação da PGPM-BIO está relacionada a esse movimento de abertura de novas arenas e acomodação de forças, quando nos anos 2000 o governo, sob pressão, abriu espaço institucional para acomodar demandas da agricultura familiar criando o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)⁹. Essas demandas uniam grupos e movimentos sociais que se organizavam no cenário democrático, somavam forças com o Movimento Sem Terra (MST) na luta por reconhecimento e atendimento de suas necessidades. O MDA passou a dividir com o Ministério de

9 O MDA foi transformado em 2016, no governo de Michel Temer, em Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD).

Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) as pautas das políticas agrícolas brasileiras. A Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM) não era uma novidade. Criada em 1943 com o objetivo de amparar a produção de grãos do país e evitar grandes oscilações nos preços dos principais produtos agrícolas, a PGPM constava no rol das ações dos governos para o fomento e proteção do agronegócio brasileiro, principalmente exportador. A agricultura familiar, historicamente, era a menos favorecida nessas ações.

Segundo Schwantes e Bacha (2019), o Governo Federal centralizava toda a política agrícola no MAPA até a criação do MDA. O novo ministério representou uma mudança institucional importante, pois, cada um “defendia políticas específicas para grupos de interesse distintos, a saber: o primeiro (MAPA), a agricultura patronal e comercial; e o segundo (MDA), a agricultura familiar” (SCHWANTES; BACHA, 2019, p 32). Com o MDA, a agricultura familiar passou a ser incluída nas políticas públicas subvencionadas como a PGPM.

Contudo, foi com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao Governo Federal, a partir de 2003 e no contexto de avanço e organização democrática dos movimentos e lutas por políticas sociais no campo que o MDA ganhou força como arena decisória de políticas públicas e em volume de recursos. A criação de novas entidades representativas – como a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF-BRASIL), em 2004; a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), em 2005; e a Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer), em 2011 – somou força e capacidade de pressão com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), criada em 1964 (SCHWANTES; BACHA, 2019), para buscar garantir que os pleitos da agricultura familiar fossem entendidos como problemas públicos e entrassem para a agenda governamental. A pressão alcançou também o Congresso, onde se instaurou a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Agricultura Familiar, com o objetivo de mobilizar esforços em favor dos pequenos produtores.

Nesse mesmo contexto de pressão democrática pela ampliação da presença de forças sociais historicamente menos favorecidas nas arenas de disputas políticas, outros movimentos também adensavam sua

participação. Entre eles, organizações não governamentais (ONGs) e ambientalistas que assumiam o discurso do desenvolvimento sustentável, fortemente amparados nos acordos firmados nas conferências globais sobre o clima, e extrativistas, que colocavam em pauta a violência que marcava a luta pela preservação das florestas e as dificuldades de sobrevivência das comunidades tradicionais. Ambos buscavam abrir espaço na agenda para discussões sobre políticas públicas que combinassem estratégias de uso sustentável das florestas e preservação do modo de vida das populações tradicionais.

A conjunção dos esforços dos múltiplos movimentos e organizações levou a um intenso debate do qual participaram, além dos próprios movimentos e organizações, técnicos e burocratas do MDA, do Ministério do Desenvolvimento Sustentável (MDS), do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e outros entre os anos de 2007 e 2008. O resultado foi a elaboração do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB)¹⁰. É no bojo desse plano que a política de garantia de preços mínimos da sociobiodiversidade foi estruturada como o objetivo de “reduzir variações na renda dos extrativistas e apoiar a valorização de seus produtos. Estes, por sua vez, utilizando seus métodos de exploração tradicionais, de baixo impacto ambiental, contribuem para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais” (VIANA, 2015, p. 7).

A PGPM-BIO atende, assim, a uma dupla demanda: simultaneamente, apoia o extrativismo vegetal não madeireiro e estimula o uso sustentável das florestas. Sua execução ocorre por meio da Subvenção Direta ao Produtor Extrativista (SDPE), operacionalizada pela CONAB. A SDPE é o valor para pago ao produtor extrativista que comprovar ter vendido produto nativo – que consta no rol dos produtos subvencionados¹¹ pela PGPM-BIO - abaixo do preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal. A comprovação deve ser feita por meio de notas fiscais. Assim, é garantido ao produtor uma renda mínima

¹⁰ Posteriormente o PNPSB foi absorvido pela Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO - Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012), cujos instrumentos são o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) e o Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (Planafe - Portaria Interministerial nº 380, de dezembro de 2015, assinada pelo MMA, MDA e MDS).

¹¹ Os dezessete produtos extrativistas inseridos na pauta da PGPM-BIO são: açaí, andiroba, babaçu, baru, borracha extrativa, buriti, cacau extrativo, castanha do brasil, carnaúba, juçara, macaúba, mangaba, murumuru, pequi, piaçava, pinhão e umbu (BRASIL, 2019).

por sua produção, estimulando-o, ao menos no curto e médio prazo, a continuar ofertando o produto (CONAB, 2018).

Segundo Souza, a subvenção interfere no mercado, “incentivando a oferta mesmo que os preços pagos aos produtores estejam abaixo do mínimo estabelecido pelo Governo Federal, pois o produtor consegue o complemento desse valor, fazendo com que o preço real recebido seja o preço mínimo” (SOUZA, 2018, p. 50). Assim, o Estado, por meio da PGPM-BIO, faz transferência de renda ao assegurar que o extrativista receba o complemento.

Esse modelo de política pública, quando observada a tipologia de Lowi¹² (1964), se encaixa na categoria de políticas distributivas que geram benefícios concentrados para determinados grupos de atores e custos difusos para toda a coletividade. Esses custos se justificariam pela dimensão ambiental, na medida em que a política estimularia as comunidades extrativistas a manterem seu modo de vida tradicional e o manejo sustentável dos recursos da floresta, conservando-a ao invés de provocar o desflorestamento pela agricultura tradicional ou outras formas de exploração que causam degradação

Vale observar, porém, que a PGPM-BIO não garante lucro aos produtores, mas apenas permite assegurar renda mínima, motivando-os a manter a atividade (SOUZA, 2018). Além disso, a SDPE tem limite para os produtores. Em 2018, o limite era de até R\$ 3.000/DAP¹³ para cada produto subvencionado (CONAB, 2018).

Porém, mesmo com o limite para a subvenção, a PGPM-BIO tem impacto muito significativo na renda do extrativista. A título de exemplo, segundo Brasil (2019), considerando os dezessete produtos subvencionados e todos os extrativistas que receberam SDPE em 2018, o peso da subvenção foi, em média, 53% da renda do produtor. Ou seja, mais da metade da renda dos produtores naquele ano foi assegurada pela política. Especificamente com relação à produção do açaí no Amapá, a Tabela 3 demonstra o percentual do complemento da renda do produtor em 2018.

12. A tipologia de Lowi baseia-se no critério de “impacto esperado na sociedade” (LOWI, 1964, p. 689) e se divide em quatro tipos de políticas públicas: políticas regulatórias; políticas distributivas; políticas redistributivas; e políticas constitutivas.

13 Declaração de Aptidão para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Tabela 3 – Receita média do produtor de açaí que recebeu a SDPE no Amapá em 2018.

Produto	Receita Média Anual do Produtor				N. Extrativista	
	Venda		Subvenção			Total
Açaí	R\$3.171,16	57%	R\$2.435,26	43%	R\$5.606,42	51

Fonte: adaptado de Brasil (2019)

Embora um pouco abaixo da média nacional, a complementação pela PGPM-BIO no ano de 2018 foi representativa, principalmente quando tratamos de produtores de baixa renda. Esse percentual indica a importância da subvenção para a garantia da sobrevivência das famílias extrativistas.

Para poder acessar a subvenção direta, o produtor extrativista¹⁴ precisa atender a requisitos burocráticos, como ter os documentos de Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física (CPF) e conta bancária. Ter também a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP/PRONAF), que identifica o produtor, a mão de obra familiar e sua área territorial de trabalho, que não necessariamente precisa estar sobre sua propriedade¹⁵. A DAP pode ser feita junto a sindicatos de trabalhadores rurais, órgãos estaduais de assistência e extensão rural ou outras entidades credenciadas.

14 Os produtores podem ser agricultores familiares, silvicultores, aquícultores, extrativistas, agroextrativistas, pescadores artesanais, povos indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de povos tradicionais.

15 Para ter acesso à DAP o agricultor ou extrativista deve atender aos seguintes requisitos: explorar parcela de terra na condição de proprietário, possessor, arrendatário, parceiro ou concessionário da Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA); residir na propriedade ou em local próximo; não dispor, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais; e ter predominantemente, a presença do trabalho familiar dentro do empreendimento familiar, eventualmente se valendo do trabalho assalariado (até dois empregados).

De posse desses documentos, é necessário fazer o cadastro no sistema da CONAB (SICAN) presencialmente no posto de atendimento ou pela internet. As associações e cooperativas de produtores também podem apoiar, pela internet, fazendo o cadastro e auxiliando no envio da documentação com autorização formal do produtor. Para fazer o cadastro é preciso ter um endereço eletrônico (e-mail) e saber operá-lo para receber links e senhas. Finalmente, ao comercializar seus produtos, o extrativista deve ter as notas fiscais de saída (venda) quando ele as emite ou de entrada (compra) quando o comprador as emite e preencher o documento de solicitação da SDPE. No Amapá e Pará, o açaí como produto nativo de origem vegetal é isento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)16. O envio das notas e do pedido de subvenção é feito pela internet.

Comprovado pela nota fiscal que a comercialização foi realizada abaixo do preço mínimo e atendida as exigências documentais, o valor da subvenção é depositado na conta bancária do produtor. Todos esses procedimentos são detalhados pela CONAB em seus meios de divulgação, que vão de cartazes e cartilhas ilustradas a conteúdos digitais e vídeos. Eles são utilizados nas ações de capacitação junto a cooperativas e associações de extrativistas, contudo, os procedimentos para acessar a PGPM-BIO foram considerados como “muito difíceis” pelos extrativistas17. Viana (2015) encontrou resposta semelhante junto a organizações extrativistas em análise sobre o alcance da política de preço mínimo aos produtos da sociobiodiversidade em 2015.

A resposta dos extrativistas quanto ao grau de dificuldade para cumprir os procedimentos em parte se explica pelo contexto socioeconômico do município em que vivem e produzem. Segundo o IBGE (2018), a população estimada de Mazagão em 2018 era de 21.125 habitantes. O município contava com a menor taxa de ocupação formal da população em todo o estado, apenas 4% ou 845 pessoas. Dentre esses trabalhadores formais, o salário médio mensal era de dois salários mínimos. A renda mensal de 48,02%

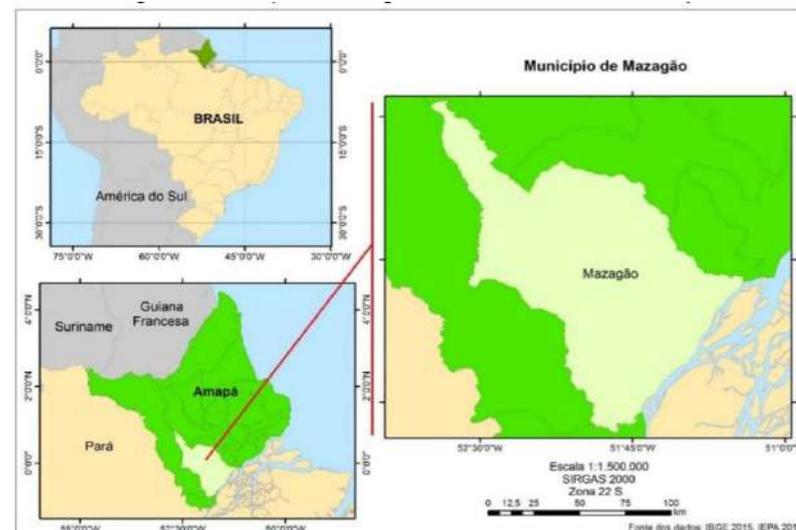
16 O Convênio ICMS 58/05 do Conselho Nacional de Política Fazendária concedeu aos estados do Amapá e Amazonas a isenção do ICMS nas operações internas com produtos nativos de origem vegetal, entre eles o açaí.

17 A resposta que qualificou como “muito difícil” cumprir todos os procedimentos exigidos para acessar a PGPM-BIO foi dada por todos os extrativistas que declaram conhecer a política.

dos domicílios era de até meio salário mínimo por pessoa. Os esgotamentos sanitários atendiam somente 5,6% das residências no núcleo urbano, onde apenas 0,6% das vias possuíam urbanização adequada, de acordo com critérios do IBGE (2018). A situação de precariedade da infraestrutura urbana se reflete também na qualidade da internet disponível. A CONAB não tem posto de atendimento em Mazagão, o único endereço de atendimento da companhia é na capital Macapá, distante 33,7 Km por rodovia pavimentada.

O município tem três distritos, Mazagão Novo (sede), Carvão do Mazagão e Mazagão Velho e 44% de seu território são unidades de conservação, todas consideradas de uso sustentável: Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), do rio Iratapuru; Reserva Extrativista (RESEX), do rio Cajari; e Floresta Estadual do Amapá (FLOTA). Conta, ainda, com uma pequena parcela de terras indígenas Waiápi (MELO, 2017).

Figura 1 – Localização de Mazagão



Fonte: MELO (2017)

Assim como em muitas pequenas cidades amazônicas, parte significativa da renda vem da agricultura familiar e das atividades

extrativas. Em Mazagão são 51 comunidades rurais, ribeirinhas, agroextrativistas e assentados da reforma agrária. Entre estes últimos, destacam-se três Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAEs), sendo dois – PAE do Maracá e PAE da Foz do Mazagão Velho – situados nas principais áreas de extração do açaí (MELO, 2017). A quantidade e o valor de produção dos três maiores produtores nos anos de 2018 e 2019 podem ser vistos na Tabela 4.

Tabela 4 – Quantidade e valor de produção dos três maiores produtores de açaí no Amapá

Município	2018	
	Quantidade (toneladas)	Valor
Macapá	698	R\$1.292.000,00
Mazagão	522	R\$992.000,00
Santana	401	R\$722.000,00

Município	2019	
	Quantidade (toneladas)	Valor
Macapá	735	R\$1.396.000,00
Mazagão	581	R\$1.219.000,00
Santana	421	R\$799.000,00

Fonte: IBGE (2020)

As duas principais regiões produtoras de açaí, Foz do Mazagão Velho e Maracá, são planícies úmidas ou alagadas, nas proximidades dos rios Mazagão Velho e Maracá-Pucu, que desaguam no Amazonas. O trabalho de colheita de açaí envolve toda a família que adentra a floresta até os açazais. Desde cedo, jovens aprendem a técnica da peconha, que consiste no uso de cipó ou tira que circunda os pés, aumentando o atrito e facilitando a subida na palmeira. É um trabalho que exige habilidade e esforço físico e apresenta elevada periculosidade. Em regra, a subida fica a cargo dos meninos e adultos jovens – vem aumentando consideravelmente o número de meninas e mulheres que desempenham

essa fase da extração – e no solo ficam mulheres e homens mais velhos, e por vezes as crianças, com a missão de debulhar os frutos sobre lonas, colocar em paneiros (cestos) e ajudar no transporte. Em uma jornada, a família extrativista chega a coletar aproximadamente 180 kg (SUPERTI et al., 2018).

As famílias extrativistas moram nessas localidades em comunidades ribeirinhas com pouca infraestrutura e precários serviços públicos desde os mais básicos, como energia elétrica e água tratada. O acesso à internet nas duas regiões é instável e por vezes inexistente. O deslocamento para realizar o trabalho de coleta e escoamento acontece, via de regra, pelos rios. A comercialização da produção é comumente feita em frente às casas ou em espaços específicos nas comunidades e com atravessadores de confiança (pequenos empreendedores informais) que revendem o fruto nas feiras em Macapá e Santana. Com menor frequência, fazem vendas coletivas pelas cooperativas ou associações. A ida aos centros urbanos ocorre mensalmente para atendimentos de saúde, compra de provimentos, visita a familiares e resolução de questões burocráticas, mas, de forma ordinária, a família extrativista vive na comunidade (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Alcançar essas populações é um desafio para as políticas públicas, as exigências de uso da internet e de meios eletrônicos de comunicação não correspondem à realidade cotidiana das famílias ribeirinhas. Ademais, burocracias como retirada de notas fiscais, preenchimento de formulários e cadastros que são comuns para produtores e comerciantes urbanos afeitos a esses expedientes, não são parte do fazer ordinário do extrativista e exigem um esforço que por vezes não depende apenas da vontade, mas de condições objetivas, como deslocamentos, conhecimentos específicos, equipamentos de informática e acesso à internet.

OS DESAFIOS PARA O ACESSO A PGPM-BIO

RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

O contexto socioeconômico e as condições de produção do açaí em Mazagão nos apontam alguns elementos para compreender o não acesso dos extrativistas individualmente à PGPM-BIO. Foi, porém, com a pesquisa de campo que se pôde entender com mais profundidade, sob a perspectiva dos respondentes, a motivação e os gargalos.

A pesquisa de campo foi realizada no período de novembro e dezembro de 2018, junto aos produtores da região do Maracá ligados à COOPMAZ18 e em outubro de 2019 com extrativistas da AMPAFOZ. A escolha dessas duas organizações se deu pela necessidade de obter informações de produtores das duas principais regiões de extração no município e pela facilidade de, através das organizações, contactar extrativistas quando da realização de suas reuniões. A escolha considerou, ainda, a hipótese de que extrativistas participantes de organizações coletivas formais tenderiam a ter informação sobre a PGPM-BIO e a estar aptos documentalmente para acessar a política pública. Ao todo foram 27 extrativistas que aceitaram aleatoriamente responder o questionário com questões abertas e fechadas, sem serem identificados. Destes, oito eram vinculados à COOPMAZ19 e dezenove à AMPAFOZ20, uma amostra de 30% do total de associados ou cooperados de cada organização, feito o arredondamento. O objetivo do questionário e dos grupos focais foi identificar, sob a perspectiva dos beneficiários da política, os motivos de não acessarem a subvenção. Foram organizados, ainda, diários de campo sobre as visitas de observação às comunidades, realizadas nos mesmos períodos indicados. Os presidentes da COOPMAZ e da AMPAFOZ também foram ouvidos em entrevistas semiestruturadas,

18 Ver: MACHADO, Uzian P. Políticas públicas de fomento à cadeia do açaí: subvenções estatais e a distribuição de renda em uma dinâmica econômica de fronteira. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos de Fronteira). Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2019.

19 A COOPMAZ contava, na época da aplicação dos questionários, com 28 extrativistas entre os cooperados.

20 A AMPAFOZ tinha 62 mulheres extrativistas associadas no período de aplicação dos questionários.

assim como o funcionário do Posto Fiscal do Trevo da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ)²¹ – e servidor da Superintendência da Regional da CONAB no Amapá. Essas últimas entrevistas tinham a finalidade de complementar as informações, abordar aspectos institucionais e ajudar a mapear os gargalos.

A cooperativa e a associação não compõem o recorte principal de pesquisa proposto nesta análise, centrada nos extrativistas. Contudo, considerando que as organizações podem auxiliar os produtores a receber a subvenção e que seus presidentes eram também extrativistas e exerciam liderança local, suas falas são importantes para compreender aspectos da organização coletiva e suas dificuldades mais gerais.

Segundo o presidente da COOPMAZ, a cooperativa não tinha, ainda, toda a documentação para o cadastro junto à CONAB e era grande a burocracia exigida. Informou que desconhecia a PGPM-BIO como uma subvenção ao produtor e que acreditava que no Maracá quase ninguém a conhecia. Ele não sabia, também, que a cooperativa podia apoiar os extrativistas para individualmente receber a SDPE ou de forma coletiva através da venda com nota fiscal organizada pela cooperativa. Afirmou conhecer as políticas do PRONAF de crédito aos produtores mas, mesmo com relação a essas, ele tinha dúvidas. Frisou que os extrativistas do Maracá estavam se organizando na cooperativa justamente para conseguir apoio para a produção, ter acesso às políticas e que o escoamento era a principal dificuldade relacionada ao trabalho com o açaí. De acordo com ele, os produtores realizavam a maior parte de suas vendas individualmente a atravessadores (ENTREVISTA DE CAMPO, 2018).

A presidente da AMPAFOZ explicou que a associação surgiu do esforço das mulheres da comunidade que não tinham voz na antiga associação de moradores e da necessidade de melhorar as condições de vida de suas famílias. A empresa exportadora de açaí que atua no estado também foi um estímulo, pois a existência da associação era um pré-requisito para que conseguissem firmar acordos comerciais e viabilizar que a empresa construísse uma escola na comunidade, o que se realizou. Posteriormente, a associação passou a organizar, também, vendas coletivas a órgãos públicos. A presidente informou que a associação tem toda a documentação exigida para cadastro na CONAB. Declarou conhecer

21 Este posto fiscal é o ponto de atendimento da SEFAZ mais próximo de Mazagão para a emissão de nota fiscal. Ele está localizado na Rodovia Duca Serra, km 12, no município de Santana/AP.

a PGPM-BIO e ter uma “noção” dos procedimentos necessários para receber a subvenção, disse que outras associadas também conhecem, mas acreditava que ninguém tinha feito cadastro. Segundo ela, o funcionário da empresa de exportação que faz o acompanhamento das produtoras falou em uma reunião sobre a política de preço mínimo e fez isso para explicar onde a empresa se baseava para definir o preço de compra. A associação nunca acessou a subvenção porque suas vendas eram sempre pelo preço mínimo (empresa exportadora) ou acima (poder público). Para além das vendas coletivas, segundo ela, cada associada vendia sua produção individualmente e comumente para um atravessador morador da comunidade. Quando perguntada sobre o apoio ao extrativista para acessar a PGPM-BIO individualmente, ela disse que a associação conta com o trabalho das mulheres associadas, que não tinham nem estrutura (computador, internet) nem gente com conhecimento para esse trabalho. Assim como o presidente da COOPMAZ, ela ressaltou que a principal dificuldade ligada à produção do açaí era o escoamento (ENTREVISTA DE CAMPO, 2019).

Ambos os presidentes afirmaram que não haviam sido procurados ou procuraram a CONAB para fazer as capacitações ou receber material informativo sobre as políticas. Disseram, ainda, que as capacitações ocorridas em suas comunidades foram sobre o manejo do açaí. Eles apontaram que seria “muito importante” para os extrativistas fazer as capacitações sobre as políticas e os procedimentos para acessá-las. Mas, ressaltou a presidente da AMPAFOZ, “(...) fazer com quem conhece o que é o trabalho do açaí aqui, na comunidade, e do jeito que a gente fala” (ENTREVISTA DE CAMPO, 2019) indicando que tanto a mensagem quanto o mensageiro precisam ter relação com o modo de vida e trabalho dos produtores.

Da aplicação do questionário, constatou-se que todos os respondentes haviam realizado vendas abaixo do preço mínimo nos anos em que foram feitos os levantamentos. E que a SDPE não foi recebida pelos respondentes. Identificou-se que a maioria possuía os documentos pessoais necessários para fazer o cadastro junto à CONAB. Do total de 27 entrevistados, 26 tinham os documentos CPF e Carteira de Identidade.

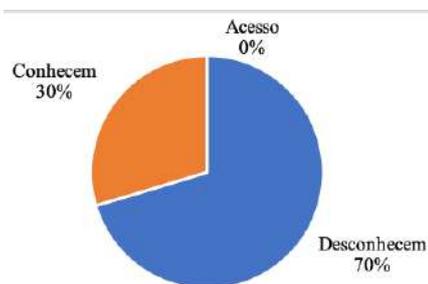
Com relação à Declaração de Aptidão ao PRONAF, parte representativa dos extrativistas (20) participavam de vendas ao poder público que exigia essa declaração. Desse modo, a DAP era conhecida

por todos e vinte produtores declararam possuí-la dentro da validade. Segundo relatório de 2019 do Portal Brasileiro de Dados Abertos (2019), Mazagão era o município com maior número de DAPs ativas (2.522) do Estado do Amapá. O grande número de produtores com documentação pessoal e DAP confirmou a hipótese de que extrativistas vinculados a organizações coletivas formais atenderiam essas exigências. Esse recorte difere do encontrado por Viana (2015), que em uma análise de abrangência nacional sobre o alcance da PGPM-BIO identificou a DAP e os documentos pessoais como um gargalo para os acesso à subvenção pelos extrativistas; e também de Lomba, Filocreão e Silva (2020), que apontaram ser a DAP um limitante para os agricultores familiares e extrativistas acessarem políticas públicas no Amapá.

Outras duas exigências para o cadastro eram o e-mail e a conta bancária. Esta última era também comum entre os extrativistas, 21 deles tinham conta ou poupança, muitos em função do recebimento de benefícios do governo estadual ou federal. O e-mail, entretanto, não era tão comum, apenas três produtores declaram usá-lo, treze não conheciam e onze sabiam o que era, mas não tinham. Quanto ao acesso à internet, necessário para fazer o cadastro e realizar o envio de documentação, todos foram unânimes em dizer que o funcionamento é irregular e somente em alguns pontos da comunidade para quem tem celular e chip de operadoras específicas de telefonia móvel. Mesmo assim serve apenas para enviar e receber mensagens de WhatsApp. Como esperado, o uso de meios eletrônicos para acesso às informações e procedimentos em áreas sem infraestrutura adequada de internet são um gargalo para que o beneficiário de políticas públicas possa acessar seu direito.

O questionário permitiu, também, aferir o conhecimento sobre a existência da PGPM-BIO entre os respondentes. O Gráfico 1 mostra que a grande maioria, dezenove entre os 27 participantes, desconheciam a existência da política.

Gráfico 1 – Conhecimento sobre a existência da PGPM-BIO



Fonte: pesquisa de campo (2019)

Dentre os oito que a conheciam, dois eram vinculados à COOPMAZ e as outras seis à AMPAFOZ. Apenas um dos extrativistas conhecia alguém que havia recebido a subvenção. Mesmo estes que sabiam sobre a política, quando perguntados acerca do conhecimento sobre os procedimentos necessários para acessá-la, quatro deles classificaram como “muito pouco” e três como “pouco”. Apenas um declarou ter “bom” conhecimento dos procedimentos. As extrativistas da AMPAFOZ tomaram ciência da política pela reunião com o funcionário da empresa de exportação, como já relatado pela presidente da associação, mas não tentaram realizar o cadastro junto à CONAB. Elas não conheciam produtores que receberam a subvenção. Já os vinculados à COOPMAZ, um participou de reunião em outra cooperativa em Macapá em que técnicos falaram sobre a política de preço mínimo, ele não conhecia quem tivesse recebido a SDPE. O outro sabia da política por intermédio de amigos de outra comunidade situada em Macapá que haviam recebido a subvenção e o estimularam a fazer o cadastro. Mas ele não chegou a fazer o pedido da subvenção. Os conhecimentos dos extrativistas sobre a política confirmou parcialmente a nossa hipótese de seleção dos respondentes do questionário, uma vez que a grande maioria não conhecia da PGPM-BIO, mas entre os que dela tinham ciência, a maioria foi por meio de organização formal.

Aos produtores que sabiam da existência da PGPM-BIO foi lembrado os procedimentos que eram necessários para receber a subvenção e pedido que eles apontassem até quatro motivos pelos quais eles não se interessaram ou não tentaram recebê-la. As respostas,

considerando a maior constância, foram nessa ordem: a) não emitem notas fiscais na venda individual ao atravessador; b) não tinham acesso à internet e/ou equipamentos de informática; c) acreditavam que o valor a ser recebido não compensaria os gastos; e d) burocracia. Para detalhar o item c, foi pedido a eles que indicassem quais seriam os gastos por ordem de importância. Dois foram os mais presentes nas respostas: impostos na emissão de notas fiscais e deslocamentos. O mesmo foi pedido com relação ao item d, mas sem o critério de importância e com opções pré-definidas. As respostas com mais constância foram: envio de documentos pela internet, preenchimento de formulários, usar e-mail e cadastro.

Aos demais respondentes que desconheciam a PGPM-BIO foi perguntado se eles emitiam notas quando realizavam vendas individuais aos atravessadores e todos responderam que não. As notas só eram retiradas quando a venda era feita ao poder público, dada a exigência. Vale ressaltar que a venda aos atravessadores corresponde, segundo o total dos respondentes, a mais da metade do total comercializado durante a safra. A maioria dos entrevistados (dezessete dos dezenove) que não conhecia a política também declarou acreditar que a emissão da nota fiscal para a venda individual exigiria pagamento de impostos.

Para cruzar as informações sobre a emissão de notas e seus custos foi realizada a entrevista com o funcionário do posto fiscal da SEFAZ. Ele confirmou que é incomum a emissão de notas para a venda individual de produtores de açaí. Apontou que normalmente são os presidentes de associações que procuram o posto quando fazem a venda coletiva para órgãos públicos. Segundo ele, a nota pode ser emitida pela internet, mas considerando a dificuldade de acesso e o preenchimento, eles optam por se deslocarem até o posto para a emissão. Ressaltou que não há cobrança de nenhum imposto ou taxa sobre o extrativismo de açaí no estado. Quando perguntado se a SEFAZ organiza capacitações ou treinamentos aos produtores sobre como emitirem as notas e sobre os impostos, ele afirmou que desconhece qualquer ação desse tipo na secretaria e que os produtores têm muitas dúvidas.

Para além da crença no custo em impostos, a questão da não emissão de nota fiscal na venda individual ao atravessador está, também, relacionada com a organização do extrativista e da governança existente na base da cadeia produtiva, como demonstram Superti, Pegler, e Araújo

(2018). O açaí in natura parece muito rapidamente, ele tem que ser vendido em no máximo 24h depois da extração e o mais comum é que a colheita aconteça pela manhã e a venda até o final da tarde (PESQUISA DE CAMPO, 2019). Via de regra, o produtor e sua família, depois do trabalho de extração, não fazem registros da produção (quanto foi colhido em cada dia de trabalho, horas trabalhadas, quantidade vendida, valor recebido, dados do comprador) que lhe permita ter mais controle e fazer notas fiscais posteriormente. As vendas são informais e diretamente ao atravessador, que tende a ser o mesmo por várias safras seguida e que vai até as comunidades. Esse último não é apenas o comprador do produto, mas uma pessoa próxima ao produtor e em quem ele confia e lhe traz informações sobre o mercado (preços, qualidade, previsão de colheita em outras comunidades) e presta pequenos favores como deslocamento de familiares, adiantamento de valores, transporte de mercadorias e estabelece com a família extrativista laços de amizade.

Trata-se de um empreendedor informal que, quando não é morador, visita com frequência a comunidade onde compra o açaí e fecha com os extrativistas acordos informais de compra antecipada com base em quantidades. Os preços são estabelecidos na hora da entrega da produção pelo atravessador conforme valor de mercado. O atravessador tem, assim, uma relação de proximidade com os produtores, que via de regra reconhecem e cumprem o acordo de venda, mesmo quando existem outras possibilidades de comercialização por maior valor (ARAUJO, 2016). Segundo Barney (2002), esse modelo de governança é classificado como relacional e baseado na informalidade estabelecida pelo relacionamento de confiança, amizade, e boa-fé entre os agentes. A emissão da nota fiscal exigiria que os extrativistas fossem treinados para fazer o controle de sua produção e que assumissem como prática a formalização do ato da venda, alterando aspectos que constituem o modelo de governança tradicionalmente estabelecido.

Esse modelo de governança aponta que laços de confiança e proximidade são importantes para a tomada de decisão dos extrativistas. Vale lembrar que o único extrativista do grupo respondente que chegou a fazer o cadastro da CONAB foi aquele que tomou ciência dela por amigos também extrativistas. Isso sinaliza que a rede de contatos de comercialização e entre as comunidades, que é uma das formas que os produtores se valem para obter informações de pessoas em quem

confiam, tem importância no processo de divulgação da política de preço mínimo e na decisão de empenhar esforços para acessá-la. Contudo, pelo resultado deste levantamento, a PGPM-BIO está pouco difundida nessa rede, provavelmente pelo diminuto número de produtores que receberam valores por meio da referida política.

Outro elemento importante da não emissão da nota fiscal está relacionado ao item c da resposta dos extrativistas e diz respeito ao custo que ela geraria em impostos. Essa é uma interpretação equivocada e muito presente entre os respondentes da pesquisa. A atividade extrativa de açaí no Amapá é isenta da cobrança de impostos, tanto do ICMS, como já apontado, como de qualquer outro tipo de imposto e tem isenção da taxa de emissão. Também não há necessidade de agendamento para o atendimento. Contudo, os custos de deslocamento são reais, uma vez que a precariedade da internet nas comunidades rurais impede que esse meio possa ser utilizado.

Em entrevista, o servidor da Superintendência Regional da CONAB no Amapá afirmou que a necessidade de mais capacitações e divulgação da PGPM-BIO é um problema conhecido e que o enfrentamento será organizado somando esforços com outros órgãos e com a equipe de extensão rural do estado, que tem maior penetração junto às comunidades rurais. Porém, segundo ele, “o grande obstáculo é a informalidade da cadeia”, que a capacitação por si só não vai resolver. A saída, na sua opinião, seria estimular e dotar as associações e cooperativas de condições mínimas para assistir os produtores e promover as vendas formais também aos atravessadores, mas isso ultrapassa o que a companhia tem condições de fazer.

Quando perguntado sobre o uso da internet como meio de acesso à política de preço mínimo, disse que não seria possível ter postos de atendimento em todos os municípios dados os custos e que o uso da internet seria uma opção ao atendimento presencial. Mas ele reconhece que a infraestrutura do estado é precária. Apontou que o acesso à internet seria uma das condições mínimas que as entidades coletivas dos produtores deveriam ter.

Com relação à burocracia que envolve os procedimentos para receber a SDPE, disse que essa é uma queixa constante dos produtores. Apontou que são necessários procedimentos mínimos para assegurar que o recebimento seja feito por quem tem direito e dentro das regras, principalmente considerando a limitação dos recursos alocados na

execução da política. Sinalizou, porém, que aqueles que definem as regras e procedimentos “nem sempre estão aqui no dia a dia e conhecem a realidade das comunidades” e que “formas mais simplificadas, como o uso do WhatsApp”, poderiam ajudar. Para ele, “mudar isso não é simples, a companhia, como todo serviço público, tem suas burocracias e o ministério também”.

A fala do servidor da CONAB nos aponta que o processo de implementação e execução da política de preço mínimo envolve níveis hierárquicos de decisão em uma lógica “top down”, ou seja, de cima para baixo. Isso dificulta a reelaboração das regras e estratégias para o acesso e exigem um esforço maior dos que são responsáveis por fazer chegar a política pública até os beneficiários.

Sistematizando os dados colhidos na pesquisa foi possível compor o Quadro 1 a seguir. Na coluna “Motivos” estão os principais elementos relacionados à motivação indicada pelos extrativistas que tinham ciência da PGPM-BIO e também aquelas depreendidas das respostas dos demais respondentes e entrevistados. Na coluna “Gargalos” estão os elementos estruturais, estratégias e meios que envolvem a execução da política e o funcionamento da cadeia que geram dificuldades no acesso à SDPE. Na “Correlação” buscou-se apontar a relação entre motivos e gargalos e suas interrelações.

Quadro 1 – Motivos, correlação e gargalos

MOTIVOS		CORRELAÇÃO	GARGALOS
Informação	Desinformação quanto à existência da PGPM-BIO.		Divulgação e capacitações
	Informação equivocada sobre impostos na emissão de notas fiscais.		
	Informação sobre recebimento da SDPE pouco difundida na rede de comercialização e contato entre comunidades extrativistas		
	Pouca informação sobre as exigências e os procedimentos de acesso à política.		

Nota fiscal	Ausência de emissão de notas fiscais na venda individual ao atravessador.	Informalidade da cadeia produtiva	Governança relacional prevalente na cadeia. Falta de controle da produção pelos extrativistas. Não atuação das organizações coletivas formais nas vendas aos atravessadores
	Custo para realizar os procedimentos de acesso à PGPM-BIO e falta de acesso à internet e equipamentos de informática		Infraestrutura de Internet e Inclusão digital
	Burocracia (envio de documentos pela internet, preenchimento de formulários, usar e-mail e cadastro)	Uso de meios que não condizem com a realidade dos produtores.	

Fonte: pesquisa de campo (2019)

Apesar do recorte específico da pesquisa, seus resultados ajudam a compreender o cenário que produz o não acesso dos extrativistas à subvenção. Entre os motivos, o item “informação” chama a atenção e coloca em evidência a pequena penetração da política pública entre esses beneficiários. Aponta, também, que informações equivocadas sobre impostos vinculados à nota fiscal criam falsas dificuldades e desestímulo entre os extrativistas. Quanto aos gargalos, a informalidade da cadeia e a infraestrutura de internet e inclusão digital são os de maior complexidade. O primeiro envolve hábitos enraizados culturalmente, relacionamentos pessoais e um modelo de governança que não favorece a formalização. O segundo exige significativos investimentos de ampliação e qualificação em áreas onde os serviços públicos básicos ainda não estão plenamente disponíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação de políticas públicas em contexto amazônico se depara com importantes desafios e dois ganham destaque diante dos resultados encontrados nessa pesquisa. O primeiro diz respeito ao reconhecimento da diversidade sociocultural da região e suas especificidades ao se desenhar meios e estratégias de acesso do público beneficiário à determinada política governamental. Uma possibilidade seria dotar o executor da política pública na base de maior discricionariedade e flexibilidade para lidar com os obstáculos ao acesso, simplificando-o. Em segundo lugar, o enfrentamento de problemas históricos, como infraestrutura insuficiente e serviços públicos precários para atender a demanda. Os principais gargalos e motivações encontrados nesta pesquisa se relacionam com esses desafios.

A rede de internet é um exemplo claro da precariedade da infraestrutura, mas vale ressaltar que os presidentes da cooperativa e da associação lembraram em suas falas que o escoamento é percebido por eles como a principal dificuldade da produção do açaí. Sinalizam que, para além da subvenção, os produtores precisam de infraestrutura para ampliar sua participação na cadeia produtiva e ganhar poder de negociação diminuindo o oportunismo dos outros agentes no processo de governança.

Este aspecto se liga diretamente à informalidade da cadeia. O extrativista, mesmo participando de organizações coletivas, tem no atravessador o agente mais frequente para o escoamento. Na grande maioria das vezes, ele é o único que enfrenta e arca com os custos das estradas de terra com grandes atoleiros, típicos do inverno amazônico, e longas viagens de barco para retirar a produção. Dada a perecibilidade do fruto, o produtor não tem a opção de barganhar o preço de comercialização e seu afastamento do varejo urbano também o coloca em uma situação frágil e suscetível quanto ao relacionamento com o atravessador, que se torna pessoal e um compromisso moral pelos favores prestados (ARAÚJO, 2017).

A falta de assistência para que esse produtor possa se profissionalizar também é um dos elementos contidos na informalidade da cadeia e que alimenta seu tipo de governança. Segundo Lomba,

Filocreão e Silva (2020), a assistência técnica e a extensão rural são frágeis no estado e não alcançam parte significativa dos produtores. Estratégias de empoderamento das organizações coletivas dos agricultores familiares e extrativistas, inclusive dotando-as de melhores condições materiais, e a integração das ações das diversas políticas destinadas a esse mesmo público poderiam fazer a diferença na profissionalização do produtor, na difusão de informações qualificadas e na atuação e alcance de suas organizações.

Em último levantamento junto à base de dados da CONAB, em 2022, constatamos que extrativistas de Mazagão foram beneficiados com a subvenção em 2020 e 2021, parte deles da região do Maracá, fruto da expansão das ações de capacitação e treinamentos da companhia e da atuação das organizações dos extrativistas. Verificamos também correção no quantitativo de acesso em 2019 no estado.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Mayara M. V. A governança na produção de açaí pelas comunidades tradicionais quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares do Amapá no ano de 2014 e 2015. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas). Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2016.
- BARNEY, Jay B. *Gaining and Sustaining Competitive Advantage*. New Jersey: Prentice Hall. 2nd ed. 2002.
- BONETI, Lindomar W. As políticas públicas no contexto do capitalismo globalizado: da razão moderna à insurgência de processos e agentes sociais novos. *PRACS*, n. 5, p. 17-28, dez. 2012.
- BRASIL. MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *Bioeconomia da floresta: a conjuntura da produção florestal não madeireira no Brasil*. Brasília: MAPA/SFB, 2019.
- CARVALHO, Antonio C. A. de. *Economia dos produtos florestais não-madeireiros no Estado do Amapá: sustentabilidade e desenvolvimento endógeno*. 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Universidade Federal do Estado do Pará, Pará, 2010.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Boletim da Sociobiodiversidade*, v. 2, n. 4. Brasília: Conab, 2018.

- _____. Boletim da Biodiversidade, v. 3, n. 1. Brasília: Conab, 2019.
- DYE, Thomas D. Understanding public policy. Nova Jersey: Prentice-Hall, 1984.
- HÖFLING, Eloisa M. Estado e políticas (públicas) sociais. In Cadernos Cedes, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cadastro Central de Empresas (CEMPRE). Estimativa da população. 2018.
- _____. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- _____. Produção da Extração Vegetal e Silvicultura 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- LOWI, Theodore J. American business, public policy, case studies, and political theory. World Politics, v. 16, n. 4, p. 677-715, 1964.
- _____. Four systems of policy, politics, and choice. Public Administration Review, v. 32, n. 4, p. 298-310, jul./ago., 1972.
- LYNN, Laurence E. Designing public policy: a casebook on the role of policy analysis. Santa Monica, Calif.: Goodyear, 1980.
- LOMBA, Roni M; FILOCREÃO, Antonio S. M; SILVA, Inerildo C. Políticas de desenvolvimento territorial no sul do Amapá. PRACS, v. 13, n. 2, p. 271-284, jul./dez. 2020.
- MARTINOT, Jan F; PEREIRA, Henrique dos S.; SILVA, Suzy C. P. da. Coletar ou cultivar: as escolhas dos produtores de açaí-da-mata (Euterpe precatoria) do Amazonas. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 55, n. 4, p. 751-766, dez. 2017.
- MEAD, Lawrence M. Public policy: vision, potential, limits. Policy Currents, v. 1, n. 4., 1995.
- MELO, Larissa P. de. Avaliação da adoção e impactos do sistema de agricultura com uso de corte e queima no município de Mazagão. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2017.
- PETERS, B. Guy. American public policy. Nova Jersey: Chatham House, 1986.
- POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTO. Relatório de Quantitativo de DAPs Ativas. 2019. Disponível em: <<http://dados.mda.gov.br>>. Acesso em: 1/4/2021.
- SCHWANTES, Fernanda; BACHA, Carlos José Caetano. Análise da formulação da política de garantia de preços mínimos no Brasil pela ótica da economia política. Nova Economia, v 29, n 1, 2019.
- SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.
- SOUZA, Ênio C. M. Política de garantia de preços mínimos para produtos da sociobiodiversidade: avaliação econômica de uma política pública. 2018. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- SUPERTI, Eliane. Políticas públicas e integração sul-americana das fronteiras internacionais da Amazônia Brasileira. Novos Cadernos NAEA, v. 14, p. 321-332, 2011.
- _____; SILVA, Gutemberg V. Comunidades quilombolas na Amazônia. Confins (Paris), n. 23, p. 11-31, 2015.
- _____; PEGLER, Lee; ARAUJO, Mayara. The governance of emerging value chains and their impacts on traditional communities. International Journal of Humanities and Social Science, v. 8, p. 24-35, dez. 2018.
- VIANA, João P. Operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade 2009-2013: há espaço para crescer. Texto para discussão. Brasília, Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

OS PALIKUR E O MUSEU SACACA

*Iana Duarte*²²

*Marcus Cardoso*²³

INTRODUÇÃO

Neste artigo, procuramos descrever a atuação, a organização e a história do Museu Sacaca. De maneira articulada, buscamos compreender o protagonismo assumido pelos indígenas da etnia Palikur neste espaço desde o início do projeto da Exposição a Céu Aberto. Para isto, concentraremos nosso olhar na atuação dos representantes desta etnia durante o período de autoconstrução de uma réplica museográfica de sua habitação tradicional para a reinauguração da exposição permanente a céu aberto, assim como nos sentidos que eles atribuem a essa experiência. Também é nosso objetivo explorar as reivindicações indígenas por reconhecimento e por maiores oportunidades de atuação no referido museu²⁴.

O Museu Sacaca é uma instituição cultural e científica do Estado do Amapá, localizado no município de Macapá, vinculado ao Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA). Idealizado para retratar a multiplicidade cultural do Amapá, o museu reproduz a diversidade da vida amazônica por meio

22 Mestra em Estudos de Fronteira pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Fronteira da Universidade Federal do Amapá (PPGEF/UNIFAP). Pesquisadora associada ao Laboratório de Estudos Etnográficos e Antropologia do Direito (LAET). Pedagoga e professora do ensino público do Estado do Amapá. Desenvolve pesquisas nas áreas da educação, museologia e populações tradicionais.

23 Antropólogo. Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB). Professor do PPGEF/UNIFAP. Coordenador do LAET e membro da Comissão de Direitos Humanos da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS).

24 Uma versão desse artigo foi publicada em 2021 na *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*.

da representação das ambientações das comunidades indígenas, ribeirinhas e negras do estado, possuindo como marca distintiva a exposição permanente a céu aberto e a participação dos povos indígenas na construção das habitações que a compõe. Foi justamente durante o período de autoconstrução da habitação Palikur, com o objetivo de revitalizar a exposição a céu aberto no ano de 2019, que foi realizada a pesquisa de campo que sustenta este artigo.

No decorrer da pesquisa, nós utilizamos, de maneira articulada, um conjunto de procedimentos de investigação com o objetivo de apreender satisfatoriamente o fenômeno estudado, sendo eles: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo de inspiração etnográfica. Na primeira etapa do estudo, realizamos o levantamento bibliográfico sobre os Palikur (CAPIBERIBE, 2007; GALLOIS; GRUPIONI, 2009; VIDAL; LEVINHO; GRUPIONI, 2016), os museus na contemporaneidade e as coleções etnográficas de povos indígenas nestes espaços (ABREU, 2019; ATHIAS, 2015 e 2010; CLIFFORD, 2016; CURY, 2005; FRANCO, 2019; KOK, 2018; VELTHEM, 2017, 2012 e 1983). Posteriormente, foi realizada pesquisa documental onde reunimos material sobre a história do Museu Sacaca, relatórios sobre as atividades realizadas na instituição e acervo fotográfico sobre as primeiras casas construídas pelos indígenas neste ambiente. Por meio desses materiais, foi possível fazer uma retrospectiva histórica acerca da participação dos Palikur no processo de construção da réplica de suas habitações. O terceiro procedimento metodológico de que lançamos mão durante a pesquisa foi o trabalho de campo de inspiração etnográfica. Neste sentido, como sugerem Cardoso (2014a e 2014b) e Cardoso e Nascimento (2017 e 2019) a respeito da pesquisa etnográfica, dedicamos atenção especial às categorias acionadas pelos interlocutores, assim como os contextos particulares nos quais estas categorias emergiam, buscando compreender adequadamente o universo de significados que informavam suas práticas e visões de mundo. Afinal, a dimensão simbólica da vida social só pode ser acessada por meio da troca de concepções de mundo entre o pesquisador e seus interlocutores (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2018; LEMOS; CARDOSO, 2022; LEMOS; CARDOSO, 2021; DUARTE; CARDOSO, 2021). Assim, a etnografia não se limita a expor as narrativas de seus interlocutores sem a devida problematização; o grande potencial

do empreendimento antropológico é capacidade de proporcionar o encontro criativo entre as categorias nativas que emergem durante a pesquisa de campo e o conhecimento teórico da disciplina (PEIRANO, 1991).

O trabalho de campo que sustenta este artigo foi realizado em 2019. Neste período, por meio da observação participante, foi possível acompanhar a construção da casa indígena Palikur na área da exposição a céu aberto do Museu Sacaca, assim como conversar com seus representantes, lançando mão “do olhar e do ouvir” como parte fundamental do procedimento etnográfico (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998). Ainda durante a pesquisa de campo, realizamos entrevistas formais com alguns Palikur, coletando informações sobre a importância e o significado do espaço museológico para os indígenas, assim como sobre o material utilizado na construção das réplicas de suas casas. Também foi possível acompanhar o ato de entrega pública das casas indígenas para o Museu Sacaca, em agosto de 2019, feita por meio de uma ação cultural e educativa denominada Festa dos Povos. Nesta ação, houve a reunião de outros povos indígenas que vivem no Amapá – os Wajãpi, os Karipuna, os Galibi, os Aparai e os Wayana.

Como assinalamos anteriormente, os sujeitos desta pesquisa foram os indígenas Palikur, particularmente aqueles que participaram da construção da casa no Museu Sacaca, em 2019, sendo eles o cacique e cinco outros indígenas da etnia Palikur, moradores da aldeia Kumenê e da aldeia Kwahi, localizada no km 21 da BR 156. Todo o acompanhamento das atividades dentro do espaço museológico do Sacaca foi solicitado via ofício e autorizado pelos gestores do IEPA e da Coordenadoria de Difusão Científica e Tecnológica (CDCT/Museu Sacaca). Os indígenas foram informados e, com sua anuência, foi autorizado o trabalho de pesquisa no período em que estavam edificando a terceira casa Palikur.

Para melhor compreensão do artigo, ele foi organizado da seguinte maneira: em sua primeira parte fazemos uma breve descrição sobre o papel dos museus no mundo contemporâneo e apresentamos o Museu Sacaca, suas características, história e atuação; em seguida, contextualizamos os Palikur que vivem no Estado do Amapá; na terceira parte, descrevemos o processo de construção da réplica da habitação Palikur pelos representantes da etnia; por fim, descrevemos a entrega da casa Palikur durante a Festa dos Povos e as demandas por mais espaço de

atuação no Museu Sacaca, para, então, passarmos à conclusão do artigo.

O MUSEU SACACA

Os museus são espaços de construção de memórias e das políticas relacionadas a esses processos, espaços de divulgação de informações, de produção de conhecimento, resultado de pesquisas acadêmicas e o local para sua realização, espaços com enorme potencial para o setor educacional (SILVA, 2021), visto que “seus objetos, as suas coleções, o patrimônio cultural material e imaterial, têm motivado pesquisadores e grupos sociais a terem um diálogo intercultural, onde a cultura assume uma dimensão especial e central na compreensão das diversas linguagens e objetos etnográficos” (ATHIAS, 2015, p. 236). Os museus são territórios que potencializam os signos culturais e a identidade, um “espaço de identificação, do imaginário, território de identidade, (...) um lugar de ritos, expressando valores e confrontando crenças” (MEDEIROS, 2008, p. 218) e de “apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, por que não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva” (HAESBAERT, 1997, p. 41). Como sustenta Abreu (2019), os museus podem ser compreendidos, de certa maneira, como “grandes casas (em sentido material e figurado), espaços consagrados e consagradores de histórias, lugares de memória, de colecionamento e de armazenamento de objetos. São também espaços de exposição, de apresentação, de comunicação. Mas, fundamentalmente, são espaços perenes que habitam nosso imaginário e nossa imaginação” (ABREU, 2019, p. 182). Ao longo da história, os museus foram palcos de encontros e reencontros, de fluxos de pessoas, de aproximação entre universos culturais, de estranhamentos e de aprofundamentos de preconceitos e visões etnocêntricas. Hodiernamente, os museus também são territórios de disputas políticas, de reivindicações de direitos e de demandas por reconhecimento (VELTHEM; KUKAWKA; JOANNY, 2017). Como Clifford (2016) sustenta, os museus “trabalham cada vez mais com as fronteiras entre mundos diferentes, histórias e cosmologias” (CLIFFORD, 2016, p. 24), sendo que estas relações podem ter um caráter negativo ou positivo, mas precisam ser sempre confrontadas

dentro dos territórios museológicos.

Particularmente no Brasil, a história dos museus remonta ao período colonial, quando D. João VI, no dia 6 de junho de 1818, criou o Museu Real do Rio de Janeiro com a missão de divulgar os conhecimentos das ciências naturais no Brasil. Cumprindo o papel que durante muito tempo coube a instituições dessa natureza – de instrumento ideológico do Estado, preocupado em conservar um discurso da cultura dominante – o Museu Real “refletiu a política indigenista do recém-criado Estado-nação, cujo objetivo era invisibilizar as populações indígenas, seja pelo extermínio ou por sua assimilação à ‘civilização’” (KOK, 2018, p. 8). Dentro dessa lógica, como aponta Velthem (2012), “as coleções indígenas dos museus brasileiros se originaram igualmente de doações de viajantes, de militares, de comerciantes, do clero, de sertanistas, de diplomatas, de profissionais liberais” (VELTHEM, 2012, p. 562). Os objetos eram entregues aos museus que “poderiam valorizar” ou “deixar no desconhecimento as expressões artísticas” sobre o determinado povo ao qual o objeto pertencia, construindo narrativas que fossem ao encontro dos interesses de grupos que pertenciam às elites e aos detentores do poder.

Contemporaneamente, os museus tornaram-se um campo de lutas sociais, experimentando um processo de transformação e ressignificação resultante das disputas políticas motivadas pelos processos de reivindicações de direitos por parte dos povos cujos objetos e representações socioculturais foram apropriadas por e nestes espaços. Cenário que faz com que algumas pesquisadoras apontassem que os museus passam por um processo de democratização (VELTHEM, KUKAWKA, JOANNY; 2017)²⁵. Tendo isso em perspectiva, para que os museus se fortalecessem, demonstrando sua relevância e papel social, foi necessário que se adaptassem às mudanças políticas e socioculturais mais amplas, o que exigiu um reposicionamento da sua missão no mundo contemporâneo. Todavia, esse processo não é recente. Desde a segunda metade do século passado, o modelo museológico baseado em estruturas como prédios, organizados para guardar objetos e coleções, vem sendo

²⁵ Situação que reflete um movimento mais amplo de demandas por reconhecimento e por respeito elaboradas por grupos étnicos (TAYLOR, 1994) e/ou pessoas em condição de vulnerabilidade socioeconômica ou de sujeição que tem ocupado os espaços e as arenas públicas para expor suas reivindicações (HONNETH, 2003; CARDOSO, 2014a e 2014b; LEMOS; CARDOSO, 2020 e 2021; CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002).

discutido, o que motivou a criação de novos espaços, como os ecomuseus, os museus comunitários, os museus a céu aberto, entre outros.

A partir da década de 1960, surge um movimento de renovação dos museus, conhecido como “nova museologia”, o qual exigiu transformação radical dos objetivos destas instituições, propondo ideais políticos de democratização cultural e de educação popular, chamando, ainda, atenção sobre a necessidade de consolidar os museus como [...] campo[s] de reflexão teórica e epistemológica. (DUARTE, 2013, p. 100 apud SHEPARD JR. et al., 2017, p. 766).

A partir dos anos 1990, como resultado da pressão de antropólogos e pelo movimento chamado de “nova museologia” – “um modelo metodológico de interação entre o patrimônio cultural e a sociedade” (CURY, 2005, p. 63) –, os povos indígenas começaram a se posicionar sobre a forma como eram representados pelos museus, reivindicando espaços de fala, tornando-se, assim, sujeitos de um “processo de descolonização”. Esse processo criou as condições para que surgisse, no Brasil, museus com concepções e gestões diferenciadas, como é o caso do museu indígena Magüta dos Ticuna. Outro exemplo é o museu Kuahí, no Amapá, que possui a missão de apresentar a diversidade sociocultural dos povos indígenas do Oiapoque. No Museu Kuahí, os representantes das comunidades indígenas assumem “o papel de curadores, antropólogos, pesquisadores” (KOK, 2018), sendo os responsáveis pela administração deste museu. Velthem (2012) destaca que “a existência desse museu favorece a interação entre os povos Karipuna, Galibi, Galibi Marworno, Palikur e a população do município, pois favorece um espaço de reflexão sobre relações interétnicas em um mundo globalizado e em acelerado processo de mudança” (VELTHEM, 2012, p. 63). Mencionamos neste artigo estes dois museus por acreditarmos que se tratam de exemplos de conquistas e de lutas dos povos indígenas nestes espaços, com participação efetiva em todos os processos museológicos.

Esse é o caso do Museu Sacaca. O Sacaca, como é conhecido entre os amapaenses, é uma instituição cultural e científica do estado do Amapá, localizado no centro da cidade de Macapá, no bairro do Trem, em uma área de 20 mil m², como é possível observar na Figura 1.

Figura 1 – Mapa atual do Museu Sacaca



Fonte: Iana Duarte (2021) / Arte: Ana Kelen Souza (2021)

Como aponta José Maria da Silva (2021), o Museu Sacaca, em certa medida, expressa o imaginário e a fascinação pela região Amazônica e sua exposição a céu aberto assume uma perspectiva de verossimilhança, recorre ainda ao recurso do simulacro (SILVA, 2021). Essa modalidade de exposição foi criada em 2002 durante o mandato de João Capiberibe no Governo do Estado. O museu é vinculado ao IEPA e atualmente responde pelo nome de Coordenadoria de Difusão Científica e Tecnológica – Museu Sacaca. O Sacaca foi idealizado como um ambiente capaz de retratar a multiplicidade cultural do Amapá através da representação das ambientações das comunidades indígenas, ribeirinhas e negras do estado. A intenção era reproduzir um espaço de vida amazônica destacando tanto sua biodiversidade como sua diversidade cultural. Duas características distintivas do Museu Sacaca são a exposição permanente a céu aberto e a participação de alguns dos povos indígenas que habitam o estado em sua construção, sendo eles os Palikur, Wajãpi, Aparai e Wayana, que por meio da autoconstrução de réplicas de suas casas e de apresentação dos seus artefatos deram vida ao espaço museológico. Assim, por meio da exposição a céu aberto, essas etnias puderam inserir elementos do patrimônio cultural dos seus povos, representando o cotidiano de suas aldeias, inserindo elementos que representam a sua identidade e a sua cultura.

Dessa maneira, o Museu Sacaca é o resultado da fusão de dois museus formados pelas coleções de pesquisadores considerados pioneiros no Estado do Amapá (ALMEIDA, 2001; OLIVEIRA, 2013; IEPA, 2000; SILVA, 2021). O professor Waldemiro Oliveira Gomes, a partir do acervo coletado em suas pesquisas, instalou o Museu Comercial-industrial e o Museu de História Natural Costa Lima, criado por meio dos trabalhos e pesquisas realizadas por Reinaldo Damasceno, professor e pesquisador da área da saúde e de doenças tropicais. Na década de 70, o Museu Comercial-industrial foi extinto, sendo substituído pelo Museu Joaquim Caetano, com acervos de plantas medicinais. Nesse período, o museu possuía uma pequena equipe que, junto com o professor Waldemiro Gomes, fornecia à população orientações no uso de fitoterápicos para o tratamento de doenças. Em dezembro de 1991, foi criado o Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA), com dois centros de pesquisa: o de Plantas Medicinais e o Zoobotânico. Nesse mesmo período, foram incorporados

ao instituto os Museus Waldemiro Gomes e Costa Lima. Todavia, em 1995, os museus incorporados ao IEPA foram fechados para reestruturação das exposições, reabrindo em 1997, com denominação de Museu do Desenvolvimento Sustentável. Em 20 de setembro de 1999, por meio do Decreto nº 2396 do Governo do Estado do Amapá, o Museu passou a ser chamado Museu Sacaca do Desenvolvimento Sustentável, em homenagem ao senhor Raimundo dos Santos Souza, o “Sacaca”, homem negro que criava as “garrafadas” ou receitas para cura das doenças para a população, figura reconhecida no estado como um representante das tradições culturais amazônicas e um referencial marcante no imaginário do Amapá.

Segundo seu estatuto, o Museu Sacaca tem como papel estimular e elaborar projetos para captação de recursos externos com o objetivo de viabilizar as atividades culturais e educacionais; coordenar, orientar e executar projetos que difundam as pesquisas científicas e acadêmicas do IEPA; assim como orientar periodicamente o Plano Museológico enquanto ferramenta básica de planejamento estratégico indispensável para a identificação da vocação do Museu. Durante o período da nossa pesquisa de campo, o Museu Sacaca possuía em seu espaço físico: um auditório para a realização de eventos; uma praça de alimentação; a Sala de Leitura Aracy Mont’Alverne; uma sala de exposição sobre o memorial do Sacaca; uma casa de exposição que apresenta as pesquisas dos núcleos do IEPA; um espaço multimídia (antigo bloco pedagógico); um núcleo de museologia responsável pela pesquisa, documentação, entre outras funções; uma sede administrativa; um setor educativo com atividades específicas do Museu Escola, educação ambiental; uma casa denominada de Samaúma das Palavras; e a área destinada para a exposição a céu aberto.

O embrião da exposição a céu aberto do Museu Sacaca, marca distintiva da instituição, surgiu em 1996, por meio de exposição temporária na área do IEPA, que apresentava uma réplica de uma casa ribeirinha. Com a boa recepção do público, a experiência foi transformada em um projeto pautado na proposta da política governamental da Agenda21²⁶.

26 É um documento assinado por 179 países durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ocorreu no Rio de Janeiro. Muitos temas foram abordados na Agenda 21, dentre eles ações voltadas às questões ambientais, sociais, educacionais, culturais e outras. As ações deveriam propor estratégias políticas de desenvolvimento sustentável e que promovessem a justiça social e a preservação do meio ambiente.

Ainda no final dessa década, motivado pelo projeto Farmácia da Terra²⁷, estabeleceu-se um diálogo entre os pesquisadores do IEPA e os povos tradicionais, momento responsável por fortalecer a comunicação entre as partes que aproximou e possibilitou as condições para a criação do novo espaço da exposição do Museu Sacaca. Posteriormente, o projeto foi apresentado aos Conselhos dos Povos Indígenas do Amapá que aprovou a criação do museu e a participação indígena em sua construção. Como resultado desse processo, a Exposição a Céu Aberto do museu foi materializada com a participação dos povos indígenas e as comunidades tradicionais do estado do Amapá. No ano de 2002, por meio do Decreto nº 6320, o Museu Sacaca passa a ser denominado de Centro de Pesquisas Museológicas Museu Sacaca (IEPA/SETEC). Inicialmente, a Exposição a Céu Aberto do museu foi inaugurada com a participação dos Palikur e dos Wajãpi. Com os anos, este espaço tornou-se um ponto de encontro do conhecimento científico, do saber popular e da vida das populações tradicionais. Em 2019, além dos Palikur e dos Wajãpi, os Wayana e os Aparai construíram uma casa comunitária, que na língua Wayana se chama *Tukusipan* e na língua Aparai se chama *Porobtoh*.

A área designada para a construção da Exposição a Céu Aberto do Museu Sacaca compreendia uma área próxima ao IEPA que precisou ser totalmente revitalizada, passando por vários processos de limpeza e retirada de entulhos. Esse espaço passou por um planejamento feito por técnicos do Governo do Estado do Amapá e pesquisadores do IEPA, sendo preparado para receber espécies nativas da região amazônica, como Pau Mulato, Mungubeira, Samaumeira, Seringueira, Castanheira, Ipê Amarelo, Açaizeiro, Ingazeiro, Bacabeira, Pupunheira, Cuieira, Marupazeiro, Taperebazeiro e outras árvores que representassem a flora amazônica (OLIVEIRA, 2013; IEPA, 2000). Nesse terreno, já havia um pequeno córrego que foi alargado e tratado para representar os igarapés e rios da Amazônia. O córrego foi transformado em um igarapé, onde foram inseridos peixes e quelônios. Dentre as espécies de peixes que existem nesse igarapé, estão pirarucus, tilápias e tambaquis, nativos da região. Compondo esse cenário, um barco foi construído e inserido no córrego alargado,

²⁷ É um projeto coordenado por Terezinha de Jesus Soares dos Santos, pesquisadora do IEPA. Por meio desse projeto busca-se estabelecer um diálogo entre o conhecimento popular das comunidades tradicionais e o conhecimento científico das pesquisas do Instituto. Estimula a fitoterapia como alternativa de saúde pública para as comunidades rurais do Amapá, no tratamento de doenças menos complexas através do uso de plantas medicinais.

onde os visitantes do museu podem embarcar e experimentar pequenas viagens. Como parte do cenário expográfico, coube aos representantes dos povos indígenas, das comunidades ribeirinhas e quilombolas construir réplicas de suas moradias em seus espaços abertos.

No ano de 2011, o Museu Sacaca e seu projeto de Exposição a Céu Aberto passou pelo primeiro processo de revitalização em todos os setores, quando foram inseridas adaptações para melhor acessibilidade, assim como a criação de novos espaços. Durante o ano de 2014, o Museu Sacaca passa por novas transformações, quando as atividades das parteiras tradicionais do estado são incorporadas à Exposição a Céu Aberto por meio da inclusão da Casa das Parteiras e dos objetos e plantas que pertencem ao cotidiano dessas mulheres²⁸. Nesse mesmo ano foi criado Samaúma das Palavras, espaço de leitura para visitantes. Em 2016, com a intenção de ser um local para o atendimento de estudantes interessados nas pesquisas do IEPA, foi criado dentro das dependências da Casa de Leitura do Museu Sacaca o Memorial Waldemiro Gomes. Em 2019, uma nova revitalização é realizada com a reconstrução das casas indígenas Palikur e Wajãpi, e com a inserção de uma casa comunitária construída pelos Aparai e os Wayana. Nessa mesma época, a Samaúma das Palavras foi ampliada e o bloco pedagógico foi reformado.

OS PALIKUR

Nesse artigo optamos por nos concentrar na relação dos Palikur com o Museu Sacaca, assim como nos aspectos envolvidos na autoconstrução da réplica de suas habitações. A presença dos Palikur no Amapá pode ser considerada resultado de um processo de deslocamento provocado pela necessidade de “refúgio das populações indígenas, cujos movimentos ao longo do período colonial deslocaram inúmeros grupos a partir do litoral e do delta Amazonas em direção ao interior do Amapá e do norte do Pará” (GALLOIS; GRUPIONI, 2009, p. 28). Sobre isso, Capiberibe (2007), ao tratar das etapas deste decurso, destaca que a presença dos Palikur na área do Uaçá data de, ao menos, o século dezesseis. O motivo seria que a região era considerada

²⁸ Ver: Cardoso e Nascimento (2017 e 2019).

“uma zona de refúgio” para as populações indígenas, alvo de caçadores de escravos e de tropas estrangeiras.

Os documentos históricos descrevem uma migração Palikur da foz do rio Amazonas em direção ao norte do Amapá já no final do século XVI. No início deste século, o relato do viajante espanhol Vicente Yanez Pinzon, datado de 24 de março de 1513, declara que “[...] a província dos Paricura se encontra imediatamente a noroeste do Mar Doce, ou seja, do Amazonas” (J.C. da Silva, 1861: §1637), seu companheiro de viagem, Manuel de Valdovinos estende ainda a denominação de Paricura para o rio Amazonas (J.C. da Silva, 1861: §1638). O que faz crer que os Paricura seriam uma população indígena bastante numerosa, pelo menos aos olhos dos invasores, motivo pelo qual variações de seu nome foram utilizadas para denominar a região ao norte da foz do Amazonas até meados do século XVI (CAPIBERIBE, 2007, p. 90).

Já no século XIX, segundo Vidal (2009), os Palikur foram encontrados na região dos rios Curipi e Urukauá e, no século XX, eles passaram a ocupar diversas áreas da fronteira do Brasil com o Suriname e com a Guiana Francesa. Sua população, outrora numerosa, sofreu perdas devido a ataques de antagonistas indígenas, de doenças e do genocídio perpetrado por portugueses e não indígenas.

Os Palikur têm uma leitura histórica sobre esta diminuição demográfica. Associam-na diretamente ao contato com os não índios. Há dois momentos marcantes nestas histórias. O primeiro momento estaria entre o fim do século XIX e o início do século XX, quando algumas bisavós da geração atual foram sequestrados por invasores, ora chamados de portugueses ora de cearenses, mas o certo mesmo é que eram brasileiros; e o segundo ocorrido em meados do século XX, quando uma série de epidemias liquidou parte da população (CAPIBERIBE, 2010, p. 2).

Ao longo da história do contato, os Palikur foram chamados de Pariucur, Paricurene, Paricour, Pariucour, Palicours (GALLOIS; GRUPIONI, 2009). Em contrapartida, eles se autodenominam como Aukwa-yene, Pa'ikwene ou Parikwene. Alguns relatos históricos descrevem que os Palikur eram conhecidos como guerreiros fortes e com

habilidades para a navegação (CAPIBERIBE, 2007 e 2016).

Atualmente, em território brasileiro, os Palikur vivem na Terra Indígena (TI) do Uaçá, com uma faixa de território de aproximadamente quinhentos mil hectares. Ela teve sua demarcação homologada no dia 29 de outubro de 1991, por meio do Decreto Federal nº 298/91. A região do Uaçá possui uma área com superfície de 470.164,0636 ha e perímetro de 278.139,44 m² (CAPIBERIBE, 2016).

Passando mais especificamente para TI Uaçá, podemos ver que, numa área relativamente pequena, temos 4 ecorregiões representadas: campos inundados, várzea, manguezal, e florestas de terra firme. No contexto regional, 4 é o maior número de ecorregiões distintas representadas em qualquer área protegida na Amazônia Legal. Existem outras áreas protegidas com a mesma diversidade paisagística da ecorregião do Uaçá, mas nenhuma lhe é superior. E as outras áreas protegidas são todas bem maiores. Podemos dizer que, por sua categoria de tamanho, do ponto de vista estreito de conservação ambiental clássica, a TI do Uaçá é a área protegida mais interessante em toda a Amazônia Legal. (CLEARY, 2000, p. 15 apud CAPIBERIBE, 2007, p. 39).

Na TI do Uaçá, os Palikur vivem às margens do rio Urukauá (afluente do Uaçá). Capiberibe (2021) menciona que existem treze aldeias Palikur às margens do Urukauá²⁹. As aldeias Palikur estão distribuídas ao longo do rio Urukauá, afluente da margem esquerda do rio Uaçá. São elas Yanawa, Kamuyrwa, Pwaytyaket, Kumenê, Tarukepti, Amomni, Isuwvwinwa, Kwikvit, Mawihri, Mbadgewni, Irimwewni, Igitawni e a Flecha, formada principalmente por indígenas Galibi-Marworno³⁰. Atualmente, segundo relato de um interlocutor de pesquisa, foram fundadas mais quatro aldeias, sendo elas: Kwahi, Ikawakuh, Masika e Tipoca. Na área de fronteira do Oiapoque e da Guiana Francesa, existem ainda mais duas terras indígenas. A Juminã, que possui uma superfície de 41.601 ha, onde vivem os Galibi-Marworno e os Karipuna³¹. Já a TI Galibi, onde vivem os Galibi do Oiapoque e os Karipuna, possui uma

29 Sublinhando que esse número está sujeito a flutuações, visto que o chefe de um grupo doméstico possui a prerrogativa de fundar outra aldeia.

30 Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Palikur#Localiza.C3.A7.C3.A3o>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

31 Essas terras foram homologadas através do Decreto s/n, DOU de 22/5/92.

superfície de 6.689 ha³² (CAPIBERIBE, 2016, p. 88).

Como as vastas literaturas etnográficas e antropológicas demonstram, a demarcação das terras indígenas é uma grande conquista diante dos desafios e lutas enfrentadas ao longo de suas histórias. Gallois (2004) menciona que a noção de “terra indígena” diz respeito “ao processo político-jurídico conduzido sob a égide do Estado, enquanto a de ‘território’ remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial” (GALLOIS, 2004, p. 39). Em se tratando de territórios indígenas, os Palikur são povos que vivem nos dois lados da fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. No Brasil, moram na terra indígena do Uaçá, extremo norte do Estado do Amapá, no município de Oiapoque. Em território francês, os Palikur vivem em bairros nas cidades de Caiena, Saint-Georges e às margens do rio Oiapoque (CAPIBERIBE, 2010)³³.

Os Palikur falam quatro línguas: *patois*, português, francês e sua língua nativa, o *Parikwaki*. A língua *patois* é utilizada nas relações comerciais, políticas e sociais fora das aldeias ou até mesmo com os visitantes. A língua portuguesa é falada pelos homens e pelos mais jovens (CAPIBERIBE, 2007 e 2021). A língua francesa é utilizada nas cidades da Guiana Francesa, onde ocorre uma parte importante do comércio entre indígenas e franceses. Sobre isso, Gilberto Iaparrá, cacique Palikur nos disse:

[...] essa divulgação não fica só no Estado do Amapá, também não fica só na Guiana Francesa, assim por diante, ela pode se multiplicar, indo muito longe e, nesse sentido, ela tem muita valorização, o povo Palikur também tem muitos parentes que são moradores de lá da Guiana Francesa, lado francês, [...] mas o povo já habita na fronteira para o outro lado da Guiana Francesa. Nesse sentido, ela é o papel fundamental na divulgação dos nossos artefatos indígenas Palikur, isso é um patrimônio cultural a todos nós. (CACIQUE GILBERTO IAPARRÁ, Oiapoque, 2020).

32 Essas terras foram homologadas pelo Decreto nº 87844, DOU de 22/11/82.

33 O território é o “lugar de relações sociais, de conexões e redes, de vida, de apropriação, da identidade, dos ritos e do patrimônio cultural” (SAQUET, 2007, p.118). O território responde “a um certo número de funções geográficas, sociais e políticas, que se inscrevem no universo da memória, das representações e dos valores” (MEDEIROS, 2008, p. 218). Para Raffestin (2008), “espaço e território não são palavras sinônimas. O espaço antecede o território e este é gerado a partir do espaço. O indivíduo projeta no espaço um trabalho, uma força, adaptando-se às necessidades da comunidade ou da sociedade” (RAFFESTIN, 2008, p. 26).

É possível compreender um pouco sobre as memórias, rituais, visões de mundo e técnicas que refletem a cosmologia Palikur a partir da observação dos processos envolvidos na construção de suas casas e do olhar atento sobre os significados que estes atores sociais atribuem a essa tarefa. Estudos etnológicos mais antigos, como é o caso dos realizados por Nimuendajú, descreveram essas habitações como redondas, sem cumieira³⁴ e com palhas do telhado que alcançavam o chão (NIMUENDAJÚ apud CAPIBERIBE, 2007). Atualmente, as casas Palikur são construídas com outros materiais e contam com outros objetos.

As casas no Oiapoque são, na maioria, palafitas de plano retangular com paredes e assoalhos de tábuas

de madeira. Uma pequena escada permite o acesso à entrada. Há, geralmente, uma ou várias divisões internas separando a sala dos quartos de dormir. Normalmente, dormem em esteiras de junco cobertas por um grande mosquiteiro, onde repousam o casal e os filhos pequenos. Hoje, também, usam redes e camas. A cozinha é uma área parcialmente aberta, atrás da casa, onde há um fogão de barro e, às vezes, um fogão a gás. A “mesa” para a refeição é posta no chão, quando a família se reúne para comer o peixe assado ou fervido acompanhando de farinha, sal e tucupi. Não há muita mobília nas casas. Hoje, entretanto, a maioria possui uma televisão e uma antena parabólica, além do Prosdócimo, como dizem os índios, ou freezer, que permite preservar alimentos e gelar bebida (VIDAL; LEVINHO; GRUPIONI, 2016, p. 262).

Conforme a análise de Capiberibe (2007), as casas tradicionais dos Palikur possuem duas áreas, sendo uma externa e outra interna, cada qual tendo um papel. A externa é onde ocorre os processos de socialização, onde as pessoas se relacionam e conversam, onde organizam os alimentos da roça e da pesca, além de cestos, cuias, tipiti, peneiras e outros objetos. Já a parte interna é onde se dorme. Ela costuma ser composta por redes, esteiras feitas de junco e mosquiteiros feitos de tecido de algodão.

Os esteios de sustentação das casas são feitos com madeiras nobres, como acariquara ou jarana, para os pisos e paredes são

34 A palavra cumieira corresponde à parte mais alta de um telhado de duas ou mais águas onde fica sua interseção; cumeadas.

usadas madeiras um pouco menos resistentes como o cedro, cedro-louro, andiroba, cupiuba e angelim, este último também é uma das madeiras usadas para fazer os estrados do telhado de duas águas, que é na maioria dos casos coberto com palha de inajá, mas também pode ser coberto com pequenas plaquetas retangulares de madeira, telhado conhecido no Amapá como cavaco, e há um tempo também se usa cobrir com telhas de amianto ou de zinco, compradas no Brasil e na Guiana Francesa, respectivamente. Muitas casas não têm paredes, apenas umas poucas tábuas nas laterais, naquelas em que as paredes são erguidas, estas não chegam a fechar completamente a casa mantendo sempre uma fresta de no mínimo dez centímetros da parede ao começo do pé direito, porém, ultimamente uma ou outra casa, tem paredes fechadas ao modo “civilizado” (CAPIBERIBE, 2007, p. 55).

A escolha do local para a construção de suas casas, assim como de aldeias, parte de conhecimentos tradicionais e da organização política deles.

Tradicionalmente, as aldeias são construídas voltadas para o rio. Sua morfologia é um pouco variada. Nas menores o ponto de referência é sempre a casa do fundador do lugar, ou *paitwempu* *akivara*, quem costuma ser o líder político da aldeia, as outras casas ficam dispostas ao seu redor. Na maioria das aldeias, o ponto principal de entrada e saída fica nas imediações da casa do *paitwempu* *akivara* (CAPIBERIBE, 2007, p. 53).

Os Palikur se referem aos seus assentamentos como *paitwempu*. A tradução desse termo para o português é reveladora: local habitado por humanos onde há casas construídas (CAPIBERIBE, 2007, p. 51). As estações chuvosas ou secas marcam suas vidas no Uaça. A alimentação está diretamente associada a esses períodos, característicos da região Amazônica. No verão, “comem quase todos os tipos de peixe, principalmente os mais nobres, como tucunaré, tamuatá e pirarucu” (CAPIBERIBE, 2007, p. 58). No inverno, quando os peixes ficam mais escassos, as aves e outras caças passam a ser mais consumidas. Além disso, a farinha de mandioca representa a base da alimentação Palikur (CAPIBERIBE, 2007, p. 60).

A CONSTRUÇÃO DA CASA PALIKUR NO MUSEU SACACA

A primeira casa Palikur no Museu Sacaca foi construída no final de 2001 e inaugurada em abril de 2002. Ela possuía uma estrutura retangular, telhado de quatro águas³⁵ coberto de palhas e assoalho elevado, feito de paxiúba³⁶, com uma pequena escada de acesso. Antes da reforma e revitalização dos espaços administrativos e da Exposição a Céu Aberto, a primeira casa Palikur ficou interditada e seus acervos foram recolhidos ao setor de museologia enquanto aguardavam recursos. Apenas em 2011 os ambientes do museu e da Exposição a Céu Aberto foram totalmente revitalizados, entre eles a habitação Palikur, que media 4m x 5m, com cumeeira de quatro metros de altura. Nesse formato, tanto o telhado quanto as paredes foram revestidas com o mesmo tipo de palha, a escada de acesso foi retirada, sendo inserida uma borda para proteger a entrada e os acervos que estavam expostos no interior da casa.

A TERCEIRA CASA PALIKUR

No ano de 2017, a casa Palikur, mais uma vez, estava deteriorada devido ao passar do tempo, sendo necessário reconstruí-la, o que ocorreu em 2019. Assim, em maio deste mesmo ano, foi realizada uma reunião com representantes indígenas e autoridades governamentais. Nesse encontro, foi oficializada a decisão da construção das três casas indígenas – Palikur, Wajápi e Wayana e a Aparai (que construíram uma habitação comunitária) – no Museu Sacaca. O processo de construção da terceira casa Palikur foi acompanhado por nós durante nossa pesquisa de campo no ano de 2019. A casa foi construída pelos Palikur das famílias do rio Urukawa, moradores da Aldeia Kumenê e da Kwahi. Ao longo desse período, foi possível observar os saberes e

³⁵ Esse tipo de telhado é utilizado para evitar o acúmulo de água nas palhas, a inclinação facilita o escoamento das águas das chuvas.

³⁶ A paxiúba, pertencente à família *Arecaceae* Bercht. & J.Presl, é uma espécie *Socratea exorrhiza* (Mart.) H.Wendl. que pode ser vista da América Central até a Bacia do Amazonas. Natural de locais alagadiços, suas raízes e folhas podem atingir dois metros e a palmeira uma altura de vinte metros. É utilizada como ripa em construções rústicas por conta da resistência de sua madeira.

experiências dos indígenas durante as etapas da edificação de sua casa no Museu Sacaca, com a participação de Gilberto Iaparrá, cacique do Conselho dos Caciques, e de Ataídes Narciso, Eldely Narciso Iaparrá, Joel Narciso Iaparrá, Jeferson Narciso Ioiô e Genivaldo Ioiô. A partir de agora descreveremos as etapas desse processo de construção.

COLETA, TRANSPORTE DOS MATERIAIS E DEFINIÇÃO DO LOCAL

A seleção da matéria-prima e a coleta foi feita pelos próprios Palikur e ocorreu em território indígena. Eles identificaram as árvores e separaram os troncos, os galhos, os cipós e as folhas que seriam utilizadas na construção das casas. Os materiais vieram do município de Oiapoque, localizado a mais de 550 quilômetros da capital Macapá. As paxiúbas foram retiradas da aldeia do Kumenê, a quatro horas de viagem do Oiapoque. Os materiais percorreram rios e estradas até chegarem ao Museu Sacaca.

É importante sublinhar que as tarefas de identificar, retirar as matérias-primas nas florestas, carregar e edificar as casas é masculina, como foi possível perceber nos relatos dos indígenas que estavam nesse processo dentro do museu. Os materiais utilizados, como palhas, cipós, galhos e troncos, foram retirados da floresta em quantidades consideradas suficientes para o tamanho planejado da habitação. Junto com os indígenas mais experientes, existia a presença de jovens indígenas que vieram acompanhando os seus familiares. Essa ação proporcionou o aprendizado para os jovens indígenas na edificação da casa de 2019, segundo o depoimento dos Palikur mais velhos.

ARMAÇÃO DA ESTRUTURA DA CASA

A habitação de 2019 foi construída em formato retangular, com seis metros de comprimento por quatro metros de largura, um pouco maior do que as casas anteriores. Sua estrutura é feita de esteios de acapu. Acapu é o nome popular de uma árvore que pertence à família *Fabaceae Lindl.*, espécie *Vouacapoua americana Aubl.* Essa árvore é chamada, na língua Patoá, de *Uakapou* e, em Palikur, de *Wakap*, e é encontrada no Brasil, Guiana Francesa, Peru e Suriname.

Geralmente, são os homens que vão procurar esse tipo de madeira na floresta (IEPÉ, 2013).

PREPARAÇÃO DAS PALHAS PARA A COBERTURA E PAREDES

As palhas foram separadas, arrumadas e preparadas para serem inseridas no telhado. As paredes foram revestidas com o mesmo tipo de palha. Para facilitar o escoamento da água da chuva, foi construído um telhado de quatro águas. As palhas utilizadas foram a de inajá, amarradas com cipó do mato, cipó de fogo e cipó-títica. Foram utilizadas, em média, quatrocentas palhas de inajá para revestir a casa Palikur, atadas com os cipós citados. Inajá, na língua Patoá, é *Mahipa*; em Palikur, *Kayti*.

ESTRUTURA DO PISO

Foi feito travejamento do piso de aquariquara, revestindo o assoalho com as cascas de açazeiro ou paxiúba, um pouco acima do solo, geralmente usados em regiões alagadiças. A Aquariquara pertence à família *Coulaceae Tiegh.*, espécie *Minquartia guianensis Aubl.*, e é procedente do Amazonas, Pará e Amapá. Já a paxiúba, pertencente à família *Areaceae Bercht. & J.Presl.*, é da espécie *Socratea exorrhiza (Mart.) H.Wendl.* Ela é conhecida em Patoá como *Ghã Bua* e, em Palikur, como *Pup*. O seu tronco pode ser utilizado para fazer arco, pontas de flechas e outros artesanatos (IEPÉ, 2013).

OBJETOS QUE COMPÕEM O ACERVO DA CASA PALIKUR

Para compor a narrativa expográfica da casa Palikur, foram inseridas algumas esculturas produzidas por eles. Entre elas estavam os bancos em miniaturas feitos em madeira, representando aves, jacaré, tatu e onça. Os bancos são chamados, em Patoá, de *bã* e, em Paliku, de *epti*. Geralmente, as madeiras utilizadas na construção são de caju, de cedro e marupá esculpindo nas formas de aves, jacaré, cobra e espadarte. Nesses bancos, são desenhadas as artes gráficas *kuari*, *dâdelo*, *macocô* ou marcas indicadas pelo pajé. Os bancos de cobra são designados para os homens

tomarem o caxixi, os bancos de jacaré são para as mulheres. Já os bancos menores são de uso dos pajés, geralmente representando aves, arara, beija-flor, pomba galega, gaivota, tucano e urubu. Por sua vez, os bancos indígenas denominados de espadarte – em Patoá, *ahetxi espadhō*; em Palikur, *kaah* – são utilizados na Festa do Turé dos Povos do Oiapoque (IEPÉ, 2009).

AS CERÂMICAS

Outro elemento que compõe o cenário da casa Palikur no Museu Sacaca são os objetos feitos com o manuseio do barro. Os Palikur são reconhecidos por serem os únicos a fabricar o pote que armazena a bebida do Turé, chamada de caxixi [*caxibi/woska*], conhecido como *tukutuku*. A fabricação das cerâmicas envolve toda a família. Os homens são responsáveis por mergulhar e buscar o barro no fundo das águas e por providenciar as cascas das árvores que serão queimadas. As cinzas dessas cascas serão piladas e, em seguida, misturadas à argila. Somente as esposas sabem a quantidade correta para a fabricação da cerâmica. Elas moldam e dão forma ao objeto. A fogueira é feita pelo homem e pela mulher. Espera-se o objeto secar e depois ele vai ao fogo. Quando prontas, as cerâmicas podem ser pintadas (VIDAL; LEVINHO; GRUPIONI, 2016).

[Dentre] Os pigmentos naturais [há] o cumatê, tirado de uma casca de árvore de mesmo nome, além dos pigmentos minerais, um de cor marrom-cobre (*tipduã*) e outro branco (*tipseino*), ambos retirados de pedras moles. As ceramistas repassam esse conhecimento às jovens indígenas, que colocam em prática, criando os seus próprios objetos (VIDAL, 2009, p. 51).

A tradição das artesãs consiste na fabricação de grandes potes, os *dariwit nobsesa*, de diversos tamanhos, para o preparo e armazenagem do *caxiri-woska*; potes menores, que são duplos e comunicantes, os *tukutuku*, para o consumo da mesma bebida, e vasos mais simples, chamados de *wanamiú* (VIDAL; LEVINHO; GRUPIONI, 2016, p.155).

As cuias, em Patoá, são nomeadas de *Kui* e, em Palikur, de *Tumawri*, consistindo em objetos de tamanhos variados. São utilizadas em rituais e festas para beber o caxixi e nas atividades da casa, como pegar água, guardar miudezas, sementes ou miçangas. Outro objeto importante são os maracás, instrumentos de percussão utilizados em rituais. São construídos a partir de frutos ainda pequenos da cuieira ou da cabaça. Dentro deste instrumento, são inseridas sementes para produzir o som. Para orná-los, são colocadas penas de arara, garça ou papagaio. Os maracás dos pajés são especiais e são guardados em um cesto chamado de *paghá*. Os das mulheres são de cabo longo. Elas os utilizam para marcar o ritmo da dança, batendo com força no chão (IEPÉ, 2011).

Outra característica importante dos povos indígenas é o manuseio das fibras. São as técnicas com as fibras que farão com que os trançados dos objetos sejam mais abertos ou fechados. Os povos indígenas do Oiapoque são importantes conhecedores da arte de trançar. Os cesteiros, como são chamados, utilizam seus conhecimentos e suas técnicas com as fibras vegetais para produzir diversos objetos como “peneiras, tipitis, esteiras, abanos, cestos, jamaxins e suportes para ornamentos plumários” (VIDAL, 2009, p. 38).

Para as peneiras, por exemplo, o acitá é a fibra ideal por ser resistente à umidade e à força empregada para se “peneirar” a massa de mandioca. As fibras podem ser naturais, ou pintadas nas cores preta e vermelha para que a cestaria ganhe mais detalhes com marcas e desenhos marchetados (VIDAL, 2009, p. 38).

O tipiti é chamado de *Kuev*, em Patoá, e de *matap*, em Palikur. É confeccionado com a matéria-prima da tala da folha do buriti ou do caule do arumã. O arumã é encontrado nas áreas alagadas, próximas aos rios, tem hastes fortes e, quando maduro, fica na cor verde-escuro. A arte do tipiti revela a habilidade trabalhada com a fibra vegetal. Entrecruzada, há vários padrões de trançamento para ela, possuindo uma alça inferior e outra superior, onde ficam suas aberturas. Como aponta Castro (2016), esse artefato é utilizado para espremer a massa de mandioca.

FESTA DOS POVOS: A ENTREGA DA CASA E AS DEMANDAS POR RECONHECIMENTO DOS POVOS INDÍGENAS

O museu é muito importante para o povo. É o armazenamento de guardar o histórico profundo do povo indígena pra mim, assim como para o povo Palikur. É casa de guardar a memória. É uma casa que tem essa leitura do passado, dos nossos antepassados do povo Palikur. É de armazenamento, sempre guarda (CACIQUE IAPARRÁ, Oiapoque, 2020).

A Festa dos Povos foi uma ação intercultural que reuniu povos e etnias para manifestarem sua cultura, seus cantos, suas bebidas, suas danças, promovendo o encontro entre os povos indígenas e não indígenas. O local escolhido para essa ação foi a Praça das Etnias, espaço que compõe a Exposição a Céu Aberto, destinada ao encontro das culturas e dos ritos que retratam a diversidade cultural dos povos amazônicos. Devido à riqueza do evento, consideramos importante apresentar nesta seção as impressões sobre o Museu Sacaca e os significados atribuídos à entrega das casas indígenas e à Festa dos Povos por todas as etnias presentes e não apenas dos Palikur. A partir dos relatos, foi possível observar como o evento permitiu aos Palikur e aos representantes de outras etnias exporem suas demandas por reconhecimento e suas reivindicações por mais espaço de atuação no Museu Sacaca.

No dia 30 de agosto de 2019, em meio a uma programação cultural, os povos indígenas entregaram suas casas. Nesse dia, o Museu Sacaca recebeu 2.100 visitantes, que puderam conhecer, dialogar e interagir com os representantes destes povos. A ação cultural reuniu várias etnias, dentre elas os Galibi-Marworno, os Karipuna, os Wajãpi, os Palikur, os Wayana e os Aparai, que vieram de seus territórios para compartilhar com os seus parentes e com os visitantes suas memórias, assim como apresentar as habitações construídas no espaço do Museu Sacaca. No evento, os indígenas atuaram como os mediadores no museu, podendo representar suas etnias, vender seus artesanatos, realizar pinturas corporais e compartilhar conhecimentos sobre sua cultura e sua identidade com os visitantes. Nesse dia, alguns indígenas estavam visitando pela primeira vez o espaço do museu:

O museu é um lugar que se pode guardar os nossos costumes, através de um pequeno pote, um pequeno objeto, nós podemos saber a história dos nossos ancestrais. Esse evento, a Festa dos Povos é muito gratificante. Estar junto com os Wajãpi, nós estamos aprendendo com eles e eles com a gente (DILZIANA ORLANDO, 23 anos, etnia Palikur, do rio Uaçá, Aldeia Kumenê, 2019).

O discurso do representante dos Wajãpi demonstra a importância do espaço do museu e de sua casa na Festa dos Povos:

Cada povo aqui fez a sua casa, Oiapoque, Tumucumaque e Wajãpi, isso é para ficarmos lembrando. Nós moramos nesse tipo de casa, ela é tradicional, essa casa é o nosso documento. Tudo o que tem aqui é importante, a casa, a peneira, o abano, sem isso a gente não vive. Estamos felizes aqui no museu, lembramos da nossa aldeia, o peixe, que tem aqui no museu, bate vento e é bem frio (JAMANO WAIÁPI, Macapá, 2019).

A indígena Cecília Apalai comentou a importância e o seu entendimento sobre o conceito de museu na programação que ocorria naquele dia:

Eu não sei dizer direito, mas eu sinto que o museu é para valorizar as antiguidades, os conhecimentos dos ancestrais, ele precisa permanecer vivo. É para mostrar aos nossos jovens, que precisa conhecer o que foi construído há muitos anos atrás. E, hoje, é a nossa preocupação enquanto indígena, principalmente, na nossa cultura, os conhecimentos tradicionais. Essa influência que chegou em nossas comunidades vem prejudicando, como é que eu posso dizer, está acabando, porque as pessoas começam a apropriar o outro conhecimento, principalmente nas vestimentas, a própria comida tradicional, danças, contos, essas coisas já estão começando a sumir. Os jovens não estão preocupados, já tem música popular, tudo isso já vem afetando. Eu sempre falo para a minha comunidade: a nossa cultura tem muito valor, a casa tem muito valor, é uma identidade dos povos Wayana e Aparai, a gente não pode perder, tem que permanecer (CECÍLIA APALAI, Macapá, 2019).

A indígena Kyiwa Wajãpi, de 39 anos, também falou sobre a percepção que teve do Museu Sacaca:

É a primeira vez que venho conhecer o museu, eu acho bonito, eu vi várias coisas, a tartaruga, o jabuti, eu vi tudo, tá tudo protegido, o museu é bem organizado. É um lugar ventilado, parece como a gente morasse na floresta. Eu senti, parece como estivesse na aldeia, parece a aldeia do limite. A gente fica triste de deixar a nossa casa aqui, mas a gente vai voltar, enquanto a gente não morre, a gente pode voltar. Quando a gente morre não volta mais. Mas eu não vou pensar isso, não vou pensar negativo, vou pensar positivo (KYIWA WAJÁPI, Macapá, 2019).

A indígena e líder Aparai, durante a Festa dos Povos, mencionou que estava à vontade no espaço do museu no dia da festa: “Eu me senti à vontade aqui. Quando eu vesti a minha roupa, eu me senti como se estivesse na aldeia, tomando sacurá”. Sacurá é uma bebida típica, à base de mandioca. Ela é utilizada em acontecimentos considerados positivos na vida, seja sucesso na caçada, na pescaria, e tantos outros motivos para se festejar, como no caso da Festa dos Povos. Havia motivo para eles festejarem. Afinal, a construção de suas casas no Museu Sacaca trouxe a esses povos lembranças, memórias, conhecimentos e ensinamentos. Cada casa tinha seu estilo, formato, tamanho, elementos e matérias-primas específicas de cada etnia, demonstrando a relação desses povos com a natureza, com o seu modo de vida e a cultura de cada um.

O evento também representou uma oportunidade para que os Palikur e os representantes das demais etnias pudessem reafirmar suas demandas diante dos visitantes que lá estavam, dos representantes políticos e dos agentes da administração pública, como foi o caso da reivindicação por serem os indígenas os agentes mediadores do Museu Sacaca. Não por acaso, nesse dia os técnicos e os mediadores não indígenas do Museu Sacaca apenas recebiam, organizavam e direcionavam os grupos de alunos ou visitantes aos espaços das casas indígenas, cabendo a cada etnia dialogar com esse público visitante e explicar as ações culturais e educativas que estavam sendo oferecidas pelo museu. Essa reivindicação pautada pelos Palikur ocorreu no dia 27 de maio de 2019, antes do início da construção das casas, no período de diálogo com os representantes do Museu Sacaca. Ocasão em que também foi informado que outras etnias que vivem no estado desejavam ter as suas casas representadas na

Exposição a Céu Aberto do Museu Sacaca.

Em se tratando de museus como um lugar de diversidade, de exclusão ou de luta, mencionamos que os povos indígenas do Amapá têm percebido os museus locais como espaços em disputa, local de luta por reconhecimento e objeto de reivindicações³⁷, o que ficou claro quando conversamos com os representantes Palikur durante o período de autoconstrução de suas casas durante o ano de 2019, assim como durante a Festa dos Povos.

As demandas dos povos indígenas que estão no Amapá possuem esse teor. Nesse contexto, essas demandas se materializam com a reivindicação do direito à transmissão de seus conhecimentos tradicionais e de sua cultura em ambientes museológicos, local em que os seus acervos estão expostos. Desde a inauguração da Exposição a Céu Aberto do Museu Sacaca, o elemento principal na exposição eram as casas e os objetos indígenas que faziam parte do circuito expográfico. E, desde essa época, os responsáveis por receber diariamente os turistas e os alunos das instituições escolares – e, assim, dialogarem sobre os conhecimentos da cultura indígena – eram técnicos não indígenas do IEPA, denominados mediadores.

Um pouco da experiência que nós conhecemos de outros museus, quando a gente chegava das viagens, a gente observava que tinha alguém recepcionando, assim como tem agora aqui, os mediadores, os monitores, eles contavam toda uma história, e eu falava, quem ia contar a história do povo Palikur? A história do povo Wajãpi? Quem mais sabe dessa cultura, se não o próprio índio Palikur e o índio Wajãpi? Pra falar do seu dia a dia, de seus anseios, dos artesanatos. [...] quando chegar um indígena aqui, eles podem contar a sua história, do seu artesanato. Nessas casas vão poder vender os seus artesanatos e vender os seus produtos. A gente imagina, a gente viaja muito em nossos pensamentos, e essas casas vão ser assim, não que sejam as peças mais importantes, mas vão ser as mais visitadas, com certeza, pelos visitantes, sejam amapaenses, brasileiros, pelos estrangeiros, pelos turistas, pelo Oiapoque (ECLEMILDA MACIAL, 2019³⁸).

37 Esse é um movimento que não ocorre apenas entre os povos indígenas, sendo uma característica das lutas sociais e políticas contemporâneas, dentro de uma gramática de demandas por direitos pautadas na ideia de respeito e fundamentada no reconhecimento de particularidades identitárias (CARDOSO, 2015; LEMOS; CARDOSO, 2020; CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002; TAYLOR, 1994; HONNETH, 2003).

38 Fala da Secretária dos Povos Indígenas do Amapá em discurso na reunião que oficializou a construção das casas indígenas no Museu Sacaca, em 27 de maio de 2019.

Essa demanda dos povos indígenas pelo espaço do Museu Sacaca demonstra sua intenção e suas reivindicações por protagonismo nas atividades do museu. Como parte do argumento, entende-se que a participação diária de representantes indígenas no museu proporcionaria uma melhora qualitativa no atendimento ao público, ao mesmo tempo em que significaria a valorização da cultura indígena e o respeito a essas etnias. Uma experiência como essa já é vivenciada no Museu Kuahí, localizado no município de Oiapoque (AP), único museu efetivamente indígena no Estado do Amapá. O Kuahí foi criado para fortalecer a cultura indígena, desde a concepção, seleção dos objetos etnográficos, a administração e o atendimento aos visitantes, todas essas etapas são realizadas por eles. Sobre isso, o Cacique dos povos indígenas do Oiapoque, Gilberto Iaparrá disse:

Então, quero dizer à equipe do museu, dizer, também, à presidência, que no município do Oiapoque, nós temos um museu importante, nosso museu do Oiapoque, nós queremos, também, honrar. [...] nós temos o compromisso e queremos honrar as 53 aldeias do município do Oiapoque e as três terras indígenas Juminá, Uaçá e Galibi, nós temos o compromisso. [...] É um museu onde se faz fronteira com a Guiana Francesa. Quando o turista chega lá, nós precisamos expor nosso material, assim, como aqui no Museu Sacaca, com a construção dessas três casas, o turista vem aqui visitar o museu (IAPARRÁ, 2019³⁹).

Assim, a Festa dos Povos foi um momento marcante em que ficou registrado não somente a entrega das casas, como também a luta dessas etnias, que aproveitaram o momento para sublinhar suas reivindicações para as autoridades governamentais. Como parte dos argumentos levantados nesse dia, foi ressaltado que os indígenas têm se preparado e buscado qualificações em níveis técnicos e superiores para que lhes permitam assumir cargos desta natureza.

39 Discurso do Cacique dos Povos Indígenas do Oiapoque, Gilberto Iaparrá, na reunião que oficializou a construção das casas indígenas no Museu Sacaca, em 27 de maio de 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo propomos uma reflexão sobre a participação dos povos indígenas em espaços museológicos, em especial, no Museu Sacaca, por ter em sua concepção museográfica uma proposta que valoriza o saber fazer, o conhecimento empírico das populações tradicionais que vivem na Amazônia.

A Exposição a Céu Aberto deste museu pode potencializar pesquisas e estudos para diversos grupos, povos e comunidades. Destacamos que um dos maiores públicos deste museu são alunos e professores que buscam neste espaço informações concernentes à biodiversidade, história e cultura dos povos da Amazônia, entre outras temáticas.

O Museu Sacaca recebeu, de janeiro a dezembro de 2019, 92.559 mil visitantes. Desse público, 14.445 eram alunos das redes públicas e privadas⁴⁰, o que demonstra a potencialidade desse espaço museológico para as pesquisas, divulgação e comunicação da temática discutida neste artigo em referência.

Sem dúvida, ainda é desafiante para alguns museus superarem os discursos colonialistas que por muito tempo silenciaram as falas dos povos indígenas e de outros grupos. Compreender o que os indígenas almejam ou pensam sobre esses espaços torna-se um mecanismo de aproximação dialógica entre indígenas e não indígenas.

É fato que o projeto museológico do Museu Sacaca visa diminuir essas narrativas de invisibilidade quando apresentam o modo de vida desses povos, enfocando como eles vivem a partir de sua própria perspectiva, seja na construção de suas casas ou na participação em ações culturais e educativas oferecidas por esta instituição, como a Festa dos Povos, que proporcionou também a reunião de povos indígenas para compartilhar a sua diversidade cultural.

Assim, o fato de ter no circuito expográfico do Sacaca as réplicas das moradias antigas desses povos proporcionaram a valorização de suas memórias e o compartilhamento desses conhecimentos no que se refere às matérias-primas, às técnicas empregadas e à relação desses povos com a natureza e com os seus territórios. Cada povo indígena representado no museu mostra as suas diferenças, sejam nas línguas, nas vestimentas, nos

40 Dados fornecidos pelo núcleo de Museologia do museu em questão.

ritos, nas bebidas, nas arquiteturas das casas ou nos seus costumes.

Por meio da pesquisa foi possível agregar relatos acerca da participação dos indígenas no Museu Sacaca, assim como os sentimentos e significados dos territórios museológicos para eles. Mas será que somente isso é suficiente para que esses povos se sintam representados nos espaços museológicos? No que concerne às reivindicações dos povos indígenas em 2019, três aspectos se destacaram: primeiro, para os povos Palikur, atualmente, o compartilhamento dos seus saberes, suas histórias, cosmologia e mitos se tornou uma questão extremamente relevante e os museus são considerados por eles um desses instrumentos para a divulgação de sua cultura e de suas memórias; o segundo aspecto que se tornou evidente é a centralidade da demanda para que sejam os Palikur os protagonistas atuando no Museu Sacaca, como intermediadores da sua história e saberes; e, o terceiro, é que os indígenas têm se qualificado em áreas como da educação e da museologia para ocupar os espaços educacionais.

Portanto, o espaço do Museu Sacaca pode proporcionar o encontro dos povos e das culturas, tornando-se um lugar transcultural. É por meio de narrativas importantes como essas, de lutas contemporâneas dos povos indígenas em territórios museológicos, que se almeja colaborar com a propagação de seus anseios, percebendo os museus como espaços vivos e dialógicos, que podem favorecer a valorização de comunidades tradicionais, como as ribeirinhas, as extrativistas, as quilombolas e as indígenas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Os museus como desafios para a antropologia. In: TAMASO, Izabela. (Org.) **A antropologia na esfera pública: patrimônios culturais e museus**. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019. p. 181-194.

ALMEIDA, Núbia. A trajetória institucional do IEPA. In: OLIVEIRA, Augusto; NISHI, Natali. (Orgs.) **Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável: as experiências do Iepa (1995 a 1998)**. Macapá: IEPA, 2001. p. 35-39.

ATHIAS, Renato. Os objetos, as coleções etnográficas e os museus. In: MOTTA, Antonio; BARRIO, Angel E.; GOMES, Mario H. (Orgs.) **Inovação cultural, patrimônio e educação**. Recife: Editora Massangana, 2010. p. 303-312.

_____. Museus objetos etnográficos: debate atual. **Revista antropológica**, ano 19, n. 2, p. 231-250, 2015.

CAPIBERIBE, Artionka. **Batismo de fogo: os Palikur e o cristianismo**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007.

_____. Liminaridade e tensão na fronteira Brasil/Guiana Francesa. 34º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu: ST25, 2010. p. 1-25.

_____. Palikur: história e organização social de um povo entre dois países. In: VIDAL, Lux B.; LEVINHO, José C.; GRUPIONI, Luis D. B. (Orgs.) **A presença do invisível: vida cotidiana e ritual entre os povos indígenas do Oiapoque**. Rio de Janeiro: Iepé/Museu do Índio, 2016. p. 85-105. CAPIBERIBE, 2021.

_____. Instituto Socioambiental. **Povos Indígenas no Brasil**, <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Palikur#Localiza.C3.A7.C3.A3o>> acessado em: 19 de abril de 2021.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. **Direito legal e insulto moral: dilemas de cidadania no Brasil, Quebec e EUA**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

_____. **Desvendando evidências simbólicas: compreensão e conteúdo emancipatório da antropologia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. São Paulo: Unesp, 1998.

CARDOSO, Marcus A. de S.; NASCIMENTO, Raysa. The dom for the craft and the gift from god: ethnographic explorations among the traditional midwives of Santana. **Vibrant**, v. 14, p. 23-38, 2017.

_____. O dom e a dádiva entre parteiras do Amapá: uma abordagem etnográfica. **Saúde e Sociedade (online)**, v. 28, p. 235-249, 2019.

CARDOSO, Marcus. Respect, dignity and rights: ethnographic registers about community policing in Rio de Janeiro. **Vibrant**, v. 11, p. 46-74, 2014a.

_____. Confusões e desrespeito: uma (re)interpretação possível das falas dos moradores de favelas. **Anuário Antropológico**, v. 39, p. 261-282, 2014b.

_____. Quem tem direitos? Sobre o que dizem e pensam os moradores de duas favelas cariocas. **Vivência (UFRN)**, v. 46, p. 159-168, 2015.

CASTRO, Esther. Tipiti: espremedor para o processamento da mandioca. In: VIDAL, Lux B.; LEVINHO, José C.; GRUPIONI, Luis D. B. (Orgs.) **A presença do invisível: vida cotidiana e ritual entre os povos indígenas do Oiapoque**. Rio de Janeiro: Iepé/Museu do Índio, 2016. p.187-191.

CLIFFORD, James. Museus como zonas de contato. **Periódico Permanente**, n. 6, p. 1-37, 2016. Disponível em: <<http://www.forumpermanente.org/revista/numero-6-1/>>

conteudo/museus- como-zonas-de-contato-j-clifford>. Acesso em: 5 ago. 2020.

CURY, Marília X. Museologia: marcos referenciais. **Cadernos do CEOM**, v. 18, n. 21, p. 45-73, 2005.

DUARTE, Iana K. L. dos S. **Os Palikur, casas e memórias: vivências no Museu Sacaca**. 2021. Dissertação (Mestrado em Estudos de Fronteira). Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2021.

FRANCO, Maria I. M. Museus: agentes de inovação e transformação. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 57, p. 13-27, 2019.

DUARTE, I. K. L. S. ; **CARDOSO, Marcus** . O MUSEU SACACA E A CONSTRUÇÃO DA CASA PALIKUR. PRACS: REVISTA ELETRÔNICA DE HUMANIDADES DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAP, v. 14, p. 315-336, 2021.

GALLOIS, Dominique T. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: RICARDO, Fany (Org.) **Terras indígenas e unidades de conservação da natureza**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p.1-11.

_____; GRUPIONI, Denise F. **Povos indígenas do Amapá e norte do Pará: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam?** Rio de Janeiro: Iepé; Iphan/MinC, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**. Niterói: EdUFF, 1997.

HONNETH, A. **Luta pelo reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro: ed.34, 2003.

IEPA – INSTITUTO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DO ESTADO DO AMAPÁ. **Projeto Museológico do Museu Sacaca do Desenvolvimento sustentável**. Macapá: IEPA, 2000.

IEPÉ – INSTITUTO DE PESQUISA E FORMAÇÃO INDÍGENA. **TURÉ dos povos indígenas do Oiapoque**. Rio de Janeiro/São Paulo: Museu do Índio/Iepé, 2009.

_____. **Patrimônio cultural imaterial e povos indígenas: exemplos no Amapá e norte do Pará**. São Paulo: Iepé, 2011.

_____; MUSEU KUAHÍ. **Artefatos e matérias-primas dos povos indígenas do Oiapoque**. São Paulo: Iepé, 2013.

KOK, Glória. A fabricação da alteridade nos museus da América Latina: representações ameríndias e circulação dos objetos etnográficos do século XIX ao XXI. **Anais do museu paulista**, São Paulo, Nova Série, v. 26, p. 1-30, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672018v26e06d1>. Acesso: 10 fev. 2021.

LEMOS, Carolina B.; CARDOSO, Marcus. Direitos, elo social e reconhecimento. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 7, p. 13-32, 2020.

_____. Discursive exclusion and disrespect in prisons in Brazil. **Vibrant**, v. 18, p. 1-21, 2021.

_____. Processos estruturais de exclusão discursiva no cárcere. **REVISTA DE ESTUDOS EMPÍRICOS EM DIREITO**, v. 10, p. 3-31, 2022.

MEDEIROS, Rosa Maria V. Território, espaço e identidade. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (Orgs.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular/UNESP, 2008. p. 217-227.

OLIVEIRA, Augusto. Museu Sacaca: um museu em movimento. **Museu Sacaca: um museu de grandes novidades**. Macapá: Iepa, 2013. p. 98-113.

PEIRANO, Mariza G. S. **Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas**. Brasília, DF: Editora UnB, 1991. p. 131-146.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (Orgs.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular/UNESP, 2008. p. 17-35.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SHEPARD JR., Glenn H.; GARCÉS, Claudia L. L.; ROBERT, Pascale de; CHAVES, Carlos E. Objeto, sujeito, inimigo, vovô: um estudo em etnomuseologia comparada entre os Mebêngôkre-Kayapó e Baniwa do Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 12, n. 3, p. 765-787, set.-dez. 2017.

SILVA, José Maria da. Museu Sacaca: a experiência de um museu na Amazônia. In: FARIAS JR., José P. et al. (Orgs.) **História, arqueologia e educação museal: patrimônio e memórias**. Teresina: EDUFPI, 2021. p. 129-148.

STRATHERN, Marilyn. Nolimitedeumacertalinguagem. **Mana**, v.5, n.2, p.157-175, 1999.

VELTHEM, Lucia H. van. Onde os Wayana penduram suas redes? In: NOVAES, Sylvia C. (Org.) **Habitacões indígenas**. São Paulo: Nobel/EdUSP, 1983.

_____. O objeto etnográfico é irreduzível? Pistas sobre novos sentidos e análises. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 7, n. 1, jan.-abr. 2012.

_____; KUKAWKA, Katia; JOANNY, Lydie. Museus, coleções etnográficas e a busca do diálogo intercultural. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 12, n. 3, p. 735-748, set.-dez. 2017.

VIDAL, Lux B. **Povos indígenas do baixo Oiapoque: o encontro das águas, o encruzo dos saberes e arte de viver**. Rio de Janeiro: Iepé/Museu do Índio, 2009.

_____; LEVINHO, José C.; GRUPIONI, Luis D. B. (Orgs.) **A presença do invisível: vida cotidiana e ritual entre os povos indígenas do Oiapoque**. Rio de Janeiro: Iepé/Museu do Índio, 2016.

